

DM
LEON. I


Instituto Superior de Psicologia Aplicada

**VALORES SOCIAIS DOS ESTUDANTES DA
UNIVERSIDADE DO MINHO E RESPECTIVOS
PROGENITORES**

Helena Isabel de Sá Leonardo

Lisboa, Julho de 2001

5000



ISPA Instituto Superior de Psicologia Aplicada
Centro de Documentação

Registo: 14456
Data: 31.10.2003

Tel.: 21 881 17 50 • bibispa@ispa.pt

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

**VALORES SOCIAIS DOS ESTUDANTES DA
UNIVERSIDADE DO MINHO E RESPECTIVOS
PROGENITORES**

Helena Isabel de Sá Leonardo

**Licenciada em Psicologia – área clínica
Instituto Superior de Psicologia Aplicada**

**Tese apresentada para a obtenção de grau de Mestre em
Psicopatologia e Psicologia Clínica**

Professor Orientador: Professor Doutor Eurico Figueiredo

2001



AGRADECIMENTOS

Ao Professor Eurico Figueiredo pela orientação sempre disponível, pelo incentivo e confiança.

À Dra. Bárbara Figueiredo, pela amabilidade e simpatia com que me recebeu na Universidade do Minho e ajuda preciosa prestada na aplicação dos questionários aos alunos.

Aos professores da Universidade do Minho que permitiram que o questionário fosse aplicado durante as suas aulas e, obviamente, a todos os alunos e progenitores que responderam, viabilizando este estudo.

Ao Professor Ernesto Figueiredo e ao Eng. Cunha Machado pelo tratamento dos dados estatísticos relativos à amostra nacional.

Ao Professor Pedro Zany Caldeira, pelo tratamento estatístico dos dados relativos à amostra regional.

À Dra. Luísa Ferreira, pela revisão ortográfica.

À Dra. Sofia Freire, por toda a ajuda e amizade.

Aos meus amigos, particularmente ao Dr. João Galhordas, Dr. Elias Barreto e Dra. Sofia Freire (mais uma vez), que repetiam quase diariamente “tens que acabar isso”.

E, finalmente, aos meus pais e minhas irmãs pelo apoio de sempre e por demonstrarem, tantas vezes, os conflitos (inconciliáveis ?) entre as gerações.

RESUMO

Esta tese faz parte de um trabalho mais vasto de um grupo de Mestrado em Psicopatologia e Psicologia Clínica, liderado pelo Prof. Eurico Figueiredo, que se constitui com o objectivo de estudar os Valores Sociais dos jovens universitários e seus progenitores nas diferentes regiões do país, por um lado e , por outro, realizar um estudo a nível nacional.

Assim, este trabalho incidiu sobre a região do Minho, em que se procurou identificar os Valores Sociais dos Jovens da Universidade do Minho e seus progenitores, a partir de um inquérito elaborado para esse fim, aplicado durante a frequência das aulas na Universidade e em que era fornecido aos estudantes mais dois questionários para entregar aos respectivos progenitores.

A análise de resultados permitiu a observação de diferenças significativas entre filhos e pais, nomeadamente a nível da concepção da família e da sexualidade, da concepção do trabalho profissional e do trabalho feminino. Os jovens apresentam uma visão mais moderna de família em que, no casamento, homem e mulher possuem papéis equivalentes e em que o trabalho feminino é valorizado da mesma forma que o do homem.

Verificou-se que os jovens investem mais valores pós-materialistas do que os seus progenitores, embora persistam ainda nesta juventude valores materialistas, sendo esta, provavelmente, uma geração de transição entre materialismo e pós-materialismo.

Observaram-se ainda diferenças entre sexos, em que as raparigas parecem estar na linha da frente em termos de mudança, e entre as amostras regional e nacional (sendo as diferenças mais significativas nos jovens do que nos progenitores). Assim, por um lado, a concepção de família e de sexualidade é mais moderna nos jovens do Minho (acontecendo o inverso em relação aos progenitores) e, por outro, a transição para o pós-materialismo parece estar a processar-se de modo diferente nos jovens da Universidade do Minho e nos das Universidades de todo o país – isto é, surgem diferentes pesos de materialismo e pós-materialismo em áreas distintas.

INDICE

RESUMO	Pág. 5
ÍNDICE	Pág. 6
ÍNDICE DE FIGURAS	Pág. 12
ÍNDICE DE QUADROS	Pág. 19
INTRODUÇÃO	Pág. 21
CAPÍTULO I - Portugal e o Minho – Contextos económicos e sociais	Pág. 24
1. Portugal- mudanças sociais ao longo do tempo	Pág. 24
2. O Minho	Pág. 28
2.1 Universidade do Minho	Pág. 30
CAPÍTULO II – Adolescência, Juventude e Autonomia	Pág. 32
1. Introdução	Pág. 32
2. Adolescência e/ou Juventude	Pág. 32
3. Modificações na Adolescência e Juventude	Pág. 36
4. Separação e Autonomia- relação com os progenitores <i>versus</i> relação com o grupo de pares	Pág. 40
4.1 Pais e Filhos	Pág. 40
4.2 Relação com os pares e Autonomia de Valores	Pág. 45

CAPÍTULO III – Valores Sociais	Pág. 50
1. Introdução	Pág. 50
2. Diferentes conceptualizações acerca de Valores Sociais	Pág. 51
2.1 Valores Finais e Instrumentais	Pág. 55
2.2 Mudança de Valores	Pág. 57
2.3 Importância dos Valores no comportamento individual	Pág. 59
2.4 Escala de Valores de Rokeach	Pág. 61
2.5 Aplicação da Escala de Valores de Rokeach em Portugal	Pág. 64
3. Valores Sociais na população portuguesa	Pág. 66
4. Valores Sociais nos jovens portugueses	Pág. 73
4.1 Família, casamento e sexualidade	Pág. 75
4.2 Trabalho	Pág. 80
4.3 Participação Política	Pág. 81
4.4 Religião	Pág. 83
5. “Conflito de gerações, conflito de Valores”- Figueiredo, 1988	Pág. 84
CAPÍTULO IV – Definição do Problema	Pág. 89
CAPÍTULO V – Metodologia	Pág. 91
1. Introdução	Pág. 91
2. População	Pág. 92
3. Definição e caracterização da amostra	Pág. 93
4. Instrumento de pesquisa	Pág. 101
5. Procedimento	Pág. 102
6. Análise dos dados	Pág. 103
CAPÍTULO VI - Apresentação e Discussão de Resultados	Pág. 107
1. Análise Comparativa entre Gerações	Pág. 107
1.1 “Instituições sociais, problemas sociais e religião”	Pág. 107

a . Escolaridade obrigatória (Q.1)	Pág. 108
b . Ensino pré-primário (Q.2)	Pág. 109
c . Tribunais e leis (Q.17)	Pág. 110
d . Polícia (Q.18)	Pág. 111
e . Prisões (Q.19)	Pág. 112
f . Problemas sociais – drogas, prostituição, alcoolismo, criminalidade (Q.20, 21)	Pág. 113
g . Liberalização das drogas (Q:21)	Pág. 116
h. Religião (Q. 32 e Q. 33)	Pág. 117
1.2 Centros de Interesse	Pág. 120
a . Qualidade interpessoais mais valorizadas (Q. 31)	Pág. 120
b . Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q. 3)	Pág. 122
c . Aspectos do mundo e da sociedade mais valorizados (Q. 44)	Pág. 127
d . O que pensa do trabalho? (Q. 5)	Pág. 129
1.3 Sexualidade, casamento e família	Pág. 130
a . Finalidades do casamento (Q. 8)	Pág. 130
b . Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q. 7)	Pág. 134
c . Resolução de conflitos no casal (Q. 15)	Pág. 135
d. Educação dos filhos (Q. 15)	Pág. 136
e . Número desejado de filhos (Q. 12)	Pág. 137
f . Planeamento familiar (Q. 13)	Pág. 138
h . Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q. 10)	Pág. 139
i . Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q. 11)	Pág. 140
j . Trabalho feminino (Q. 6)	Pág. 141
l . Com quem gostariam de viver os filhos? (Q. 4)	Pág. 142
1.4 Progresso e civilização	Pág. 143
a . Principais objectivos para os próximos 10/15 anos (Q. 25)	Pág. 148
b . O que deseja que o progresso fosse no ano 2010? (Q. 41)	Pág. 154

c . Causas por que se vale a pena fazer sacrifícios (Q: 27)	Pág. 155
d . As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010? (Q. 43)	Pág. 156
e . Qual a geração com uma visão mais realista do mundo? (Q. 46)	Pág. 157
f . Capacidade para influenciar o progresso (Q. 42)	Pág. 158
g . O que deseja com o progresso? (Q. 22)	Pág. 159
h . O que deseja com o progresso do país? (Q. 28, Q. 29 e Q. 30)	Pág. 160
i . A União Europeia (Q. 24 e Q. 40)	Pág. 162
j . Como pode ser vencida a crise da civilização (Q. 26)	Pág. 164
l . Evolução bem orientada <i>versus</i> revolução (Q. 23)	Pág. 165
1.5 Política	Pág. 166
a . Posição política (Q. 38)	Pág. 166
b . Ligação a um partido político (Q. 39)	Pág. 167
c . Sistema político (Q. 45)	Pág. 168
2. Análise comparativa entre sexos	Pág. 169
2.1 Instituições sociais, problemas sociais e religião	Pág. 170
a . Problemas sociais (Q. 20)	Pág. 170
b . Tribunais e leis (Q. 17)	Pág. 171
c . Liberalização das drogas (Q. 21)	Pág. 172
2.2 Centros de interesses	Pág. 173
a . Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q. 3)	Pág. 173
b . Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q. 31)	Pág. 177
c . Aspectos do mundo e da sociedade mais valorizados (Q. 44)	Pág. 178
2.3 Sexualidade, casamento e família	Pág. 179
a . Finalidades do casamento (Q. 8)	Pág. 179
b . Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q. 7)	Pág. 180
c . Trabalho feminino (Q. 6)	Pág. 180
d . Resolução de conflitos no casal (Q. 15)	Pág. 182
e . Educação dos filhos (Q. 14)	Pág. 183

f . Planeamento familiar (Q. 13)	Pág. 184
2.4 Progresso e civilização	Pág. 185
a . Objectivos a atingir nos próximos 10/15 anos (Q. 25)	Pág. 185
b . Causas por que vale a pena fazer sacrifícios (Q. 27)	Pág. 187
c . A União Europeia (Q. 24 e Q. 40)	Pág. 188
d . Como pode ser vencida a crise da civilização (Q. 26)	Pág. 189
2.5 Política	Pág. 190
3. Análise comparativa entre amostra regional e nacional	Pág. 191
3.1 Instituições sociais, problemas sociais e religião	Pág. 191
a . Tribunais e leis (Q. 17)	Pág. 191
b . Polícia (Q. 18)	Pág. 192
c . Prisões (Q. 19)	Pág. 193
d . Problemas sociais, droga, prostituição, alcoolismo e criminalidade (Q. 20 e Q. 21)	Pág. 195
e . Liberalização das drogas (Q. 21)	Pág. 196
f . Religião (Q. 32 e Q. 33)	Pág. 197
3.2 Centros de interesses	Pág. 198
a . Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q. 31)	Pág. 199
b . Aspectos mais importantes na <u>vida</u> de uma pessoa (Q. 3)	Pág. 199
c . Aspectos do mundo e da sociedade mais valorizados (Q. 44)	Pág. 206
d . O que pensa do trabalho? (Q. 5)	Pág. 206
3.3 Sexualidade, Casamento e família	Pág. 207
a . Finalidades do casamento (Q. 8)	Pág. 207
b . Educação dos filhos (Q. 14)	Pág. 208
c . Número desejado de filhos (Q. 12)	Pág. 209
d . Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q. 10)	Pág. 209
e . Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q. 11)	Pág. 211
f . Trabalho feminino (Q. 6)	Pág. 213
g . Com quem gostariam de viver os filhos? (Q. 4)	Pág. 215
3.4 Progressos e civilização	Pág. 216

a . Principais objectivos para os próximos 10/15 anos (Q. 25)	Pág. 217
b . As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010? (Q. 43)	Pág. 218
c . O que deseja com o progresso?	Pág. 219
d . O que deseja com o progresso do país?	Pág. 220
e . A União Europeia (Q. 24 e Q. 40)	Pág. 221
3.5 Política	Pág. 223
a . Ligação a uma partido político	Pág. 223
b . Sistema político	Pág. 224
CAPÍTULO VII – Discussão de resultados	Pág. 226
1. Estilo de vida, ideais e ambições dos jovens universitários	Pág. 226
2. Estilo de vida, ideais e ambições dos progenitores	Pág. 231
3. Valores sociais dos estudantes e sus progenitores: pontos de encontro e divergências. Áreas de transição	Pág. 234
3.1 Tradicionalismo/modernidade. Materialismo/pósmaterialismo	Pág. 243
3.2 Valores masculinos e femininos	Pág. 245
4. Minho:diferenças em relação à população nacional	Pág. 248
CAPÍTULO VII – Conclusão	Pág. 252
BIBLIOGRAFIA	Pág. 254
ANEXO: Questionário sobre valores sociais	

INDICE DE FIGURAS

- FIGURA 1** Distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 108
- FIGURA 2** Distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 109
- FIGURA 3** Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 110
- FIGURA 4** Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 111
- FIGURA 5** Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento das prisões”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 112
- FIGURA 6** Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à droga”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 113
- FIGURA 7** Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à prostituição”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 114
- FIGURA 8** Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à criminalidade”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 115
- FIGURA 9** Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 116
- FIGURA 10** Distribuição, em percentagem, da variável “Liberdade religiosa”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 117
- FIGURA 11** Distribuição, em percentagem, da variável “Considera-se uma pessoa religiosa?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 118
- FIGURA 12** Distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa da religião?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 119
- FIGURA 13** Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 123
- FIGURA 14** Distribuição, em percentagem, da variável “Relação com colegas e amigos”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 124
- FIGURA 15** Distribuição, em percentagem, da variável “Amor”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 125

- FIGURA 16** Distribuição, em percentagem, da variável “Bem-estar interior”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 126
- FIGURA 17** Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 127
- FIGURA 18** Distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 129
- FIGURA 19** Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 130
- FIGURA 20** Distribuição, em percentagem, da variável “Realização dos cônjuges”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 131
- FIGURA 21** Distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 132
- FIGURA 22** Distribuição, em percentagem, da variável “Meio de satisfação das necessidades sexuais”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 133
- FIGURA 23** Distribuição, em percentagem, da variável “Entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 136
- FIGURA 24** Distribuição, em percentagem, da variável “Educação dos filhos”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 137
- FIGURA 25** Distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 138
- FIGURA 26** Distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 139
- FIGURA 27** Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 140
- FIGURA 28** Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 141
- FIGURA 29** Distribuição, em percentagem, da variável Trabalho feminino”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 142
- FIGURA 30** Distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 143
- FIGURA 31** Distribuição, em percentagem, da variável “Participa em algum movimento?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 144

- FIGURA 32** Distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 146
- FIGURA 33** Distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 149
- FIGURA 34** Distribuição, em percentagem, da variável “Garantir a liberdade de expressão”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 150
- FIGURA 35** Distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 151
- FIGURA 36** Distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta dos preços”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 152
- FIGURA 37** Distribuição, em percentagem, da variável “Aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 153
- FIGURA 38** Distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 157
- FIGURA 39** Distribuição, em percentagem, da variável “Qual a geração com uma visão mais realista do mundo?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 158
- FIGURA 40** Distribuição, em percentagem, da variável “Capacidade para influenciar o progresso”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 159
- FIGURA 41** Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 160
- FIGURA 42** Distribuição, em percentagem, da variável “Que sector de actividade económica se deve privilegiar?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 161
- FIGURA 43** Distribuição, em percentagem, da variável “Desenvolvimento grandes cidades *versus* pequenas cidades”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 162
- FIGURA 44** Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da U. E. A longo prazo”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 163
- FIGURA 45** Distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a U. E. ?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 164
- FIGURA 46** Distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise da civilização?”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 165

- FIGURA 47** Distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada *versus* revolução”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 166
- FIGURA 48** Distribuição, em percentagem, da variável “Posição política”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 167
- FIGURA 49** Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 168
- FIGURA 50** Distribuição, em percentagem, da variável “Sistema político”, nas amostras de estudantes e progenitores Pág. 169
- FIGURA 51** Distribuição, em percentagem, da variável “Consumo de droga”, na amostra de estudantes Pág. 170
- FIGURA 52** Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”, na amostras de mães e pais Pág. 171
- FIGURA 53** Distribuição, em percentagem, da variável “Liberalização das drogas”, nas amostras de mães e pais Pág. 172
- FIGURA 54** Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família”, nas amostras de rapazes e raparigas Pág. 174
- FIGURA 55** Distribuição, em percentagem, da variável “Relação com colegas e amigos”, nas amostras de rapazes e raparigas Pág. 175
- FIGURA 56** Distribuição, em percentagem, da variável “Bem-estar interior consigo próprio”, nas amostras de rapazes e raparigas Pág. 176
- FIGURA 57** Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho”, nas amostras de progenitores Pág. 177
- FIGURA 58** Distribuição, em percentagem, da variável “Meio de realização dos cônjuges”, nas amostras de rapazes e raparigas Pág. 179
- FIGURA 59** Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, nas amostras de rapazes e raparigas Pág. 181
- FIGURA 60** Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, nas amostras de mães e pais Pág. 182
- FIGURA 61** Distribuição, em percentagem, da variável “Entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher”, nas amostras de mães e pais Pág. 183
- FIGURA 62** Distribuição, em percentagem, da variável “Educação dos filhos”, nas amostras de mães e pais Pág. 184

- FIGURA 63** Distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar”, nas amostras de Rapazes e raparigas Pág. 185
- FIGURA 64** Distribuição, em percentagem, da variável “Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo”, nas amostras de rapazes e raparigas Pág. 186
- FIGURA 65** Distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta de preços”, nas amostras de rapazes e raparigas Pág. 187
- FIGURA 66** Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da U. E. a longo prazo”, nas amostras de mães e pais Pág. 188
- FIGURA 67** Distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a U.E.?”, nas amostras de mães e pais Pág. 189
- FIGURA 68** Distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise da civilização?”, nas amostras de mães e pais Pág. 190
- FIGURA 69** Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 192
- FIGURA 70** Distribuição, em percentagem, da variável Qualidade do funcionamento da polícia”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 193
- FIGURA 71** Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento das prisões”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 194
- FIGURA 72** Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à droga”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 195
- FIGURA 73** Distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 198
- FIGURA 74** Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 200
- FIGURA 75** Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família”, na amostra de progenitores regional e nacional Pág. 201
- FIGURA 76** Distribuição, em percentagem, da variável “Relação com os colegas e amigos”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 202
- FIGURA 77** Distribuição, em percentagem, da variável “Amor”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 203
- FIGURA 78** Distribuição, em percentagem, da variável “Bem-estar interior”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 204

- FIGURA 79** Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 205
- FIGURA 80** Distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 206
- FIGURA 81** Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 207
- FIGURA 82** Distribuição, em percentagem, da variável “Realização dos cônjuges”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 208
- FIGURA 83** Distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 209
- FIGURA 84** Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 210
- FIGURA 85** Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz”, na amostra de progenitores regional e nacional Pág. 211
- FIGURA 86** Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 212
- FIGURA 87** Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga”, na amostra de progenitores regional e nacional Pág. 213
- FIGURA 88** Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 214
- FIGURA 89** Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, na amostra de progenitores regional e nacional Pág. 215
- FIGURA 90** Distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 216
- FIGURA 91** Distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 217
- FIGURA 92** Distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 218
- FIGURA 93** Distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje em 2010?”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 219
- FIGURA 94** Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?”, na amostra de estudantes regional e nacional Pág. 220

FIGURA 95 Distribuição, em percentagem, da variável “Desenvolvimento grandes cidades *versus* pequenas cidades”, na amostra de estudantes regional e nacional

Pág. 221

FIGURA 96 Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da U. E. a longo prazo”, na amostra de estudantes regional e nacional

Pág. 222

FIGURA 97 Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da U. E. a longo prazo”, na amostra de progenitores regional e nacional

Pág. 223

FIGURA 98 Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político”, nas amostras de estudantes regional e nacional

Pág. 224

FIGURA 99 Distribuição, em percentagem, da variável “Sistema político”, nas amostras de estudantes regional e nacional

Pág. 225

INDICE DE QUADROS

- QUADRO 1** Distribuição da amostra dos estudantes em função do sexo Pág. 94
- QUADRO 2** Cursos existentes na Universidade e distribuição dos alunos pelos mesmos Pág. 94-95
- QUADRO 3** Distribuição da amostra dos estudantes em função do curso que estão a frequentar Pág. 96
- QUADRO 4** Distribuição dos progenitores por tipo de profissão Pág. 97
- QUADRO 5** Distribuição dos pais por sexos e profissão Pág. 98
- QUADRO 6** Distribuição dos progenitores por nível de instrução em termos de sexo Pág. 98
- QUADRO 7** Distribuição da amostra dos pais por situação financeira Pág. 99
- QUADRO 8** Distribuição da amostra dos pais por fontes de rendimento Pág. 99
- QUADRO 9** Distribuição da amostra dos pais por conforto do alojamento Pág. 100
- QUADRO 10** Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidades interpessoais mais valorizadas, na amostra de estudantes e progenitores Pág. 121
- QUADRO 11** Distribuição, em percentagem, da variável “Aspectos da vida que mais interesse despertam”, na amostra de estudantes e progenitores Pág. 128
- QUADRO 12** Distribuição, em percentagem, da variável “Factores determinantes para o bom entendimento do casal”, na amostra de estudantes e progenitores Pág. 134-135
- QUADRO 13** Distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de actividades desenvolvidas”, na amostra de estudantes e progenitores Pág. 145
- QUADRO 14** Distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de secção dos jornais mais lidas”, na amostra de estudantes e progenitores Pág. 147
- QUADRO 15** Distribuição, em percentagem, da variável “Novas tecnologias”, na amostra de estudantes e progenitores Pág. 148
- QUADRO 16** Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja que progresso torne possível no ano 2010?”, na amostra de estudantes e progenitores Pág. 155

QUADRO 17 Distribuição, em percentagem, da variável “Causas por que vale a pena fazer sacrifícios”, na amostra de estudantes e progenitores

Pág. 156

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como base um estudo realizado por Eurico Figueiredo, em 1988, acerca dos valores sociais defendidos pelos jovens estudantes universitários portugueses e os seus progenitores, segundo uma perspectiva de conflito de gerações e mutação de valores, com a progressiva aquisição de autonomia da geração mais jovem. Este autor comparou o seu estudo com outros inquéritos sobre valores, nomeadamente nos anos 60, verificando extremas alterações a nível dos valores sociais ao longo dos últimos anos, em populações relativamente idênticas.

As referidas alterações de valores são compreensíveis, no contexto das mudanças sócio-económicas que se têm verificado nas últimas décadas, particularmente nos países industrializados. Surgem constantemente novas tecnologias, novas questões científicas e éticas que, por sua vez, colocam questões como os recursos a utilizar, problemas ambientais e sociais.

Estas mudanças, que estão a ocorrer de forma demasiado rápida e em grande número, nem sempre são controladas ou mesmo compreendidas pelos seus agentes ou intervenientes.

Boaventura de Sousa Santos (1989, pg. 9), referindo-se à ciência, considera-a “mergulhada numa profunda crise”, que se está a alastrar à sociedade em geral e aos indivíduos em particular, uma vez que existe um afastamento cada vez maior entre poder científico e senso comum. A evolução rápida e incessante do conhecimento e as mudanças rápidas, principalmente aos níveis da tecnologia e dos recursos, ao proporcionarem maior conforto e aumento das possibilidades de consumo, estão também a provocar desorganização e incerteza na sociedade e no indivíduo.

Este autor vai ainda mais longe, colocando questões relacionadas com o bem-estar social e individual, afirmando que “a produção técnica da natureza e do meio ambiente, bem como as tecnologias sociais que se foram acumulando para conformar, a níveis cada vez mais fundos, o nosso quotidiano, criam dependências múltiplas para o indivíduo ou o grupo que tornam difícil a conquista e preservação da identidade pessoal ou social” (Sousa Santos, 1989, pg. 48). Assim, parece-nos fundamental a reflexão e realização de estudos que procurem compreender e dar sentido aquilo que se passa na sociedade actual, e quais as suas repercussões na esfera individual.

Porque as condições de vida estão em constante mudança, tem que haver uma adaptação relativa da sociedade. Surgiram novos interesses, novos problemas preocupações que exigem, também, novas soluções; surgiram novas ideologias e valores.

Os jovens têm vindo a adquirir uma cada vez maior importância social, sendo mais valorizado, por exemplo, o conhecimento adquirido academicamente do que o adquirido através da experiência. De acordo com Figueiredo (1985^b, pg. 1007) este grupo social tornou-se o principal agente e alvo das modificações que estão a ocorrer na nossa sociedade e, logo, o centro de criação e desenvolvimento de novos valores e ideologias.

Além disso, o alargamento da informação, que possibilitou e incentivou o contacto dos jovens com vários papéis e grupos sociais, outras culturas e ideologias, veio ainda promover uma mudança mais rápida nas ideologias e valores.

Deste modo, o estudo dos valores sociais, e em particular nos jovens, constitui um tema importante nos nossos dias, não só por possibilitar o conhecimento de diferentes aspectos da realidade actual, como também, por fornecer indicações acerca de uma realidade futura - quando a geração actual assumir responsabilidades nos diversos domínios da sociedade portuguesa (Figueiredo, 1988, pg. 3).

Por outro lado, a clarificação de áreas de divergência e de convergência a nível de valores, pondo em confronto duas gerações na sua realidade familiar pode dar importantes pistas preditivas acerca do sentido de possíveis mudanças futuras, em todos os domínios da sociedade (Figueiredo, Silva, 1992, pg.339).

No que respeita a uma perspectiva mais individual e clínica, o estudo dos valores, além de indicativo de atitudes, opções de comportamento e crenças acerca de questões como a sexualidade e a religião, permite também perceber em que contextos estes se desenvolvem, nomeadamente a partir das interacções com os grupos e a família. O estudo de valores numa dada sociedade parece-nos, certamente, importante para compreensão do indivíduo e intervenção nos domínios da psicopatologia e psicologia clínica.

Segundo Félix da Costa (1992, pg.56), “os valores são potentes variáveis caracterizadoras da cultura do grupo, mas podem ser, também, construtos relevantes enquanto explicações das diferenças interindividuais nos comportamentos manifestos,

isto é, enquanto variáveis dependentes sujeitas a variações com a capacidade económica, a diferenciação cultural, o grupo etário ou o sexo...”.

Rokeach (1973) considera que o conceito de valor, mais do que qualquer outro, deverá ocupar uma posição central em todas as ciências sociais- sociologia, antropologia, psicologia, psiquiatria, ciências políticas, educação, economia e história. “Mais do que qualquer outro conceito, é uma variável interveniente que promete ser capaz de unificar os interesses aparentemente diversos de todas as ciências relacionadas com o comportamento humano” (Rokeach, 1973, pg.3)

Assim, partindo do estudo de Eurico de Figueiredo, um grupo de estudantes de Mestrado em Psicopatologia e Psicologia Clínica propôs-se estudar os valores sociais dos jovens universitários e dos seus progenitores na década de 90. Sendo a cada um dos mestrandos atribuída uma região do país, a nós coube-nos o Minho, uma região com fortes tradições e características específicas.

O trabalho encontra-se, essencialmente, dividido em oito capítulos. Partimos de uma base teórica que se refere ao processo de aquisição de autonomia nos jovens, no seio do conflito intergeracional, como fundamental para a elaboração de valores (capítulo 2), precedido por uma breve descrição de características históricas e sociais do Minho (capítulo 1) e prosseguindo com a descrição de estudos e conclusões acerca dos valores veiculados na sociedade actual (capítulo 3). O quarto capítulo refere-se à definição do problema. Por último, na parte prática descrevemos a metodologia utilizada (capítulo 5), os resultados e sua análise (capítulo 6), conclusões (capítulo 7) e investigações futuras (capítulo 8).

CAPÍTULO I

Portugal e o Minho – contextos económico e social**1. Portugal- mudanças sociais ao longo do tempo**

Os sistemas de valores sofrem mudanças com a emergência de novas condições de vida, que se vão alterando, naturalmente, com as mudanças políticas, económicas, tecnológicas, etc.. Contudo, as mudanças culturais fazem-se de uma forma gradual e segundo uma escala intergeracional. De acordo com Inglehart (1990, pg.18) as mudanças sociais ocorrerão mais facilmente nos mais novos, que se substituem aos grupos mais velhos. Mas, este autor considera que as diferenças em termos de valores são subtis em gerações próximas (uma vez que os valores levam toda uma vida a serem construídos) e que só se salientarão significativamente em domínios que estejam a sofrer grandes mudanças.

Deste modo, é importante, para estudo dos valores que sejam detectados os domínios em que se estão a dar modificações na sociedade, e avaliar, nomeadamente as alterações sociais, políticas e económicas que se têm registado ao longo do tempo.

António Barreto, em 1995, publica uma estudo acerca da mudança social em Portugal, considerando que, a sociedade portuguesa, tem sofrido, desde os anos 60, “um período de notável aceleração. “Portugal fez, em vinte ou trinta anos, o que, noutros países tinha demorado cinquenta ou sessenta anos” (Barreto, 1995, pg.843). As modificações verificaram-se a um ritmo veloz, a nível da indústria, serviços, escolarização, cobertura nacional de serviços e empresas e demografia.

Portugal, uma sociedade fechada e com alto grau de homogeneidade etno-cultural até esta altura, é hoje “graças às três últimas décadas de mudança rápida e profunda (...) uma sociedade plural” (Barreto, 1995, pg.842).

De acordo com Schmitter (1993) a “Revolução dos cravos”, em 1974, foi o primeiro e, em muitos aspectos, o caso mais original da onda actual de democratização

que se espalhou desde o sul da Europa até à América Latina(...) porque (...) substituiu um longo período de ditadura, porque a experiência anterior de democracia foi muito precária (...) e porque demorou tanto a consolidar um consenso sobre as regras da competição democrática” (Schmitter, 1993, pg.89). Este autor considera que o '25 de Abril', iniciado sem “uma base segura” a nível da opinião pública, foi determinante para a construção de valores democráticos em Portugal, que se foram depois consolidando. Para Moreira (1998) o regresso aos caminhos da democracia, e a “descolonização com que terminou uma longa guerra” (Moreira, 1998, pg. 49) é o facto dominante da história portuguesa de século XX.

Ulrich (1991) refere, por seu lado que “até 1970 a sociedade portuguesa estava bloqueada, muito fechada em si mesma, pouco permeável a influências exteriores” (Ulrich, 1991, pg. 119). Este autor considera que, a partir de 1986 com a adesão à CEE, o país entrou numa fase de acelerado crescimento económico e que, a sociedade portuguesa sofreu grandes modificações nos últimos 15 anos, tendo-se tornado mais aberta ao exterior, não apenas em termos económicos, mas também em termos culturais, com uma influência nítida dos valores anglo-americanos, em detrimento da tradicional influência francesa. Tornou-se numa sociedade mais competitiva, que assimilou, em grande parte, as leis do mercado da livre concorrência.

Em termos da análise económica e social elaborada pelo Ministério do Planeamento e da Administração do Território em 1993, Portugal, a nível económico, cresceu a um ritmo mais acelerado do que o ritmo global da União Europeia, mas mantendo ainda valores, respeitantes a indicadores económicos, inferiores à média Europeia.

Este crescimento rápido ocorreu a par de modificações a todos os níveis, muitas vezes num clima de desorganização e de desigualdade relativamente ao desenvolvimento de diferentes áreas de mudança.

Assim, no que respeita a questões demográficas, Barreto (1995) refere que a taxa de natalidade está a descer, sendo hoje uma das mais baixas da Europa, e a esperança de vida aumentou, situando-se aos níveis europeus. Tendo em conta a progressão destes dois factores a um ritmo superior ao da União Europeia, Barreto prevê que dentro de 10 ou 15 anos, a população portuguesa seja a mais envelhecida da União.

O esvaziamento demográfico do interior foi permanente, concentrando-se a população em zonas urbanas, numa situação económica em que o sector terciário passou do terceiro para o primeiro lugar.

Aumentaram de forma significativa as uniões de facto, os divórcios e os filhos fora do casamento.

“A presença de mulheres na população activa modificou-se radicalmente” (Barreto, 1995, pg.845). Passou de 15% há 30 anos para cerca de 50% actualmente.

E, de acordo com o relatório da análise económica e social e elaborado pelo Ministério do Planeamento e Administração do Território (1993), deu-se uma redução do desemprego, na década de 80, particularmente na camada mais jovem, se bem que a taxa de desemprego juvenil, continue, em 1991, a ser o dobro da taxa de desemprego total.

A educação e cultura foram sectores de enormes mudanças, em que a taxa de escolarização subiu em flecha nos jovens, com a introdução da escolaridade mínima. No entanto, mantêm-se “baixíssimos níveis de qualificação técnica e cultural. O alargamento quantitativo da escolarização não tem tido consequências proporcionais na preparação profissional “ (Barreto, 1995, pg. 845).

Igual evolução observou-se na saúde pública, em que aumentaram o número de médicos e enfermeiros, de internamentos, de pessoal hospitalar por cama e o consumo de medicamentos, mas mantendo-se, também, em níveis inferiores à U.E..

No que respeita à justiça, aumentaram os tribunais, advogados, etc., tal como, proporcionalmente, o número de processos movimentados.

Segundo Barreto (1995), as causas de todas estas mudanças e o “ritmo impressionante a que elas se processaram” (Barreto, 1995, pg. 846) estariam, desde os anos 60, ligadas com a emigração (poderoso factor de dinamismo da cultura), o turismo, o livre comércio, a guerra colonial, a televisão, o investimento estrangeiro, a implementação da democracia e a integração europeia.

Desta forma, numa sociedade aberta e de informação global (profundas mudanças políticas e sociais), as expectativas e aspirações dos portugueses cresceram rapidamente, ao que não correspondeu, ao mesmo nível, o crescimento das potencialidades económicas e da riqueza. Assim, foi o sector da habitação que apresentou mais dificuldades, em que, particularmente os jovens, não possuem meios

nem apoios para obter uma habitação própria, permanecendo até tarde com a família de origem.

Observou-se um crescimento das classes médias, ligadas a profissões intelectuais e de enquadramento, ou então a posições mais subalternas do terciário, mas associadas ao tratamento de informação.

Particularmente na última década, aumentaram os níveis de consumo e deu-se “uma transformação profunda da atitude face ao consumo e à poupança” (Santos Silva, 1998, pg. 210) - maior procura de bens e de eventos lúdicos e culturais.

Villaverde Cabral (1998) considera que numa sociedade minimamente complexa e diversificada, coexistem mais do que um sistema de valores, mas que em Portugal existe uma “maioria sociológica” que, aparentemente se rege, actualmente, por padrões de valores relativamente homogéneos, que no seu entender, podem estar mais ou menos em crise. Refere, no entanto, os contrastes entre o Norte e o Sul, em que neste caso, se verifica uma “forte propensão igualitária dos assalariados” e no outro “a propensão meritocrática da pequena burguesia proprietária” (Villaverde Cabral, 1998, pg. 191).

Este autor, guiado pela escala de atitudes de Inglehart (que associa a modernidade a valores “pós materialistas”), considera que a “maioria sociológica portuguesa permanece robustamente materialista, isto é, rege-se pelos valores tradicionais da família conjugal, alargada aos antepassados próximos e preocupa-se, acima de tudo, com a saúde e com o dinheiro, daí a primazia atribuída ao emprego seguro, mesmo que pouco gratificante e à reforma” (Villaverde Cabral, 1998, pg.163).

Santos Silva (1998) considera que, do ponto de vista da cultura como padrão de comportamento, a população portuguesa traduz um modelo que “não pode ser incorporado como moderno mas que desafia a dicotomia tradicional/moderno” (Santos Silva, 1998, pg. 208). Este modelo define-se através da “abertura a históricas oportunidades vividas como conjunturais e exógenas” (Santos Silva, 1998, pg. 208) - emigração, generalização da Escola, Estado, institucionalização da Segurança Social, Serviços de Saúde, etc; e através da “ancoragem numa estrutura social de base comunitária, familiar e territorializada” (Santos Silva, 1998, pg. 208).

Já em 1991, Villaverde Cabral et al., a partir de uma sondagem, concluem que os portugueses estão abertos ao progresso económico, embora de acordo com um padrão materialista, em que 45% avaliam positivamente o progresso pelo “conforto e vantagens materiais que traz” e revelam, também atitudes positivas face à livre concorrência.

Para estes autores, se os dados referidos revelam uma mudança de mentalidades em relação ao sistema da livre concorrência, observa-se, por outro lado, a presença de uma atitude de forte dependência em relação ao governo ou ajudas provenientes do exterior, para a promoção do desenvolvimento económico. No entanto, existe já uma fatia importante da população que refere como factores mais importantes “o trabalho dos portugueses” (20%) e “a iniciativa dos donos e gerentes de empresas”.

Este estudo mostrou ainda que existe um sentimento geral de bem-estar por parte dos portugueses, em que 57% da população considera que vive de acordo com os seus “grupos de referência” e 71% diz-se pertencer à classe média. Mas, segundo os autores, estes dados contradizem a distribuição objectiva dos inquiridos, segundo os dados fornecidos pelos próprios- em que apenas 39% pertence à classe média. A sociedade portuguesa não sofreu uma redistribuição de riqueza tão profunda que justifique a percepção de mobilidade social ascendente obtida pela sondagem. Villaverde Cabral et al. (1991) avançam como explicação para o desfasamento destes dados um efeito de ilusão que, frequentemente, se encontra associado ao crescimento económico de um país.

2. O Minho

O Minho constitui uma região bem demarcada do resto do país, que tem sofrido ao longo do tempo, alterações próprias, que nem sempre vão a par com aquelas do continente.

Neste capítulo procuramos descrever, sucintamente, as condições sócio-económicas desta região a partir de um estudo, elaborado em 1989 por um grupo de docentes da Universidade do Minho (Cadima Ribeiro, Silva Lemos, Rodrigues Marques e Fernandes, 1989).

Neste estudo, o Minho é caracterizado como uma região de “pequeninos campos, circundados por pequeninos vales, orlados de carvalhos pigmeus, decotados, onde se penduram os cachos das uvas verdes” (Ribeiro et. al., 1989, pg.), situada no

extremo noroeste do Continente português. No entanto, em termos de densidade populacional possui um volume de população quase duplo em relação aquele do continente, existindo também uma grande discrepância entre os distritos de Viana do Castelo e Braga, sendo este mais populoso. Aliás, em todo o Minho parecem existir grandes variações de densidade populacional ao longo da região. Ferreira (1998) refere a “litorização do país” (pg.259) no geral, concentrando-se aí a maior parte do desenvolvimento social, cultural e económico, mas, no que diz respeito ao Minho (litoral e interior), particularmente, aponta para a “afirmação de núcleos urbanos mais consolidados (Braga, Guimarães e Viana do Castelo), tendo em conta a possibilidade de afirmação de alguns centros junto da fronteira norte, através de acções de cooperação transfronteiriça” (Ferreira, 1998, pg.263).

É também conhecida a tradição do Minho em geral como fonte de emigração, em que a população procura melhores padrões de vida no estrangeiro, mas também de imigração, nomeadamente dos regressados das ex colónias e de movimentos internos, das pessoas do interior rural, para as cidades em que se concentram as indústrias e, assim, as maiores possibilidades de emprego.

Em termos de actividade económica, apesar de os índices de actividade serem globalmente inferiores à média do continente, as taxas de ocupação do sector secundário são, desde 1950, superiores às médias do continente (aproximadamente mais 20%). O sector da agricultura é o dos mais produtivos do país, apesar de se verificar uma acentuada diminuição da população agrícola activa entre 1960 e 1981 (40,8%). Contudo, particularmente o distrito de Braga, tem boas condições para a produção de vinho de qualidade.

De acordo com Ribeiro e alt. (1989, pg.35) “a fraca implantação do sector terciário não sofreu alterações desde 1980, tendo, pelo contrário, o sector secundário, reforçado a sua já forte posição dessa data. Em 1985, 55% do emprego no distrito de Braga estava afecto ao sector secundário”. O trabalho feminino representa 44,2% face aos 34,4% do continente e existe uma mão-de-obra jovem, comparativamente, também, com o resto do país.

No entanto, o índice de escolarização é o mais baixo do país, em que 89% dos trabalhadores por conta de outrem não possui a escolaridade mínima obrigatória, para 77% dos do continente.

Ainda no que respeita à educação, verificam-se grandes assimetrias entre os concelhos que compõem a região, sendo a taxa de analfabetismo (em 1989) muito elevada nas zonas menos industrializadas.

O Minho, zona de minifúndio e de povoamento disperso, “o comportamento sócio-político das regiões onde o conservadorismo tradicional arregimentado à volta dos representantes da Igreja, ombreia com o progressismo democrático (...) e pugna pelo reformismo social (Ribeiro et. al, 1989, pg.131).

Este contraste sócio-político, suscitado e conservado por duas forças poderosas que existem na região- a Igreja e as vicissitudes inerentes à industrialização – salienta-se nas mais diversas manifestações políticas e sociais, originadas em filosofias e valores de sinais muito diferentes e, muitas vezes, opostos.

Deste modo, existem estudos apontando para maiores índices religiosidade (particularmente maior percentagem de católicos), no Norte Litoral e Interior (França, 1993), e para o facto de que, no Grande Porto e meios rurais, mais do que na Grande Lisboa, se transmitem valores relativos à conformidade social (Almeida e Guerreiro, 1993).

2.1 Universidade do Minho

No distrito de Braga existem dois estabelecimentos de ensino Superior: a Universidade do Minho (criada em 1973) e Faculdade de Filosofia de Braga.

A Universidade do Minho dispõe, já em 1989, de 17 cursos de licenciatura frequentados por mais de três mil alunos, estando, em 1996, 2507 alunos inscritos só no último ano.

O número de alunos tem crescido a um ritmo avassalador - entre 1975 e 1989 atingiu uma taxa de crescimento de + 1662% (Ribeiro et al., 1989).

A proveniência dos alunos segundo os locais de residência mostra que a população escolar é maioritariamente oriunda do Minho, mas atracção da Universidade do Minho alarga-se às várias regiões, incluindo as duas Regiões Autónomas. Para além disso, o número de alunos estrangeiros começa a assumir importância (um acréscimo de

20% relativamente à população escolar), provenientes, principalmente de 3 continentes- América, África e Europa- sendo de salientar o conjunto de alunos dos Países Africanos de Representação Portuguesa (41,2% do total de estrangeiros) e os provenientes do Brasil (29,4% do total de estrangeiros).

Analisando a distribuição por sexos no ano de 88/89 verificou-se que o sexo feminino predominava nos cursos de licenciatura em Ensino e Relações Internacionais, enquanto que o masculino predominava nos de Gestão de empresas, Engenharia e Ciências Aplicadas. No global existia um maior número de mulheres (52% para 48%), em 1989.

Actualmente, em 1996, a população de estudantes, só a frequentar os últimos anos dos cursos é constituída por um total de 2507 alunos, dos quais 1570 (62,6%) são do sexo feminino e 937 (37,4%) são do sexo masculino, o que leva crer que a percentagem de raparigas estará aumentar nesta Universidade.

CAPÍTULO II

Adolescência, Juventude e Autonomia

1. Introdução

Adolescência e juventude, muitas vezes indiferenciadas em termos conceptuais, têm sido objecto de inúmeros estudos, sendo caracterizadas de diferentes formas, um pouco segundo alterações sociais e culturais relativas ao espaço e ao tempo em que os autores se situam ou situam os seus estudos.

Ainda hoje, se discute particularmente o término da adolescência, quando é que os jovens se tornam autónomos, a existência ou não de conflitos geracionais e de uma cultura juvenil própria.

Para que se compreendam os mecanismos de formação e consolidação de valores sociais durante a adolescência é importante estudar todos esses aspectos. Assim, por exemplo, só a partir da aquisição de autonomia poderão os jovens diferenciar-se dos pais e defender valores sociais distintos, tal como a inserção em grupos juvenis é importante para a formação da identidade no jovem.

2. Adolescência e/ou Juventude

Adolescência e juventude serão designações diferentes para a mesma realidade identificando uma época de vida e um grupo social ou são realidades diferentes mais ou menos adjacentes?

A adolescência precede a idade adulta. Em latim *adolescens* é um participio presente e designa aquele que se encontra a crescer enquanto que *adultus* é um participio passado e designa aquele que já cresceu. “O adulto é um adolescente acabado” (Vallet, O., 1995, pg. 123).

De acordo com Figueiredo (1985a, pág. 67) a “adolescência é o período de desenvolvimento que vai da puberdade até à maturação biopsicológica do indivíduo, tornando-o capaz não só de reproduzir biologicamente a espécie, mas também de contribuir pelo seu trabalho e estabilidade psicológica para a manutenção da família humana”.

No entanto, este e outros autores referem que o acesso ao estatuto de adulto “é variável de cultura para cultura e que determinadas civilizações passadas e actuais não utilizam o conceito nem o estatuto de adolescência, transitando o púbere imediatamente para o estado de adulto sem qualquer período de transição reconhecida” (Figueiredo, E., Fleming, M., Paúl, C., 1983, pg. 505).

Contudo, para estes autores, a inequívoca maturação biológica da puberdade dará sempre origem a modificações psicológicas, em que sobressai uma reformulação da imagem corporal, independentemente do estatuto cultural e social que é dado a este período de mudança.

Em 1968, W. D. Wall (1975, pg. 11) refere que neste século tem-se assistido a um alongamento do período da adolescência ou como ele afirma “a adolescência democratizou-se”, na medida em que se prolongou, em todos os estratos sociais, o período de dependência entre a infância e completa aceitação na sociedade adulta.

Mais recentemente, Vallet (1995, pg. 128) considera que o mundo moderno limitou as possibilidades de emancipação porque a escola obrigatória prolonga as tutelas por um duplo motivo: restringe a família e retarda o casamento. Restringe a família uma vez que o custo dos estudos limita os nascimentos e, portanto, valoriza cada criança: em todo o mundo, o modelo de família instruída é o de uma família pequena em que cada um é investido ou sobre-investido de grandes esperanças. Retarda o casamento, meio tradicional de emancipação, na medida em que este não deverá ocorrer antes que sejam garantidas as melhores condições para as futuras crianças.

Fleming (1993, pg. 37) aponta um paradoxo evidenciado na sociedade americana, em que se procura promover a autonomia dos jovens mas, ao mesmo tempo, retardar a sua entrada na vida adulta. Existe uma grande pressão para que os jovens

adiem a sua transição para a idade adulta, apesar de atingirem a maturidade física mais cedo do que no passado.

“A adolescência, antes etapa transitória e palco de rituais iniciáticos facilitadores da passagem à vida adulta, transformou-se progressivamente, nas sociedades industrializadas do Ocidente, numa fase longa do ciclo de vida, de contornos indefinidos, palco de uma separação penosa e sempre adiada, onde as gerações envolvidas se disputam no afecto e herança” (Fleming, M. 1983, pg. 522).

De acordo com Toubanc (1995, pg.99) “o fim da adolescência é uma mudança de estatuto que é marcado, pelo menos, pela passagem ao estado de maioridade, aos dezoito anos e que comporta outros direitos e deveres”. Esta idade tinha sido escolhida somente há 20 anos em 1995, pelo menos em França, sendo anteriormente a maioridade atingida três anos mais tarde. Este autor considera que esta mudança se deveu à “aceleração dos processos psicossomáticos depois do século XIX” (pg.99). Para ele, a adolescência é marcada essencialmente pelo crescimento e pela puberdade e o final da adolescência coincidirá com o fim destes processos.

Contudo, existem outras visões acerca da adolescência em que são mais valorizados factores de carácter social em detrimento dos de carácter físico e psicológico.

Alguns escritores defendem que a adolescência “tal como os adultos a vêm e os jovens as experimentam é um fenómeno sociológico talvez precedido e acompanhado pela puberdade” e possivelmente afectado pelas modificações fisiológicas do crescimento mas, de qualquer forma, independente destas ou pelo menos só indirectamente relacionada com elas (Wall, W. D., 1975).

Deste ponto de vista, o conceito de adolescência parece coincidir com o de juventude, em que os factores sociais têm pelo menos um peso tão importante como os fisiológicos e psicológicos.

Diversos autores consideram a juventude uma fase do ciclo de vida que se estende, aproximadamente, desde os 12 aos 30 anos, não podendo as fronteiras relativas à idade ser rígidas. O resultado do prolongamento dos estudos, os empregos precários e o custo das habitações criam uma situação contraditória em que o jovem tem liberdade de decisão no plano político, social e sexual mas poderá ser dependente económica e culturalmente dos pais, por vezes além dos 30 anos (in Askevis, 1995. Pgs. 107- 122).

Askevis (1995, pg. 107) considera que “a denominação ‘jovem’ reenvia à noção de classe de ‘idades’, a um grupo constituído em torno dessa característica, enquanto a adolescência reenvia a um processo desencadeado pela puberdade.

A sociologia utiliza o termo juventude quase exclusivamente - existe então uma sociologia da juventude -; a epidemiologia trata da adolescência.

Deste modo, a adolescência estaria incluída na juventude, terminando a adolescência entre os 18 e os 20 anos para grande parte dos autores.

Durante os últimos tempos a juventude foi revalorizada: deixou de ser um tempo de transição para se tornar uma etapa da vida bem definida e prolongada, etapa essencial caracterizada pela formação, orientação e tomadas de decisão relativamente à construção do futuro.

É a época da vida onde se opera uma dupla passagem: da escola à vida profissional, da família de origem à família de procriação.

Hoje em dia, a ‘juventude’ não é uma ‘herança’ transmitida pela família, ela deve-se adquirir, isto é, “na sociedade actual cada indivíduo terá que construir o seu destino” (Askevis, 1995, pg. 108). É o tempo de aquisição de um status social.

A cultura da juventude participa da evolução da sociedade no seu conjunto. É testemunho, simultaneamente da autonomização (temporal, espacial, social, cultural) da juventude, enquanto período de vida, e do rejuvenescimento da vida adulta. É partilhada por um grande número de adultos e participa na evolução da sociedade no seu conjunto: pluralização e individualização são tendências fundamentais. Os projectos de vida dos jovens obedecem cada vez menos a papéis ou modelos rígidos, mas individualizam-se cada vez mais. Actualmente, parece que depende de cada jovem a construção do seu futuro e o papel que deseja representar na sociedade.

Wall, em 1983, já tinha afirmado que “é preciso entender que a adolescência não se manifesta de maneira uniforme, mesmo dentro da mesma sociedade, ou até dos subgrupos em que ela se divide, e que mudando as circunstâncias os fenómenos de comportamento mudarão também e que alguns aspectos da adolescência poderão ser enormemente modificados ao dar-se uma transformação das circunstâncias e das exigências sociais. Não existe uma “psicologia única da adolescência, mas que, em períodos de mutações rápidas, como é o nosso, devemos estar preparados para descobrir que as descrições de adolescência de um país não servem para outro e que os

manuais escritos numa determinada época, dentro de uma década, obsoletos, pelo menos nos pormenores” (Wall, 1983, pg. 46).

Por isso, ou para além disso “a juventude só existe no plural” (Askevis, 1995, pg 109). Assim, nem todos os jovens têm as mesmas oportunidades e as mesmas vivências, tendo em conta o meio socio - económico em que se inserem.

Figueiredo et al. (1983, pg.17), tendo em conta as rápidas mudanças sociais recentes pensaram que possivelmente “futuros historiadores” considerarão “um bom número de acontecimentos em que a adolescência tem hoje em dia um papel importante, como resultado de diferentes factores exteriores: o declínio geral da fé religiosa, as preocupações suscitadas no ambiente social por problemas financeiros e acontecimentos políticos locais, a desvalorização daqueles a quem o adolescente acreditou poder-se identificar com proveito; os contrastes chocantes na repartição dos bens, a exaltação da riqueza e do sucesso ao mesmo tempo que são recusados a grande parte da sociedade”.

3. Modificações na adolescência e juventude

A puberdade e a adolescência originam uma série de modificações fisiológicas, morfológicas e psicológicas rápidas, de duração variável, geralmente entre 6 e 8 anos, com consequências a nível das relações sociais.

Blos (1985) considera a adolescência como “a quarta fase do desenvolvimento psicosexual, a fase genital, que fora interrompida pelo período de latência” (Blos, 1985, pg. 5) e utiliza a palavra puberdade para indicar as manifestações físicas da maturação sexual. Nessa altura, dá-se um crescimento intenso em altura, peso, musculatura (alteram-se todas as dimensões dos músculos e dos ossos, o equilíbrio glandular, a distribuição da gordura subcutânea, o poder da estrutura óssea, particularmente visível na face e na cabeça) e o desenvolvimento de características sexuais primárias e secundárias. Este autor afirma que, em muitos aspectos, os primeiros anos após a primeira década são muito semelhantes psicologicamente aos segundo e terceiro anos da infância - sensibilidade exacerbada, aprendizagem rápida e aquisições fundamentais.

Wall (1983), por seu turno, diz que “o desabrochar da puberdade nos primeiros anos da segunda década, quebra a harmonia física e a regularidade do final da infância, com um crescimento inicial rápido, que continua a produzir anomalias aparentes e irregularidades durante um ou dois anos mais...” (Wall, 1983, pg.18).

Todas estas mudanças criam no jovem a necessidade de integrar uma nova imagem corporal, a qual vai determinar em grande medida o sucesso em outras tarefas da adolescência.

Dá-se uma modificação da imagem do próprio corpo e uma reavaliação do Eu à luz de novos poderes físicos e novas sensações. A mudança de carácter biológico mais fundamental, e determinante de toda a evolução posterior, é a aquisição da capacidade de reprodução e o aumento da pulsão sexual.

Os elementos de base das mudanças que se efectuam durante a adolescência são um influxo de forças sexuais biologicamente predeterminadas, a percepção interna de alterações que afectam o ‘Eu’, as exigências de uma nova realidade e as consequentes dificuldades de adaptação (Figueiredo et al., 1983, pg. 515).

Uma das tarefas fundamentais desta fase do ciclo de vida é aprender a viver com a própria sexualidade e desenvolver um Eu sexual, que permite uma grande variedade de relações com o sexo oposto, desde a indiferença afectuosa à completa paixão amorosa de adultos (Wall, 1983, pg.53).

Por outro lado, a sexualidade é determinada não só pelos impulsos biológicos mas também pelas expectativas e significados sociais que lhe estão associados, os quais são, maioritariamente, aprendidos e reforçados no grupo de pares. Os impulsos sexuais biológicos são acompanhados pelo aparecimento da necessidade de intimidade, os quais o adolescente deverá integrar, por forma a tomar decisões críticas em relação a estas. A integração do desejo sexual e do desejo de intimidade depende, no entanto, de um certo grau de desenvolvimento a nível pessoal, cognitivo, interpessoal e a nível de valores.

Wall (1983) considera que os aspectos cognitivos do crescimento na puberdade estão talvez mais relacionados com o meio ambiente do que com as modificações físicas e fisiológicas. “Porém a maturidade fisiológica tem, até certo ponto, um papel muito importante e consegue manter-se independente das influências menos violentas do ambiente” (Wall, 1983, pg. 33).

A nível cognitivo o jovem atinge nesta fase do ciclo de vida, o estágio das operações formais. E, ao adquirir um pensamento abstracto, complexo e flexível que

lhe permita “ pensar através de hipóteses, pensar diferentes possibilidades e alternativas, pensar acerca dos próprios pensamentos, pensar segundo as perspectivas dos outros e pensar o passado e o presente e antecipar o futuro”(Fleming, 1993, pg.78) o adolescente começa a ser capaz de desenvolver conceitos complexos acerca dos outros e das suas relações com os outros, começa a ser capaz de assumir diferentes papéis sociais e a ser capaz de compreender as perspectivas dos outros, integrando-as com a sua .

Assim, na adolescência adquire-se a capacidade de abstrair um conceito partindo de premissas dadas, a capacidade de formar classes superiores a partir de material verbal, a relação entre a capacidade de utilização de linguagem abstracta em forma de escrita e a de emitir conceitos de valor sistemáticos.

Os jovens, a partir destas capacidades, começam então a discutir e colocar em causa, com mais confiança, as instituições, atitudes e teorias com que cresceram.

O raciocínio hipotético - dedutivo permite ao indivíduo transcender a aceitação concreta de normas e projectar o pensamento para formas mais abstractas e probabilísticas, para construir modelos ideais, para se identificar com os pensamentos e os sentimentos dos outros. Este desenvolvimento do poder de raciocínio é essencial para a capacidade de emitir juízos de valor adultos, para avaliar os problemas tendo em consideração uma multiplicidade de factores, para predizer uma série de resultados prováveis e para deduzir os princípios apropriados, pelos quais se pode justificar a acção e a decisão (in Fleming, 1993, pgs. 77- 86).

“As modificações físicas e principalmente psíquicas e sociais aumentam muito a introspecção, a autocrítica e a tendência para olhar para o exterior e comparar o seu Eu com o dos outros” (Wall, 1983, pg.39).

Deste modo, podemos considerar como Ritvo (1995) que, enquanto que a puberdade e o início da adolescência são marcadas por rápidas mudanças morfológicas e fisiológicas, o final da adolescência é mais definido pelas suas características psicológicas.

Este autor considera importante dividir a adolescência em etapas, definindo cada uma pelas suas características fenomenológicas e conceitos metapsicológicos correspondentes, para melhor se estudar e compreender “esse período caleidoscópico com as suas oscilações pulsionais, as mudanças de relação de objecto, a alternância de movimentos regressivos e progressivos e reestruturação do aparelho psíquico” (Ritvo, 1995, pg. 135). Diz ser o fim da adolescência um estágio de desenvolvimento em que

se produzem espontaneamente os maiores fenómenos de integração e estruturação da personalidade, sendo o jovem confrontado com as exigências psicológicas e realidades da vida adulta.

Estas transformações ocorrem em três contextos principais, a família, o grupo de pares e a escola, implicando uma aquisição de maior autonomia face à família, o desenvolvimento e formação da identidade adulta, o estabelecimento de relações de intimidade ,etc.

De acordo com Figueiredo (1985) “no conjunto e no fim da adolescência, é indubitavelmente uma imagem do Próprio, um Ideal do Eu e um super-Eu que se modificaram. As representações corporais e o seu significado de mudança no conjunto das expectativas individuais e culturais, em permanente inter-relação, vão inevitavelmente provocar modificações psicológicas estáveis, ou para bem do amor próprio pela capacidade de enriquecer a relação social do adolescente, ou para mal, pela insegurança, culpabilidade e isolamento que provocam ” (Figueiredo, 1985^a, pg. 69).

Coimbra de Matos, em 1983, referindo-se ao desenvolvimento infantil na perspectiva psicanalítica acredita que “na adolescência a revivência do conflito edipiano, a maturação da genitalidade, o assumir ou não da forma corporal sexuada, a maior ou menor dificuldade de fazer o luto das imagens parentais, as oscilações investimento objectal *versus* investimento narcísico, e os problemas com a consolidação da identidade e a definição do papel social, vão fazer reviver e recriar velhas dificuldades e, por vezes, novas e dramáticas alternativas, em que o suporte de identificação que o adulto pode fornecer vai jogar papel decisivo no destino que marcará o jovem” (Coimbra de Matos, 1983, pg. 483).

Este psicanalista afirma ainda que “o Ego, no sentido clássico - isto é, de instância ou estrutura do aparelho mental encarregada de mediação entre o Id e o Super-eu e da organização da adaptação ao real- é uma formação (...) tardia. Na sua forma elaborada, com funções de unidade e síntese, e a referida de mediador, é uma formação contemporânea do período edipiano, e ainda sujeita a remodelações posteriores, designadamente na adolescência” (Coimbra de Matos, 1983, pg. 481).

Salgueiro (1990) refere-se ao “2º conflito edipiano, o da adolescência”, que é “vivido sobretudo fora de casa, com o investimento amoroso e sexual de figuras exteriores, com maior ou menor carga de idealização erótica ou agressiva, de acordo

com as possibilidades narcísicas construídas ao longo da infância e pré - adolescência” (Salgueiro, 1990, pg. 72).

Este autor considera que o conceito de Bion de ‘mudanças catastróficas’, trazidas por “ideias novas”, entendido num conceito desenvolvimentista, dá uma imagem correcta do tumulto da adolescência normal, em que as figuras parentais se relativizam “aparentemente perdem importância pela entrada em cena de novos personagens com novos valores identificatórios, mas ganham em complexidade e espessura, ajudando a remodelar os objectos internos primordiais, e preparando-os para serem o suporte firme para a etapa adulta” (Salgueiro, 1990, pg. 72).

Este do país de adolescência, período da vida em que se estabelece a identidade pessoal, e que passa a ter uma identidade de personalidade, sendo através da existência de valores.

4. Separação e Autonomia – relação com os progenitores versus relação com os pares

4.1 Pais e filhos

O adolescente, desde o início da puberdade começa a libertar-se da dependência da família, desenvolvendo fortes laços afectivos com o grupo de pares.

Freud, na sua teoria do desenvolvimento da sexualidade, considerou como tendências progressivas na adolescência o facto de o adolescente direccionar grande parte da sua libido para fora da família. Assim, ao crescer, o indivíduo vai-se autonomizando cada vez mais relativamente aos pais, sendo esta uma mudança fundamental durante a puberdade e adolescência.

Posteriormente, muitos e variados estudos foram realizados a nível mundial nas áreas da psicologia, sociologia e psicanálise, de modo a explicar a forma como se altera a relação pais-filhos a partir da puberdade, suas consequências e variações. Neste trabalho focaremos aqueles que nos pareceram mais relevantes para esta investigação.

Basicamente, as diferenças entre os diversos estudos, referem-se à importância relativa da oposição e conflitualização da relação adolescentes-progenitores, sendo que a grande maioria dos autores considera que se dá uma reestruturação da dinâmica dessas relações, com maior ou menor ‘tumulto’, ou seja, o processo da adolescência, em si mesmo, implica o abandono de “posições antigas a favor de novas”, envolvendo “progenitores e descendentes num processo de interação maturativa” (Figueiredo, 1985^a, pg. 79).

Erik Erikson (1971) considera que a vida inteira do homem, e não apenas a sua infância, se move em redor de uma série de idades discerníveis e cruciais, cada um delas caracterizada por uma crise ou um conflito dominante. O conflito dominante da adolescência seria entre “a difusão da identidade *versus* a aquisição de identidade” (Erikson, 1971, pg. 240).

Esta procura de identidade levaria o adolescente a rejeitar e a revoltar-se contra os seus pais, com o objectivo de se libertar das identificações infantis e da autoridade parental. Nesta situação são fundamentais os contextos psicossociais envolventes tais como pares, escolas e outras instituições.

Eurico Figueiredo (1983, 1985, 1988, 1992) e Manuela Fleming (1986, 1988, 1992, 1993) em Portugal, são dois dos autores que mais se dedicam à problemática da aquisição de autonomia na adolescência. Estes autores consideram que “daqui em diante, o indivíduo humano tem que se dedicar à grande tarefa de se separar dos seus pais e, até que esta tarefa esteja cumprida, ele não deixará de ser criança e tornar-se um membro da comunidade social”. (Figueiredo et al., 1983, pg. 509).

Fleming (1986) entende que a “separação adolescentes - progenitores se enraíza na problemática mais vasta da individuação, descrita por autores de que Malher é a principal referência”, sendo ao adolescente “dada a tarefa de romper a membrana das dependências familiares (Fleming, 1986, pg. 134)”.

O processo de individuação decorre ao longo do ciclo de vida, implicando mudanças a nível dependência/autonomia, acompanhando assim o desenvolvimento da personalidade.

Fleming (1986), um pouco a par de Erikson, pensa que individuação, autonomia e formação de identidade constituem os ingredientes psicológicos necessários à realização da separação do adolescente. A formação da identidade é facilitada por uma

maior autonomia, a qual por sua vez é tanto maior quanto mais o processo de individuação estiver avançado.

Esta autora definiu o conceito de separação “enquanto fenómeno intrapsíquico de separação de objectos internalizados conduzindo à progressiva separação física dos pais e conquista de autonomia face à família” (Fleming, 1983, pg. 524)

Eurico Figueiredo (1985^a) estudou particularmente os jovens no que se refere ao conflito de gerações.

Para este autor, a relação adolescentes - progenitores seria conflitual, “a todos envolvendo num processo de oposição de gerações, fundamental para o desenvolvimento civilizacional” (Figueiredo, 1985^a, pg. 93). Os conflitos adolescentes-progenitores situar-se-iam aos níveis da Dependência - Autonomia, Obediência-Desobediência, Idealização - Desidealização.

Estes conflitos, apesar de privilegiarem aspectos diferentes da realidade psíquica, o primeiro mais ligado aos fenómenos de vinculação e os segundos às instâncias Normativas, sobretudo aos processos de Identificação, potencializam-se e reforçam-se mutuamente. “Verificamos (...) uma tendência constante progressiva, valorizando a autonomia, a desobediência e a desidealização dos pais” (Figueiredo, 1985^a, pg. 94).

No entanto, este autor salienta que “conflito não quer dizer ruptura, agressão, violência: quer apenas dizer interesses particularmente contraditórios, áreas de tensão” (Figueiredo, 1985^a, pg. 198).

Ainda de acordo com Figueiredo (1985^a), as mudanças da adolescência afectam toda a família, modificando também o comportamento dos pais, que têm que se adaptar a uma situação nova. “O fim do processo adolescente dos filhos é vivido pelos pais como uma perda. Esta, implicando um trabalho de luto, conduziria a uma relação mais igualitária e simétrica com os filhos e novos investimentos, ou a uma intricação psicopatológica com os jovens...”(Figueiredo, 1985^a, pg.94). Neste caso refere o “acorrentamento” (encadeamento afectivo, cognitivo e moral entre adolescentes e pais) , a “delegação” (os pais delegam nos adolescentes missões que servem as suas instâncias conscientes e inconscientes) e a “expulsão” (abandono/rejeição do adolescente).

Em resumo, para Figueiredo “o conflito de gerações está centrado na luta dos jovens para aumentarem o Amor Próprio através de investimentos sociais e amorosos extra-familiares imprescindíveis à sobrevivência da espécie que lhes permitam obter um

Conflito = áreas de tensão

lugar nos processos de troca básicos de qualquer sociedade, e na luta dos progenitores para não perderem o Amor Próprio que trabalhosamente foram capitalizando ao longo da vida” (Figueiredo, 1985^a, pg.200).

Assim , repetimos, na adolescência, inicia-se um processo de luto pelas imagens parentais, que permite novas identificações e novos investimentos em objectos exteriores à família.

Blos (1985) refere a desidealização dos pais da infância como a parte mais complexa da separação adolescente. Descreve formas de separação que podem dificultar uma saudável separação interna, dando como exemplo, os adolescentes que ao forçar a distância física e geográfica da família, não realizam uma verdadeira separação interna. Acrescenta que permanece, normalmente, uma continuidade na relação com os pais, em moldes diferentes, depois do abandono do carácter infantil da relação. Esta separação, encorajada pela cultura, não é geralmente, uma ruptura na relação, mas uma mudança para uma mais igual e simétrica relação adulto - adulto.

Fleming (1993) também afirma que a separação física dos pais tem sido reconhecida como um importante passo na realização dum sentido de identidade própria, embora, o facto em si, de sair ou de ficar em casa, não seja necessariamente sinónimo de emancipação ou individuação. ”A saída de casa pode significar um funcionamento interno ou externo mais autónomo, mas também pode exprimir a incapacidade de uma separação emocional: forçando uma separação geográfica da família ou do local da infância, o adolescente torna a separação interna dispensável” (Fleming, 1993, pg.131).

Esta autora considera existir na adolescência um processo de luto, inscrevendo-se a dimensão intrapsíquica da separação num quadro de depressão normal, acompanhados de sentimentos de perda e afecto depressivo. No entanto, esses sentimentos são elaborados durante a adolescência, contribuindo para uma reorganização psíquica que será a estrutura de base da idade adulta.

Salgueiro (1990), tal como referido anteriormente, relativiza a ideia de oposição entre ente pais e filhos durante a adolescência, e refere-se ao luto adolescente como muito diferente da necessidade de “liquidar” todas as figuras de identificação em que se apoiava na infância. Para este autor, o conflito que o adolescente tem inevitavelmente com os pais, é “...muito mais uma reivindicação genérica de autonomia, uma aceleração

imprimida ao processo de separação - individualização, do que a procura de uma solução específica para a sua evolução psicosssexual” (Salgueiro, 1990, pg. 73).

Assim, ao longo desta fase do ciclo de vida, alarga-se o espaço mental interno e o espaço relacional externo, fomentando a criatividade, a procura da diferença, propiciando o prazer de um funcionamento mais autónomo e responsável.

A saída de casa, no final da adolescência, ocorreria já num contexto de estabilidade emocional e de consolidação psíquica, nomeadamente em relação à identidade sexual.

Ainda assim, de um modo geral, a investigação clínica, em adolescentes normais e estudantes, indica o período de saída de casa como gerador de stress, salientando a importância das manifestações sintomáticas encontradas em alunos do 1º ano da Universidade (Fleming, 1993, pg. 127). Mas, à medida que se dá a adaptação à Universidade, foi encontrado um “aumento de afecto, comunicação, satisfação e independência nos jovens após a saída de casa e uma percepção mais positiva da relação com os pais após o ingresso na Universidade” (Fleming, 1993, pg. 128).

Nos estudos realizados por Fleming (1983, 1986, 1988, 1992 1993) acerca da saída de casa em jovens entre os 18 e 25 anos, a autora verificou que, nos jovens em geral, prevalece uma concepção da saída de casa num contexto de alta conflitualidade com os pais, embora seja superior a quantidade de sujeitos universitários capazes de imaginar uma saída sem conflitos. Particularmente, no seu segundo trabalho (1988), verificou que, a maior parte dos jovens universitários, imaginam já uma saída cuja motivação se prende exclusivamente com questões relacionadas com a afirmação e autonomia. Haveria uma grande diferença entre os jovens do ensino secundário e os universitários: “a maioria dos jovens universitários antevê um sucesso total para o herói das suas histórias” (quando este sai de casa), ao passo que os jovens do ensino secundário fantasiam um futuro negro ou adoptam uma posição de grande reserva, acentuando as dificuldades” (Fleming, 1993, pg. 134)

Fleming (1993) concluiu que, apesar de tudo, “o desejo de autonomia está presente, na maioria dos adolescentes, desde os 12 anos” (pg. 181).

Deste modo, a autonomia é conquistada, progressivamente, ao longo da adolescência, em que se dá a apropriação do corpo e a abertura de um espaço mental para pensar e para se relacionar fora da família, passando, nesse aspecto, o grupo de pares a ser mais importante do que a família.

4.2 Relação com os pares e Autonomia de Valores

O desejo de autonomia, enquanto aspecto do processo psicológico de separação - individuação, manifesta-se vigorosamente e encontra-se presente, de acordo com Fleming (1993), já no período peripuberal. "O desejo de encontrar novos objectos de investimento e de novos alvos para o sistema pulsional fora da família mantém-se presente, do início ao final da adolescência" (Fleming, 1993, pg.48)

Douvan & Adelson (1966 in Fleming, 1993) definiram um conceito multidimensional de autonomia, em que distinguem três tipos de autonomia: emocional, comportamental e de valores. A primeira refere-se ao abandono dos laços infantis aos pais, a segunda diz respeito ao comportamento e à decisão autónomas, e a última refere-se à capacidade de manejar uma visão própria, sendo os valores aceites ou rejeitados com base em ponderações pessoais.

A integração do adolescente na cultura dos pares representa um primeiro passo em direcção a uma vida autónoma, sendo esta a área do comportamento em que autonomia se começa por manifestar.

Segundo Figueiredo (1985^a), "a procura de uma maior autonomia emocional da família de origem, a aquisição de uma maior autoridade sobre si próprio, outra forma de autonomia, são condições básicas para que o adolescente se possa afirmar pela positiva, escolhendo exercer actividades socializadas..." (Figueiredo, 1985^a, pg.197).

Os comportamentos são cada vez menos regulados pela dependência dos pais, e cada vez mais por ideias e conhecimentos próprios, a que não são alheios o apoio do grupo de pares.

Piaget, numa perspectiva cognitiva, afirmou que só através da relação e interacção com os pares da mesma idade, os amigos, é que o indivíduo consegue atingir um grau superior de internalização das regras e normas sociais.

Wall (1977) descreve a forma como o adolescente se começa por relacionar com os seu grupo de pares e quais os conflitos subjacentes.

Assim, "o aumento da força e de tamanho e a mudança dos hábitos infantis para os de jovem atraem atenção- e muitas vezes o medo e a ansiedade- dos adultos e dos companheiros; fazem aumentar a consciência que o adolescente tem de si próprio" (Wall, 1977, pg.18); provocando uma série de transformações na sua vida social. Ele não

é o único, pertence a um grupo, pelo menos fora de casa; e as concessões às suas necessidades são menos obviamente necessárias. “Ao mesmo tempo devido à variabilidade de reacções da família e do meio cada adolescente se sente ainda mais heterogéneo entre os adolescentes da mesma idade do que uma criança de 4 anos num infantário” (Wall, 1977, pg.22).

“Rival ou modelo, o outro adolescente do mesmo sexo constitui-se sempre em referência. A sexualidade, a força, a beleza física, problematiza a relação no grupo de iguais, e outros adultos” (Figueiredo et al., 1983, pg. 506).

Na adolescência, apesar da insegurança e das dificuldades que o aumento de autonomia implicam, dá-se, então uma crescente abertura a modelos exteriores à escola e à família. Modelos que, para além do grupo de iguais, existem também na literatura, cultura de massa e meios de comunicação.

O tipo de autonomia pessoal em decisões sobre o que se quer ser, ou sobre o que se pretende fazer, essencial para uma plena integração numa sociedade aberta, pluralista e existencial como é a nossa, com os seus códigos divergentes exige certamente um alto nível de desenvolvimento pessoal e de integração das diferentes identidades.

É durante a juventude, que a partir de todas as transformações referidas e, nomeadamente, a aquisição do raciocínio hipotético-dedutivo, o indivíduo pode transcender a aceitação concreta de normas e projectar o pensamento para formas mais abstractas, construir modelos ideais, identificar-se com os pensamentos e os sentimentos dos outros. O desenvolvimento durante esta etapa, através da relação com múltiplas realidades (família, amigos, instituições sociais) é essencial para a capacidade de emitir juízos de valor adultos, para avaliar os problemas tendo em consideração uma multiplicidade de factores, para predizer uma série de resultados prováveis e para deduzir os princípios apropriados, pelos quais se pode justificar a acção. Na adolescência dá-se, tipicamente, uma desvalorização dos valores interiorizados e uma procura de novos valores.

Segundo Cotterel (1996) as relações com os outros são um dos focos principais da experiência da adolescência. Os jovens dão uma grande importância à pertença a um grupo: este proporciona-lhes não só segurança emocional mas também é fonte de status e reputação, possuindo propriedades motivacionais. E Cotterel acrescenta que “as relações dos adolescentes com os outros são qualitativamente diferentes da infância e não meramente na sua extensão. Claramente, nem todo o comportamento adulto tem a

sua origem na infância. A cultura e socialização têm muita importância na aquisição de comportamentos sociais” (Cotterel, 1996, pg.3).

A adolescência é um período de desenvolvimento da identidade a partir de relações entre os adolescentes e o seu campo social, incluindo instituições como escolas. A escola, particularmente, é o “nicho ecológico e psicológico da adolescência” (Campbell, 1969, pg.834), sendo aí que os jovens passam a maior parte do seu tempo e ensaiam relações sociais. Na escola é criada uma pequena sociedade (relativamente isolada da sociedade adulta), em que poderão acontecer transmissões culturais de uma geração de estudantes para outra.

Fleming (1993), afirma que “ a formação de identidade é um processo multidimensional que abrange diferentes áreas, incluindo a escolha ocupacional, as relações interpessoais, os papéis sexuais, as ideias políticas e religiosas” (Fleming, 1993, pg.94).

O grupo de jovens serve como referência no que respeita à auto-categorização, isto é, à tendência das pessoas para formarem opiniões que estão de acordo com o que acreditam ser o ponto de vista de outros que são, de alguma forma, importantes para eles.

Cotterel (1996) considera que o processo de influência é voluntário e originado no indivíduo que procura informação, sendo a influenciabilidade dependente da mutualidade da identidade. Qualquer colectividade de indivíduos constitui um grupo se os membros dessa colectividade se vêm a si próprios como “encaixando” na mesma categoria social. O grupo pode ser mais ou menos coeso e “a coesão do grupo é uma fonte de criação e manutenção de valores” (Cotterel, 1996, pg.11). Mas participação num grupo não é necessária para que sejam influenciados atitudes e valores; a afiliação é suficiente.

Ainda segundo Cotterel (1996) os adolescentes mais de acordo com as atitudes e valores do seu grupo tinham mais probabilidade de obter compreensão e apoio desse mesmo grupo, e eram mais capazes de reconhecer aspectos positivos do seu grupo bem como de outros grupos.

Kinney (1993), por seu turno, salienta a grande importância da filiação em determinado grupo para a aquisição da identidade social na adolescência. Este autor também considera que a construção de valores, atitudes, comportamentos na adolescência faz-se no grupo de jovens.

Os grupos de adolescentes são caracterizados pela sua tendência para estabelecer distintas identidades sub-culturais, manifestando-se através do vestuário, corte de cabelo, discurso e comportamento. Muitos destes estilos estão associados com o comportamento fora da escola.

Cotterel (1996) refere que, no secundário, as diferentes áreas de estudo afectam o comportamento, atitudes e divisão dos grupos, em que, por exemplo “os estudantes do nível menos académico, atribuíam aos outros sentimentos de superioridade” (Cotterel, 1996, pg.36).

Culturas e sub-culturas jovens podem ser vistas como tentativas feitas pelos jovens para se distinguirem da geração mais velha. Simbolizam as diferenças entre gerações. A contrapartida deste processo de diferenciação poderá ser o conformismo cultural ao grupo social a que se pertence.

Frits Van Wel (1994), por seu turno, estudou a autonomia comportamental, e as diferenças entre gerações concluindo que os resultados mostram claras diferenças de gosto entre as gerações, mas não significa que os jovens se distanciem dos gostos dos seus pais. A atitude geral a este respeito pode ser caracterizada como de tolerância; quase todas as suas preferências se correlacionam positivamente com as dos pais. Observou algumas diferenças entre sexos, em que as raparigas, por exemplo, davam mais importância às colegas da sua idade nas escolhas que faziam do que os rapazes.

Em termos de preferências culturais a rede social também parece ser de uma extrema importância. De acordo com Van Wel (1994), os jovens estarão mais interessados nas actividades dos pais na medida em que as suas relações forem positivas. De forma semelhante o melhor amigo terá tanto mais influência quanto mais próximo for e os pais influenciam mais os rapazes e as mães mais as raparigas.

Este autor conclui que as diferenças entre gerações não parecem aumentar à medida que decorre a adolescência e que, actualmente, existe uma forte tendência para a conformidade nos jovens, especialmente aqueles que mantêm boas relações com os que lhe são próximos e que têm um papel importante na sua vida.

Assim, em termos de preferências culturais, não se observa conflito entre gerações, mas antes uma atitude geral de tolerância.

Van Wel considera, então, que a “imagem persistente dos jovens rejeitarem os gostos da geração anterior pode ser relegada para um museu da cultura dos anos 60” (Van Wel, 1994, pg. 212).

Campbell, em 1969, já havia afirmado que, na adolescência, boas relações com o grupo de pares e com a família são situações totalmente compatíveis e mesmo que, um jovem que mantenha boas relações familiares, tem mais probabilidades de possuir um status elevado no grupo de jovens.

No entanto, Cotterel (1996) chama a atenção para diferentes formas de viver a adolescência e a juventude, considerando que na faculdade se encontram jovens que obedecem à conformidade – “os revoltados não vão à escola” (Cotterel, 1996, pg.9).

Deste modo, partindo de teorias e opiniões aparentemente contraditórias, mas que podem apenas reflectir realidades e contextos sociais diferentes procuraremos, na população de jovens estudados-estudantes universitários e, portanto, potencialmente mais propensos á conformidade-perceber a forma como estão na sociedade e quais os seus projectos de futuro, questões e problemas. Procuraremos perceber se estes jovens se vêm como diferentes da geração anterior ou defendem valores semelhantes.

Assim, o próximo capítulo dirá respeito à caracterização de valores sociais, estudos que permitiram identificá-los e operacionalizá-los e, particularmente, aos estudos realizados na sociedade portuguesa e com jovens.

CAPÍTULO III

Valores sociais

1. Introdução

Numa época de acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, em que tudo é estudado ao pormenor, e em que as definições do objecto de estudo são cada vez mais precisas e, naturalmente, variáveis, o estudo dos valores sociais permanece uma questão de difícil abordagem, em que múltiplas definições dependem não só das mudanças sociais mas também da cultura e do sistema de valores em que se insere o seu autor.

Segundo Reed et al. (1996) o processo de desenvolvimento de valores é um processo complexo de apropriação e transformação dos valores acessíveis no meio cultural e social envolvente, muitas vezes existindo em condições de grande conflito e ambiguidade. É nesta situação que se poderá dar a mudança de valores.

No entanto, apesar de ou por causa disso, existe cada vez mais a noção da importância do estudo dos valores sociais e, particularmente, da sua evolução, em sociedades tão complexas e em permanente mudança como é a nossa. É importante perceber-se se determinadas mudanças sociais correspondem a mudanças de valores e que valores e se, por outro lado, mudanças relativas aos valores implicam mudanças a nível do comportamento social e individual.

As mutações sociais rápidas e intensas, provocam, aparentemente, rupturas no que respeita a tradições morais, e insegurança no que respeita a valores a adoptar, havendo portanto, maior instabilidade e mais conflitos sociais, como tem sido referido por diversos autores e observadores das áreas da psicologia e da sociologia (Brezinka, 1992, pgs. 369-380). Brezinka (1992, pg.369) considera urgente uma “educação para os valores” como resposta à crise de orientação que a mudança cultural rápida da sociedade de hoje desencadeou em muitos dos seus membros. “Esta expressa-se no

desamparo e insegurança em relação a questões centrais sobre valores, normas, sentido e metas, no aumento de perturbações psíquicas, de conflitos sociais e problemas de comportamento. Está em perigo não só o bem estar de cada um em particular, mas também o conjunto da sociedade” (Brezinka, 1992, pg.369).

Tradicionalmente, a educação de valores não suscitava dúvidas, pois os valores e as práticas da sociedade traduziam uma prática objectiva que facilmente podia ser transmitida às novas gerações. Contudo, numa sociedade pluralista e em constante mudança tal não é possível. Como definir os valores, como é que cada indivíduo constrói os seus valores, em que se baseia, são tudo questões complexas de abordar, mas fundamentais para compreender a sociedade em que vivemos.

Provavelmente, a compreensão de uma determinada sociedade ou cultura não poderá ser feita se não se tiver em conta os seus conflitos, ambiguidades e indefinições. De acordo com Rokeach (1973) as consequências dos valores humanos manifestam-se em todos os fenómenos sociais que são estudados actualmente. Este autor considera que o conceito de valor, mais do que qualquer outro, deverá ocupar uma posição central em todas as ciências sociais- sociologia, antropologia, psicologia, psiquiatria, ciências políticas, educação, economia e história. “Mais do que qualquer outro conceito, é uma variável interveniente que promete ser capaz de unificar os interesses aparentemente diversos de todas as ciências relacionadas com o comportamento humano” (Rokeach, 1973, pg.3)

Entretanto, como é possível estudar os valores e as questões a eles associadas?

2. Diferentes conceptualizações acerca de Valores Sociais

De acordo com Brezinka (1992) a palavra “valor” no seu sentido filosófico, começou a ser utilizada nos finais do século XIX. Nessa altura surgiram numerosas teorias filosóficas sobre os valores e ética dos valores que influenciavam a pedagogia. Para este autor, o estudo dos valores começou intimamente associado à pedagogia.

Na actualidade, para Rokeach (1973) o conceito de valor é empregue de duas formas distintas no discurso humano. “Dizemos frequentemente que uma pessoa ‘tem um valor’ mas também que um objecto ‘tem valor’” (Rokeach, 1973, pg.4). Estes dois usos requerem a decisão se um estudo sistemático de valores será mais frutuoso se focado nos valores das pessoas ou nos valores dos objectos. Para este autor, considerando que os valores de uma pessoa servem como critérios, ou standards a partir dos quais as avaliações são feitas, são estes que devem ser estudados para propósitos das ciências sociais.

E, para Rokeach (1973) é possível identificar os valores que uma pessoa possui (que não serão em número elevado, uma vez que são critérios de avaliação), medi-los e classificá-los em sistemas.

No entanto, Turiel, em 1996, reafirma a cautela no estudo de valores sociais, referindo que os valores constituem fenómenos dinâmicos e multifacetados, que podem ser entendidos de diferentes maneiras por diferentes indivíduos e, podem, inclusivamente, apresentar para o mesmo sujeito, em diferentes situações, implicações positivas e negativas.

Deste modo, o estudo de valores na área da Psicologia é relativamente recente, sujeito alterações conceptuais e dúvidas constantes, sendo a Psicologia Social, até agora, que mais lhe tem prestado interesse. De acordo com Félix da Costa “ a clivagem mais nítida entre a perspectiva da Psicologia e a de outras ciências humanas como a Etnologia, a Sociologia e a Antropologia reside no nível individual a que os fenómenos são estudados pela primeira em contraste com o nível macroscópico das últimas” (Félix da Costa, 1992, pg.59). Os estudos cognitivos integram os valores no funcionamento psicológico e atribuem-lhes uma componente afectiva, manifestando-se na organização da personalidade individual. Estes pressupostos implicam um extremo cuidado na operacionalização do estudo dos valores, por envolverem demasiados aspectos da vida de um indivíduo.

Para Leal e Ruiz (1986), existem duas razões importantes para que o estudo dos valores pela Psicologia tenha sido tardio. Uma delas prende-se com a já referida dificuldade de operacionalização do conceito e outra o com facto de o estudo de atitudes (mais fáceis de operacionalizar) ser um preditor fiável do comportamento social.

Rokeach, apesar de tudo, foi um dos primeiros autores a aventurar-se na conceptualização de sistemas de valores, conceptualização essa que, embora muitas

vezes considerada insuficiente, se mantém actual e é a base de estudos realizados em todo o mundo.

Este autor (1973) construiu um modelo de sistema de crenças em que as crenças, atitudes e valores estão claramente diferenciados. “O valor é restringido aquela classe especial de crenças duradouras relacionadas com modos de conduta e estados finais de existência, que transcendem situações e objectos específicos e que são pessoalmente ou socialmente preferíveis a alternativas opostas (Rokeach, 1973, pg.5).

Tal como referido anteriormente, um valor é uma crença, tendo Rokeach (1986b) distinguido três tipos de crenças: as crenças existenciais, passíveis de serem verdadeiras ou falsas, as crenças avaliativas, em que um objecto é julgado como bom ou mau e as crenças prescritivas ou proscritivas, em que os meios ou fins da acção são julgados como desejáveis ou indesejáveis. Os valores pertencem ao terceiro tipo de crença.

Autores posteriores consideraram que a conceptualização de Rokeach apresenta vantagens. Assim, Braithwaite e Law (1985), por exemplo, consideram que Rokeach desenvolveu uma concepção bem articulada de valores, sendo inovadores os factos de, neste modelo os valores serem definidos especificamente, fazendo-se uma distinção clara entre conceitos como valores, atitudes, normas, necessidades, traços e interesses (Braithwaite e Law, 1985, pg. 250, 251).

Rokeach (1973) formulou, então, uma a concepção dos valores humanos, segundo determinados critérios enunciados por ele próprio: o número total de valores que uma pessoa possui é relativamente pequeno; todas as pessoas em qualquer lugar possuem os mesmos valores, se bem que em graus diferentes; os valores estão organizados em sistemas de valores; os antecedentes dos valores humanos podem ser encontrados na cultura, sociedade e suas instituições e personalidade; as consequências dos valores humanos serão manifestadas em virtualmente todos os fenómenos que os cientistas sociais consideram interessantes para investigar e compreender (Rokeach, 1973, pg.3).

Um sistema de valores “é uma organização duradoura de crenças relativamente a modos de conduta preferíveis ou estados finais de existência ao longo de um continuum de importância relativa” (Rokeach, 1973, pg.11).

Os valores são caracterizados como duradouros, mas se os valores fossem completamente estáveis, a mudança pessoal e social seria impossível. Se fossem muito instáveis, não poderia existir a continuidade da personalidade e sociedade humanas.

Rokeach (1973) atribui, então, o carácter duradouro dos valores principalmente ao facto de serem, inicialmente, ensinados e aprendidos isoladamente, como absolutos, no que respeita aos outros valores. Isto é, o que é transmitido é sempre desejável. Valores como, por exemplo, a honestidade e a inteligência são sempre ensinados como absolutos – não é transmitido que estes valores são umas vezes desejáveis e outras não ou que se relativizam consoante as situações.

É a aprendizagem de um valor como absoluto que garante mais ou menos a sua duração e estabilidade.

No entanto, existe uma relativa característica dos valores que deve ser explícita para se poderem perceber as suas mudanças.

Ao longo da sua vida, e à medida que vai amadurecendo é provável que sujeito humano encontre situações sociais em que diversos valores entrem em competição; situações em que, a partir da avaliação desses valores, implicam uma decisão de que valores são mais importantes.

Gradualmente, através da experiência e processo de maturação, o ser humano aprende a integrar os valores isolados e absolutos que lhe são ensinados, neste ou naquele contexto, num sistema organizado hierarquicamente, em que cada valor é ordenado segundo a sua prioridade ou importância relativamente aos outros valores. Quando um valor é activado ao mesmo tempo que outros numa dada situação, o comportamento será o resultado da importância relativa de todos os valores em competição que a situação activou.

É do conflito de valores que poderá nascer a mudança individual e social a nível de que aspectos da vida são valorizados, repercutindo-se no comportamento de cada um. Deste modo, os valores, tal como todas as crenças, possuem componentes cognitivas, afectivas e comportamentais. Dizer que uma pessoa possui um determinado valor é afirmar que ela sabe cognitivamente a forma de se comportar ou estado final que pretende atingir. Um valor tem um cariz afectivo no sentido em que pode ter uma carga emocional. Por último, um valor tem uma componente comportamental no sentido em que é uma variável interveniente que leva à acção quando activado: as pessoas agem de acordo com os valores que possuem.

Hofstede, em 1984, sublinha a caracterização dos valores atribuindo-lhes uma direcção e uma intensidade, na medida em que o estado final das coisas pode ser bom ou mau, variando a relevância que o estado de coisas preferido assume para o sujeito.

2.1 Valores Finais e Instrumentais

Quando se diz que uma pessoa possui um determinado valor, pode-se estar a referir às suas crenças relativamente a modos desejáveis de comportamentos ou a estados de existência desejáveis. Rokeach (1973) diferenciou estes dois tipos de valores em instrumentais e finais, respectivamente.

Dentro dos valores instrumentais propôs uma divisão em valores morais e de realização pessoal. Os primeiros dizem respeito a valores que têm um foco interpessoal e, quando violados, dão origem a sentimentos de culpa. Os segundos têm um foco intrapessoal e a sua violação gera sentimentos de vergonha, de incompetência e de inadequação. Dividiu, também, os valores finais em valores sociais e pessoais. Os valores sociais estariam centrados na sociedade e teriam um foco interpessoal e os pessoais estariam, naturalmente, centrados no sujeito e teriam um foco intrapessoal. Por exemplo, os valores como salvação e paz de espírito são intrapessoais enquanto a paz e cooperação são interpessoais.

Para Rokeach (1973), os sistemas de valores finais e instrumentais representam dois sistemas separados mas interconectados funcionalmente. Por exemplo, um modo de comportamento pode ser classificado como instrumental, para se obter um conjunto de valores finais e vice-versa. Considerando vários campos de estudo, este autor, estimou o número de valores finais em cerca de uma dúzia e meia, sendo o número de valores instrumentais 5 ou 6 vezes superior.

Rokeach (1973) considera que existem diferenças individuais relativamente à prioridade que cada uma destes tipos de valores ocupa no sistema de valores e que, conseqüentemente diferenças nas prioridades atribuídas a estes tipos de valores vão determinar atitudes e comportamentos distintos.

Além disso, as pessoas podem experimentar conflito entre dois valores do mesmo ou de tipos diferentes. Por exemplo, pode-se dar o conflito entre dois valores morais (honestidade e amor, por exemplo), dois valores de competência (imaginação e lógica) e entre um valor moral e de competência (ser simpático ou crítico intelectual).

Uns valores estarão mais associados a outros em que, por exemplo, as pessoa que dão mais importância aos valores sociais como estados finais poderão também dar mais importância aos valores morais, o que não impede que esses valores entrem em conflito.

Schwartz, em 1992, estudou particularmente a estrutura dos sistemas de valores. Este autor define a estrutura como referente às relações de conflito ou de compatibilidade que se estabelecem entre valores e distingue-a da noção de hierarquia (ou prioridade) que seria a importância relativa que cada valor ocupa no sistema de valores.

Este autor definiu também uma dimensão dos valores que denominou “abertura à mudança versus conservação”, em que existem “valores que motivam as pessoas a seguir as suas próprias ideias e interesses, apesar de em direcções imprevisíveis e incertas em vez de preservar o seu status e a segurança daí advinda na relação com os outros, instituições e tradições” (Schwartz, 1992, pg.43).

Outro autor, Inglehart (in Vala, 1993) propôs uma tipologia em termos de valores sócio-políticos, dividindo-os em materialistas e pós-materialistas: ao primeiros associados às necessidades de segurança e bem-estar básicos e à coesão social e os segundos associados ao desenvolvimento pessoal, liberdade de expressão, qualidade, participação social e política e autonomia na tomada de decisões relativas ao trabalho, por exemplo. Para este autor, o pós-materialismo só pode surgir quando estão satisfeitas as necessidades económicas básicas, tendo começado a surgir nas sociedades ocidentais, nos anos seguintes à segunda Guerra Mundial, anos marcados um clima de paz e desenvolvimento económico e social

2.2 Mudança de valores

De acordo com Schwartz (1992) “ as estruturas de valores provavelmente evoluem ao longo do tempo, à medida que se alteram as condições sociais. Os valores podem mesmo mudar rapidamente em resposta a grandes mudanças tecnológicas, económicas e políticas” (1992, pg.47). No entanto, acrescenta que, na medida em que as condições humanas básicas em que se alicerçam os valores se mantenha, não surgirão mudanças bruscas ou grandes variações na estrutura de valores.

Por outro lado, Rokeach (1973) já havia referido que, quando uma pessoa afirma os seus valores isso não implica necessariamente que os pretenda aplicar igualmente a si própria e aos outros. Uma das características mais interessantes dos valores é que podem ser aplicados com um versatilidade extraordinária na vida do dia a dia.

Depois de um valor ser aprendido, é integrado de alguma forma num sistema de valores organizado, em que cada valor é ordenado, em termos de prioridade, relativamente aos outros. “Uma concepção de valores tão relativa permite-nos definir a mudança como uma reordenação de prioridades e, ao mesmo tempo, ver o sistema total de valores como consideravelmente estável ao longo do tempo. É suficientemente estável para reflectir a continuidade de uma personalidade socializada numa dada cultura, e contudo suficientemente instável para permitir alterações das prioridades dos valores como resultado de mudanças culturais ou sociais e experiência pessoal” (Rokeach, 1973, pg.11).

Variações nas experiências pessoais, sociais e culturais não gerarão apenas diferenças individuais nos sistemas de valores mas também diferenças individuais na sua estabilidade.

Harry Triandis (1989) definiu dois tipos de padrões culturais – colectivista e individualista- em que nas culturas individualistas se dá prioridade a objectivos individuais em detrimento de objectivos colectivos e, nas culturas colectivistas os objectivos pessoais encontram-se subordinados aos colectivos.

Nas culturas colectivistas os grupos exigem que os indivíduos se conformem às normas e quando uma sociedade é relativamente homogénea as normas e valores dos grupos de pertença são similares. O colectivismo é associado a padrões educacionais que valorizam a conformidade, obediência e dependência.

Para Triandis (1989, pg.511) “as culturas colectivistas são mais rígidas e existe uma maior proximidade entre os comportamentos e atitudes das pessoas, o que não significa que sejam menos tolerantes em relação a estranhos ou pessoas desviantes - problemas mentais, alcoolismo, etc”.

Ao contrário do colectivismo, “a educação de crianças nas sociedades individualistas tende a enfatizar a independência, a procura de si próprio, a auto actualização e o contar consigo próprio para resolver problemas” (Triandis, 1989, pg. 510). A promoção de autonomia durante a educação e exposição a outras culturas aumenta o individualismo, sendo a complexidade cultural e afluência de novos grupos, “os maiores antecedentes do individualismo” (Triandis, 1989, pg.510).

Triandis (1989) considera ainda que a classe social é importante a este respeito, havendo indícios de que, em muitas sociedades, a educação reforça a conformidade a normas familiares nas classes mais baixas enquanto as classes altas dariam mais importância à escolha de um caminho próprio, à criatividade e independência relativamente ao grupo.

Para Triandis (1989) a identidade individual é definida com base em elementos diferentes nas culturas individualista e colectivista. As culturas individualistas tendem a enfatizar elementos de identidade que reflectam as possessões enquanto nas culturas colectivistas a identidade é definida mais em termos relacionais.

“Quanto mais complexa a cultura , mais provável é que a identidade do indivíduo seja confusa” (Triandis. 1989, pg. 514)

Triandis et al. (1988) definiram as características de personalidade preponderantes dos indivíduos educados em culturas colectivistas ou individualistas. Assim, o alocentrismo corresponderia às características psicológicas dos indivíduos em culturas mais colectivistas e o idiocentrismo às das culturas individualistas. O alocentrismo foi correlacionado positivamente com um elevado suporte social e com baixos níveis de alienação e anomia; o idiocentrismo foi correlacionado positivamente com um ênfase no desempenho e posse e com uma percepção de solidão por parte sujeitos.

2.3 Importância dos Valores no comportamento individual

Os Valores são standards multifacetados que guiam o comportamento numa variedade de formas. Assim, os sistemas de valores orientam o indivíduo na tomada posições no que respeita a assuntos sociais, predispõem-no a escolher determinada ideologia política ou religiosa em relação a outras, orientam a forma como se apresenta aos outros, servem de modelos para avaliação e julgamento do próprio e dos outros, sendo centrais nos processos de comparação. Além disso, são padrões utilizados para persuadir e influenciar os outros, apontando crenças, atitudes, valores e ações dos outros valem a pena tentar modificar e influenciar. Finalmente, são o que ajudam o indivíduo a racionalizar (no sentido psicanalítico) crenças, atitudes e comportamentos que seriam, de outro modo, pessoal e socialmente inaceitáveis, contribuindo para a manutenção de sentimentos de moralidade e competência, ambos indispensáveis à manutenção da auto-estima (Rokeach, 1973, pg.13).

É o sistema de valores que fornece uma linguagem de auto-justificação por um lado e de auto-decepção, por outro, que torna possível a manutenção da auto-estima, independentemente de quão socialmente desejáveis os nossos comportamentos, sentimentos e atitudes possam ser.

Um determinado sistema de valores, fundamental na escolha de alternativas, resolução de conflitos e tomadas de decisão, pode ser activado ou não conforme a situação em causa - diferentes sistemas de valores são activados em situações diferentes.

Deste modo, os valores possuem uma função de adaptação. Rokeach (1973, pg. 15) refere McLaughlin, em que este autor terá mesmo sugerido que os valores que possuem uma função de ajustamento são pseudo-valores, porque o indivíduo os adopta devido a pressões do grupo.

Mas Rokeach (1973) pensa que o facto de um valor ser adaptativo não significa necessariamente que o valor não seja genuíno.

Além disso, teoria psicanalítica sugere que os valores, tais como as atitudes podem servir as necessidades de defesa do Ego. Necessidades, sentimentos e ações que são pessoalmente ou socialmente inaceitáveis, podem ser racionalizados ou sujeitos a formações reactivas em termos mais aceitáveis. Os valores são conceitos formados, fornecidos pela cultura, de modo a assegurar que essas justificações possam ser feitas de

um modo suave e sem grande esforço. Uma ênfase em valores tal como em comportamentos como a limpeza, educação e valores finais como a família e segurança nacional podem ser especialmente importantes como mecanismos defensivos de Ego (Rokeach, 1973, pg.16).

Assim, os valores têm como função oferecer um conjunto compreensivo de padrões para guiar as acções, justificações, julgamentos e comparações entre o próprio e os outros e servem necessidades de adaptação, defesa do Ego e auto-actualização. No seu conjunto ajudam a manter e reforçar a concepção que cada indivíduo tem de si próprio (Rokeach, 1973, pg.216). Os valores que se referem a auto-concepções, para Rokeach, são mais centrais que outras atitudes e valores, porque possuem uma qualidade auto-reflexiva que outras atitudes e valores não possuem; e porque as auto-concepções são activadas sem que a pessoa possa estar envolvida.

Uma vez que o sistema total de crenças é um sistema funcionalmente interconectado, uma mudança numa das suas partes afectará as outras do sistema cognitivo e poderá modificar o comportamento. Então, a indução de mudanças na concepção do self, que podem resultar da psicoterapia, conversão religiosa, enamoramento, etc, deverão ou poderão conduzir a mudanças nos valores finais e instrumentais e nas atitudes e comportamentos com eles relacionados.

Uma das razões que fez com que se estudassem mais as atitudes que os valores na Psicologia foi o facto de se pensar que as atitudes mudavam mais facilmente do que os valores ou que os valores centrais eram mais resistentes à mudança.

Existem numerosas referências a mudanças de atitudes que são atribuídas a comunicação persuasiva, mas que são mudanças de pouca duração. "Uma das razões para as mudanças durarem pouco deve-se ao facto de os valores que as sustentam permanecerem inalteráveis" (Rokeach, 1973, pg.217).

No entanto, a teoria de mudança cognitiva e comportamental de Rokeach (1973) sugere que, paradoxalmente, em certas condições os valores podem ser mais fáceis de mudar do que as atitudes. Os valores são menos centrais que as concepções do self mas mais centrais do que atitudes. Se os valores de uma pessoa são de facto padrões utilizados para manter e reforçar as concepções do self, então uma contradição entre valores e concepções do self pode ser resolvida sem grande esforço através de uma mudança nos valores menos centrais. Um valor que contradiga as concepções do self tem mais probabilidades de mudar do que uma atitude discrepante com comportamentos

ou comunicações persuasivas. Um valor sofrerá uma mudança duradoura se a manutenção ou reforço da concepção do self estiver em jogo, e a sua mudança conduzirá a mudanças sistemáticas em outras cognições relacionadas e finalmente culminará na mudança de comportamento.

Assim, um pré-requisito importante para a mudança cognitiva é a existência de algum estado de desequilíbrio no sistema valores – concepção do self. Em princípio, as contradições são resolvidas de modo a concepção do self seja reforçada ou pelo menos mantida.

2.4. Escala de Valores de Rokeach

Com base nos seus pressupostos sobre valores Rokeach (1973) foi um dos pioneiros no estabelecimento de metodologias para os estudar. Considera, como já foi referido, que os valores existem em número limitado, sendo possível identificá-los e medi-los, sendo que todos os indivíduos e sociedades possuem os mesmos valores, se bem que podem ocupar diferentes posições hierárquicas.

Assim, identificou 36 valores e elaborou um instrumento para os avaliar: “Escala de Valores de Rokeach”. Esta escala é constituída, então, por 36 itens, divididos em dois grupos de 18: 18 valores instrumentais (ex: “ser corajoso”, “ser honesto”, “ser educado”) e 18 valores finais (ex: “igualdade”, “liberdade”). Rokeach (1973) refere o carácter intuitivo utilizado na construção da escala, defendendo, no entanto, que a correlação que existe entre os itens é negligenciável e que, além disso, os itens incluídos na escala são razoavelmente representativos dos valores mais importantes e frequentes.

Esta forma de avaliação dos valores não deixou, no entanto, de ser criticada, realizando-se mesmo estudos para testar a sua validade.

As principais críticas referem-se à forma como foi construída a escala, em que foram utilizados critérios arbitrários e subjectivos na escolha dos seus itens (Braithwaite e Law, 1985; Leal e Ruiz, 1986).

Braithwaite e Law (1985, pg.260) consideram que, apesar de tudo, a escala de valores de Rokeach cobre o vasto e variado campo do domínio dos valores, com

excepção de valores relacionados com o desenvolvimento físico e bem-estar e com direitos humanos básicos, tais como a dignidade, privacidade, protecção da vida humana e liberdade.

Leal e Ruiz (1986, pg.548), por seu turno, afirmam que a distinção entre valores instrumentais e finais tem como base uma diferenciação gramatical arbitrária, os primeiros correspondendo a substantivos e os segundos a adjectivos. Aplicaram a Escala de Valores de Rokeach a uma população de estudantes e de professores universitários e, a partir de uma análise factorial dos resultados, concluíram que os valores incluídos na escala são arbitrários, como consequência, não só do modo como foram seleccionados mas também do pressuposto fundamental de Rokeach de que os valores são os mesmos em todos indivíduos e todas as sociedades, mantendo-se também relativamente estáveis. Estes autores, pelo contrário, consideram que estão a desaparecer valores tradicionais, e estão a surgir novos valores de acordo com a época actual. É neste sentido que alertam para a necessidade de se desenvolver outras investigações, utilizando outros métodos que permitam averiguar quais são os valores reais da população e que não estejam condicionados pela construção prévia de uma lista de valores.

Vala, em 1986, critica também a escala de Rokeach, que considera “não cobrir os diversos planos fundamentais da existência humana” (pg.11) e por isso fazer apelo apenas a certos valores específicos.

Vala propõe, então, uma outra classificação de valores, agrupando os valores finais em valores de dimensão mais pessoal (fins próprios da pessoa ou interesses pessoais), de dimensão mais relacional (objectivos desejáveis na relação com os outros), e de dimensão mais social (centrados no grupo ou na colectividade). Nos valores de dimensão mais pessoal distingue entre valores hedonistas (satisfação ou expressão imediata dos sentimentos e necessidades) e valores relacionados com o desenvolvimento, expressão e afirmação do Eu.

No entanto, Vala (1986) e outros autores não deixam de observar os aspectos positivos da elaboração da escala de Rokeach

Lau, em 1988 (pg. 590), refere resultados que vão no sentido em que o procedimento de ordenação de valores apresenta validade, quando se pretende, como é o caso, a obtenção de dados que manifestam prioridades ou preferências. Para além disso, este autor verificou ainda a existência de uma forte correlação entre a Escala de Valores

de Rokeach e a Escala de Valores Pessoais de Scott (1965), principalmente entre os valores semelhantes, tendo concluído que, dadas as boas propriedades psicométricas da Escala de Valores Pessoais de Scott, a Escala de Valores de Rokeach apresenta uma boa validade a nível do seu conteúdo.

E, apesar das limitações apontadas por Vala (1988) à Escala de Valores de Rokeach, este autor considera esta escala um óptimo instrumento de medida, pelo facto de se encontrar validado em diferentes países, possibilitando estudos transculturais.

Sohlberg (1986), utilizando a Escala de Valores Rokeach, desenvolveu um estudo com adolescentes israelitas, comparando os estudantes provenientes da cidade e os que viviam nos kibbutz, em relação aos seus valores. Encontrando diferenças significativas, conclui que estas se deviam a práticas de socialização diferentes. Referindo-se à escala de Rokeach, afirma que constitui “um instrumento objectivo para medir valores e sistemas de valores em indivíduos e grupos culturais diferentes” (Sohlberg, 1986, pg. 190).

Schwartz (1992) procurou avaliar a universalidade do modelo de Rokeach, tendo analisado dados recolhidos em 40 países diferentes, correspondentes a culturas provenientes de todos os continentes, a 8 religiões e 13 línguas diferentes. Este autor partiu do princípio de que os aspectos universais da condição social humana dão origem a características psicológicas e sociais que ocorrerão em todas as culturas. A experiência de conflitos e compatibilidades de sistemas de valores seria também universal. De facto, Schwartz (1992) verificou que se mantinham, para quase todas as amostras, as compatibilidades e conflitos entre os valores e domínios motivacionais. Assim, concluiu que existia uma estrutura quase universal nos valores, se bem que alertando para os perigos da generalização, uma vez que não tinham sido estudadas todas as culturas.

Este autor desenvolveu um questionário de valores que, tal como a Escala de Rokeach, é constituído por um conjunto de valores instrumentais e outro de finais. No entanto, foram introduzidos no Questionário de Schwartz, 56 valores, representando 11 tipos motivacionais, implicando um avanço relativamente à escala de Rokeach. Uma outra inovação constituiu no tipo de instruções dadas: pedia-se agora aos sujeitos que colocassem os valores numa escala de (-1) a (7), de acordo com o grau de importância que atribuíssem a cada um dos valores enquanto princípio orientador da vida. O autor considera que este procedimento apresenta várias vantagens, nomeadamente a

possibilidade de medir valores “negativos”, isto é, “valores que as pessoas evitam exprimir através das suas escolhas e comportamentos” (Schwartz, 1986, pg.17). Considerar este aspecto é particularmente importante em estudos transculturais, pois algumas culturas podem rejeitar valores defendidos por outras.

2.5 Aplicação da Escala de Valores de Rokeach em Portugal

Em Portugal, a Escala de Rokeach tem sido aplicada em diversos estudos, nomeadamente no inquérito “Valores e Atitudes nos Jovens”, realizado em 1983 pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Foi administrada a lista de valores finais de Rokeach a uma população de jovens entre os 15 e os 24 anos, tendo sido os seus resultados analisados por Correia Jesuíno (1983) e, posteriormente por Vala (1986). Nesta escala foram introduzidos três outros valores pela primeira vez: “luta pela justiça”, “solidariedade” e “vida com sentido”. Vala, como referido anteriormente, considerou que estes valores se encontravam um pouco difusos na escala original.

Vala (1986) procedeu a uma análise qualitativa dos resultados, verificando que o valor final mais escolhido foi a felicidade, seguido, de longe, pelos valores dignidade, um mundo de paz, liberdade e gozar a vida. Tendo em conta a hierarquização global, Vala (1986) observou que os jovens davam maior importância aos valores pessoais associados à satisfação e gratificação imediatas e, só depois, aos valores relacionais, aos valores relativos à realização pessoal e, por último, aos valores sociais. Esta hierarquização manteve-se estável ao longo de diferentes variáveis de caracterização, embora se tivessem encontrado algumas diferenças. Por exemplo, que os rapazes davam mais importância aos valores de realização pessoal e que as raparigas preferiam os valores relacionais. Vala, observou também, que o grupo etário dos mais velhos dava mais importância aos valores de realização pessoal, tal como o grupo dos estudantes, dos que pertencem a um estrato socio-económico elevado e que habitam em meio urbano. Por outro lado, os grupos que não estudam, que pertencem a níveis socio-económicos mais baixos e que habitam o meio rural são aqueles que mais veiculam valores hedonistas.

Este autor considera que o sistema de valores é relativamente estável e duradouro, mas que pode, no entanto, sofrer alterações na sua estrutura hierárquica como consequência de mudanças sociais estruturais. Deste modo, procurou relacionar os resultados referentes à hierarquização dos valores com as principais preocupações dos jovens, no sentido de compreender como é que determinadas condições sociais poderiam exercer influência no modo como são hierarquizados os valores.

Assim, as principais preocupações dos jovens centravam-se, fundamentalmente, em torno do desemprego, paz e futuro, estando estas fortemente relacionadas com a conjuntura nacional- grandes taxas de desemprego, dificuldades económicas, maus serviços de saúde e problemas de habitação. Para além disso, verificou que “alguns dos temas evocados parecem típicos dos jovens: as preocupações com a realização pessoal, a relação com os outros, o futuro, a guerra e a paz, a fome e as injustiças sociais”, acrescentando que “a referência a estes temas não varia com a idade, embora diminua com o casamento ou saída de casa dos pais” (Vala, 1986, pg.71).

Eurico Figueiredo, (1988) realizou um estudo transgeracional, através do qual analisou as diferenças na hierarquização dos valores em duas gerações distintas. Aplicou a Escala de Valores de Rokeach a uma amostra de estudantes e respectivos pais, no concelho de Matosinhos. Na análise dos valores finais recorreu à classificação de Vala (1986), tendo verificado que, ambos os grupos, escolheram, respectivamente, em primeiro e terceiro lugares, os valores dignidade e felicidade, ou seja, valores relacionados com o amor-próprio. Contudo, o grupo dos filhos escolheu, em segundo lugar, o valor harmonia interior, com uma dimensão mais pessoal e o grupo dos pais escolheu o valor segurança familiar, com uma dimensão mais relacional. No que respeita a valores instrumentais observou que os jovens escalonaram prioritariamente os valores honesto, responsável e afectuoso, por esta ordem, e os pais optaram pela ordem honesto, afectuoso e responsável.

Assim, aparentemente, os valores escolhidos por estudantes e respectivos pais parecem ser consensuais. Contudo, numa análise total dos resultados, Figueiredo demonstrou que, a nível dos valores finais, os jovens veiculam prioritariamente valores com uma dimensão marcadamente mais pessoal e, de seguida valores com uma dimensão mais relacional, enquanto que os pais veicularam prioritariamente valores sociais. Também em relação à globalidade dos valores instrumentais, Figueiredo verificou que os jovens deram preferência a valores de auto-afirmação e que dizem

respeito à relação do indivíduo com o próprio e que os pais veicularam, principalmente valores que apelam, pelo menos implicitamente, à relação com o outro e valores morais que aparentemente apelam à subordinação ao outro.

3. Valores Sociais na população portuguesa

Em 1981 foi realizado um estudo à escala europeia, com base num inquérito acerca de valores sociais. Esse estudo, sob a responsabilidade do Grupo de Estudos dos Sistemas de Valores Europeus, tinha como objectivo fundamental descrever os valores globais defendidos nos diferentes países da Europa (Harding e Philips, 1986). Pretendia-se saber se a Europa era homogénea nos seus valores e, simultaneamente, verificar se as grandes mudanças sociais a ocorrer na Europa, desde uma maior permissividade nos padrões morais, alterações nos padrões de trabalho, às novas preocupações ambientais e pacifistas, estavam a reflectir-se nos valores sociais, originando mudanças a este nível. Posteriormente, desenvolveu-se um novo estudo, com base no mesmo inquérito, com o qual se pretendia saber se se tinham registado mudanças entre 1981 e 1990 nos sistemas de valores (Ashford e Timms, 1992). Este questionário foi aplicado em dez países da Europa, incluindo Portugal e pretendia dar conta das preocupações e crenças relativamente a uma série de áreas como a satisfação pessoal, participação social, trabalho, religião, família, política.

Com base nos dados recolhidos através deste inquérito, um grupo de investigadores portugueses desenvolveu uma caracterização dos valores veiculados pela população portuguesa.

Assim, Santos e Dias (1993) concluíram que os portugueses se revelaram bastante diferentes da imagem que deles frequentemente se faz. Verificaram que a maioria dos portugueses se sente feliz, satisfeita com a vida, saudável e contente por ter realizado alguma coisa útil nas últimas semanas. Apesar disso, estes índices de felicidade são inferiores ao da população europeia, em geral, e um ¼ da população portuguesa, correspondente a grupos vivendo em condições sócio-económicas difíceis e a grupos mais vulneráveis como mulheres e idosos, manifesta diversos índices de mal-

estar. Esta relação parece pois, indicar que é necessário existir “um limiar mínimo de bem-estar económico e social para que o bem-estar pessoal possa emergir” (Santos e Dias, 1993, pg.).

A área relativa ao trabalho foi analisada por Correia Jesuíno (1993), ressaltando a percentagem de indivíduos que no momento estava desempregada: 41%. Verificou ainda que a maior percentagem de indivíduos desempregados se encontrava entre as mulheres, e nos grupos etários mais novos (entre 18 e 24 anos) e mais velhos (mais de 55 anos) e nas regiões do Litoral Norte e Interior Sul.

Para além disso, Correia Jesuíno estudou a representação que os portugueses fazem do trabalho, para o que se baseou na noção de Ética protestante do trabalho, proposta por Weber e operacionalizada, depois, por outros autores - a ética protestante do trabalho seria “a valorização do trabalho em si mesmo” (Weber cit. em Correia Jesuíno, 1993). A valorização dos aspectos intrínsecos do trabalho teria tido como consequência o desenvolvimento de certas crenças e atitudes que estariam relacionadas com o desenvolvimento económico e com o espírito capitalista. A ética protestante do trabalho encontra-se associada, fundamentalmente, à motivação para o êxito, ao controlo interno, a atitudes favoráveis em relação ao trabalho e ao lazer e ao controlo racional do tempo (Correia Jesuíno, 1993). Correia Jesuíno (1993) considera que esta noção se encontra actualmente desligada do seu anterior cariz religioso e que a valorização dos aspectos intrínsecos do trabalho se relaciona com determinados valores e atitudes transmitidos socialmente e que, como tal, são independentes da religião processada.

Este autor verificou, então, que a valorização dos aspectos intrínsecos do trabalho encontra-se presente, de um modo geral, nos portugueses, sendo, no entanto, mais marcada naqueles provenientes de níveis sociais e sócio-profissionais mais elevados e naqueles com habilitações académicas e rendimentos também mais elevados.

Ao analisar as motivações para o trabalho, verificou que “o trabalho enquanto forma de realização pessoal”, era a opção mais escolhida entre os portugueses (33%), principalmente pelos adultos, pelos indivíduos pertencentes aos estatutos elevado e médio-superior em termos sociais e por aqueles com rendimentos elevados e médios. Verificou que uma percentagem significativa da população portuguesa (26%), constituída, principalmente pelo grupo etário dos mais novos, considera que o trabalho é um valor como outro qualquer, que não deve interferir noutras áreas da vida. Correia

Jesuíno interpreta esta posição como a superação da ética do trabalho, o que estaria de acordo, na sua perspectiva, com a transição para valores pós-materialistas.

O tema religião foi abordado por França (1993), tendo os resultados obtidos confirmado “ a situação de monocultura religiosa existente na sociedade portuguesa” (pg. 115). Com efeito, 72% da população portuguesa diz pertencer a uma religião e, de entre estes, 97% pertencem à religião católica. Neste grupo encontram-se grandemente representados as mulheres, os idosos, indivíduos que habitam nos meios rurais e pertencentes a um nível social baixo. É nas regiões da Madeira, Açores e do Norte Litoral e Interior que se registam percentagens mais elevadas de católicos.

Apesar do número elevado de indivíduos que pertencem a uma religião, apenas perto de metade dos portugueses (47%) frequenta os serviços religiosos e só 33% frequenta esses serviços semanalmente. Ainda assim, só 68% se considera “uma pessoa religiosa”, independentemente do facto de frequentarem igrejas ou serviços religiosos. 5% declara-se “ateu convicto”.

Os perfis daqueles que se consideram religiosos e daqueles que se declaram ateus são quase diametralmente opostos. Entre os primeiros predominam as mulheres, os mais idosos, os que pertencem a níveis sócio-económicos mais baixos e que habitam o meio rural. No grupo dos ateus convictos prevalecem os homens, pertencentes a níveis etários mais baixos (principalmente até aos 24 anos), habitando em meio urbano e com níveis escolares médios e altos.

França construiu (1993), com base nos dados globais, um indicador religioso “relacionado com os aspectos mais personalizados e interiorizados da atitude religiosa” (pg.125). Segundo este autor, são estes aspectos que mais impacto têm no desenvolvimento de certos valores sociais e de certas atitudes e não tanto os índices relacionados com as práticas e pertenças religiosas. Deste modo, verificou que 55% dos portugueses são claramente religiosos e que apenas 14% se colocam numa posição de total rejeição da religião. Por outro lado, com base neste indicador distinguiu três regiões distintas no país, tendo em conta o seu posicionamento face à religião. Assim, nas regiões Insulares e Norte Interior e Norte Litoral estariam em maioria aqueles indivíduos que são claramente religiosos, i. é, aqueles para quem Deus e a igreja assumem uma posição muito importante na sua vida, independentemente da sua pertença à igreja católica ou qualquer outra religião. Nas regiões do Grande Porto, Vale do Tejo e Litoral Centro encontrar-se-iam, principalmente, os indivíduos com um

posicionamento intermédio face à religião, isto é, aqueles que se declararam não religiosos ou aqueles que, tendo-se declarado religiosos, quase nunca rezam e referem que Deus assume pouca importância na sua vida. Por último, nas regiões do Algarve, Grande Lisboa e Interior Sul viveriam os sujeitos que assumem uma posição de rejeição face à religião, ou seja, os ateus convictos e aqueles indivíduos que não se consideram religiosos.

Os dados relativos à família foram analisados por Almeida e Guerreiro (1993), focando o lugar que a família ocupa no quotidiano dos portugueses, a natureza da relação conjugal e da relação entre pais e filhos e a natureza do papel da mulher em casa e no trabalho.

Assim, a família assume uma grande importância para os portugueses. De facto, 64% consideram-na um “aspecto muitíssimo importante na sua vida” e apenas 3% a consideram “pouco ou nada importante”. Esta é, para além disso, representada, fundamentalmente, como local de realização afectiva individual e é considerada como fonte de satisfação e gratificação pela grande maioria dos portugueses - 70% dos portugueses considera-se muito satisfeito com a sua vida familiar. Aqueles que se consideram pouco satisfeitos com a família correspondem às camadas mais jovens, ao grupo dos separados ou divorciados e aqueles que se declaram ateus convictos. De acordo com os autores, será nestes grupos, onde a insatisfação com a família é maior, que irão iniciar-se as mudanças relativamente aos valores associados às famílias.

No que respeita à relação conjugal, observou-se que 57% dos sujeitos eram casados, 30% eram solteiros, 5% eram divorciados ou separados e 2% viviam em união de facto. Os dados revelaram, ainda que apenas 22% da população portuguesa considera o “casamento como uma instituição antiquada”. Este grupo é constituído, fundamentalmente, por homens, indivíduos com idade inferior a 44 anos, por divorciados ou separados, pelos que se declararam ateus, pelos que pertencem a níveis sociais médios, a níveis sócio-económicos baixos e a níveis de instrução médios e baixos. Observou-se, ainda, que os sujeitos que vivem em desacordo com o modelo conjugal dominante ocupam uma posição social, cultural e económica média e baixa.

Relativamente à natureza da relação conjugal, os dados indicaram que os princípios morais são os aspectos mais partilhados entre o casal e que, além disso, o respeito mútuo, fidelidade, compreensão e tolerância se revelaram como os quatro aspectos considerados mais importantes para a felicidade do casal. Mas, muito embora a

grande maioria dos portugueses associasse a felicidade da relação conjugal a factores afectivos e não a factores relacionados com condições materiais de existência, houve uma importante franja da população que atribuiu importância a estes últimos. Esta franja correspondeu aos grupos mais desfavorecidos, tais como idosos, habitantes do meio rural e na metade sul do país, com um nível social baixo, com baixos rendimentos e baixos níveis de instrução.

Apenas 17% dos inquiridos rejeitou incondicionalmente o divórcio, correspondendo estes ao grupo dos mais idosos, dos que habitam em meio rural, dos que possuem um baixo nível de instrução, baixos rendimentos e também aos que são católicos praticantes.

No que se refere à relação entre pais e filhos, observou-se uma partilha bastante elevada entre as duas gerações, de valores morais (64%), valores religiosos (55%), valores referentes à sociedade (46%), existindo menos consenso em relação às ideias políticas (25%) e às atitudes face à sexualidade (12%).

Relativamente às normas de socialização, verificou-se que os pais transmitiam, de uma maneira geral, valores ligeiramente mais relacionados com a conformidade social do que valores mais relacionados com a autonomia pessoal. Os autores consideraram que os valores relacionados com a conformidade social são aqueles que “acentuam o respeito pelas normas sociais e integração em instituições” e os valores relacionados com a autonomia pessoal são aqueles “mais centrados no protagonismo do autor social” (Almeida e Guerreiro, 1993, pg.). É de referir, contudo, que as gerações mais novas, os indivíduos com níveis superiores de escolaridade, tais como os pertencentes a níveis sociais mais elevados, defendiam a transmissão de valores mais relacionados com a autonomia pessoal. Também, regionalmente, se observam diferenças em relação aquilo que era valorizado na educação dos filhos. Assim, no Grande Porto e nos meios rurais foi defendida a transmissão de valores relativos à conformidade social, enquanto que na Grande Lisboa e nos meios urbanos se defendeu mais a transmissão de valores relativos à autonomia pessoal.

Em relação ao lugar da mulher na família e na sociedade, concluiu-se que os valores que traduzem uma orientação da mulher para a vida profissional, assumem, neste momento, uma posição importante em Portugal. Foram as próprias mulheres, os mais novos, os que habitam em meio urbano e aqueles com níveis de escolarização mais

elevados e pertencentes a níveis sociais mais elevados, que mais defenderam a orientação para a vida profissional da mulher.

Contudo, os valores que traduzem uma orientação para a vida doméstica não deixaram ainda de ocupar uma posição considerável.

Os autores deste estudo sugeriram que, apesar de tudo, o trabalho da mulher não assume, pelo menos para as camadas sociais mais baixas, o mesmo significado que o trabalho do homem. O facto de as mulheres trabalharem não deriva tanto de uma atitude de emancipação e liberalização, mas enquadra-se mais numa situação de sobrevivência- a mulher trabalha para contribuir para o orçamento familiar. Deste modo, a taxa de actividade feminina não poderá ser analisada, incondicionalmente, como índice de emancipação da mulher.

Vala (1993) analisou os valores sócio-políticos, tendo em conta a categorização proposta por Inglehart e os valores de modernidade.

Assim, este autor começou por verificar que entre os portugueses eram mais salientes os valores materialistas e menos salientes os valores pós-materialistas, sendo que estes resultados se aproximam daqueles obtidos em 1981 para a média da amostra europeia. Além disso, observou que a saliência de um tipo de valores relativamente ao outro variava, na amostra portuguesa, de acordo com os diferentes grupos sociais, tendo verificado o predomínio dos valores pós-materialistas em grupos com níveis de instrução mais elevados, nos grupos etários mais baixos e em estratos sócio-económicos mais elevados. Estes dados foram explicados através do facto de, nestas camadas da população se encontrarem satisfeitas as necessidades básicas e se encontrarem ultrapassadas as dificuldades económicas e, também, pelo facto destas camadas possuírem um maior nível de escolaridade, que permite o desenvolvimento de aptidões e o acesso a novas redes de informação que “facilitam a abertura e descentração do espaço social imediato, condições importantes para a emergência do pós-materialismo” (Vala, 1993, pg.227).

Este autor analisou também o peso que os valores tradicionalistas e da modernidade têm na sociedade portuguesa. Assim, os valores da modernidade estão associados, por um lado, à individualização da vida social, à menor saliência dos valores de submissão e a uma atitude mais crítica face às instituições de regulação social e, por outro lado, à maior saliência da racionalidade científica. Observou que, se por um lado os portugueses valorizam o respeito pela autoridade (o que subentende uma tendência

no sentido do tradicionalismo), por outro valorizam, mais do que os restantes países europeus, o desenvolvimento tecnológico (que remete para valores da modernidade). Vala (1993) explicou que a presença de valores associados à defesa do desenvolvimento tecnológico entre os portugueses - valor já ultrapassado, de um modo geral na Europa - está relacionado com o facto de, em Portugal, o debate acerca das consequências do desenvolvimento tecnológico e do seu impacto ambiental, ser ainda incipiente. De facto, a sensibilidade para questões relacionadas com o ambiente é muito reduzida em Portugal, o que constitui um dado significativo, se se tiver em conta, como refere Vala (1993), que “uma atitude positiva face aos movimentos ecológicos é um indicador de mudança dos valores sociais, nomeadamente daqueles que sustentaram o progresso técnico e o desenvolvimento tecnológico a qualquer preço” (Vala, 1993, pg.239).

Vala (1993) verificou que o ecologismo surge associado quer aos valores da modernidade (relacionados com o desenvolvimento tecnológico) quer a valores tradicionalistas, o que, na sua interpretação, revela que, em Portugal, os valores ecológicos assumem uma pluralidade de significados. Independentemente dos seus significados este autor verificou, no entanto, que valores positivos face à ecologia encontram-se presentes, sobretudo, nas camadas jovens (indivíduos com idades inferiores a 35 anos) e nos grupos com maiores habilitações escolares e académicas.

Reis e Dias (1993) recorreram, também, ao quadro de referência proposto por Inglehart para analisarem os valores sócio-políticos. De acordo com estas autoras, numa sociedade de orientação materialista “prevalece a defesa de valores estatizantes ou colectivizantes, assumidos como reguladores privilegiados do funcionamento político-económico do Estado” e numa sociedade de orientação pós-materialista prevalece “o desejo crescente de intervenção individual nos processos de tomada de decisões e um desejo, cada vez maior, de privatização das esferas públicas” (Reis e Dias, 1993, pg.

Analisando os dados relativos à privatização/estatização do funcionamento político-económico português, as autoras verificaram que existia, entre os portugueses, uma tendência clara para valorizarem a propriedade privada e livre iniciativa, para valorizarem a gestão privada das empresas (em oposição à gestão pelo Estado) e para valorizarem a responsabilidade individual pela sobrevivência dos cidadãos. Estes dados indicam, claramente, que os portugueses defendem valores de liberalismo económico, iniciativa privada e liberdade individual, que reflectem atitudes económico-políticas muito próximas daquelas defendidas pelo resto dos europeus. Contudo, no que diz

respeito à intervenção do Estado na economia apresentavam posições mais conflituais: um terço exigindo do Governo uma maior liberdade de actuação individual e outro terço não apoiando a desintervenção do Governo na economia portuguesa. As autoras referem que estes resultados podiam, no entanto, constituir apenas uma manifestação de oposição ao governo que estava na altura, no poder.

No que diz respeito à União Europeia, verificaram que a maioria dos portugueses acreditava que esta “pode proteger as identidades nacionais, históricas e culturais de cada país “ e que “só assim as economias nacionais poderão enfrentar as superpotências”. Contudo, 24% dos portugueses não concordaram totalmente com esta afirmação, o que indica que o “o projecto europeu não é um projecto pacífico em termos de unanimidade suscitada na população portuguesa” (Reis e Dias, 1993).

Por último, há que referir a grande aderência dos portugueses ao projecto europeu- só ligeiramente inferior relativamente à média dos países europeus.

Em termos de posicionamento político, verificou-se que a maioria dos portugueses se situavam no centro da escala, embora se concentrassem nas posições 5 e 6, indicando uma tendência maior para o posicionamento político à direita. O posicionamento da escala variava com o escalão etário, sendo que o grupo etário que se situava mais à esquerda correspondia ao grupo dos 25-44 anos e eram os mais idosos que se situavam mais à direita.

4. Valores sociais nos jovens portugueses

Na década de 80 desenvolveram-se uma série de investigações com o objectivo de analisar os valores veiculados pelos jovens. Dado que esta era uma área inexplorada em Portugal, optou-se por utilizar metodologias abrangentes que permitissem desbravar essa realidade. Assim, recorreu-se, fundamentalmente, à utilização de inquéritos extensivos que possibilitassem a recolha de dados quantitativos (Machado Pais, 1993).

Segundo Machado Pais (1993), o aumento de interesse pela juventude nos anos 80 prendeu-se, essencialmente, com a “crescente valorização da juventude em termos

sociais e políticos- justificada pelo alongamento e diversificação das etapas e modalidades de entrada na vida adulta” (Machado Pais, 1993, pg.4).

Com efeito, nas últimas décadas, registaram-se mudanças no sistema educativo, quer a nível do aumento do tempo de escolarização, quer ao nível do aumento das alternativas de formação, com o objectivo de aumentar as saídas profissionais dos jovens numa altura marcada pela precariedade do mercado de trabalho (Braga de Cruz, Seruya, Reis e Schmidt, 1984). Contudo, o aumento do tempo de escolarização a nível do ensino secundário e a abolição do ensino técnico, a restrição da entrada ao ensino superior (com o estabelecimento de *numerus clausus*) e o desajustamento entre o mercado de trabalho e os sistema de ensino liceal e superior tiveram, segundo Braga da Cruz et. al. (1984), fortes consequências negativas, tais como transformar a “grande maioria da população escolar numa população secundariamente escolarizada, mas profissionalmente menos qualificada, o que contribuiu decididamente para o incremento do desemprego juvenil (Braga da Cruz et al., 1984, pg. 294). De facto, verificou-se que o desemprego nos jovens quadruplicou entre 1974 e 1981 e que, em 1981, 74% dos desempregados eram jovens (Braga da Cruz et al., 1984).

Estes autores consideram que a dificuldade de acesso ao ensino superior, assim como a dificuldade de integração no mundo do trabalho, estão associadas ao aumento da criminalidade e delinquência juvenis. Assim, se em 1970, 39% dos reclusos nas prisões portuguesas eram jovens, em 1980 esta percentagem era de 65% o que “revela que a criminalidade, em Portugal, se tem vindo a tornar um problema juvenil” (Braga da Cruz et al., 1984, pg. 299).

Uma outra mudança que marcou a sociedade portuguesa, nos anos 80, prendeu-se com a diminuição das taxas de fecundidade, com o aumento do número de divórcios e com o desenvolvimento de novas formas de estruturas familiares (Machado Pais, 1993).

Mas a família não conheceu, segundo Braga da Cruz et al.(1984) apenas mudanças demográficas. Estes autores consideram, com efeito, que a família sofreu, também, importantes mudanças aos níveis jurídico e social. A um nível jurídico estas mudanças reflectiram-se, em primeiro lugar, “na possibilidade do divórcio para os casamentos católicos” e, em segundo lugar, na “igualdade dos cônjuges no casamento e nos pais perante os filhos fora do casamento”. Ainda no plano jurídico, reflectiram-se no dever do Estado em promover o planeamento familiar. Estas alterações tiveram

repercussões a nível social, nomeadamente na igualitarização dos cônjuges e na própria condição da mulher.

A nível habitacional, as condições foram piorando. Braga da Cruz et al. consideram, mesmo, que a crise da habitação constitui um dos piores problemas sociais que afecta a família portuguesa dos últimos anos, sendo esta crise mais saliente nos jovens, nomeadamente nos recém-casados que são, muitas vezes, obrigados a coabitar com a família de origem.

Todos estes dados demonstram as condições difíceis em que viviam os jovens na década de 80, principalmente se se tiver em conta, de acordo com Braga da Cruz e al. (1984), que “o acesso à idade adulta é basicamente determinado pelo ingresso na vida activa.. .e que se completa pela aquisição de uma autonomia social, que se corporiza pela emancipação não só económica mas também habitacional da família de origem...” (Braga da Cruz et al., 1984, pg. 258).

Tendo em conta os estudos desenvolvidos na década de 80 acerca de valores sociais nos jovens, apesar de terem recorrido a instrumentos diferentes, terem tido como alvo populações diferentes e terem sido realizadas em alturas diferentes, torna-se interessante como refere Ferreira (1993, pg.11), “salientar linhas de força... em termos de valores e de modo de vida dos jovens”.

4.1 Família, casamento e sexualidade

Segundo Roussel (1992), a partir dos anos 70, o aumento da esperança de vida, a diminuição da taxa de natalidade e a maior escolarização das mulheres tiveram grandes repercussões na estrutura e organização da família.

O aumento da esperança de vida tornou possível a coexistência de quatro gerações numa família, obrigando à modificação das relações intergeracionais. E o desenvolvimento de meios contraceptivos mais eficazes permitiu o controlo dos nascimentos no casamento. Deste modo, a família nuclear passou a ser constituída por

um ou dois filhos e a família alargada também sofreu uma diminuição acentuada- decrescendo o número de primos e tios, os quais, segundo o autor, podem ter um papel importante na socialização das crianças e dos jovens, por permitirem limitar a dependência afectiva aos pais e relativizar a sua influência. Por último, a escolarização das mulheres e a sua entrada no mundo do trabalho contribuíram, também, para a redefinição de novos papéis e de novas áreas de responsabilidade na família e para o aparecimento de novas expectativas. Este autor refere ainda que a flexibilização das leis e possibilidade de divórcio, tornando o casamento reversível, tiveram consequências qualitativas muito importantes na concepção da família. "As relações familiares e, em especial as conjugais, deixaram de ser definidas pelas instituições para passarem a ser reguladas por pactos"- instituição referindo-se a "uma norma pública que se impõe aos indivíduos" e pacto a um "acordo privado entre particulares" (Roussel, 1992, pg. 168).

Segundo Fernandes (1994), a crise que muitos referem estar a acontecer na família, relaciona-se com uma série de transformações que estão a ocorrer a nível das dinâmicas familiares, de modo a permitir que a família se adapte às modificações mais amplas que estão a ocorrer nas sociedades ocidentais. Este autor considera que os índices que alguns interpretam no sentido da crise da instituição da família, devem ser entendidos como os efeitos de adaptação às mudanças recentes.

De acordo com Mendes, Pereira e Pinto (1994) houve uma mudança no modelo familiar. Em termos de composição a família portuguesa em 1991 tinha uma dimensão muito reduzida- constituída essencialmente pelo casal sem filhos (25,57%) ou pelo casal e um filho (23,97%). Para além disso, 11,9% das famílias eram monoparentais e 13,97% eram constituídas por uma só pessoa. Mas, de acordo com estes autores, não foi só a nível da composição familiar que ocorreram mudanças- estas também ocorreram a nível da formação e da dissolução da família. Houve uma diminuição da taxa de nupcialidade e o aumento do número de nascimentos fora do casamento. Houve uma diminuição da taxa de fecundidade e o retardamento do nascimento do primeiro filho. E, por último, as taxas referentes ao divórcio aumentaram, tendo diminuído a idade em que este ocorre. Além disso, as funções do casamento também se modificaram. Tradicionalmente, o casamento marcava o início da vida conjugal e da vida sexual e era o passo que precedia a reprodução biológica e social. Actualmente os jovens têm relações sexuais previamente ao casamento, o número de uniões de facto está a subir e o

início do matrimónio não coincide obrigatoriamente com o nascimento do primeiro filho, que está a ser cada vez mais retardado.

Contudo, segundo Félix da Costa (1994, pg.18) apesar destes factos serem “aspectos reveladores de algum ‘défice familiar’”, a família continua a constituir um aspecto extremamente importante para os portugueses.

Este autor verificou que os portugueses têm uma imagem bastante positiva da família, a grande parte qualificando-a como um factor de equilíbrio social e de desenvolvimento da sociedade. A maioria considera que as principais funções da família são “criar, educar e instruir os filhos” (55,8%) e “proporcionar amor e afecto aos filhos” (24,0%).

Os inquéritos sobre valores sociais aplicados aos jovens, na década de 80 demonstram, de acordo com Ferreira (1993), que a família é extremamente importante enquanto veículo de realização pessoal dos jovens e que assume uma grande centralidade nas suas vidas.

O inquérito “Juventude Portuguesa: situações, problemas, aspirações” (Ferreira, 1993) aplicado a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, demonstra que a grande maioria destes jovens (80%) ainda vive com a família de origem e que desfruta de uma função instrumental da família, a qual funciona como primeira fonte rendimento para 47,4% dos jovens e como segunda fonte para 41,2%. É, no entanto, interessante verificar que apenas 20% destes jovens continuaria viver com os pais se pudesse escolher outra situação alternativa. Apesar disso, 82,4% dos jovens declaram sentir-se bem ou muito bem em termos das suas relações com os pais, sendo estes aqueles que apoiam mais os jovens nos seus problemas e que os aconselham nas suas decisões- se bem que sempre em pé de igualdade com o (a) namorado(a) ou cônjuge.

Ainda de acordo com o mesmo inquérito, verifica-se que a família de origem e a família de orientação constituem o segundo tipo de relações mais importantes para os jovens (respectivamente, para 51,9% e 29% dos jovens)- a seguir às relações com os amigos.

Um outro inquérito sobre “Valores e Atitudes nos jovens” (Ferreira, 1993), em jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, demonstra que os jovens têm uma imagem positiva da família: 82,5% considerando a família como “um grupo de pessoas que se ajuda mutuamente em todas as circunstâncias” e 72,0% encarando-a com “local de segurança afectiva”. Além disso, 79,0% dos jovens rejeita (total ou

parcialmente) a imagem de que a família é “uma fachada social, é substituível por um grupo de amigos” (67,5%) ou “é lugar de pressão social” (68,8%).

Almeida (1986) refere que os resultados deste inquérito demonstram que os valores de contestação à instituição familiar não têm quase expressão entre estes jovens e que esta é considerada, quase consensualmente, como “um local de segurança afectiva”. Esta autora conclui então que as características expressivas são aquelas mais valorizadas pelos jovens- fundamentalmente, no entanto, pelos jovens dos meios urbanos e provenientes de estratos sócio-económicos altos e ainda por aqueles que estudam.

Verificou ainda que, os valores relativos à família são determinados por valores sociais e regionais. Assim, são os jovens que pertencem às camadas mais baixas e menos escolarizadas que possuem os valores mais tradicionais sobre a família. Por outro lado, são os jovens que habitam no sul interior que se mostram mais contestatários em relação à instituição familiar, mas também mais exigentes, no sentido em que a encaram como um local de ajuda mútua e de segurança afectiva e, também, como um local onde se encontram as raízes e onde se prepara para a vida. São também os jovens que habitam na Grande Lisboa (em contraste com aqueles que habitam no Grande Porto) que manifestam com maior intensidade valores de contestação à família e uma maior aceitação da coabitação e do casamento civil.

Machado Pais (1985) discutindo se o casamento é, hoje em dia, “um casamento de coração ou de razão, concluiu, com base nos resultados deste mesmo inquérito, que este resulta de uma combinação de “aspectos de coração e de razão”. É assim que, a grande maioria dos jovens inquiridos (79%) discorda que o casamento seja “uma fachada social sem sentido”. Contudo, apenas 21,7% destes jovens não acha que a família seja “um meio de segurança económica”, muito embora 74% a considere “indispensável para a segurança afectiva”. Estes resultados levaram-no a concluir, deste modo, que os “jovens portugueses dão mostras de aderir à instituição social da família tanto por motivos de ordem racional, como por motivos de ordem afectiva” (Machado Pais, 1985, pg. 352).

Segundo a análise de Ferreira (1993) feita com base nos dois inquéritos já mencionados, verifica-se que a grande parte dos jovens que vivem como casal são casados e que a grande parte dos jovens solteiros manifestam a intenção de vir a casar, uma minoria referindo que irá optar pela união livre. Estes dados levam o autor a

concluir que “não é possível dizer que os jovens consideram o casamento como uma instituição ultrapassada, o que não significa que mantenha o mesmo significado que tinha para as gerações mais velhas ou que tenha o mesmo significado para todos os jovens” (Ferreira, 1993, pg.36).

Com efeito, no inquérito “Conflito de gerações, conflito de valores” (Figueiredo, 1988) realizado com estudantes universitários e respectivos progenitores, verifica-se que os jovens consideram que o principal fim do casamento é “a realização humana dos cônjuges”, seguido do “auxílio mútuo entre os esposos e que os pais”, embora escolhendo estas mesmas opções, também dão, no entanto, muita importância ao casamento enquanto “meio de procriação e educação dos filhos”.

No que diz respeito à sexualidade, o inquérito “Juventude Portuguesa: situações, problemas e aspirações” (Ferreira, 1993) começa por revelar que a maior parte dos jovens (60,8%) considera que a importância atribuída à vida sexual constitui um aspecto que permite distingui-los das gerações mais velhas.

O inquérito “Valores e Atitudes nos jovens (Ferreira, 1993) revela que a grande maioria considera as relações sexuais como “uma relação global entre duas pessoas” ou “uma forma de comunicação entre homem e mulher”. Os jovens na sua maior parte, manifestam uma atitude permissiva relativamente às relações sexuais antes do casamento: 83% dos rapazes e 64% das raparigas defendem que as relações sexuais entre jovens não casados devem ser permitidas pela sociedade. No mesmo sentido, o inquérito “Conflito de gerações, conflito de Valores” (Figueiredo, 1988) revela que a maior parte dos estudantes universitários considera que as relações sexuais pré - matrimoniais nos rapazes ou nas raparigas são úteis ou não têm gravidade.

Miguel e Vilar (1986) na análise aos resultados do inquérito “Valores e atitudes dos jovens” concluem que, apesar de rapazes e raparigas demonstrarem, de uma maneira geral, uma atitude permissiva relativamente às relações sexuais antes do casamento, as raparigas prevêem, no entanto, que a sociedade terá uma atitude menos favorável relativamente às relações sexuais nas raparigas solteiras, pelo que se mostram mais culpadas e mais discretas no que diz respeito às suas práticas. Estes autores consideram, assim, com base nas respostas obtidas, que existe “um duplo padrão moral” (Miguel e Vilar, 1986, pg. 115) face à sexualidade feminina e masculina. Só assim se compreende que mais raparigas do que rapazes achem que procederam mal e que uma percentagem mais elevada de raparigas do que de rapazes achem que as raparigas

procurarão, mais do que os rapazes, que a prática de relações sexuais passe despercebida aos outros. E só assim se compreende que a culpa e o medo associados às práticas sexuais pré – matrimoniais se mantenham com a idade, no caso das raparigas e que decresçam, no caso dos rapazes.

No que diz respeito ao trabalho feminino e à distribuição de papéis familiares entre os dois sexos, Machado Pais (1985) concluiu, com base dos dados do inquérito “Valores e atitudes nos jovens” que, ainda que seja partilhada a ideia de igualdade de funções no casamento, na prática corrente isso não se verifica, não havendo uma igual distribuição de tarefas domésticas entre os cônjuges, mesmo no caso em que as mulheres trabalham fora de casa. “Impera o modelo da ‘dupla carreira’; a participação da mulher na vida profissional não a liberta das principais e mais rotineiras tarefas domésticas” (Machado Pais, 1985, pg. 363). Assim, ainda que a maior parte dos jovens defenda que as mulheres devem ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem, revelado no inquérito (Figueiredo, 1988), na prática as mulheres acumulam papéis domésticos e relativos à sua vida profissional, o que limita, à partida, a sua progressão na carreira profissional.

4.2 Trabalho

O inquérito “Valores e atitudes nos jovens (Ferreira, 1993) revela que o desemprego é uma das principais preocupações dos jovens de hoje- 40,3% incluem-no entre as três maiores preocupações e o inquérito “Juventude portuguesa: situações, problemas e aspirações” (Ferreira, 1993) revela que a maioria dos jovens (51,6%) prefere arranjar um emprego qualquer do que não ter nada que fazer.

Estes dados não suportam, assim, as concepções adultas de que os jovens atribuem pouca importância ao trabalho, relativamente aos adultos. O referido inquérito revela mesmo que a maior parte dos inquiridos não considera que os jovens dêem menor importância ao trabalho enquanto realização pessoal do que os adultos (64,8%) ou à sua carreira profissional (64,1%).

O inquérito “Juventude portuguesa: situações, problemas e aspirações” revela, ainda, que os jovens procuram essencialmente “um trabalho que lhes dê gozo realizar” (71,2%) - embora, na sua maioria estes jovens pertençam às camadas sócio-económicas mais elevadas e tenham ou frequentem níveis de ensino mais elevados. Além disso, 40% destes jovens desejaria ter um trabalho onde pudesse desenvolver as suas capacidades. Apenas 6,2% consideram que a importância do trabalho se refere, apenas, a permitir satisfazer as necessidades de consumo e de tempo livre.

Assim, parece que os jovens valorizam, de uma maneira geral, essencialmente o conteúdo do trabalho, preocupando-se menos com os seus aspectos instrumentais, e que, para além disso, procuram melhorar a sua qualidade de vida a partir da vida profissional e em continuidade com o consumo e com o lazer (Ferreira, 1993).

4.3. Participação política

Com base no inquérito “Valores e atitudes nos jovens”, Reis (1986) concluiu que a juventude portuguesa se mostra afastada e desinteressada da política, desacreditando os mecanismos tradicionais do funcionamento do sistema democrático, mas aderindo a mecanismos de participação menos tradicionais, nomeadamente a participação em movimentos sociais, como pacifismo e ecologismo. Além disso, é uma juventude que continua a defender a transformação da sociedade, se bem que através de um modelo de transformação gradual e não através de modelos mais radicais como modelos revolucionários.

Braga da Cruz, em 1985, desenvolveu e aplicou um inquérito a 900 jovens, com o qual pretendia estudar a participação política dos jovens, tendo em conta a repercussão que as novas condições emergentes nas sociedades ocidentalizadas em geral, e na sociedade portuguesa em particular, teriam nessa mesma participação.

A participação política, para Braga da Cruz (1985) diz respeito ao conjunto de todas as actividades desenvolvidas que permitem formar uma opinião, escolher e influenciar os indivíduos que tomam decisões políticas. Neste sentido, a participação política “depende, tanto da possibilidade objectiva, como da vontade subjectiva de

tomar parte do processo de produção de decisões políticas” (Braga da Cruz, 1985, pg.1069) e logo, depende, não só da existência de estruturas participativas, como também, de uma cultura política de participação.

Em termos operacionais, este modelo parte do princípio de que a participação política, assim como a sua qualidade, dependem da existência de quatro elementos base: ter acesso a informação política e possibilidade de integrar estruturas participativas, ter interesse pelas questões políticas e haver mecanismos de mobilização.

Analisando os resultados do seu inquérito e tendo em conta este modelo, Braga da Cruz (1985) verificou que a participação política entre os jovens portugueses é baixa. Apesar de 45% dos inquiridos se encontrar integrado numa associação, a maior parte revela-se mais passiva do que activa, de acordo com a escala de activismo social (associativismo e activismo extra-político estão, frequentemente, associados à participação política). No que diz respeito aos níveis de informação sobre a política, este autor verificou que os jovens conhecem melhor os factos da vida política corrente do que o funcionamento do sistema constitucional português, mostrando-se ainda menos informados em relação aos actores políticos da cena internacional e nacional. Por último, no que diz respeito à mobilização política, operacionalizada em termos de todas as solicitações dirigidas aos cidadãos, o autor concluiu que a família era um agente mobilizador razoável, tal como a escola, mas esta em menor grau. E concluiu que havia uma exposição razoável a mensagens políticas, através da televisão, de comícios, campanhas eleitorais, mas que a mobilização organizativa era baixa.

Em relação à participação eleitoral e organizativa, Braga da Cruz (1985) afirma que a falta de participação política está ligada, fundamentalmente, à inexistência de uma cultura política e a um desenvolvimento político ainda imaturo. Para este autor, a falta de participação política que identifica nos jovens é dominante na população portuguesa em geral.

Outro autor, Ferreira, em 1993, ao analisar os inquéritos dos jovens feitos nos anos 80, observa que, de maneira geral, a juventude portuguesa é caracterizada por manifestar baixos níveis de participação política, considerando, no entanto, que este fenómeno não é específico dos jovens. De acordo com este autor, a baixa participação política deve ser enquadrada num fenómeno mais global característico das sociedades ocidentais; sociedades marcadas pelo predomínio de valores individualistas, onde as

questões colectivas, em que se inserem as questões políticas, têm pouco interesse para os indivíduos.

4.4. Religião

A partir do inquérito “Valores e atitudes nos jovens” foram identificadas, nos jovens, quatro tipos de atitudes face à religião: católicos praticantes (28,8%), católicos não praticantes (47,7%), ateus (12,8%) e outra que incluiu os protestantes, os que não sabem/não respondem e os que responderam outra posição (10,6%) (França, 1985,1986).

Os resultados obtidos revelam que, à medida que aumenta a idade, aumenta a percentagem de ateus e de jovens que têm outra posição face à religião e que este é mais acentuado após os 18-20 anos. Além disso, revela que a maioria dos católicos praticantes (64,6%) e não praticantes (47,1%) são raparigas e que aqueles que são ateus ou têm uma outra posição são, na sua maioria, rapazes (respectivamente 60,3% e 63,3%).

A análise cruzada desta variável com a variável distribuição geográfica demonstrou que a maior parte dos jovens católicos praticantes vivem acima do Tejo (60%) e que quase metade dos jovens ateus vivem na Grande Lisboa.

França (1985) verificou que o habitat era a variável mais determinante no tipo de posição adoptada face à religião. Assim, o catolicismo surge associado à ruralidade e que a posição “ser ateu” surge associada à urbanidade. Deste modo, 43% dos jovens católicos praticantes vive na zona rural (aglomerados com menos de 2000 habitantes) e 70% dos ateus vive em zona urbana; 53% dos católicos não praticantes e 58% daqueles que “têm uma outra posição face à religião” vive sobretudo, também, em zonas urbanas.

O grau de escolaridade também influencia as posições dos jovens- quanto mais habilitações literárias menos o jovem é católico e mais é ateu ou tem outra posição.

França (1986) afirma que os valores religiosos defendidos pelos jovens são muito próximos dos defendidos pela geração dos seus progenitores e que as mudanças registam-se a nível das práticas religiosas. “As diferenças observadas entre o meio urbano e o meio rural, entre os efeitos da maior ou menor escolarização, assim como o

impacto da liberalização dos comportamentos sexuais, são factores suficientes para indicarem uma erosão dos comportamentos religiosos tradicionais” (França, 1986, pg.45).

5. “Conflito de gerações, conflito de Valores”- Figueiredo, 1988

Eurico Figueiredo, em 1988, estudou os valores dos jovens universitários comparando-os com a geração dos seus progenitores e com outros estudos feitos sobre valores em décadas anteriores, de modo a compreender a forma como se têm alterado (ou não) os valores sociais em Portugal. Este autor considera que o conflito de gerações é uma área de tensão social e que, portanto, poderá dar origem a modificações a nível da orientação dos valores. Além disso, ao optar por construir um instrumento de recolha de dados a partir do II Inquérito Geral às Universidades promovido pela direcção geral da JUC (Juventude Universitária Católica), tornou possível a comparação de alguns valores em diferentes períodos (1964 e 1986) e o desenho da sua evolução.

O estudo dos valores sociais nos jovens universitários é extremamente importante, por permitir conhecer um grupo social que assume, nas sociedades ocidentais da actualidade uma grande importância. Como refere Figueiredo (1988), procurar mudanças e novas possibilidades de evolução constitui um objecto de estudo extremamente importante, pois os jovens de hoje serão os adultos de amanhã, que terão nas suas mãos a responsabilidade de decidir sobre aspectos importantes da sociedade. Prospeccionar valores sociais e tendências poderá dar indicações importantes de como a sociedade poderá evoluir num futuro próximo.

Figueiredo (1988), ao analisar os valores sociais defendidos por jovens universitários e respectivos pais, verificou a existência de áreas de forte consenso entre as duas gerações, assim como áreas de grande conflitualidade, sugerindo estas últimas que novos valores estão a emergir na geração dos mais novos. A partir da comparação destes resultados com o inquérito da JUC, verificou que, em 20 anos houve uma grande evolução em termos dos valores defendidos pelos jovens.

Partindo desse princípio, analisou não só valores manifestados na actualidade mas também as expectativas em relação a um futuro próximo.

Assim, Figueiredo (1988) concluiu que os filhos investem, de uma forma prioritária, valores relacionados com os direitos do Homem, com a igualdade de direito dos povos e das raças e com a liberdade, enquanto os pais investem prioritariamente, valores relacionados com questões sociais tais como a paz, a luta contra a miséria, a cura de doenças perigosas.

Em relação ao futuro, a geração mais nova mostrou-se mais pessimista, em que 25% dos jovens considera que “as pessoas serão menos felizes no ano 2000”, para apenas 18% dos pais. Por outro lado, os jovens mostraram-se mais confiantes nas suas capacidades de influenciar o futuro, considerando que é a sua geração a que tem uma “visão mais realista do mundo”.

Ambas as gerações defendem “a crise de civilização pode ser vencida pela renovação espiritual e moral”, mas um número superior de pais considera que esta pode ser vencida através da economia e da política.

O autor verificou, além disso, que os jovens de 86 são mais cépticos em relação aos universitários inquiridos em 1964: 8,5% dos jovens inquiridos em 1986 acha que a crise de civilização não poderá ser vencida, contra apenas 2,4% dos jovens da JUC que têm essa opinião.

Em relação às questões europeias manifestou-se um forte consenso entre as duas gerações. Ambas revelaram uma grande determinação em relação à integração na Comunidade Europeia, mas os jovens demonstraram-se mais empenhados do que os progenitores.

No que respeita aos centros de interesse, ou seja, “aos aspectos da vida que mais interessam” Figueiredo (1988), verificou que o principal interesse dos jovens se centrava nos “problemas da sociedade, tais como direitos do Homem, pobreza e igualdade entre sexos”, seguido do interesse pela “ciência e tecnologia”, depois pelas “artes e espectáculos” e só, em quarto lugar se manifestou o interesse pelo “meio ambiente, natureza e ecologia” (que constitui a terceira escolha dos progenitores). Os pais manifestaram, como interesses principais também os “problemas da sociedade, tais como direitos do Homem, pobreza e igualdade entre os sexos, seguindo-se o interesse pela “política nacional” e depois pelo “meio ambiente, natureza e ecologia”. Em quarto

lugar, 10% dos pais manifestaram interesse pela religião, para apenas 3% dos filhos, sendo esta a sua última opção.

Figueiredo (1988) analisou de seguida a confiança que os jovens universitários e os seus pais depositavam nas instituições sociais tais como a escola, tribunais, polícia e prisões.

Assim, verificou que o prolongamento da escolaridade obrigatória é um aspecto valorizado por ambas as gerações, mas os jovens manifestaram uma posição mais crítica em relação à qualidade do ensino.

As respostas relativas à actuação dos tribunais revelaram-se também muito consensuais- ambas as gerações defendendo que é aos tribunais que compete que dizer quem tem razão e, por isso, nunca se justifica que alguém faça justiça pelas próprias mãos.

As maiores divergências nas respostas dadas pelos pais e filhos foram observadas em relação ao sistema prisional e à polícia. Os progenitores consideraram que os sistema prisional e a polícia “fazem o melhor que podem”, enquanto os filhos disseram que ambas as instituições “funcionam mal por desleixo e desinteresse”.

Face aos problemas sociais mais importantes, tais como a criminalidade, droga, prostituição e alcoolismo, tantos jovens como os respectivos pais consideraram que a melhor atitude a tomar é uma atitude de prevenção. No entanto, para o alcoolismo muitos pais valorizaram significativamente uma atitude terapêutica.

Os dados relativos à religião demonstraram que a maioria dos pais e dos filhos se consideraram “pessoas religiosas”, se bem que os pais em maior número (89%) do que os filhos (65%). No inquérito da JUC (JUC, 1967), 80% dos jovens consideravam-se pessoas religiosas.

Apesar de ambas as gerações serem maioritariamente religiosas, não existiu consenso entre pais e filhos relativamente aos aspectos que as pessoas procuram na religião: Os filhos afirmaram a “satisfação de uma necessidade espiritual própria de todos os indivíduos”, enquanto os pais, para além desta opção, escolheram também a opção “forma de servir a Deus” e “salvação da alma”. Figueiredo (1988) comentou que as respostas obtidas há 20 anos atrás, no inquérito da JUC (1967) se aproximam das respostas da geração dos pais do seu estudo. Assim, nos anos 60, 30,8% dos jovens pensava que as pessoas procuravam na religião “uma forma de amar e servir a Deus”,

24% a “satisfação de uma necessidade própria de todos os jovens” e 21% a “salvação da alma”.

Quanto ao posicionamento político, este estudo demonstrou que as duas populações analisadas se posicionavam politicamente ao centro (em 38% dos filhos e 44% dos pais) mas, em segundo lugar, os jovens posicionavam-se à esquerda e os pais à direita. A maior parte de ambos os grupos são, sobretudo, “simpatizantes de um partido político”. Manifestou-se, nas duas gerações, uma forte identificação com a democracia, ambos os grupos defendendo um sistema de vários partidos (85% dos jovens e 76% dos pais).

Figueiredo (1988) analisou também uma série de questões relacionadas com valores acerca da família, casamento e sexualidade. Assim, na geração dos pais predominava uma postura discriminatória no que respeita às relações sexuais pré-matrimoniais nos rapazes e nas raparigas, sendo esta postura mais igualitária nos jovens. Sendo a sexualidade nos rapazes considerada, maioritariamente, por ambas as gerações, como “útil e sem gravidade”, o mesmo já não se passa no caso das raparigas em que era considerada, maioritariamente, pela geração dos pais, como “repreensível e perigosa”. Comparando as respostas dos jovens do seu estudo com as respostas dos jovens dos anos 60, Figueiredo (1988) observou que as respostas dadas por estes jovens se aproximavam das dadas pelos pais dos anos 80. Em 1964, os jovens consideravam as relações sexuais pré-matrimoniais nas raparigas, fundamentalmente, repreensíveis (53,4%) e perigosas (26,5%) e no caso dos rapazes, por vezes úteis (32,2%) ou repreensíveis (28,3%).

Em relação ao casamento, 61,2% dos jovens, assim como 43,2% dos pais consideraram a “realização humana” como o seu fim mais importante, seguido do “auxílio mútuo entre os esposos”. Tendo em conta estes dados, Figueiredo (1988) concluiu que, mais uma vez, se observa uma grande aproximação dos jovens de 1964 aos pais de 1986- 43,5% destes jovens escolhendo como primeiro fim do casamento a “realização entre os cônjuges”, 22,7% a “procriação e educação dos filhos” e 11,1% o “auxílio mútuo entre os esposos”.

No que diz respeito ao divórcio, foram observadas algumas diferenças entre a geração dos filhos e dos pais. Assim, se uma maioria clara dos jovens concordava com o divórcio, apenas 51% dos progenitores também o fazia. E o autor salienta que, nos anos 60, quase metade dos jovens concordava com o divórcio (49%) e que quase outra

metade discordava (48%) e que, se em 1986, 22,9% dos jovens justifica o divórcio com base na “liberdade humana”, em 1964 apenas 3,5% defendia esta posição.

Para os jovens de 80 “aquilo que é mais importante na vida”, era, em primeiro lugar, o bem-estar interior, em segundo lugar o amor e, só em terceiro lugar, as relações com a família. Para os pais, pelo contrário, a família foi considerada pelos pais como o aspecto mais importante da vida e só depois, o bem-estar interior.

Relativamente ao trabalho da mulher, verificou-se que a maioria dos universitários concordava que a mulher “deve ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem”, enquanto apenas 37% dos pais concordava com esta afirmação. Assim, 35% dos pais considerava que “a mulher casada só deve empregar-se se tiver um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar”. Foram observadas a este nível, grandes diferenças relativamente aos jovens da JUC, em que 46,5% pensa que a mulher casada só se deve empregar se conseguir arranjar um horário de trabalho compatível com as exigências da vida familiar e 36,5% defende o trabalho da mulher casada apenas em casos de extrema necessidade (para 0,7% dos jovens em 1986).

Ambas as gerações consideraram a limitação da natalidade como, uma “prática lícita”, enquanto em 1964, apenas 30% dos jovens universitários o fez, tendo escolhido preferencialmente, “uma prática lícita só em circunstâncias graves” (40,8%). Nesta altura também se verificou uma elevada percentagem de respostas “tradução de um egoísmo social”- 18,6% dos jovens para 2% dos jovens em 1986 e 2,3% dos pais em 1986) (JUC, 1967).

Em relação ao número ideal de filhos, ambas as gerações preferem o número de dois, contudo, os filhos escolheram, em segundo lugar, um número ideal de um filhos e os pais de quatro. Para Figueiredo (1988) estes resultados revelam a revolução ocorrida nas últimas décadas nas camadas mais jovens da população- na década de 60, 40% dos jovens universitários considerava como número ideal de filhos, quatro e, na amostra de 1986, apenas 10% dos estudantes considera este número como ideal.

CAPÍTULO IV

Definição do problema

Em 1988, Figueiredo, a partir do inquérito “Conflito de gerações, conflito de valores” revelou que os valores veiculados pelos jovens diferiam daqueles defendidos pelos seus pais e que, em algumas áreas, diferiam de forma significativa, como na da “sexualidade, casamento e família”. E, comparando este estudo com outros, realizados nos anos 60, observou mudanças radicais a nível dos valores, tendo em conta o as mudanças políticas e sociais acontecidas durante esses 20 anos em Portugal (Figueiredo, 1988).

Considerando que a mudança em termos de valores será gradual (devido, em parte, à sua própria formação), mas inexorável e orientada numa determinada direcção, é fundamental estudar os valores dos jovens e compará-los com gerações anteriores para compreender a orientação das transformações sociais e colocar hipóteses sobre o futuro. Tal como refere Roussel (1992, pg. 168) “cada geração dispõe à partida de um capital que pode ter a ilusão de recusar mas do qual parte necessariamente, mesmo que para progressivamente o dissipar. Os próximos 20 anos serão, deste modo, marcados pelo que se acumulou nos últimos 20 anos. E a única maneira de apreender o provável é compreender o que de fundamental se passou recentemente”.

Tal como ao longo do tempo, os valores também variam consoante as regiões e as formas de vida regionais.

Em relação ao nosso país, podemos considerar que o norte, neste caso o Minho, acompanhou as alterações do país ao longo dos anos, mas mantendo-se, aparentemente como uma região mais tradicional, em que a mutação de valores não é tão evidente como noutras regiões do país (Almeida, 1986; França, 1985, 1986).

Por outro lado, parece que a experiência universitária origina uma atmosfera propícia à formação de novos valores. Algumas investigações que se têm feito com estudantes universitários mostram que estes sofrem grandes mudanças estruturais, quer a nível intelectual, quer a nível moral e dos valores- particularmente aqueles que

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

tiveram de sair de casa para estudar (Sprinthal e Collins, 1988/1994). De acordo com Cotterel (1996) a organização de grupos de pertença é característica da adolescência e juventude e a influência do grupo de pertença manifesta-se “nas atitudes pessoais, crenças e comportamento” (Cotterel, 1996, pg. 23). Além disso, atitudes, comportamentos e, conseqüentemente, valores sociais e práticas educativas, variam consoante o sexo.

Partindo destes princípios e, particularmente do estudo e concepções de Figueiredo (1988), pretendemos estudar os valores dos jovens universitários do Minho e compará-los com os dos seus progenitores, tendo em conta as transformações culturais sofridas nesta zona do país, o conflito de gerações, a educação recebida pelos jovens e a influência do grupo de pares e/ou do grupo de pertença (neste caso a Universidade). Procuraremos analisar consensos e divergências entre duas gerações diferentes, mas próximas e directamente relacionadas.

Deste modo, formulamos as seguintes questões:

Será que existem diferenças significativas entre os valores sociais dos jovens e dos seus pais?;

Será que existem diferenças significativas entre os valores veiculados por rapazes e raparigas?;

Será que existem diferenças significativas entre os valores veiculados pelos progenitores pais e mães?;

Será que existem diferenças significativas entre os jovens naturais do Minho e aqueles oriundos de outras regiões do país?;

Será que existem diferenças significativas entre os valores defendidos pelos jovens que vivem com os pais e aqueles que vivem com colegas ou sozinhos?.

CAPÍTULO V

Metodologia

1. Introdução

Este estudo baseia-se numa investigação acerca de valores sociais realizada por Figueiredo (1988), que teve como objectivo comparar os valores sociais dos jovens universitários portugueses e seus pais, numa perspectiva evolutiva, isto é, também com o fim de comparar a sua investigação com estudos anteriores e posteriores. Assim, um grupo de estudantes de Mestrado propôs-se realizar o mesmo estudo, mas desta vez utilizando amostra regionais. Foi utilizado o mesmo instrumento, de modo a que os diferentes estudos fossem comparáveis.

A amostra aqui representada corresponde à região do Minho, tendo os dados sido recolhidos nas sua Universidade. Procurou-se, assim, caracterizar os valores sociais das populações dos jovens universitários e seus progenitores e compará-los nesta região específica, tornando também possível perceber variações relativamente ao resto do país e a gerações anteriores.

Neste capítulo caracteriza-se a população e a amostra, descreve-se o procedimento adoptado na recolha dos dados e o instrumento utilizado (questionário acerca de valores sociais).

2 População

A população de jovens foi definida como “todos os estudantes finalistas, no ano lectivo de 1995/96, da Universidade do Minho” e a população dos pais definida como “todos os pais, cujos filhos são alunos finalistas, no ano lectivo de 1995/96, da Universidade do Minho”.

A escolha da população dos progenitores foi definida a partir da população dos filhos.

No entanto, a escolha da população dos jovens teve como base alguns critérios de ordem teórica, que referimos de seguida.

Optou-se por estudar uma população estudantil, uma vez que, o contexto escolar e a formação académica constituem processos importantes de socialização fundamentais para o desenvolvimento de novos valores o que implicaria, à partida, diferenças intergeracionais. Optou-se por jovens a frequentar o último ano dos cursos, uma vez que a socialização e aquisição de valores são processos lentos e que só estariam estabilizados no final da adolescência.

Deste modo, a escolha de estudantes universitários no último ano justifica-se pela possibilidade de se encontrarem estudantes com idades superiores a 20 anos, com um processo de socialização académico mais prolongado e, portanto, potencialmente capazes de defender valores diferentes dos pais.

A população de jovens é constituída por um total de 2507 alunos, dos quais 1570 (62,6%) são do sexo feminino e 937 (37,4%) do sexo masculino, matriculados no último ano e distribuídos pelos cursos existentes.

3. Definição e caracterização da amostra

A amostra de estudantes foi obtida a partir da população de estudantes através da técnica de amostragem aleatória.

Embora muitos autores que a amostragem aleatória é o melhor para estimar uma amostra (VocKell, 1983), outros, no entanto, consideram que a amostragem estratificada oferece maiores vantagens, nomeadamente, por garantir uma maior representatividade (Tuckman, 1978). Contudo, nesta investigação, seria difícil recorrer a esta técnica, devido à dificuldade de se obter determinados dados relativamente à população e porque se criariam categorias constituídas por um número muito reduzido de elementos.

A amostra recolhida representa 9,57% da população. De acordo com o método proposto por VocKell (1983), seria necessário uma percentagem de 15% para se apresentar um intervalo de confiança de 5%, significando isto que os resultados obtidos na amostra poderiam ser generalizados à população dos estudantes finalistas da Universidade do Minho, com uma confiança de 95% (ou seja, que se tem 95% de probabilidades de se obter os mesmos resultados na população e na amostra). Neste caso a generalização deverá ser feita de forma cautelosa.

A amostra de estudantes recolhida é constituída por um total de 240 alunos, e por 186 progenitores. A média de idades para os jovens é de 23,1 anos, sendo de 22,9 anos para a amostra das raparigas e de 23,1 anos para a amostra dos rapazes. Nos progenitores, a média de idades é 51,4, sendo de 50 para as mães e de 52,8 para os pais.

Dos estudantes, 181 (75,4%) pertencem ao sexo feminino e 59 (24,6%) ao sexo masculino; enquanto relativamente aos progenitores 92 (49,5%) pertencem ao sexo feminino e 94 (50,5%) ao masculino.

No quadro 1 apresenta-se a distribuição da amostra dos estudantes em função do sexo.

	Raparigas	Rapazes
N	181	59
%	75,4	24,6

QUADRO 1. Distribuição da amostra dos estudantes em função do sexo

Verificou-se que 146 (61%) dos estudantes eram naturais do Minho e que 94 (39,1%) eram provenientes de outras regiões do país (20%) ou do estrangeiro (10,8%, dos quais 8,2% são provenientes de África e 0,8% de países da Europa). 6 estudantes (2,5%) não identificaram sua naturalidade.

Estes alunos estão matriculados em grande parte dos cursos existentes na Universidade do Minho.

No quadro 2 apresenta-se os cursos existentes na Universidade e a distribuição de alunos pelos mesmos.

CURSOS	N ^a ALUNOS
Ensino Português e Francês	57
Ensino Português e Inglês	57
Ensino História e Ciências Sociais	33
Ensino Matemática	84
Ensino Biologia e Geologia	37
Ensino Físico-química	28
Ensino Português	56
Ensino Português e Alemão	14
Gestão de Empresas	144
Administração Pública	91

METODOLOGIA

Engenharia Têxtil	160
Engenharia de Sistemas Informáticos	254
Engenharia de Produção – Ramo Metalomecânica	5
Engenharia de Produção Têxtil	34
Engenharia de Ramos Plásticos	10
Engenharia Civil – Ramo Produção	3
Engenharia Biológica	110
Engenharia Electrónica Industrial	98
Engenharia Polímeros	126
Engenharia Civil	168
Engenharia Mecânica	127
Engenharia de Produção	136
Engenharia do Vestuário	71
Engenharia dos Materiais	21
Matemática e Ciências da Computação	89
Informática de Gestão	137
Física Aplicada – Ramo Óptica	52
Sociologia das Organizações	134
Comunicação Social	97
Psicologia	67

Quadro 2 Distribuição dos estudantes do último ano da Universidade do Minho em função dos cursos.

METODOLOGIA

Em seguida apresenta-se um quadro com a distribuição dos estudantes da amostra recolhida pelos cursos que frequentam.

CURSOS	ALUNOS
Ensino Português e Francês	20
Ensino Português e Inglês	19
Ensino Português	17
Ensino História e Ciências Sociais	14
Ensino Matemática	12
Ensino Biologia e Geologia	15
Gestão de Empresas	20
Engenharia Sistemas Informáticos	10
Engenharia Biológica	15
Engenharia Electrónica	11
Informática de Gestão	10
Matemática e Ciências da Computação	18
Sociologia das Organizações	19
Psicologia	22

QUADRO 3. Distribuição da amostra dos estudantes em função do curso que estão a frequentar

Em termos gerais, foram recolhidos dados em relação aos jovens que indicam que a grande maioria (95%) é solteira, 3,3% é casada e 0,8% vive com companheiro.

A grande parte dos jovens vive com os pais- 40%- ou com outros jovens- 37,5%, 10% declarou viver só, 4,2% com familiares ou com e 8,3% com companheiro. 93,8% declara ter vivido a infância também com os seus pais.

Verificou-se ainda que 93,% dos jovens inquiridos têm ambos os pais vivos e que em 84,2 % os pais estes vivem juntos.

Metade dos jovens (50%) recebe uma mesada para fazer face às suas despesas, um quarto (25,4%) estuda com bolsa e os restantes não recebem uma quantia fixa (14,2%), possuem um ordenado fixo (4,2%), ou fazem trabalhos esporádicos (6,3%).

METODOLOGIA

A grande maioria destes estudantes é católica (90%) e 0,8% pertencem a outra religião.

Os pais dos alunos inquiridos pertencem em grande parte às categorias profissionais 'empregado de escritório/ operário/ funcionário/ trabalhador agrícola por conta de outrem'(30,1%) e 'Profissional artista por conta própria/Proprietário agrícola de exploração de dimensão familiar' (23,7%).

No quadro 4 são apresentados os valores em percentagens acerca do tipo de profissão desempenhado pelos progenitores.

PROFISSÕES	PROGENITORES
Quadro superior da Administração Pública; Especialistas cientistas ou técnicos, liberais ou similares; Proprietário agrícola de grandes dimensões.	10,8%
Empregado de escritório em posição de chefia; Operário altamente qualificado, trabalhador especializado; Rendeiro de propriedade agrícola, proprietário agrícola de média dimensão.	17,2%
Profissional artista por conta própria; Proprietário agrícola de exploração de dimensão familiar.	23,7%
Empregados de escritório; Operário; Funcionário; Trabalhador agrícola por conta de outrem.	30,1%
Pessoal auxiliar; Ajudante; Jornaleiro	7,5%

QUADRO 4. Distribuição dos progenitores por tipo de profissão (%) (n=184)

A diferenciação em termos profissionais é superior nos homens, como se pode verificar no quadro seguinte.

METODOLOGIA

No quadro 5 são apresentados os valores, em percentagem, da distribuição dos pais por sexo e por profissão.

PROFISSÃO	MÃES	PAIS
Quadro superior	13%	8,5%
Empregado de escritório	15,2%	19,1%
Profissional artista	21,7%	25,5%
Empregado de escritório, operário	26,1%	34%
Pessoal auxiliar, ajudante, jornaleiro	10,9%	4,3%
Não sabe/não responde	13%	8,5%

Quadro 5 Distribuição dos pais por sexos e por profissões.

Perto de metade (48,9%) possui o ensino primário completo e apenas 12,8 % não possui a escolaridade primária. Os restantes possuem diploma liceal (23,4%), ou diploma de curso superior (8,5%) (6,4% não responde).

No quadro 6 apresentamos a distribuição dos progenitores por nível de instrução em termos de sexo.

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	MÃES	PAIS
Ensino Superior	4,3%	8,5%
Curso Médio ou Secundário	6,5%	0%
Ensino Secundário	8,7%	23,4%
Ensino Primário Completo	47,8%	48,9%
Ensino Primário Incompleto	23,9%	12,8%
Não Sabe/Não Responde	8,7%	6,4%

Quadro 6 Distribuição dos Pais por grau de Instrução e por sexo.

METODOLOGIA

Apresentamos ainda a situação financeira e fontes de rendimento, correspondente a níveis sócio-económicos baixos, em que mais mulheres são dependentes economicamente, e o tipo de alojamento em que vivem – quadros 7 e 8 e 9.

SITUAÇÃO FINANCEIRA	MÃES	PAIS
Ordenado fixo	50%	74,5%
Alguns trabalhos que rendem dinheiro	15,2%	17%
Recebe mesada	2,2%	0%
Não recebe quantia fixa	8,7%	0%
Não sabe/Não responde	23,9%	8,5%

Quadro 7 Distribuição da amostra dos Pais por Situação Financeira

FONTES DE RENDIMENTO	MÃES	PAIS
Bens que possui, actividade liberal	21,7%	23,4%
Vencimento mensal tipo funcionário	28,3%	42,6%
Vencimento mensal de pessoas com quem vive	10,9%	2,1%
Salários irregulares	13%	2,1%
Segurança social/pensão	13%	23,4%
Não sabe/não responde	13%	6,4%

Quadro 8 Distribuição dos Pais por Fontes de Rendimentos

Ainda relativamente ao modo de vida dos pais destes estudantes, verifica-se que a maioria vive em casas de categoria intermédia, confortáveis e espaçosas sem serem luxuosas, ou em casas ou andares modestos. São ínfimos aqueles que se consideram a viver em casas luxuosas, mas existe uma percentagem importante que vive em casas sem casa-de-banho, por exemplo.

CONFORTO DO ALOJAMENTO	MÃES	PAIS
Casas/andares luxuosos	2,2%	0%
Categoria intermédia	41,3%	44,7%
Casas ou andares modestos	37%	40,4%
Casa em bom estado de conservação mas sem WC, etc	6,5%	8,5%
Alojamentos impróprios	2,2%	0%
Não sabe/não responde	10,9%	6,4%

Quadro 9 Distribuição da amostra dos Pais por Conforto do Alojamento

A grande maioria (86%) dos pais inquiridos é católica: 89,1% de mães e 83% de pais.

Além desta amostra regional, constituiu-se, pelo grupo de mestrado, uma amostra nacional com base em nove amostras regionais. Todas as amostras regionais representam 20% da população-alvo e obedeceram aos mesmos critérios e definições. Com a construção da amostra nacional, pretendeu-se estudar como é que os valores defendidos pelos alunos e progenitores de cada amostra regional variam relativamente à amostra nacional. Os resultados, em percentagens, obtidos para as amostras do Minho e nacional foram comparados e as diferenças avaliadas com o Teste de significância Diferenças de Proporções. As variáveis, qualitativas e medidas numa escala nominal, têm várias dimensões, que eram (ou não) escolhidas pelos inquiridos. Os valores absolutos dizem, deste modo, respeito à frequência com que cada dimensão foi escolhida. Esta foi então transformada em frequência relativa (ou percentagens), que representa a proporção com que cada dimensão foi escolhida. As diferenças entre as proporções foram comparadas com base no teste de significância referido.

Deste modo, foram inquiridos 2978 estudantes das universidades de todo o país, dos quais 43.6% são do sexo masculino e 56.4% do sexo feminino. Os estudantes da amostra nacional têm de média de idade 23.3 anos. Dos 1751 progenitores da amostra nacional inquiridos, 44.0% são pais e 56.0% são mães. A média de idades é de 53.2 anos para esta amostra.

4 Instrumento de pesquisa

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário constituído por 46 perguntas relativas aos valores dominantes na cultura ocidental - valores relacionados com a família, trabalho, justiça, igualdade, liberdade, paz, nacionalidade, etc. (Figueiredo, 1988). Figueiredo (1988) construiu este questionário a partir dos inquéritos mais significativos utilizados nos últimos anos na Europa Ocidental, tais como o II Inquérito Geral às Universidades promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em 1964 e o trabalho "Les Jeunes Européens" (Figueiredo, 1988). No anexo I apresenta-se o questionário utilizado.

Embora se tenha optado por manter a estrutura do questionário e grande parte das questões por forma a tornar possível uma comparação do presente trabalho com o trabalho realizado por Figueiredo em 1988, sentiu-se a necessidade de introduzir algumas alterações, dadas as modificações culturais, sociais e políticas dos últimos 10 anos.

Assim, foram adicionadas nove questões, que se justificam, fundamentalmente, pela sua actualidade:

- A introdução da questão 21 acerca da despenalização da toxicod dependência deve-se ao facto, de se ter intensificado o debate acerca de diferentes formas de lidar com o fenómeno toxicod dependência, que parece ter-se tornado um problema social importante hoje em dia.

- A introdução da questão 36 acerca da utilização de novas tecnologias relaciona-se com a sua presença relativamente recente na sociedade portuguesa. Além disso, esta questão poder-se-á mostrar pertinente em investigações futuras. No inquérito "Juventude portuguesa: situações, problemas, aspirações" à juventude portuguesa verificou-se uma grande apetência para o consumo, principalmente, de bens ligados aos audiovisuais e às novas tecnologias, tais como vídeo, máquina de filmar, computador, o que parece indicar que os sistemas de comunicação de massa assumem uma grande importância para os jovens (Schmidt, 1990).

- A introdução da alínea D da questão 37 justifica-se pela importância que os Grandes Concertos parecem assumir para os jovens.

- Na alínea a da questão 39 foram introduzidas as doenças SIDA e Hepatite por, para além do Cancro, constituírem, recentemente, uma grande inquietação para os jovens.

- A introdução das questões 16, 18, 19, 20, 21, na parte de caracterização do questionário, permite descrever interesses e tendências, que se considerou importante analisar.

Foram, ainda, alterados alguns termos e excluídas duas questões por terem sido considerados obsoletas:

- Assim, na questão 23 os termos Mercado Comum e CEE foram alterados para União Europeia (UE), pois a designação inicial foi abandonada desde a assinatura do Tratado de Maastricht em 1991.

- O termo Limitação da Natalidade, na questão 13, foi substituído pelo termo Planeamento Familiar .

- Excluiu-se a questão referente às relações entre países socialistas e capitalistas. Considerou-se esta questão obsoleta, dado o colapso da maior parte dos países socialistas e, conseqüentemente, o pouco impacto que, actualmente, as relações entre países democráticos e os países que se mantêm socialistas têm para os jovens.

- Excluiu-se a questão referente à caracterização do Bairro onde vive foi por a sua resposta já estar incluída nas outras.

5. Procedimento

A recolha de dados iniciou-se com um pedido por escrito ao Reitor da Universidade do Minho, de modo a que fosse possível a obtenção de dados em relação ao número de alunos a frequentar o último ano de todos os cursos e o acesso à realização do questionário, pelos alunos, na mesma Universidade.

Posteriormente, fez-se um contacto com uma docente que, diligentemente, obteve informações acerca dos horários dos alunos finalistas e uma indicação acerca de

que professores leccionavam as cadeiras dos últimos anos dos diferentes cursos. Procurou-se, depois, cada um desses professores e pediu-se-lhes a sua colaboração. Assim, solicitou-se a cada professor que dispensasse os últimos 30 minutos da sua aula e que informasse os alunos acerca da realização do inquérito.

Em seguida, o experimentador apresentava o questionário aos alunos pedindo a sua colaboração. As instruções dadas aos alunos foram essencialmente duas: que respondessem ao inquérito com sinceridade, sublinhando a importância da sua colaboração para este estudo e que incentivassem os pais a responder também ao questionário. Para isso, foi-lhes distribuído um envelope A4 já selado contendo uma carta de apresentação do estudo e dois inquéritos para os pais e foi-lhes pedido que escrevessem no remetente a morada dos pais. Os pais foram, deste modo, contactados indirectamente, por correio.

O questionário demorou em média 30 minutos a ser respondido, tendo o experimentador permanecido junto dos alunos para esclarecer quaisquer dúvidas que surgissem.

6. Análise dos dados

Neste estudo, procurou-se, fundamentalmente, descrever e caracterizar os valores de duas populações (estudantes universitários do Minho e seus progenitores), compará-los entre si e depois com a amostra nacional. É um estudo descritivo ou, de acordo com Vockell (1983), uma investigação de nível 1, através do qual não se pretende estabelecer relações de causa-efeito ou compreender processos, mas sim levantar questões - estas poderão ser então estudadas a um outro nível de análise e com um outro tipo de metodologias.

As questões incluídas no inquérito foram agrupadas em cinco categorias distintas: “Progresso e Civilização”, “Centros de Interesse”, “Instituições, Problemas Sociais e Religião”, “Política” e “Sexualidade, Casamento e Família”, de acordo com o agrupamento feito por Figueiredo (1988, 1992). A cada um destes grupos adicionaram-se algumas questões que tinham ficado por analisar nas investigações mencionadas.

No grupo “Progresso e Civilização” incluíram-se 13 perguntas que dizem respeito a objectivos civilizacionais e a expectativas em relação ao futuro. Estas perguntas englobam três níveis - um nível global, um outro nacional e um terceiro relacionado com a Europa e os ideais europeus.

A questão 27 (as grandes causas por que vale a pena aceitar sacrifícios), assim como a questão 41 (o que desejaria que o progresso tornasse possível no ano 2010), têm que ver com objectivos civilizacionais a que os inquiridos dão importância.

Com a questão 46, em relação ao progresso e à capacidade de o influenciar, pretendeu-se saber qual a opinião sobre qual a geração que tem uma visão mais realista do mundo.

Outras questões foram particularizadas para a situação nacional. Por exemplo, as questões 28, 29, 30, dizem respeito a objectivos civilizacionais relativos à realidade nacional, tal como a questão 25 que se refere aos objectivos que o país se deverá esforçar por atingir nos próximos 10/15 anos.

As restantes questões têm como objectivo averiguar quais eram as expectativas dos inquiridos em relação ao futuro. Estas questões também subentendem dois níveis - um nacional, outro global. Assim, a um nível de expectativas em relação ao país há a referir a questão 22 (progresso do país). A um nível de expectativas mais globais há a referir a questão 43 (se as pessoas serão mais felizes no ano 2010), constituindo esta data uma meta em relação à qual os inquiridos se sentiriam pessoalmente comprometidos.

Para além disso, neste grupo de questões procurou-se ainda avaliar o grau de optimismo relativamente à crise de civilização e ao modo como esta poderá ser vencida (questão 26), avaliar o grau em que cada geração se sentia com capacidades para contribuir, em alguma coisa, para influenciar o progresso (questão 42) e qual a posição relativamente à dicotomia revolução/evolução (questão 23). As questões 24 (se Portugal abandonasse a UE como se iria sentir) e 40 (acerca do modo de conceber a UE) permitiram avaliar os valores em relação à Europa e os ideais europeus.

No grupo “Centros de Interesse”, no qual foram incluídas 4 questões, procurou-se saber o que cada uma das gerações mais valoriza na sua vida. Este grupo inclui uma questão acerca de quais os aspectos da vida porque verdadeiramente se interessa (questão 44) e a questão 31 relativa às qualidades que cada um mais admira numa pessoa. Acrescentou-se uma questão com a qual se procurou averiguar, do mesmo

modo, o que cada geração considera ser mais importante na vida de uma pessoa (questão 3) e outra questão referente aos motivos que levam uma pessoa a procurar trabalho (questão 5).

No grupo “Instituições Sociais, Problemas Sociais e Religião” foram incluídas as questões acerca do ensino (1 e 2), tribunais (17), polícia (18), prisões (19), grandes problemas sociais geradores de preocupação generalizada, tais como, criminalidade, alcoolismo, prostituição e droga (questões 20 e 21). A religião foi inserida neste grupo, pelo facto de a Igreja constituir, em Portugal, uma verdadeira instituição social (questões 32 e 33).

Com o grupo “Política”, no qual se incluíram três questões, pretendeu-se avaliar “a identificação simbólica com a democracia” (Figueiredo, 1992, pág.342). Pretende-se cobrir toda uma série de questões, tais como, “que evolução desejável esperam as duas gerações que venha a ter a democracia? (questão 45), quais as referências imaginárias no que respeita à dicotomia esquerda-direita e qual o sentido desta divisão? (questão 38) e qual o engajamento de cada geração em relação aos partidos? (questão 39)” (Figueiredo, 1988, pág.43).

Através do grupo de questões “Sexualidade, Casamento e Família”, procurou-se avaliar a conotação dada às relações sexuais pré-matrimoniais (questões 10 e 11), a importância relativa do casamento (questão 8) e os factores determinantes do seu sucesso (questão 7). Procurou-se, ainda saber como é entendido o divórcio (questão 9) e avaliar a importância do sistema conjugal, da família e de outras instituições na educação dos filhos (questão 14). Pretendeu-se, também, identificar os valores relativos ao trabalho da mulher (questão 6), ao número de filhos ideal (questão 12) e ao planeamento familiar (questão 13). Acrescentou-se ainda, neste agrupamento e para fins de análise, as questões 15 e 16 relativas aos valores subjacentes à concepção das relações conjugais.

As questões 9 e 16 foram, contudo, excluídas da análise, pelo facto dos seus enunciados apresentarem um erro na elaboração da frase, o que suscitou dúvidas quanto sua interpretação pelos jovens e progenitores. Procurou-se, por fim, avaliar as preferências dos jovens relativamente a viverem com a família ou com os amigos (questão 4).

Cada uma das questões e grupos de questões foram analisados em termos de frequência de respostas. Foram comparados vários grupos segundo características que

os poderiam eventualmente distinguir em termos de valores sociais: estudantes - progenitores; estudantes do sexo feminino - estudantes do sexo masculino; progenitores do sexo feminino- progenitores do sexo masculino; sujeitos naturais do Minho, sujeito não naturais do Minho; estudantes que vivem com os pais- estudantes que não vivem com os pais (que saíram de casa para estudar); sujeitos da amostra regional - sujeitos da amostra nacional. Fizeram-se ainda algumas comparações em relação à classe social.

Recorreu-se ainda à análise de significância para determinar se as diferenças obtidas nas respostas eram (ou não) significativas do ponto de vista estatístico, através do Teste Qui-Quadrado (χ^2). Segundo Guilford & Fruthter (1981) este teste é indicado para a análise de dados apresentados sob a forma de frequências, o que acontece neste caso. Para além disso, Fergusson (1988) é da opinião que este teste de significância pode ser utilizado quer com duas amostras independentes, quer com duas amostras dependentes. As amostras recolhidas no presente estudo são independentes, pelo que a utilização do Teste Qui-Quadrado (χ^2) mais uma vez pareceu adequada.

Para comparar a amostra regional com a nacional foi utilizado o Teste de Significância Diferenças de Proporções.

CAPÍTULO VI

Apresentação e análise de resultados

1 .Análise comparativa entre gerações

Em seguida iremos analisar as perguntas do inquérito agrupando-as à classificação proposta por Figueiredo (1988) – “Sexualidade, casamento e família” (Questões 4, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15), “Instituições, problemas sociais e religião” (Q. 1, 2, 17, 18, 19, 21, 32 e 33), “Política” (Q. 38, 39, 45), “Centros de interesse”(Q. 3, 5, 31, 44) e “Progresso e civilização”(Q. 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 40, 41, 42, 43 e 46) – e comparar os resultados obtidos entre pais e filhos.

1.1. Instituições sociais, problemas sociais e religião

Com este conjunto de questões pretende-se detectar o que cada um dos grupos (filhos e pais) valoriza nas diferentes instituições sociais, quais são as suas preocupações em termos de problemas sociais e que vias consideram para a sua resolução. Pretende-se, também, perceber o significado que a religião assume nas suas vidas.

a. Escolaridade obrigatória (Q.1)

No que diz respeito à educação escolar, verificou-se que 75,4% dos filhos e que 67,7% dos progenitores consideram que “a escolaridade obrigatória deve ser prolongada, pois os jovens só têm a lucrar com a aprendizagem escolar” Apenas 0,8% dos filhos e 4,3% dos pais considera que a escolaridade obrigatória deve ser reduzida. No entanto, uma percentagem relativa de filhos (22,1%) e de progenitores (24,7%) mostra-se crítica em relação ao sistema de ensino, referindo que, “tal como está interessa a poucos e que a escolaridade só deve ser obrigatória se for organizada de uma forma mais útil”. Existem diferenças significativas entre os grupos para $p < 0,05$ ($\chi^2 = 8,05668$).

Assim, aparentemente, os pais são mais críticos em relação ao sistema de ensino e apoiam menos o prolongamento da escolaridade.

Na figura 1. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória”, nas amostras dos estudantes e dos progenitores.

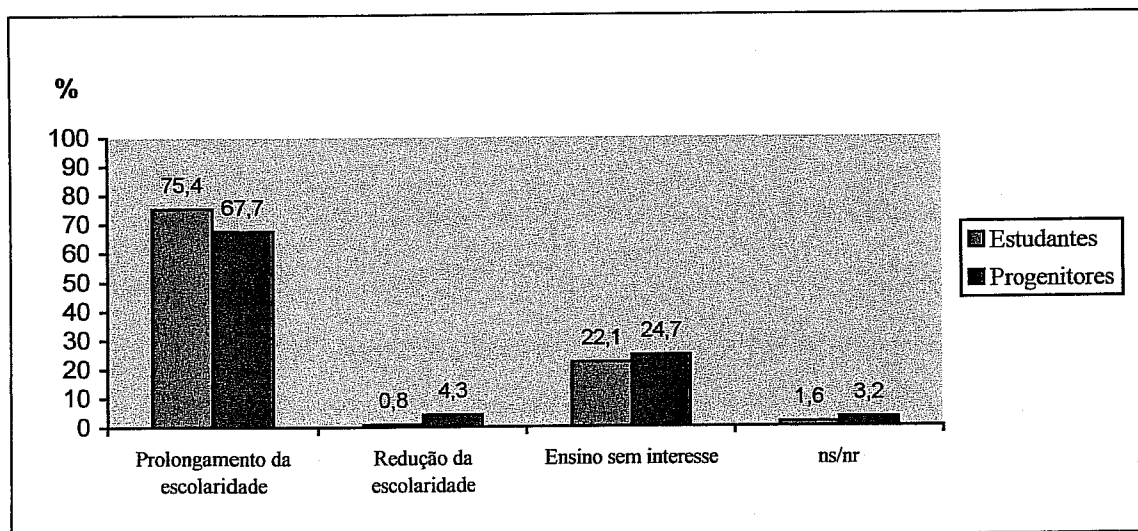


Figura 1. Distribuição, em percentagem, da variável “Escolaridade obrigatória”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

b. Ensino pré-primário (Q.2)

Em relação à educação das crianças pequenas, também se observaram diferenças significativas entre os dois grupos ($p < 0,01$; $\chi^2=21,46353$), em que mais jovens que progenitores consideram essencial o ensino pré-escolar. No entanto, quer os estudantes quer os pais consideraram, na sua maioria, importante que as crianças frequentem o jardim de infância antes de irem para a escola primária (respectivamente 68,9% e 64,5%), sendo o jardim de infância “bom” a partir dos 3 anos e até essa idade preferível o ambiente familiar. Constatou-se ainda que 28,7% dos estudantes e 21,5% dos progenitores considera que a frequência do ensino pré-escolar é essencial desde a idade de um ano pelo convívio que proporciona com as outras crianças.

Deste modo, parece que os jovens apoiam mais a separação da família para um ambiente escolar ou de “convívio”, defendendo uma socialização mais precoce.

Na figura 2. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

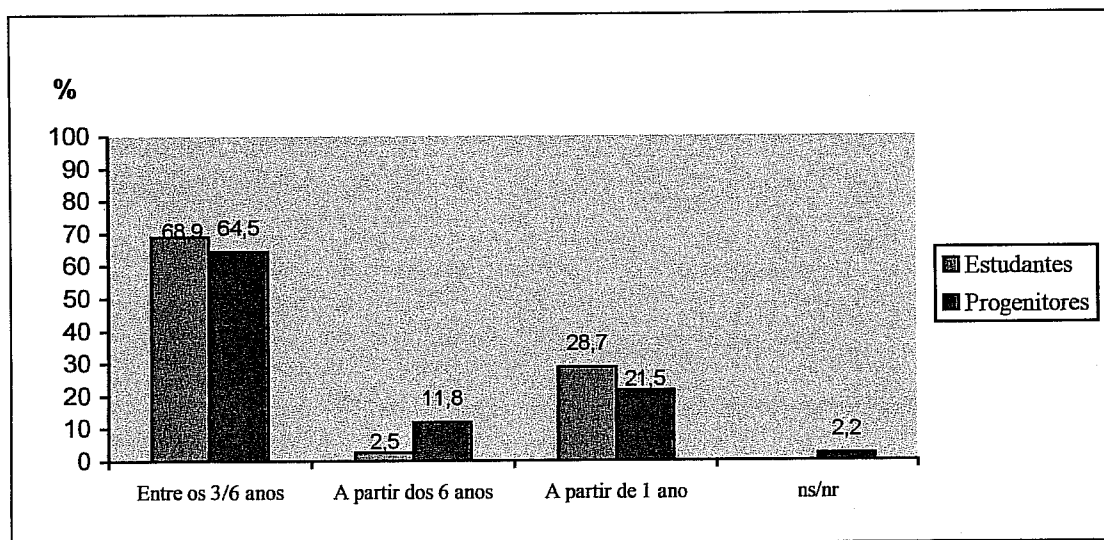


Figura 2. Distribuição, em percentagem, da variável “Ensino pré-primário” nas amostras de estudantes e progenitores.

c. Tribunais e leis (Q.17)

Relativamente à questão em que se procurava obter uma resposta acerca da importância e utilidade dos tribunais, concluiu-se que a maioria quer dos pais (80,6%) quer dos estudantes (84,4%) considera que cabe aos tribunais fazer cumprir a justiça em casos de conflitos graves em que as pessoas não consigam chegar a um acordo. Contudo, 5,7% dos filhos e 8,6% dos progenitores também considera a hipótese de fazer justiça pelas próprias mãos. Uma percentagem elevada de sujeitos não respondeu a esta questão, comparativamente com as outras questões. As diferenças encontradas entre os dois grupos são significativas para $p < 0,05$ ($\chi^2 = 1,35550$).

Aparentemente, os jovens remetem ainda mais para a sociedade a questão da justiça.

Na figura 3 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”, nas amostras de estudante e de progenitores.

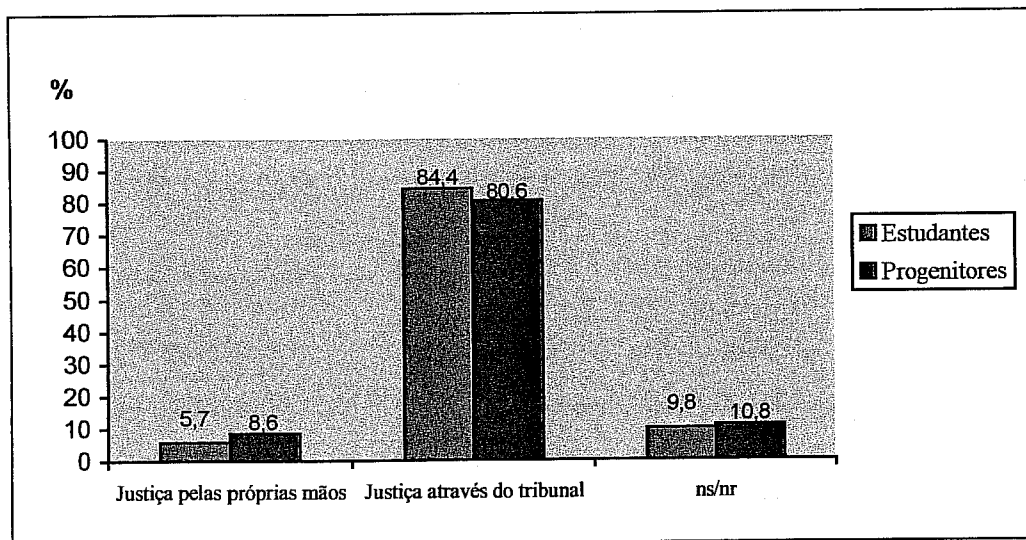


Figura 3. Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

d. Polícia (Q.18)

A grande maioria dos filhos (78,7%) e ainda uma maioria de pais (53,8%) considerou que a polícia “funciona mal”, observando-se contudo, uma grande diferença de percentagem entre pais e filhos, sendo altamente significativa em termos estatísticos ($\chi^2=40,02021$, $p<0,01$). Assim, também é comparativamente maior a quantidade de pais que considera que a polícia “faz o melhor que pode” (38,7% para 14,8% dos filhos). Globalmente, o sistema policial parece não corresponder às necessidades quer dos pais quer dos filhos, em que estes últimos parecem rejeitar claramente o poder policial por o considerarem desadequado.

Na fig. 4 apresenta-se a distribuição em percentagem da variável “Qualidade do funcionamento da polícia”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

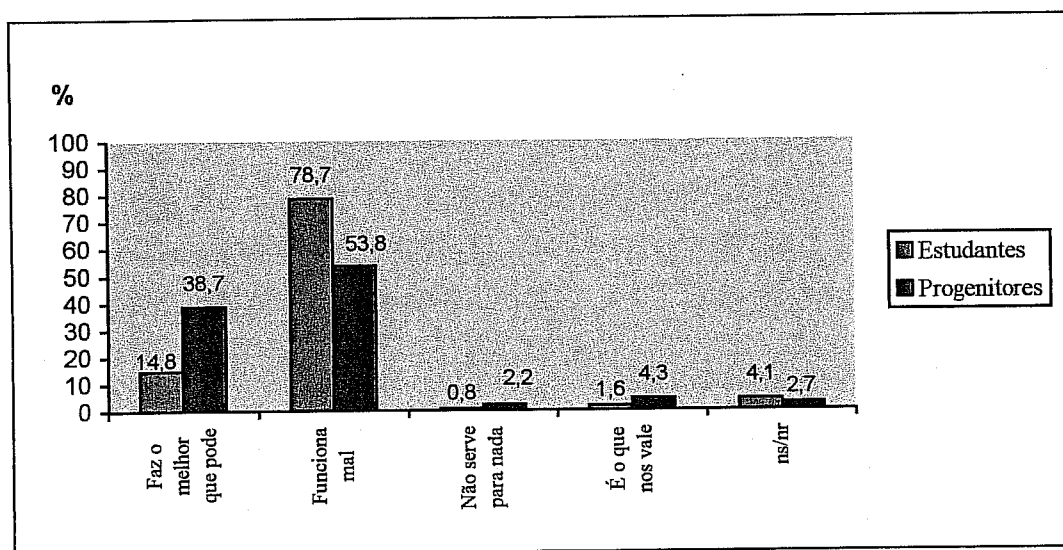


Figura 4. Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

e. Prisões (Q.19)

No que respeita ao funcionamento das prisões a diferença entre pais e filhos ainda é mais acentuada. Assim 82% dos estudantes considerou que a prisão “funciona mal”, a par de 48,4% dos seus pais. Por outro lado, mais progenitores do que filhos consideraram que esta “funciona o melhor que pode” (respectivamente 41,9% e 9,8%). As diferenças são altamente significativas ($\chi^2=68,64075$; $p<0,01$).

Na figura 5. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento das prisões”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

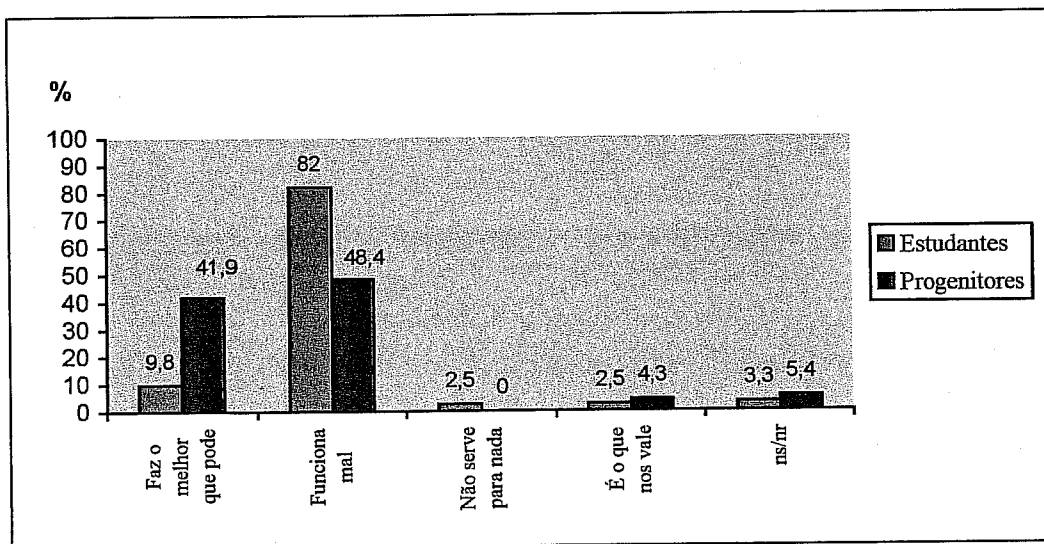


Figura 5. Distribuição da variável “Qualidade do funcionamento das prisões” nas amostras de estudantes e progenitores.

Em termos gerais, quer os progenitores quer os jovens (mas verificando-se uma acentuação muito significativa nos jovens) acreditam que a justiça deverá ser feita pelos tribunais, mas não acreditam no sistemas concretos, policial e prisional, que possuímos no nosso país. Poderão, estes dados, eventualmente, levar a atitudes ou comportamentos diferentes ou opostos aos valores defendidos?

f. Problemas Sociais (Q.20)

“Atitudes da sociedade face à droga”

Em relação ao problema do consumo de droga, verificaram-se diferenças significativas ($\chi^2=17,38201$, $p<0,01$) nas respostas dos progenitores e dos estudantes. Assim, apesar de ambos considerarem que a prevenção é a melhor solução (68% dos filhos e 65,4% dos progenitores), é maior o número de progenitores que encara como viável a hipótese de repressão – 21,5% para 9% dos filhos.

Assim, parece haver, por parte dos jovens uma maior confiança na prevenção e no tratamento desta questão do que na utilização de meios repressivos. Podemos talvez considerar o esboçar de uma mudança de valores para uma maior compreensão dos problemas sociais, maior responsabilização da sociedade e, talvez, também uma maior identificação com o problema (é a juventude que, neste momento está a braços com o problema da toxicodependência).

Na figura 6 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à droga” nas amostras de estudantes e progenitores.

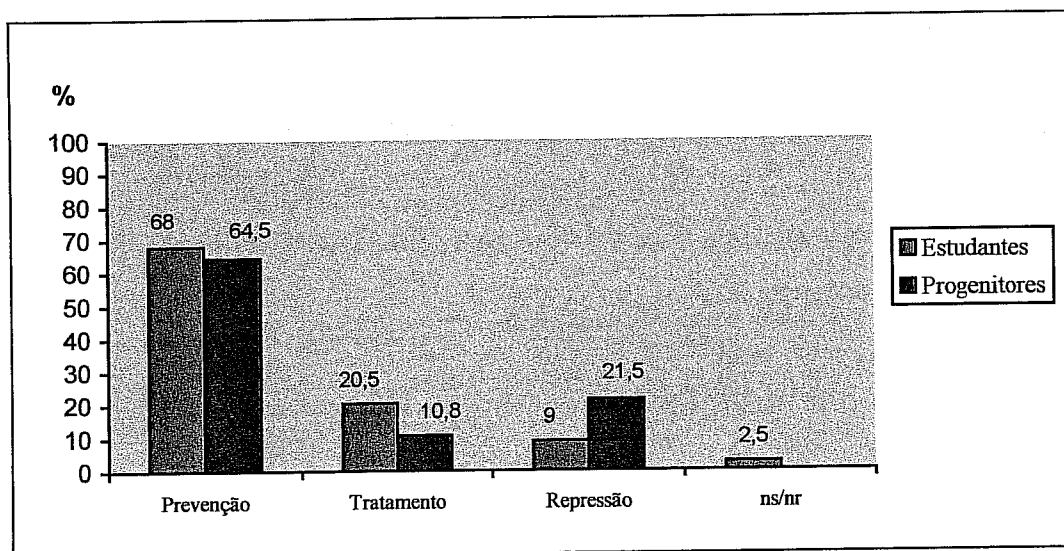


Figura 6 Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à droga” nas amostras de estudantes e de progenitores.

“Atitude da sociedade face à prostituição”

Em relação à “Atitude da sociedade face à prostituição”, não se observaram diferenças significativas entre os grupos - a maioria considera que a prevenção é a melhor opção

Na figura 7 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à prostituição”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

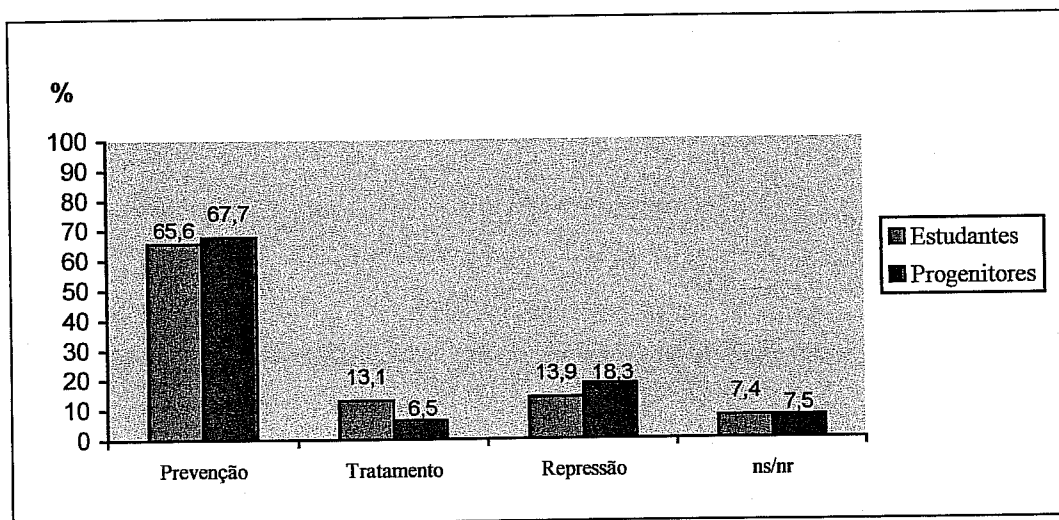


Figura 7. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à prostituição”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

“Atitude da sociedade face à criminalidade”

No que diz respeito à criminalidade, observam-se, de novo, diferenças significativas ($\chi^2=15,26740$, $p<0,05$). Ambos os grupos consideram que a melhor atitude a adoptar é a preventiva, mas é superior o número de estudantes (57,4% para

52,7%). No entanto a repressão (proibir ou prender) é também uma medida que muitos pais e filhos têm em conta (38,5% e 33,3%).

Na figura 8. apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à criminalidade”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

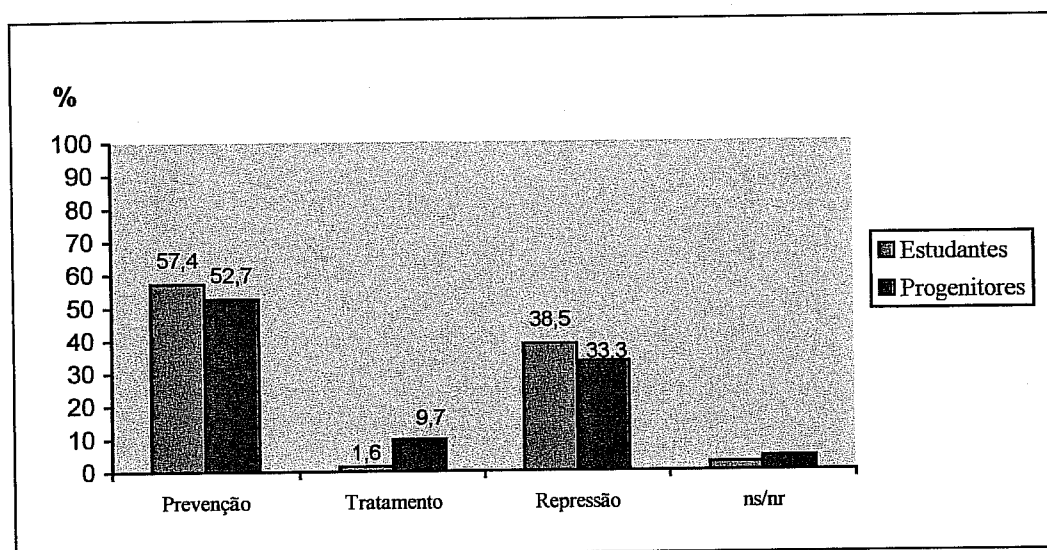


Figura 8. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à criminalidade”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

“Atitude da sociedade face ao alcoolismo”

Em relação ao alcoolismo não existem diferenças significativas entre os grupos.

As atitudes de ambos os grupos dividem-se entre a prevenção e o tratamento, sendo a hipótese da repressão quase insignificante. Assim, 54,9% dos estudantes e 50,5% dos progenitores defendem principalmente a prevenção, enquanto 42,6% dos filhos e 41,1% dos pais defendem o tratamento.

Na figura 9 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo”, na amostra dos estudantes e dos progenitores.

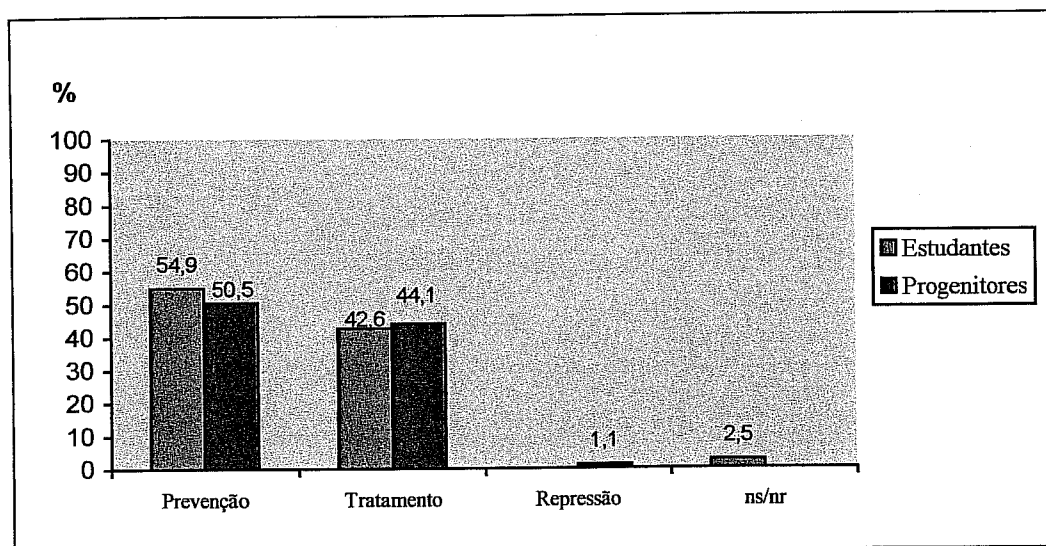


Figura 9. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face ao alcoolismo”, nas amostras de estudantes e progenitores.

g. Liberalização das drogas (Q.21)

Tal como se observou relativamente ao consumo de droga também se verificaram diferenças significativas ($\chi^2=40,34845$, $p<0,05$) entre pais e filhos no que respeita à liberalização das drogas, indo os resultados no mesmo sentido, isto é, apesar de existir uma grande parte dos dois grupos que escolhe a mesma opção, observam-se depois diferenças em relação aos divergentes.

Assim, grande parte de ambos os grupos consideram que todas as drogas ilegais devem permanecer ilegais – 44,3% dos filhos e 44,2% dos progenitores. Contudo, 32,3% dos progenitores considera que todas as drogas – as legais e ilegais, devem ser proibidas, para apenas 12,3% dos filhos, sendo que estes defendem mais a proibição do tráfico (21,3% para 5,4%).

Na figura 10 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Liberalização das drogas”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

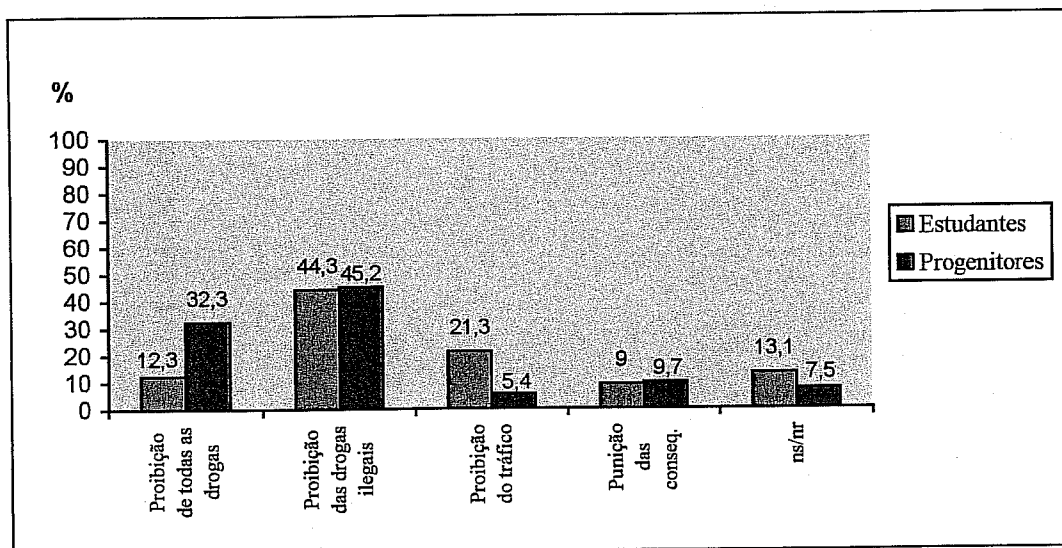


Figura 10. Distribuição, em percentagem, da variável “Liberalização das drogas”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

h. Religião (Q.32 e Q.33)

Quanto à importância atribuída à religião, verificou-se que, a maior parte dos sujeitos inquiridos considera-se uma pessoa religiosa – 86,9% dos estudantes e 94,6% dos progenitores, não existindo diferenças significativas entre os grupos.

Na figura 11 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Considera-se uma pessoa religiosa?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

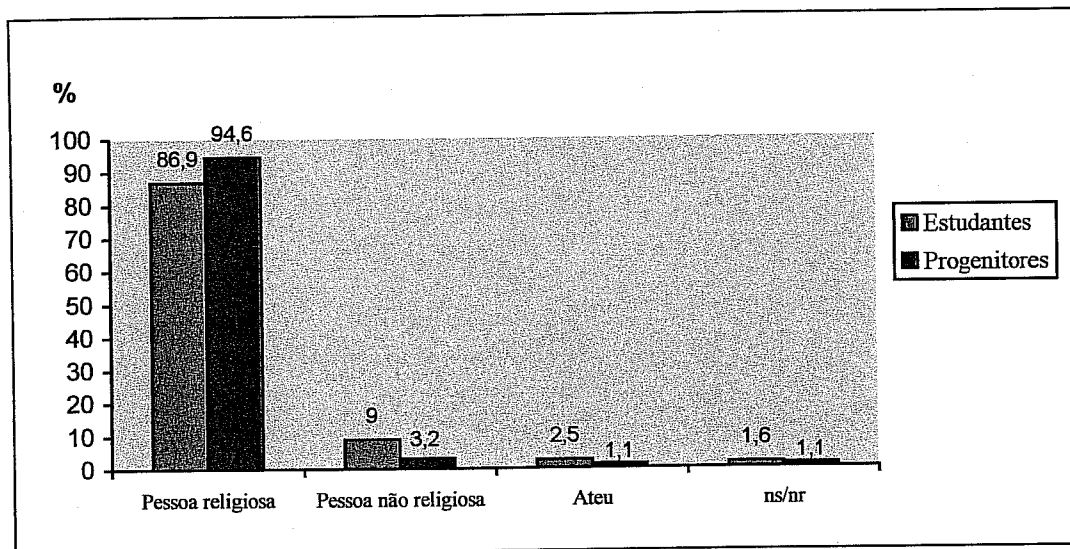


Figura 11 Distribuição, em percentagem, da variável “Considera-se uma pessoa religiosa?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

Já no que respeita ao significado da religião, verificou-se que os grupos diferem muito significativamente ($\chi^2=71,92976$, $p<0,01$) naquilo que pensam que as pessoas procuram na religião. A maioria dos filhos (68,9%) e uma grande parte dos progenitores (35,5%) afirma que procura “satisfazer uma necessidade espiritual”. No entanto, a maior fatia de pais (37,7%) vê na religião uma “forma de amar e servir a Deus”, atribuindo também mais importância que os filhos à “Salvação da alma” (12,9% para 2,5%). Neste caso, parece que os filhos apresentam um perfil mais individualista em termos de valores religiosos.

Na figura 12 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

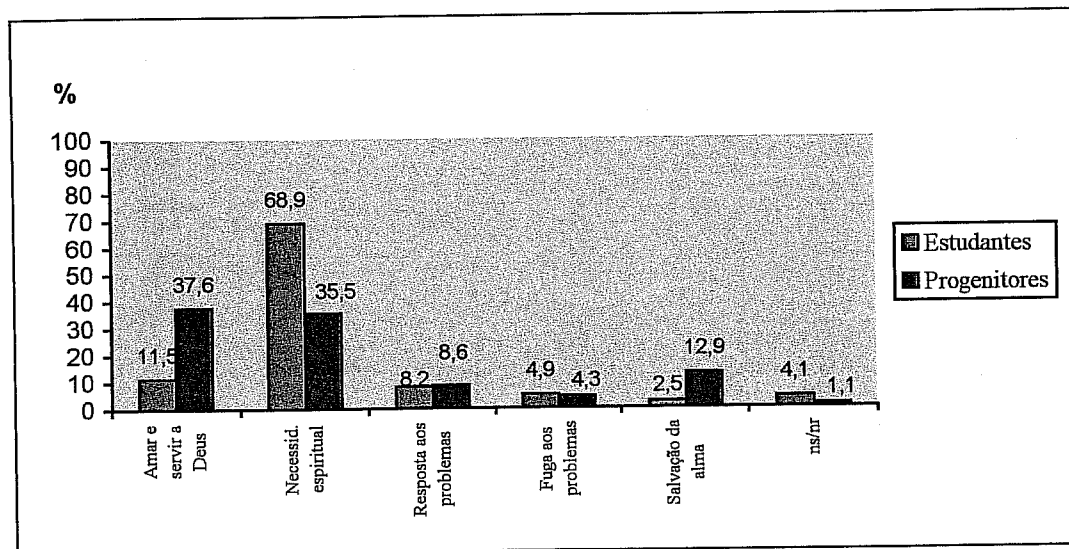


Figura 12 Distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

De uma modo geral, verificou-se que, no que respeita às instituições de ensino e à forma como este é realizado, os jovens valorizam mais a socialização precoce das crianças no sistema de ensino, enquanto os seus progenitores defendem mais a permanência da criança no seio da família até mais tarde e simultaneamente adoptam uma posição mais crítica em relação à aprendizagem que se faz na escola.

As diferenças entre os dois grupos são altamente significativas no que se refere a instituições como a polícia, tribunais e prisões, em que os jovens se manifestam nitidamente mais desiludidos e/ou desconfiados em relação à eficácia e funcionamento das mesmas.

Em relação aos grandes problemas sociais, parece haver algum consenso entre progenitores e estudantes no que diz respeito ao tipo de atitudes a desenvolver perante a prostituição e o alcoolismo, mas não perante o consumo de droga e a criminalidade. Face à criminalidade ambos os grupos consideram, maioritariamente, que a atitude a tomar é a preventiva, mas existem mais pais que optam pelo tratamento e mais jovens que optam por meios repressivos para resolver este problema. Já no que respeita ao

consumo de droga, embora sobressaia nitidamente em ambos os grupos uma atitude preventiva, os progenitores consideram significativamente mais uma atitude repressiva, indo menos ao encontro de uma possível liberalização das drogas do que os seus filhos

1.2 Centros de Interesse

A partir deste conjunto de questões pretende-se analisar os interesses pessoais em relação a diversas áreas da vida.

a. Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q.31)

Verificou-se que as qualidades interpessoais mais apreciadas entre os estudantes são a sinceridade (67,7%), a inteligência (50,8%), a humildade (29,6%), a lealdade (29,2%) e a fidelidade (30,4%) e o dinamismo (21,7%). Os progenitores escolhem preferencialmente qualidades como a honradez (64,5%), a inteligência (39,8%), a sinceridade (38,7%), a humildade (30,1%), a lealdade (30,1%), a fidelidade (21,5%) e o espírito de sacrifício (21,5%)

Existem diferenças significativas entre os grupos relativamente a escolhas como a honradez ($\chi^2=119,61555$, $p<0,01$) em que esta qualidade é claramente mais valorizada pela geração mais velha; a fidelidade ($\chi^2=4,71643$, $p<0,05$) sendo esta mais valorizada pelos filhos; a inteligência ($\chi^2=8,31511$, $p<0,01$), sendo este mais valorizado pelos pais; a perseverança ($\chi^2=4,33325$, $p<0,05$), mais valorizada pelos pais; a sinceridade ($\chi^2=33,02363$, $p<0,01$) mais valorizada pelos filhos.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

No quadro 10 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Qualidades interpessoais mais valorizadas”, na amostra de estudantes e de progenitores.

	RESPOSTAS DOS ESTUDANTES	RESPOSTAS DOS PROGENITORES
Honradez	13,3%	64,5%
Humildade	29,6%	30,1%
Inteligência	50,8%	39,8%
Espírito de sacrifício	11,3%	21,5%
Pureza	5,8%	3,2%
Eficácia	3,3%	3,2%
Perseverança	9,6%	4,3%
Sinceridade	66,7%	38,7%
Audácia	4,6%	2,2%
Prudência	2,5%	3,2%
Caridade	13,8%	16,1%
Paciência	5,0%	3,2%
Dinamismo	21,7%	15,1%
Lealdade	29,2%	30,1%
Descontracção	2,5%	0%
Fidelidade	30,4%	21,5%

Quadro 10. Distribuição, em percentagem da variável “Qualidades interpessoais mais valorizadas” na amostra de estudantes e de progenitores.

b. Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q.3)

A análise da pergunta relativa aos aspectos mais importantes na vida de uma pessoa revelou diferenças altamente significativas entre os grupos (χ^2 , $p < 0,01$), em que os pais vivem mais centrados na família enquanto os filhos estão mais interessados nos relacionamentos interpessoais fora de casa, ambos optando, contudo, em primeiro lugar por valores mais relacionais em detrimento dos individualistas. Assim, o aspecto mais importante na vida dos jovens é a “relação com colegas e amigos” (43,8%) e o segundo é o amor (25,8% escolhe esta opção em primeiro lugar).

Em contrapartida, a família constitui o aspecto mais importante para os progenitores (55,9% dos progenitores escolheram esta opção em primeiro lugar enquanto os filhos a escolhem, maioritariamente, apenas em quinto lugar (69,2%)

Relação com a família

As diferenças entre os grupos são altamente significativas ($\chi^2=114,85073$, $p < 0,01$), em que a maioria de progenitores (55,9%) coloca esta opção em primeiro lugar e a maioria de jovens a coloca em último (69,2%)

Na figura 13 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

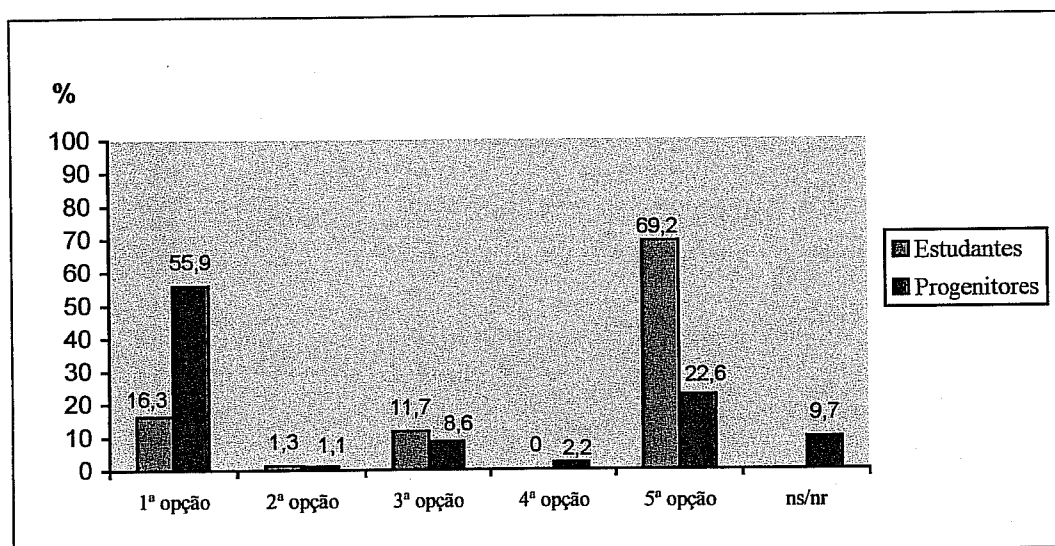


Figura 13. Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família” , nas amostras de estudantes e de progenitores.

Relações com colegas e amigos

No respeito à importância que os grupos atribuem a relações com colegas e amigos, observam-se também diferenças altamente significativas entre os grupos ($\chi^2=32,85244$, $p<0,01$) mas no sentido inverso da variável anterior, em que a maioria de jovens coloca esta questão em primeiro lugar (43,8%), enquanto que os pais a relegam para terceiro (20,4%) ou quinto plano (21,5%)

Na Figura 14 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Relação com colegas e amigos”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

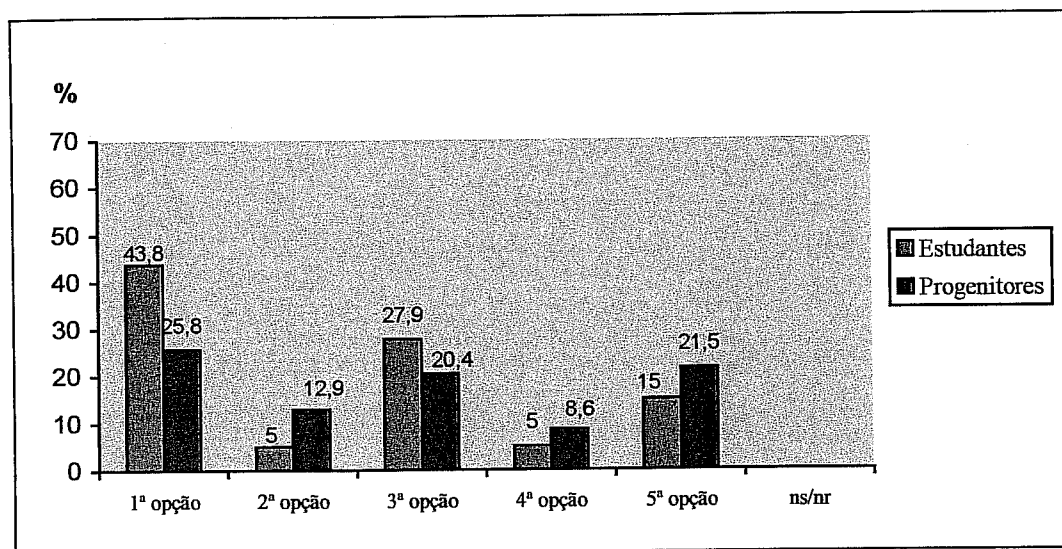


Figura 14. Distribuição, em percentagem, da variável “Relação com colegas e amigos” nas amostras de estudantes e de progenitores.

Amor

O amor foi escolhido por 29,2% dos filhos e por 28% dos pais em terceiro lugar, mas por 25,8% dos filhos em primeiro lugar e 23,7% dos pais em quinto lugar ($\chi^2=50,31588$, $p<0,01$).

Na figura 15 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Amor” nas amostras de estudantes e de progenitores.

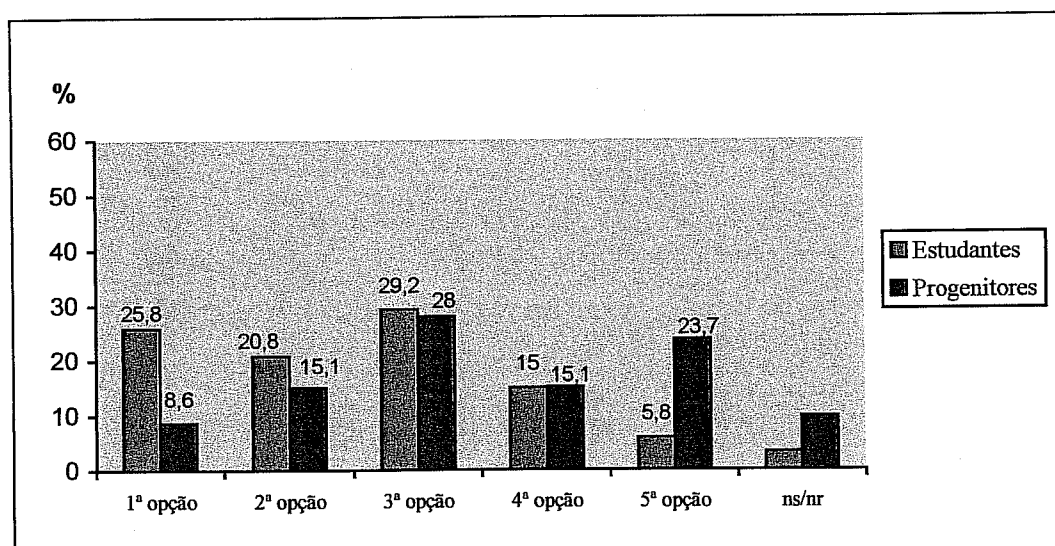


Figura 15. Distribuição, em percentagem, da variável “Amor” nas amostras de estudantes e progenitores.

Bem estar interior

Em relação ao “Bem estar interior”, tal como acontece nos outros casos as diferenças também são significativas ($\chi^2=34,57790$, $p<0,01$) em que este aspecto é mais valorizado, globalmente, pelos filhos de que pelos pais: por exemplo apenas filhos a escolhem como 1ª opção (3,3%) e os pais escolhem-na mais em último lugar (10,8% para 2,9%)

Na figura 16 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Bem estar interior”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

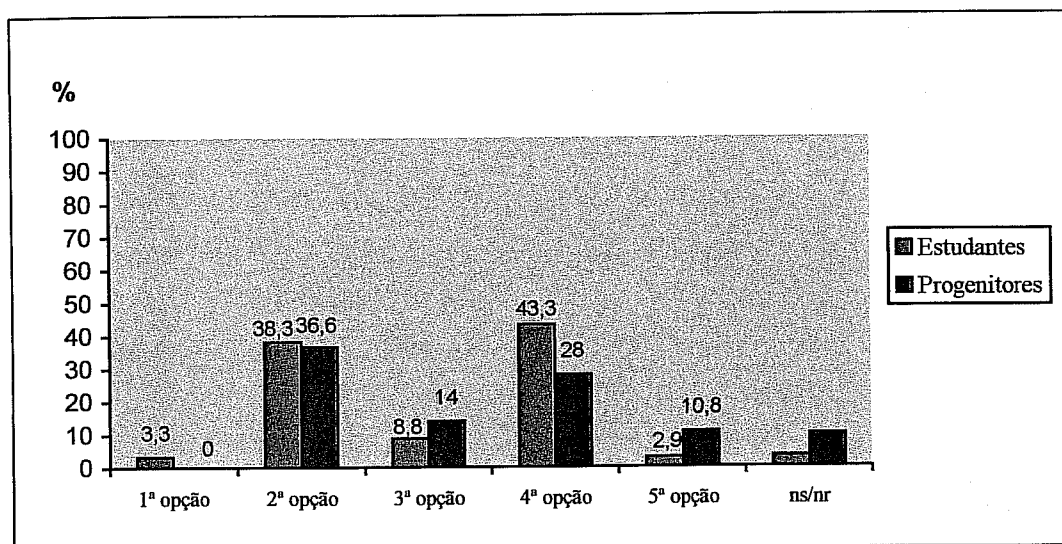


Figura 16. Distribuição, em percentagem, da variável “Bem estar interior” nas amostras de estudantes e de progenitores

Trabalho

A satisfação com o trabalho profissional foi escolhida maioritariamente entre a 2ª e 4ª opção quer pelos pais quer pelos filhos, embora se registem diferenças significativas entre os grupos ($\chi^2=23,81351$, $p<0,01$). Assim, dos filhos, 32,9% escolhe-a em 2º lugar, 19,2% em 3º e 32,5% em 4º. No lugar dos pais, esta variável é escolhida em 2º lugar, por 23,7% em 3º por 18,2% e em 4º por 35,5%.

Na figura 17, apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

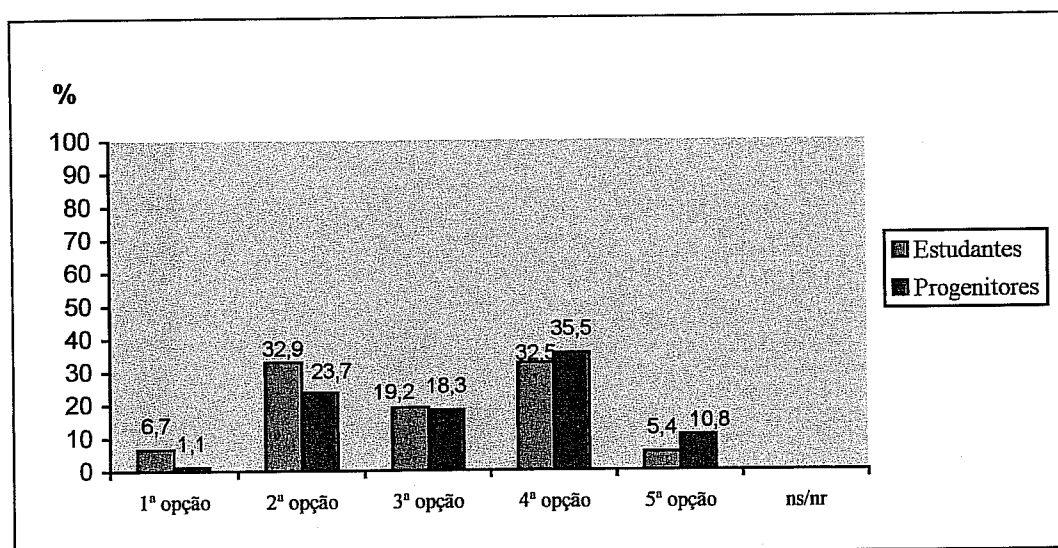


Figura 17. Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional” das amostras de estudantes e de progenitores

c. Aspectos do mundo e da sociedade mais valorizados (Q.44)

Para além da esfera social as questões a que os jovens estão mais atentos na sociedade e no mundo são, fundamentalmente, as questões “problemas da sociedade” (72,1%) e “meio ambiente” (41,3%). Seguidamente, valorizam de um modo relativamente idêntico “ciência e tecnologia” (22,1%), “desporto” (22,5%), “Política nacional” (21,7%) e “artes e espectáculos” (32,9%) e “problemas de subdesenvolvimento” (25%).

Os progenitores também dão mais importância aos “problemas de subdesenvolvimento” (28%), a religião (23,7%), o “desporto” (20,4%) e a “ciência e tecnologia” (18,3%).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Existem diferenças significativas nas escolhas relativas à “vida política internacional” ($\chi^2=19,86690$, $p<0,01$), à religião ($\chi^2=28,30083$, $p<0,01$), a “artes e espectáculos” (χ^2 , $p<0,01$), à “cultura regional” ($\chi^2=7,05388$, $p<0,01$) e ao “meio ambiente” ($\chi^2=4,53367$, $p<0,05$).

Assim, os progenitores estão mais preocupados, relativamente, com questões do meio ambiente, religião e cultura regional. Por seu turno, os estudantes parecem mais virados para o exterior preocupando-se com a vida política internacional, artes e espectáculos e ciências e tecnologia, o que se poderá relacionar, de algum modo, com o ambiente académico em que vivem.

No quadro 11, apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Aspectos da vida que mais interesse despertam” nas amostras de estudantes e de progenitores.

	RESPOSTAS DOS ESTUDANTES	RESPOSTAS DOS PROGENITORES
Ciências e tecnologias	22,1%	18,3%
Política nacional	21,7%	30,1%
Desporto	22,5%	20,4%
Problemas da sociedade	72,1%	64,5%
Artes e espectáculos	32,9%	3,2%
Outros povos	9,6%	11,8%
Cultura regional	17,5%	8,6%
Meio ambiente	41,3%	51,6%
Problemas de subdesenvolvimento	25,0%	28,0%
Vida política internacional	20,4%	5,4%
Religião	5,8%	23,7%

Quadro 11. Distribuição, em percentagem, da Variável “Aspectos da vida que mais interesse despertam” nas amostras de estudantes e de progenitores.

d. O que pensa do trabalho? (Q.5)

A partir desta questão, observou-se que a satisfação com o trabalho não constitui um aspecto prioritário quer da vida dos filhos como dos pais, existindo, porém diferenças altamente significativas entre os grupos ($\chi^2=25,35137$, $p<0,01$)

Os resultados acerca do que pensam do trabalho traduzem, principalmente por parte dos jovens, uma visão daquele quase maioritariamente instrumental. Com efeito, 49,2% dos filhos considera que as pessoas preferiam não trabalhar se tivessem as suas necessidades económicas asseguradas. Mas, Também, 44,3% dos jovens considera que o trabalho é uma forma de realização profissional. Em contrapartida, uma maioria clara e significativa de progenitores (67,7%) defende esta última posição.

Na figura 18 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

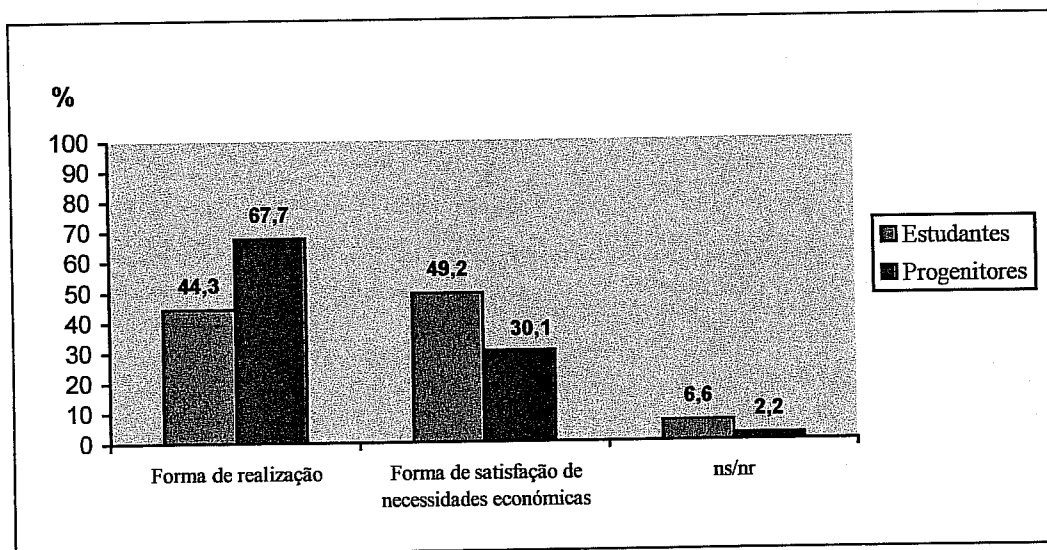


Figura 18. Distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

1.3. Sexualidade, casamento e família

a. Finalidades do casamento (Q.8)

No que diz respeito aos objectivos do casamento, verificaram-se diferenças significativas entre os estudantes e os progenitores.

Assim, “auxílio mútuo entre os esposos” foi a opção escolhida em primeiro lugar pela maioria de filhos 66,3% e de pais 51,6%, sendo, no entanto, maior o número de filhos que escolhe esta opção em primeiro lugar. As diferenças são significativas para $p < 0,01$ ($\chi^2 = 77,24444$).

Na figura 19 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

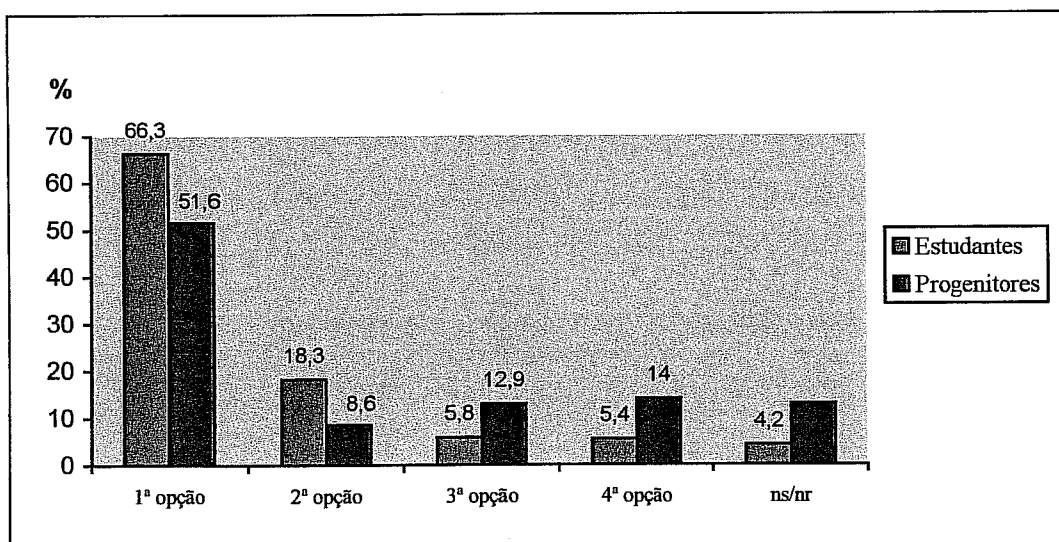


Figura 19. Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos” nas amostras de estudantes e de progenitores.

A opção “realização entre os cônjuges” é logo escolhida em 2º lugar pelos dois grupos, embora maioritariamente pelos filhos 57,5% para 37,6% ($\chi^2 = 25,34059$, $p < 0,01$).

Na figura 20 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Realização dos cônjuges” nas amostras de estudantes e de progenitores.

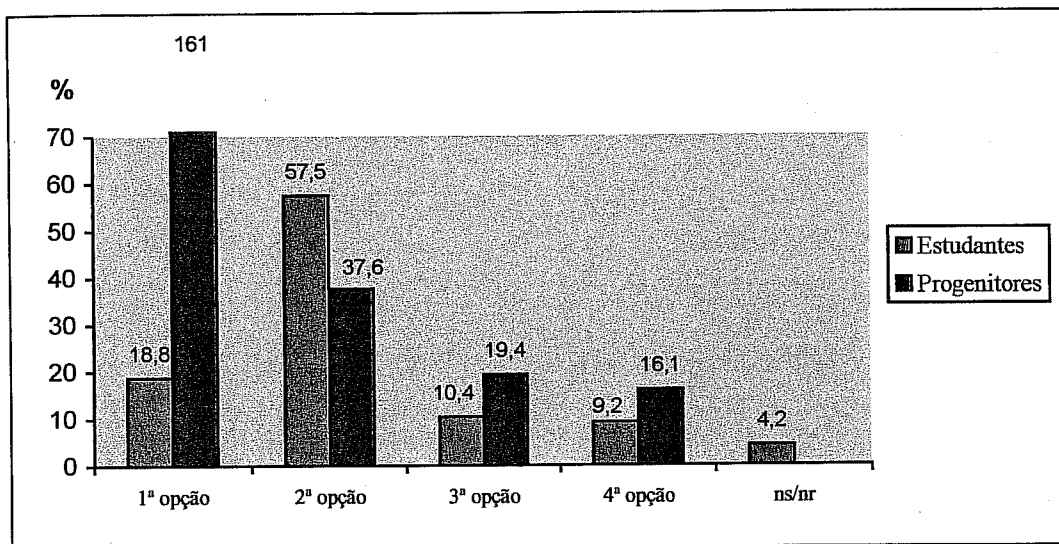


Figura 20. Distribuição, em percentagem, da variável “Realização dos cônjuges” na amostra dos estudantes e dos progenitores.

A opção “procriação e educação dos filhos” enquanto finalidade do casamento foi escolhida, principalmente, em 4º lugar pelos filhos 42,1%, enquanto os progenitores neste caso, se dividiram mais entre as 2ª (24,7%), 3ª (25,8%) e 4ª (29%) opções ($\chi^2=16,82339$, $p<0,05$)

Na figura 21, apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

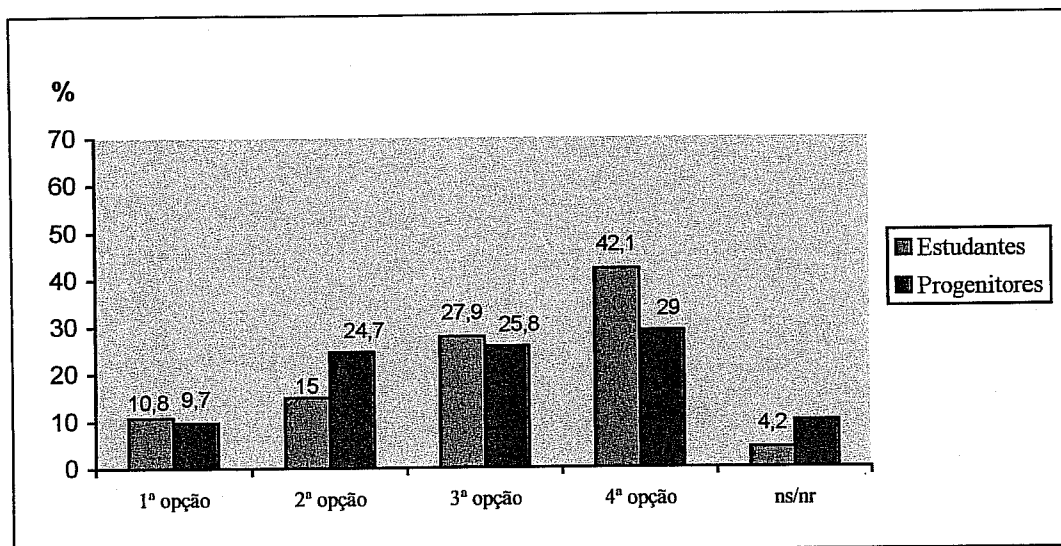


Figura 21. Distribuição, em percentagem, da variável “Procriação e educação dos filhos” nas amostras de estudantes e de progenitores.

A opção “Meio de satisfação das necessidades sexuais” não foi escolhida em primeiro lugar por nenhum estudante, mas 11,8% dos progenitores referiram-na em primeiro lugar. Esta opção surge maioritariamente em terceiro lugar (52,5%) para os filhos, mas é distribuída de uma forma mais homogénea no grupo dos progenitores ($\chi^2=77,24444$, $p<0,01$).

Na figura 22 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Meio de satisfação das necessidades sexuais”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

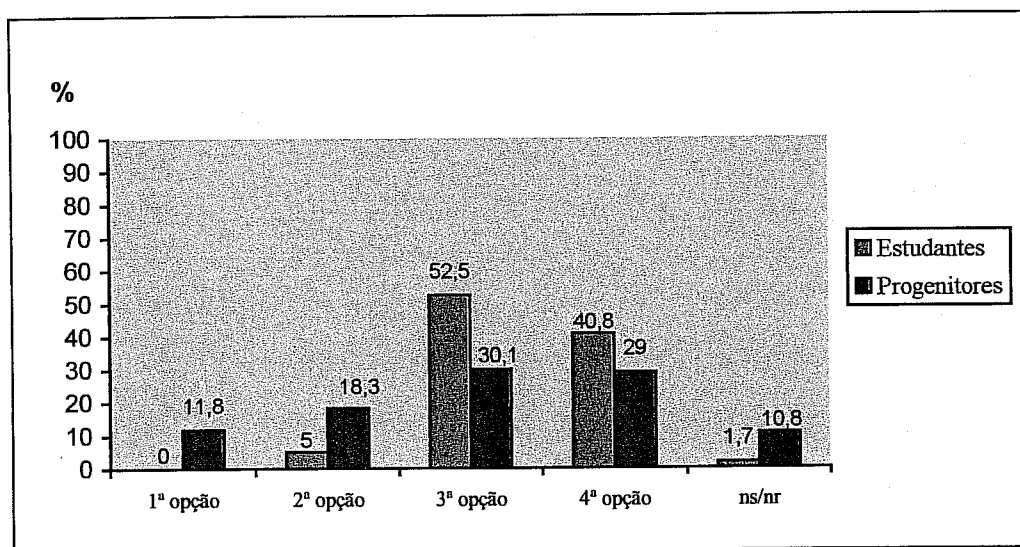


Figura 22. Distribuição em percentagem da variável “Meio de satisfação das necessidades sexuais” nas amostras de estudantes e de progenitores.

Assim, os estudantes e os seus progenitores ordenaram de forma significativamente diferente as possíveis finalidades do casamento que lhes foram apresentadas no questionário, o que aponta para uma possível mudança de valores nesta área. Apesar de parecer existir ainda entre os jovens uma ideia relativamente materialista do casamento, em que 66,3% escolhe a opção “Auxílio mútuo entre os esposos” em primeiro plano, esta é logo seguida de “Realização dos cônjuges” o que poderá apontar para o surgimento de uma visão menos materialista do casamento e menos moralista dos que os seus progenitores que ainda consideram significativamente opções como “Procriação e educação dos filhos” e “Meio de satisfação das necessidades sexuais”

b. Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q.7)

No que diz respeito aos factores mais importantes para o bom entendimento do casal, verificou-se que existe uma orientação diferente nas opções dos progenitores e dos estudantes. Os filhos consideram que os factores mais importantes são “ter os mesmos ideais” (56,7%), “os mesmos gostos e feitos” (44,2%) e níveis de instrução semelhantes” (43,3%). Os progenitores consideram, preferencialmente, que os factores que estão na base do bom entendimento do casal são “ter um nível de instrução semelhante” (48,4%), “ter feitos e gostos semelhantes” (44,2%), “ter os mesmos ideais” (41,9%). Consideram ainda, mais do que os filhos, as “atitudes religiosas” (15,1% para 4,2%) e educação no mesmo meio (20,4% para 13,8%).

As diferenças entre os grupos são significativas relativamente a “ideais semelhantes” ($\chi^2=11,22637$, $p<0,05$) e “atitudes religiosas semelhantes” ($\chi^2=15,28772$, $p<0,01$).

No quadro 12 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Factores determinantes para o bom entendimento do casal”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

	RESPOSTAS DOS ESTUDANTES	RESPOSTAS DOS PROGENITORES
Nível de instrução Semelhante	43,3%	48,4%
Educação no mesmo meio	13,8%	20,4%
Ideais semelhantes	56,7%	41,9%

Atitudes religiosas semelhantes	4,2%	15,1%
Feitios e gostos Semelhantes	44,2%	41,9%
Ns/nr	0%	0%

Quadro 12. Distribuição, em percentagem, da variável “factores determinantes para o bom entendimento do casal” nas amostras de estudantes e de progenitores.

c. Resolução de conflitos no casal (Q.15)

Acerca do modo de resolver os conflitos entre o casal, foi analisada apenas a questão relativa à agressão física relativamente à mulher como forma de resolver conflitos. Excluiu-se a agressão física relativamente ao marido (q.16) pelo facto de, como já foi referido no capítulo da metodologia, as respostas não serem fiáveis devido à existência de um erro gráfico na formulação da pergunta.

Os dois grupos manifestaram quase em uníssono desacordo quanto à utilização da força física por parte do marido para resolver questões do casal: assim, 100% dos filhos 90,3% dos progenitores não concordam com este meio de resolver problemas. No entanto, as diferenças são significativas para $p < 0,01$ ($\chi^2 = 24,25047$), uma vez que a totalidade dos jovens respondeu “não” a esta questão mas 5,4% dos progenitores optaram pela resposta “acho que em raras exceções se pode justificar que o marido bata na mulher”, 1,1% responderam que “o homem tem o direito de bater na mulher desde que considere que tem razão para o fazer” e ainda 3,2% não respondeu a esta questão. Estes dados reforçam a ideia de se estar a processar uma mudança de valores para uma maior igualdade entre os sexos.

Na figura 23 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher” nas amostras de estudantes e de progenitores.

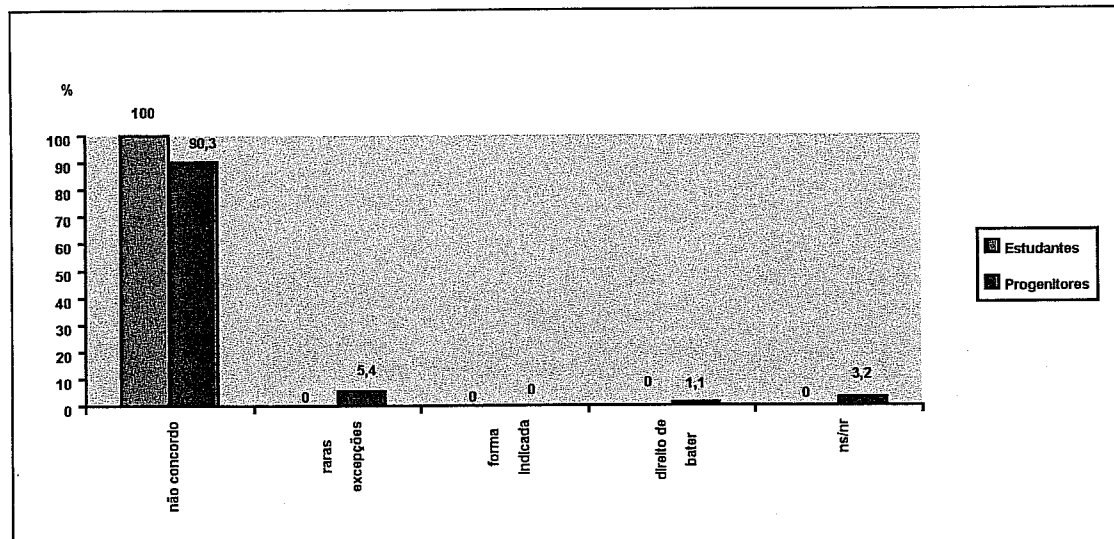


Figura 23. Distribuição em percentagem da variável “Entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher” nas amostras de estudantes e de progenitores.

d. Educação dos filhos (Q.14)

No que diz respeito ao tipo de educação que se deve dar aos filhos, verificou-se que os dois grupos também diferem significativamente nas respostas ($\chi^2=11,03224, p<0.05$).

Assim, apesar de a maioria quer dos estudantes quer de progenitores (respectivamente 68% e 67,7%) considerar que, por vezes, é necessário bater nos filhos, apesar de se dever tentar evitá-lo; há, no entanto, mais jovens do que progenitores que consideram que nunca se deve bater nos filhos (28,7% para 18,3%).

Na figura 24 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Educação dos filhos”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

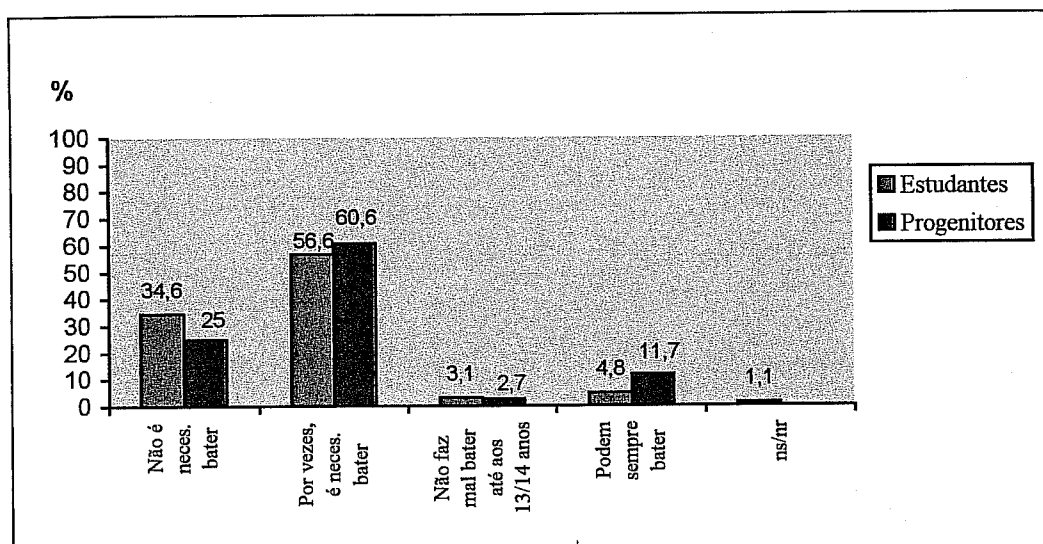


Figura 24. Distribuição, em percentagem, da variável “Educação dos filhos” nas amostras de estudantes e de progenitores.

e. Número desejado de filhos (Q.12)

Em termos do número de filhos que gostariam de ter, também se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi^2=15,05947$, $p<0,01$). A maioria de ambos os grupos refere que gostaria de ter 2-3 filhos: 75,4% dos filhos e 76,3% dos progenitores. No entanto, verifica-se uma tendência dos jovens para quererem ter menos filhos do que os seus pais: 13,8% dos estudantes prefere um filho para 7,5% dos pais e apenas 6,7% dos estudantes quereria ter 4 ou mais filhos para 15,1% dos pais. Poderão estes dados ser reflexo ou traduzir um maior investimento nos filhos, um maior investimento na carreira, previsão de taxas de desemprego elevadas por parte dos jovens?

Na figura 25 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

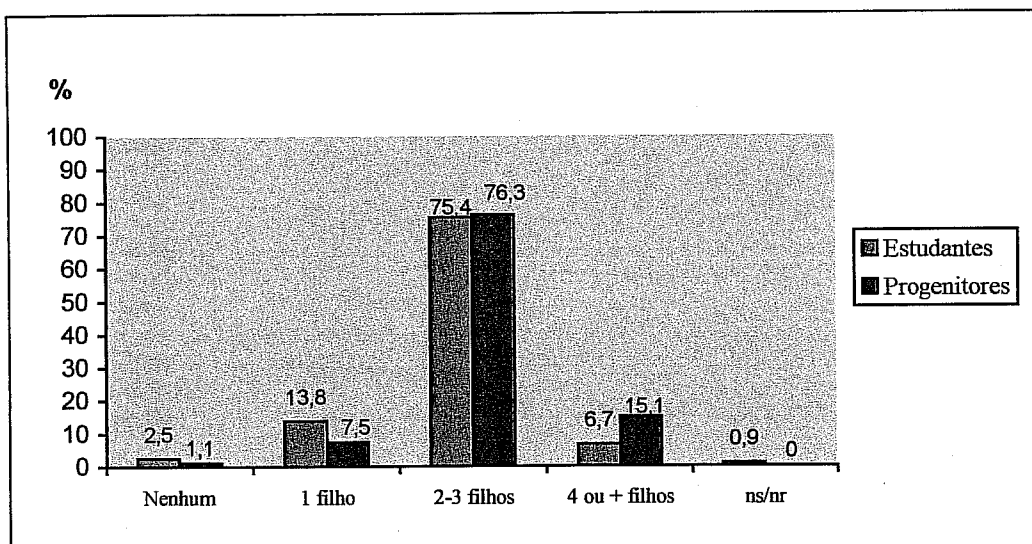


Figura 25. Distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos” nas amostras de estudantes e de progenitores.

f. Planeamento familiar (Q.13)

Em relação ao planeamento familiar, observaram-se diferenças significativas entre os dois grupos ($\chi^2=21,61986$, $p<0,01$). Assim, constatou-se que a maioria dos filhos (69,2%) q que quase metade dos progenitores (42,6%) o considerou como “um meio lícito de planificação da família, tendo em conta as condições mais favoráveis à procriação e educação dos filhos”. No entanto, mais progenitores consideram-no ainda “prática justificada, tendo em conta o povoamento do mundo” (15,1% para 7,1%), “prática lícita só quando se tem em conta certas condições de saúde ou circunstâncias sociais e económicas da família” (16,1% para 9,2%), “prática lícita desde que os cônjuges estejam de acordo” (17,2% para 12,9%) e “tradução de um egoísmo social e de uma falta de responsabilidade dos cônjuges perante a sua missão” (3,2% para 0%).

Na figura 26 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar” nas amostras de estudantes e de progenitores.

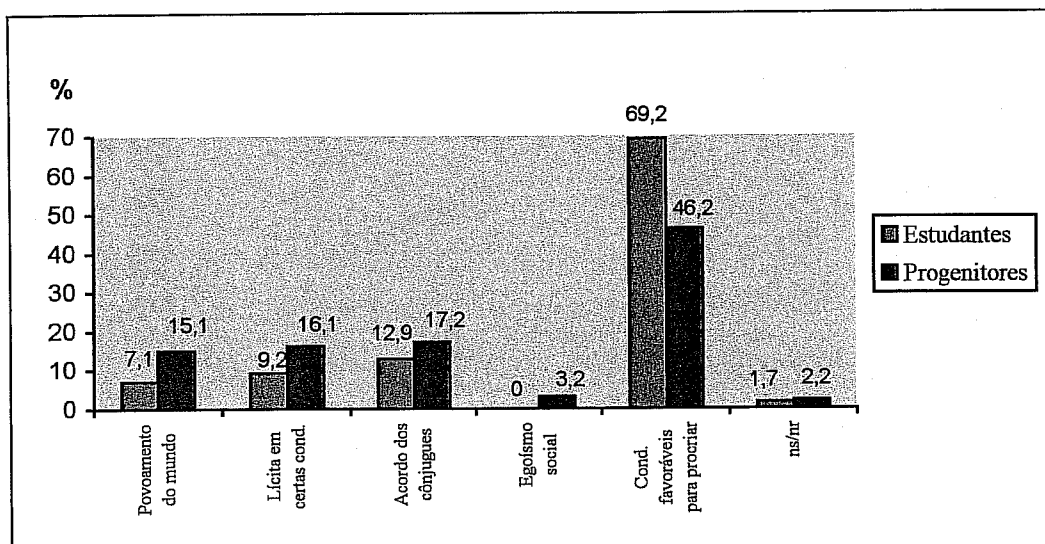


Figura 26. Distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar” nas amostras de estudantes e de progenitores.

h. Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q.10)

Em relação à questão das experiências sexuais dos jovens antes do casamento foram encontradas diferenças significativas nas respostas dos dois grupos, quer no caso dos rapazes quer no caso das raparigas.

Assim, no que respeita às experiências sexuais dos rapazes, uma grande parte dos filhos (34,4%) considera-a como uma experiência útil, enquanto apenas 19,4% dos progenitores a classifica também de útil. 36,1% dos filhos e 25,8% dos pais considera-a uma experiência sem gravidade. Para além disso, uma grande parte dos progenitores considera-a como uma experiência perigosa ou repreensível (36,6% e 17,2%, respectivamente) e apenas 4,9% e 4,9% (respectivamente) dos filhos a qualifica dessas formas. 19,7% dos filhos não respondem a esta questão, o que poderá estar relacionado

com o facto de a maioria ser do sexo feminino e, simultaneamente uma má interpretação das questões.

As diferenças são significativas para $p < 0,01$ ($\chi^2 = 114,17479$).

Na figura 27 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

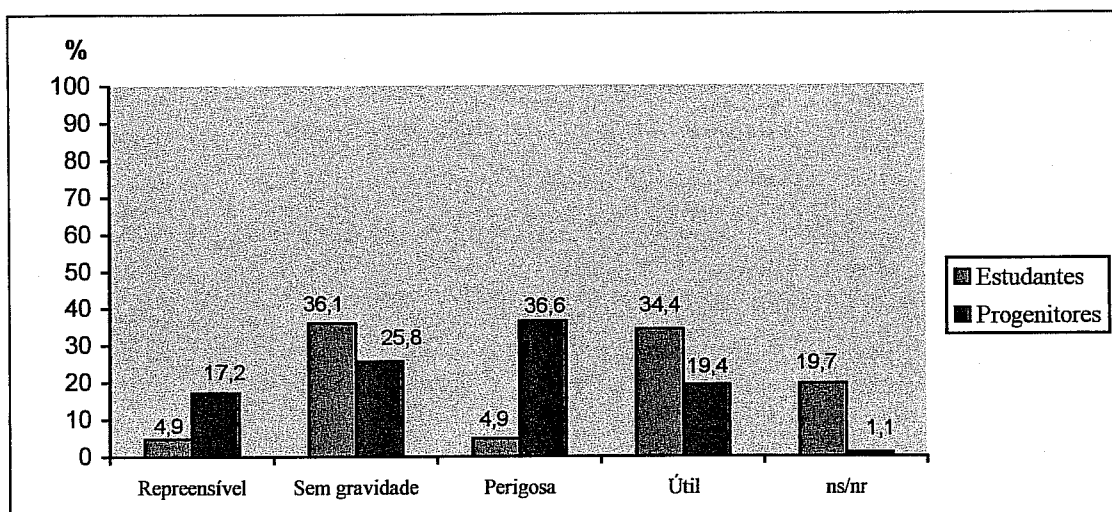


Figura 27. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz” nas amostras de estudantes e de progenitores.

i. Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q.11)

No que diz respeito a estas experiências nas raparigas, verificou-se a existência de diferenças significativas para $p < 0,01$ ($\chi^2 = 159,93329$). Neste caso, acentuam-se as respostas desfavoráveis dos progenitores, 46,8% referindo que as experiências sexuais são perigosas. Grande parte dos filhos, em contrapartida, considera-a como uma experiência útil (35,2%) e sem gravidade (42,6%).

Na figura 28 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

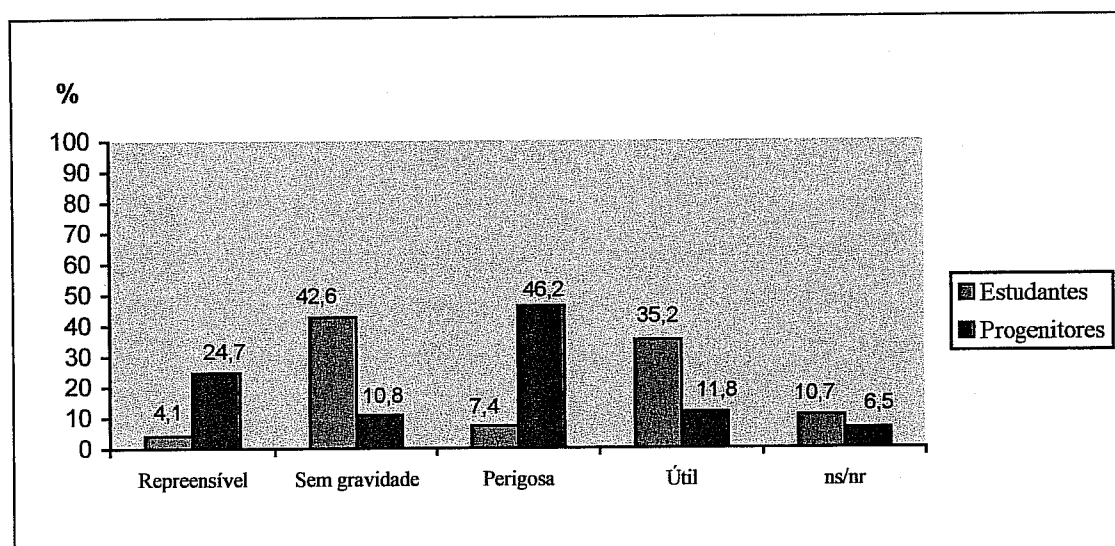


Figura 28. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga” nas amostras de estudantes e de progenitores.

j. Trabalho feminino (Q.6)

Quando questionados acerca do trabalho feminino verificou-se que 87,7% dos jovens acha que a mulher deve ter um emprego tal como o homem, o que só acontece para 45,2% dos progenitores. Deste modo, 29% dos progenitores impõem como condição ao emprego da mulher a existência de compatibilidade entre o horário de trabalho e o horário familiar (para 9,8% dos jovens que consideram esta condição). As diferenças são altamente significativas ($\chi^2=108,43576$, $p<0,01$).

Parece que, apesar dos jovens darem uma menor importância ao trabalho, de acordo com respostas a questões anteriores, mantêm, neste caso, uma atitude mais igualitária perante os sexos. Representará uma nova forma de ver a família e o trabalho?

Na figura 29 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

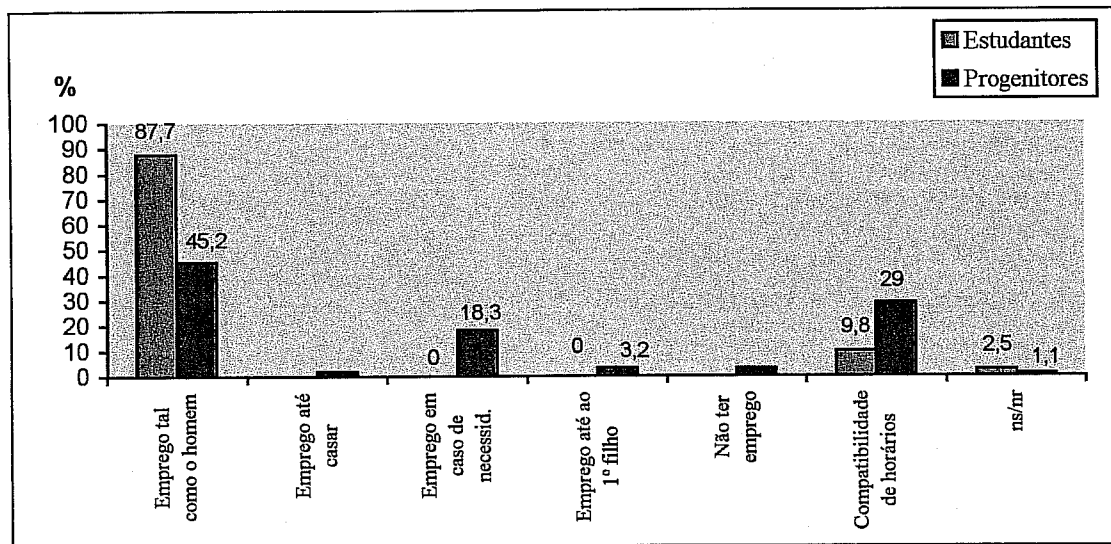


Figura 29. Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” nas amostras de estudantes e de progenitores.

I. Com quem gostariam de viver os filhos? (Q.4)

A maior parte dos estudantes (69,7%) acha que os jovens, a partir dos 17-18 anos, escolheriam, naturalmente, viver com outros jovens. Em contrapartida, apenas 37,6% dos pais tem essa opinião e 39,8% considera que os jovens escolheriam continuar a viver com a família (para 9% dos filhos). As diferenças entre os dois grupos são altamente significativas ($\chi^2=65,99454$, $p<0,01$). Aqui observa-se uma grande discrepância entre pais e filhos que parece indicar, sobretudo, um desconhecimento por parte dos pais, das aspirações dos filhos.

Na figura 30 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

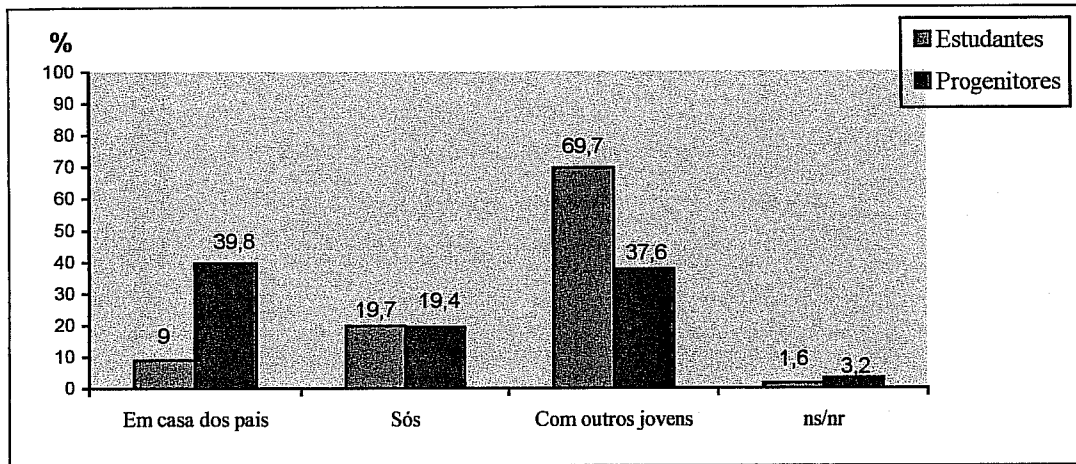


Figura 30. Distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

1.4. Progresso e civilização

A partir das questões inseridas em “Progresso e civilização” pretende-se analisar a forma como os jovens e os seus progenitores percebem o futuro – em termos de progresso civilizacional, e quais são as suas expectativas relativamente a este. São, também, analisadas duas questões que pretendem dar a conhecer de que modo encaram a sua capacidade de interferir no curso do desenvolvimento e do progresso.

Q. 18 A “Participa em algum movimento?”

Relativamente à questão sobre pertença a movimentos verificou-se que a maioria dos filhos (76,9%) e dos pais (82,6%) a deixou em branco, significando, com isso, que não pertencem a qualquer movimento.

Apesar de tudo, os movimentos com alguma expressão são os desportivos (11,1% dos filhos e 3,3% dos pais) e cultural (6,8% dos filhos e 3,3% dos pais). A pertença a movimentos ambientais e científicos é praticamente nula. As diferenças entre os dois grupos são significativas ($\chi^2=17,86345$, $p<0,01$), sendo mais os estudantes a participar em Movimentos.

Na figura 31 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Participa em algum movimento?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

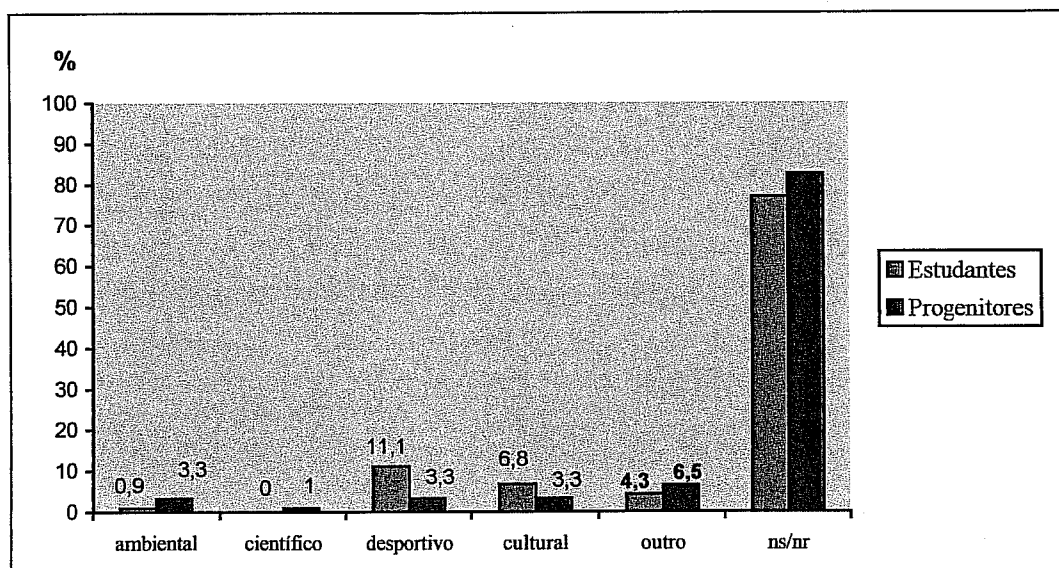


Figura 31. Distribuição, em percentagem, da variável “Pertença a movimentos culturais” nas amostras de estudantes e de progenitores.

Q. 37 Actividades culturais desenvolvidas

No que respeita a actividades culturais desenvolvidas, constatou-se que 64,2% dos filhos e 22,6% dos progenitores referem ter lido um livro na última semana, mas apenas 15% dos filhos e 3,2% dos pais foram ao cinema, sendo estes valores ainda mais baixos no que se refere ao teatro – 0,8% e 2,2% respectivamente. Os concertos (respectivamente 10,8% e 3,2%) e as conferências (respectivamente 21,3% e 4,3%) também são relativamente pouco frequentados.

A rádio e a televisão constituem o veículo cultural de eleição: 87,6% dos filhos e 50,5% dos progenitores referiram ter ouvido rádio na última semana e 89,7% dos filhos e 81,7% dos progenitores referiram ter visto televisão na última semana.

Comparativamente, constata-se que os jovens lêem mais, frequentam mais os cinemas e os concertos, praticam mais desporto, assistem mais a conferências e ouvem mais rádio.

No Quadro 13 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de actividades desenvolvidas” nas amostras de estudantes e de progenitores. As diferenças entre os grupos são significativas em relação às seguintes actividades: leitura de um livro ($\chi^2=72,95325$, $p<0,01$), ida ao cinema ($\chi^2=16,34615$, $p<0,01$), ida a concertos ($\chi^2=8,72920$, $p<0,05$), prática de desporto ($\chi^2=41,84542$, $p<0,01$), assistência a uma conferência ($\chi^2=25,22900$, $p<0,01$) e ouvir rádio ($\chi^2=64,46063$, $p<0,01$)

	RESPOSTAS DOS ESTUDANTES	RESPOSTAS DOS PROGENITORES
Livro	64,2%	22,6%
Cinema	15,0%	3,2%
Teatro	0,8%	2,2%
Concertos	10,8%	3,2%
Desporto	37,1%	9,7%
Conferência	21,3%	4,3%
Rádio	86,3%	50,5%
TV	87,9%	81,7%

Quadro 13. Distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de actividades desenvolvidas” nas amostras de estudantes e de progenitores.

Q. 34 – Frequência com que lê jornais

No que diz respeito à leitura de jornais não desportivos, não se observaram diferenças significativas entre pais e filhos. Assim, 45% dos estudantes lê jornais uma ou duas vezes por semana e 28,3% fá-lo todos os dias. Em contrapartida, 33,3% dos progenitores lê jornais todos os dias e 35,5% uma/duas vezes por semana.

Na figura 32 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais não desportivos”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

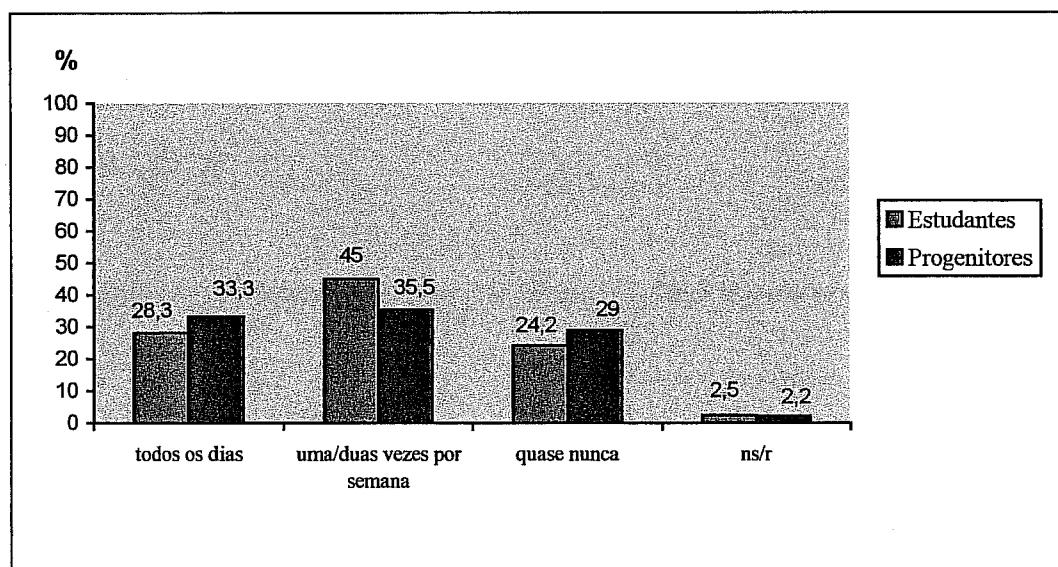


Figura 32. Distribuição, em percentagem, da variável “Frequência com que lê jornais” nas amostras de estudantes e de progenitores.

Q 35 – Secções do jornal que mais interesse despertam

No que diz respeito às secções do jornal que mais interesse despertam, também se verificaram algumas diferenças entre os progenitores e os filhos. A grande maioria de ambos os grupos lêem a secção sobre vida nacional (83,8% dos filhos e 81,7% dos progenitores). Mas os filhos interessam-se mais por artigos de fundo e reportagens, vida

internacional, artes e letras, críticas de espectáculos e páginas de divulgação científica. Os progenitores, por seu turno, escolhem mais desporto, crimes, folhetins/contos, páginas de economia e curiosidades.

As diferenças são estatisticamente significativas em relação às secções de páginas de divulgação científica ($\chi^2=15,11736$, $p<0,01$), curiosidades ($\chi^2=5,30108$, $p<0,05$), vida internacional ($\chi^2=13,91371$, $p<0,01$), artigos de fundo/reportagens ($\chi^2=33,59822$, $p<0,01$), artes e letras ($\chi^2=48,17800$, $p<0,01$), crítica de espectáculos ($\chi^2=26,95137$, $p<0,01$) e crimes ($\chi^2=25,97226$, $p<0,01$).

No quadro 14 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de secções dos jornais mais lidas” nas amostras de estudantes e de progenitores.

	RESPOSTAS DOS ESTUDANTES	RESPOSTAS DOS PROGENITORES
Vida nacional	83,8%	81,7%
Vida internacional	74,2%	57,0%
Artigos de fundos/reportagens	67,9%	39,8%
Desporto	28,3%	35,5%
Artes e letras	39,2%	16,1%
Críticas de espectáculos	30,0%	9,7%
Crimes	22,5%	43,5%
Folhetins, contos	2,5%	5,4%
Páginas de economia	15,8%	22,6%
Páginas de divulgação científica	37,8%	20,4%
Curiosidades	40,4%	51,6%
Passatempos	23,3%	18,3%

Quadro 14. Distribuição, em percentagem, da variável “Tipo de secções dos jornais mais lidas” nas amostras de estudantes e de progenitores.

Q. 36 – Novas tecnologias

Em relação à utilização de novas tecnologias, apenas se observaram diferenças significativas na utilização do computador pessoa ($\chi^2=113,51134$, $p<0,01$) e do telemóvel ($\chi^2=5,18220$, $p<0,05$).

Assim, 74,6% dos estudantes utilizam o computador regularmente para apenas 22,6% dos pais, e os jovens também utilizam mais o telemóvel (9,7% para 4,2%)

No quadro 15 apresenta-se a distribuição, em percentagem da variável “Novas tecnologias” nas amostras de estudantes e de progenitores.

	RESPOSTAS DOS ESTUDANTES	RESPOSTAS DOS PROGENITORES
Computador/Internet	74,6%	22,6%
Telemóvel	4,2%	9,7%
Bip	0,8%	1,1%
Fax	7,5%	10,8%
Máquina de calcular	53,8%	53,8%

Quadro 15. Distribuição, em percentagem da variável “Novas tecnologias” nas amostras de estudantes e de progenitores.

a. Principais objectivos para os próximos 10/15 anos (Q.25)

“Pleno emprego”

Em relação aos objectivos e projectos para os próximos 10/15 anos, verificou-se que o emprego é uma preocupação para ambas as gerações, aparentemente mais importante para os filhos, uma vez que é superior o número de jovens que escolhe a opção “pleno emprego” em 1º e 3º lugares como um dos principais objectivos que o país se deveria se esforçar por atingir nos próximos 10/15 anos. As diferenças entre os dois grupos são estatisticamente significativas ($\chi^2=75,69844$, $p<0,01$).

Na figura 33 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

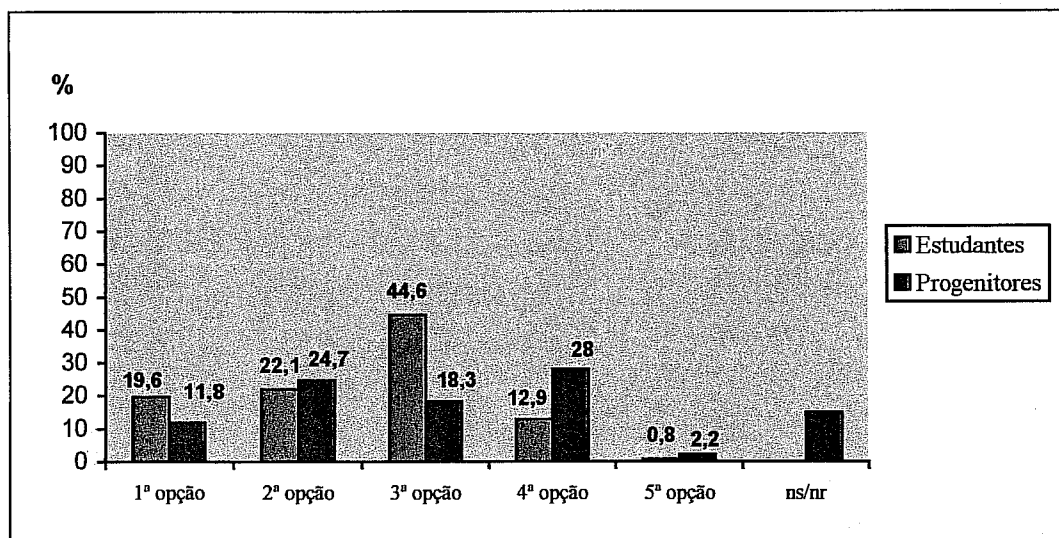


Figura 33. Distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego” nas amostras de estudantes e de progenitores.

“Liberdade de expressão”

“Garantir a liberdade de expressão” constitui a opção mais escolhida em primeiro lugar pelos filhos enquanto que os pais escolhem mais em primeiro lugar a opção “Manter a ordem no país” (23,3% para 17,2% respectivamente). As diferenças são estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi^2=46,93666$, $p<0,01$).

Na figura 34 apresenta-se a distribuição, em percentagem, das variável “Garantir a liberdade de expressão”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

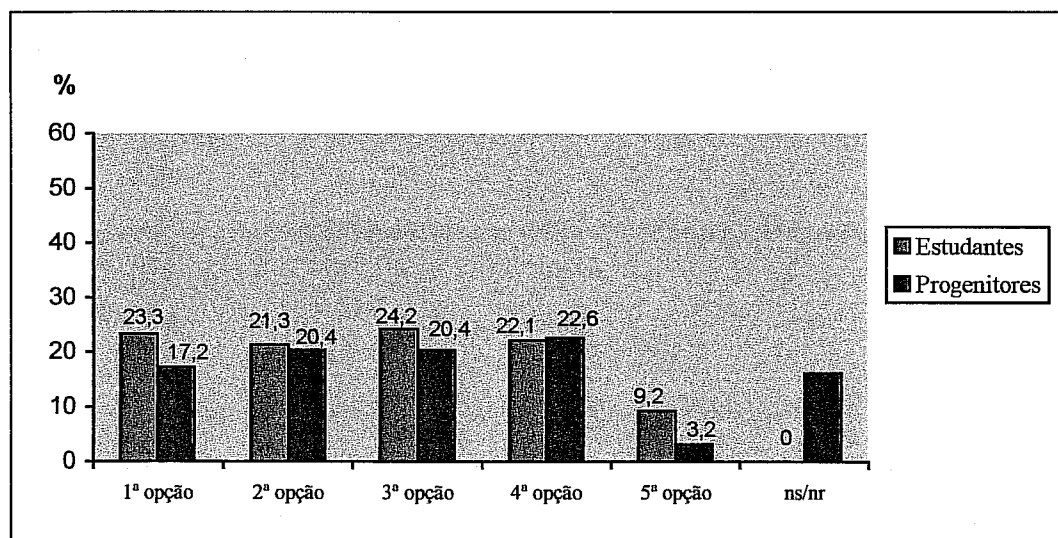


Figura 34. Distribuição, em percentagem, da variável “Garantir a liberdade de expressão” nas amostras de estudantes e de progenitores.

“Manter a ordem no país”

Em relação à manutenção da ordem no país verificaram-se também diferenças significativas ($\chi^2=70,02563$, $p<0,01$), sendo os progenitores quem mais escolhe esta questão como prioritária. Assim, 31,2% coloca-a como 1ª opção para 16,7% dos filhos. Destes últimos, 60,4% escolhe esta opção em último lugar, quase o dobro da percentagem de pais que o faz (32,3%).

Os jovens mostram-se assim menos conservadores do que os seus progenitores.

Na figura 35 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

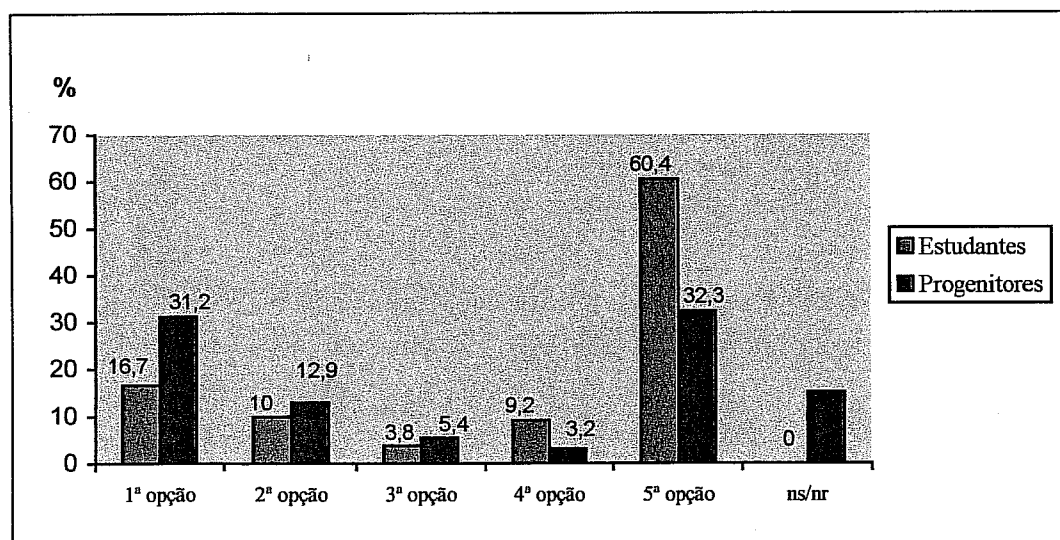


Figura 35. Distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país” nas amostras de estudantes e de progenitores.

“Combater a alta dos preços”

Quanto ao objectivo “combater a alta dos preços”, observou-se uma distribuição relativamente homogénea pelas cinco opções e também entre os dois grupos, existindo, contudo, diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2=65,31248$, $p<0,01$). Ou seja, esta parece ser uma questão a que os dois grupos atribuem importância (em que 21,3% dos filhos e 12,9% dos pais a coloca em primeiro lugar) mas em posições diferentes. Os filhos dão, globalmente, mais importância a esta questão do que os progenitores.

Na figura 36 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta dos preços”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

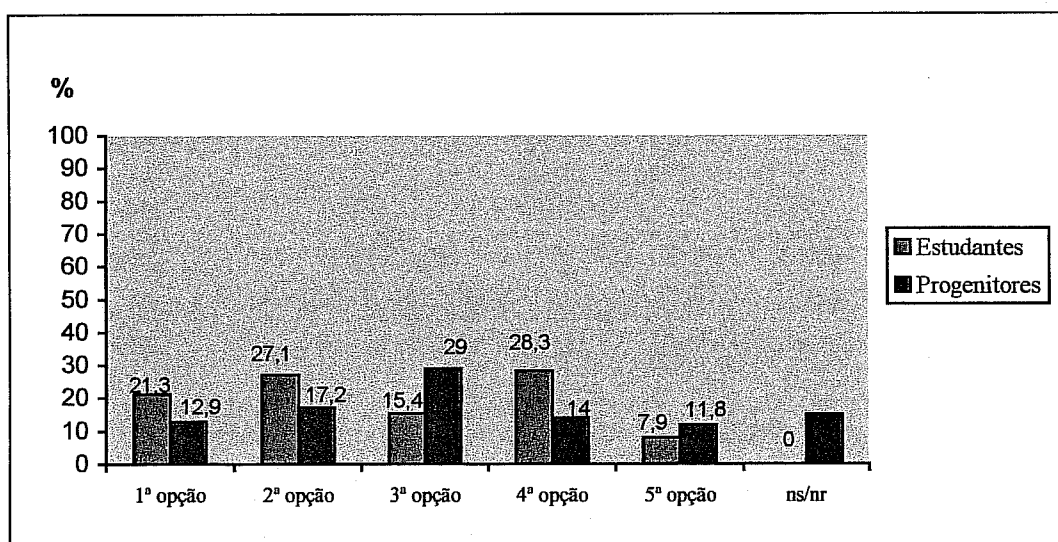


Figura 36. Distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta dos preços” nas amostras de estudantes e de progenitores.

“Aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo”

No que diz respeito ao “aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo”, verificou-se que este objectivo é mais considerado pelos jovens do que pelos progenitores, sendo as diferenças significativas para $p < 0,01$ ($\chi^2 = 63,92242$), o que se observa particularmente na última opção escolhida, onde 34,4% dos pais coloca esta questão para 20,8% dos filhos. Como primeira opção verifica-se uma diferença de 19,2% para 14% entre filhos e pais e na segunda opção uma diferença de 19,6% para 7,5% (filhos e pais, respectivamente). Por outro lado, os pais também se mostram mais indecisos e/ou indiferentes.

Na figura 37 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

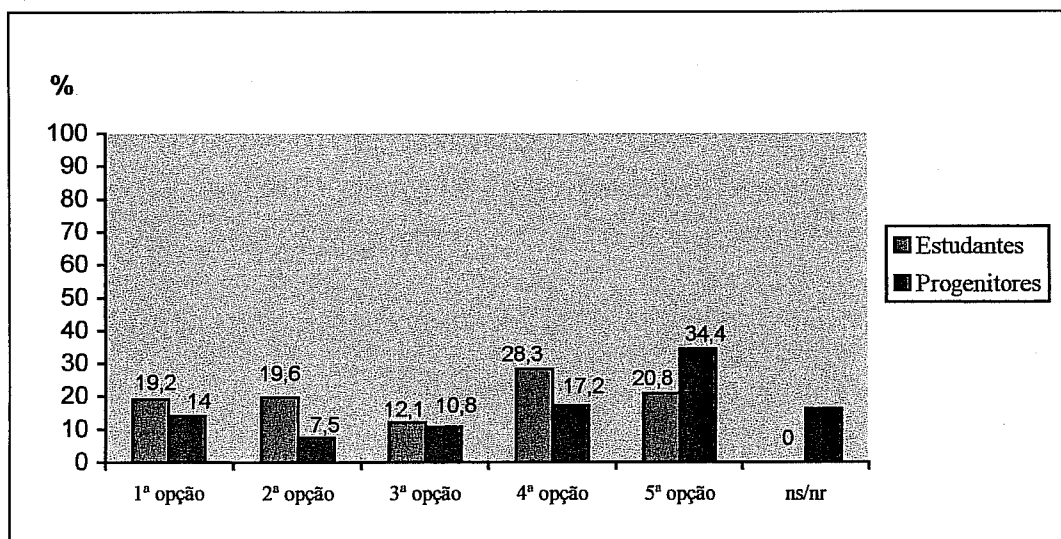


Figura 37. Distribuição, em percentagem, da variável “Aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governo” nas amostras de estudantes e de progenitores.

b. “O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010?” (Q.41)

Em termos de objectivos mais globais e projectados num futuro próximo, verificou-se que os jovens, assim como os progenitores, desejam que o progresso torne possível a “cura das doenças graves” (respectivamente 73,3% e 74,2%), o “fim da fome e da pobreza” (respectivamente 47,1% e 62,4%). Os pais, no entanto, dão relativamente mais importância a esta última questão e também à respeitante ao “fim das guerras e dos exércitos” (38,7% para 28,3%).

Verificou-se ainda que uma percentagem significativa de estudantes se preocupa com o “combate eficiente à poluição” (17,5%), sendo esta relativamente superior à da geração dos seus pais (6,5%).

As diferenças são estatisticamente significativas em relação a “provar se há ou não vida noutros planetas” ($\chi^2=5,21021$, $p<0,05$) (apenas pais escolhem esta opção); a “tornar possível o fim da fome e da pobreza” ($\chi^2=9,844181$, $p<0,05$); a “tornar possível e efectiva a igualdade entre povos e raças” ($\chi^2=27,40687$, $p<0,01$) (em que os estudantes escolhem mais esta opção); e “tornar possível um combate eficiente à poluição” ($\chi^2=11,55566$, $p<0,01$) (em que os estudantes escolhem mais esta opção).

No Quadro 16 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja que o progresso torne possível no ano 2010?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

	RESPOSTAS DOS ESTUDANTES	RESPOSTAS DOS PROGENITORES
Cura das doenças graves	73,3%	74,2%
Fim das guerras e Dos exércitos	28,3%	38,7%
Tempo meteorológico	0%	0%
Vida noutros planetas	0%	2,2%
Fim da fome e da pobreza	47,1%	62,4%
Igualdade de direitos Entre povos	27,5%	7,5%
Idioma universal	0,8%	0%
Combate eficiente à Poluição	17,5%	6,5%

Quadro 16. Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja que o Progresso torne possível no Ano 2010?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

c. Causas por que vale a pena fazer sacrifícios (Q.27)

Em relação às “causas por que vale a pena fazer sacrifícios” notam-se, desde logo, diferenças entre pais e filhos. Assim, os estudantes escolhem preferencialmente a “Paz”(75,4%), os “Direitos do Homem”(77,9%), a “Protecção da natureza”(48,5%) e a “Luta contra a miséria”(42,9%). Os progenitores dão preferência à “Paz”(82,8%), “Luta contra a miséria”(67,7%); “Direitos do Homem”(52,7%) e “Protecção da natureza (35,5%)”.

As diferenças são estatisticamente significativas em relação à “Protecção da natureza” (χ^2 , $p < 0,05$); à “Luta contra a miséria”(χ^2 , $p < 0,01$), à “Liberdade do indivíduo” (χ^2 , $p < 0,01$) (em que os estudantes escolhem mais esta opção) e aos “Direitos do Homem”(χ^2 , $p < 0,01$).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

No quadro 17 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Causas por que vale a pena fazer sacrifícios”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

	RESPOSTAS DOS ESTUDANTES	RESPOSTAS DOS PROGENITORES
Protecção da natureza	45,8%	35,5%
Paz	75,4%	82,8%
Luta contra a miséria	42,9%	67,7%
Defesa nacional	4,2%	8,6%
Liberdade do indivíduo	33,8%	17,2%
Direitos do Homem	77,9%	52,7%
Nenhuma	0%	0%

Quadro 17. Distribuição, em percentagem, da variável “Causas por que vale a pena fazer sacrifícios” nas amostras de estudantes e de progenitores.

d. “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?” (Q.43)

Verificou-se que a grande maioria de estudantes e progenitores pensa que as pessoas serão menos felizes ou semelhantes às actuais no ano 2010, não existindo diferenças significativas entre os grupos.

Na figura 38 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

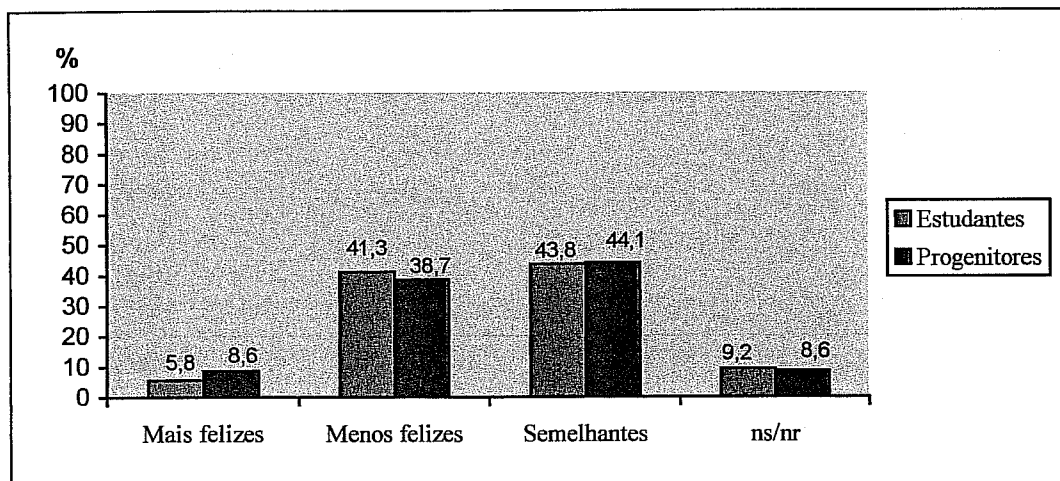


Figura 38. Distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

e. “Qual a geração com uma visão mais realista do mundo?” (Q.46)

Os progenitores consideram que a geração com uma visão mais realista do mundo é a geração dos 40-50 anos (38,7%) e depois a geração dos 30-40 anos (26,9%). Os jovens, por seu lado consideram que a visão mais realista é das gerações dos 30-40 anos (30,8%) e dos 25-30 anos (30,8%). As diferenças entre os grupos são altamente significativas ($\chi^2=101,77851$, $p<0,01$).

Na figura 39 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Qual a geração com uma visão mais realista do mundo?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

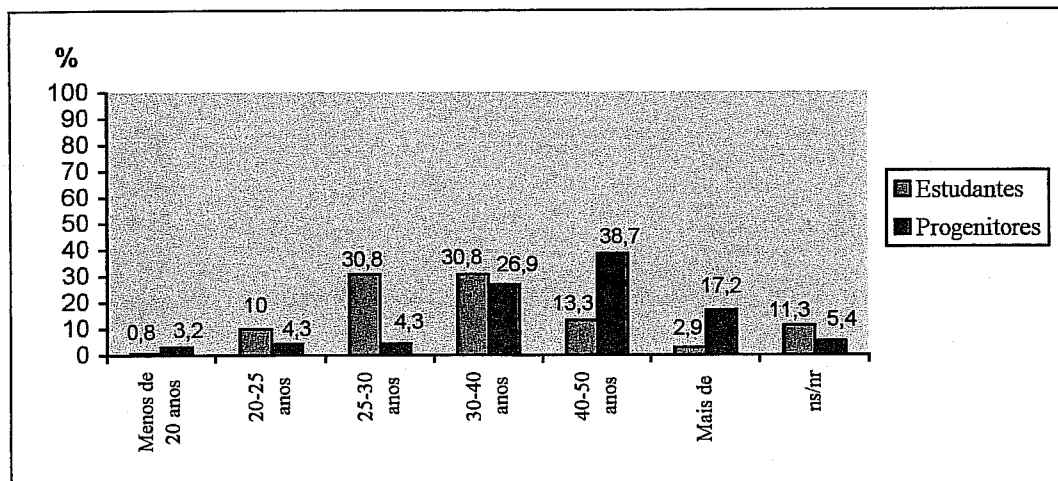


Figura 39. Distribuição, em percentagem, da variável “Qual a geração com uma visão mais realista do mundo?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

f. Capacidade para influenciar o progresso (Q.42)

Relativamente à capacidade de influenciar o progresso, verificou-se que 50,8% dos jovens considera que pode contribuir no sentido de influenciar o progresso e que os progenitores se mostram menos confiantes: apenas 35,5% considera que pode de facto influenciar o progresso e 50,5% optam por responder talvez; e também 45% dos filhos. Mais progenitores mostram-se pessimistas. As diferenças são altamente significativas ($\chi^2=18,43564$, $p<0,01$).

Na figura 40 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Capacidade para influenciar o progresso”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

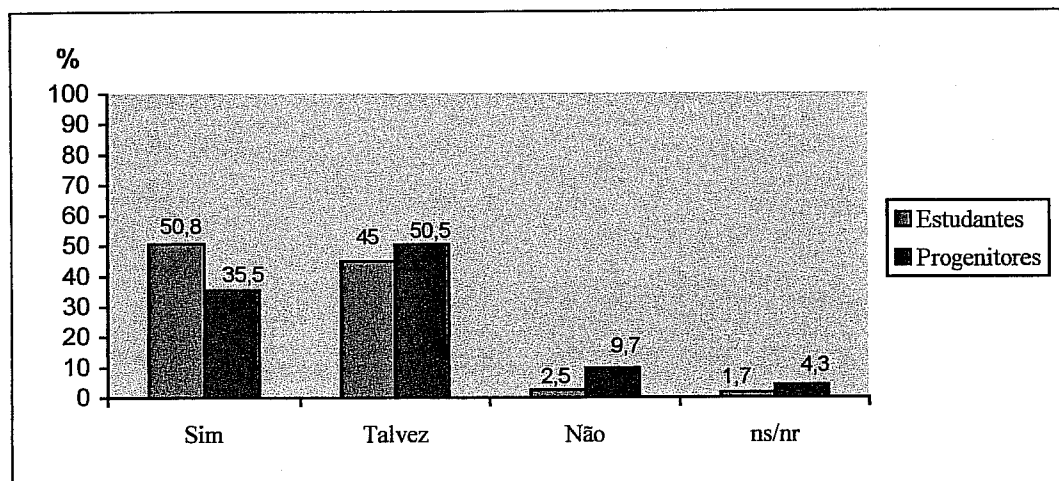


Figura 40. Distribuição, em percentagem, da variável “Capacidade para influenciar o progresso” nas amostras de estudantes e de progenitores.

g. “O que deseja com o progresso?” (Q.22)

Constatou-se que os grupos não diferem significativamente em relação aquilo que desejam que o progresso torne possível. Assim, ambos consideram que a principal vantagem do progresso é “fazer diminuir as desigualdades sociais e criar as mesmas oportunidades para todos” (86,7% dos filhos e 80,6% dos progenitores).

Na figura 41 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

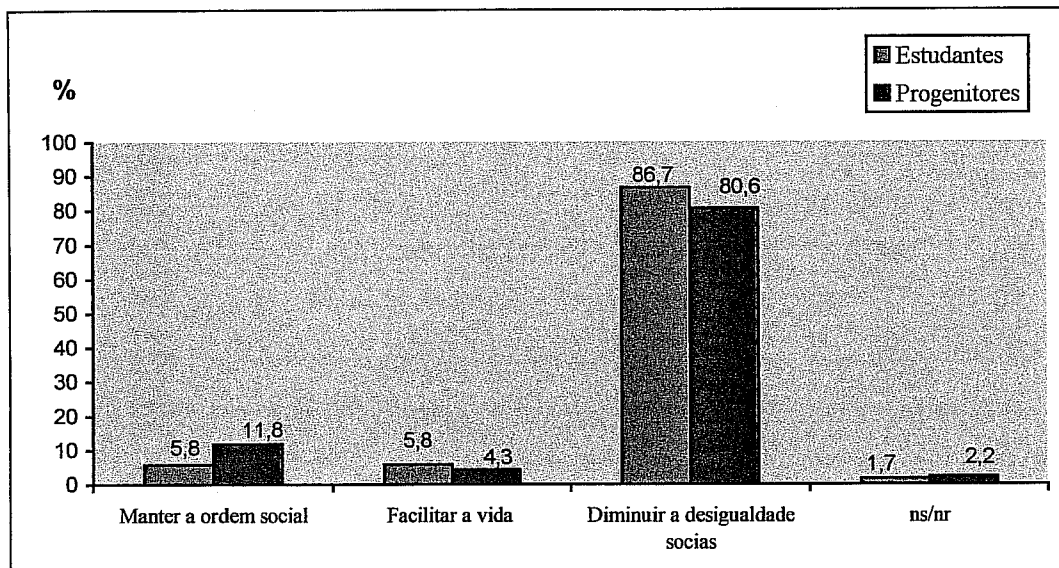


Figura 41. Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

h. “O que deseja com o progresso do país?” (Q.28, Q.29 e Q.30)

Em termos mais particulares, verificou-se a existência de um grande consenso nas duas gerações relativamente ao desejo de que o progresso permita a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais (50,8% dos filhos e 63,4% dos progenitores), não existindo, também, diferenças significativas entre os grupos.

Já no que diz respeito ao tipo de sector económico que se deve privilegiar, os filhos apresentam mais dúvidas acerca de que sector de actividade económica deve ser desenvolvido (19,8% responde ns/nr) apesar de mais de metade (50,8%) considerar que se deve procurar aumentar a produtividade da agricultura, assim como, 63,4% dos progenitores. As diferenças entre os grupos são estatisticamente significativas para $p < 0,01$ ($\chi^2 = 13,60466$).

Na figura 42 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Que sector de actividade económica se deve privilegiar?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

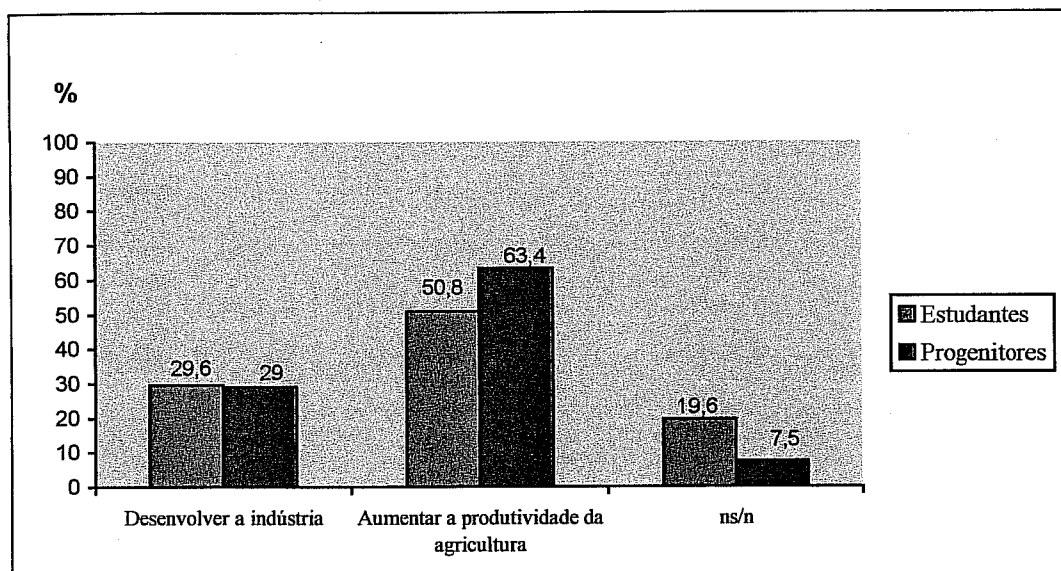


Figura 42. Distribuição, em percentagem, da variável “Que sector de actividade económica se deve privilegiar?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

Cidades grandes *versus* Cidades pequenas

No que respeita à importância que ambos os grupos atribuem ao desenvolvimento das grandes cidades *versus* desenvolvimento das cidades pequenas, observaram-se diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2=14,86736$, $p<0,01$). Assim, são mais pais que defendem o desenvolvimento das cidades pequenas (94,6% para 88,3%), embora, como se pode observar, a esmagadora maioria escolha esta opção. As diferenças resultam, em grande parte, da existência de mais jovens indecisos (10,8% para 2,2%).

Na figura 43 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Desenvolvimento grandes cidades *versus* pequenas cidades” nas amostras de estudantes e de progenitores.

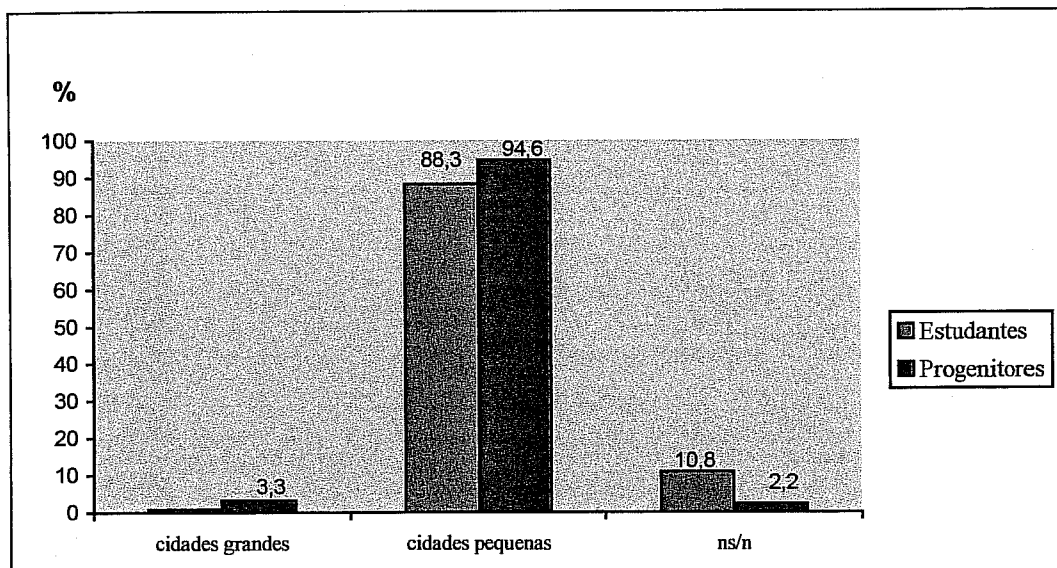


Figura 43. Distribuição, em percentagem, da variável “Desenvolvimento grandes cidades *versus* pequenas cidades” nas amostras de estudantes e de progenitores.

i. A União Europeia (Q.24 e Q.40)

Em relação à União Europeia, constatou-se que a maioria dos progenitores (80,8%), assim como a maioria dos estudantes (74,2%), considera que cada país membro deve ser soberano, tendo a última palavra no que respeita a questões importantes para o país (q.40). Observou-se, ainda, um elevado número de respostas ns/nr, quer nos filhos (10,8%) quer nos progenitores (15,1%).

As diferenças entre os grupos não são estatisticamente significativas.

Na figura 44 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da UE a longo prazo”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

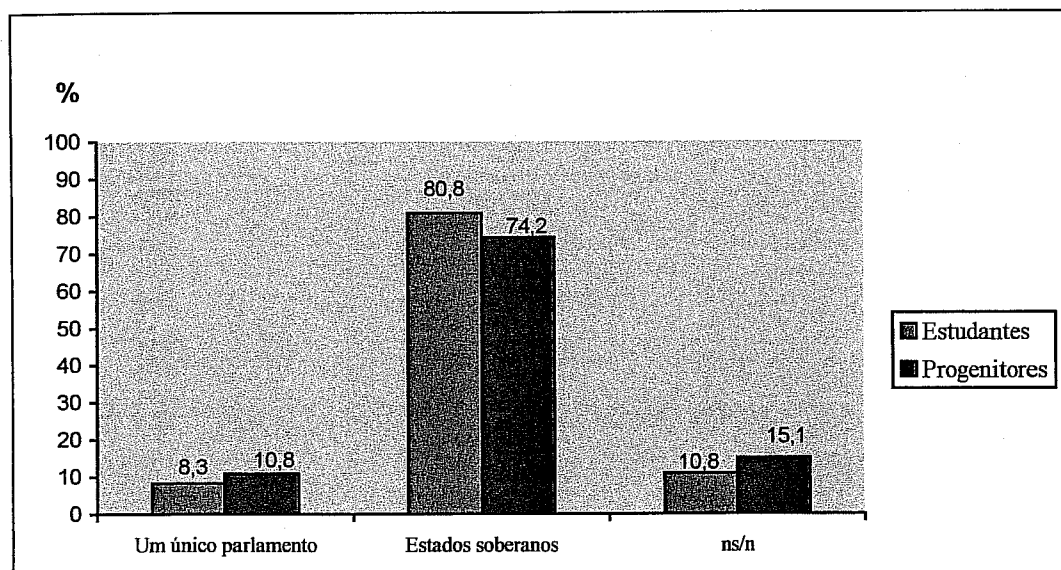


Figura 44. Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção de UE a longo prazo” nas amostras de estudantes e de progenitores.

Se Portugal abandonasse a U.E....

Apesar da resposta à questão anterior, a maioria de ambos os grupos mostrou-se apegada ao ideal europeu: 59,6% dos filhos e 53,8% dos progenitores referem que sentiriam pena se Portugal abandonasse a U.E. É mais elevado o número de progenitores que considera que sentiria indiferença (32,3% para 15%) e de jovens que dizem sentir alívio (11,3% para 5,4%) ou que não respondem (14,2% para 8,6%).

As diferenças são significativas para $p < 0,01$ ($\chi^2 = 21,39863$).

Na figura 45 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

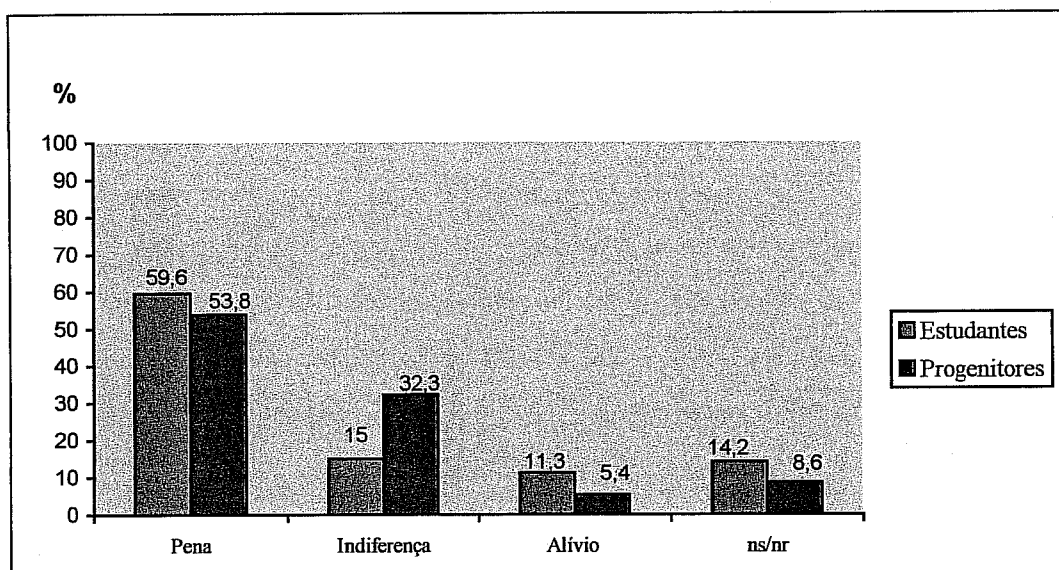


Figura 45. Distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

j. “Como pode ser vencida a crise da civilização?” (Q.26)

A crise da civilização, para a maioria dos jovens (61,3%) e dos progenitores (54,8%), pode ser vencida “por meio da renovação espiritual e moral do Homem”. Além disso, esta pode também ser resolvida através da ciência e técnica (6,7% de estudantes para 10,8% de progenitores) e da economia e da política (12,9% para 19,4%). Para 5,8% dos jovens e 10,8% dos progenitores a crise da civilização não pode ser vencida.

As diferenças são significativas para $p < 0,05$ ($\chi^2 = 17,85069$).

Na figura 46 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise da civilização?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

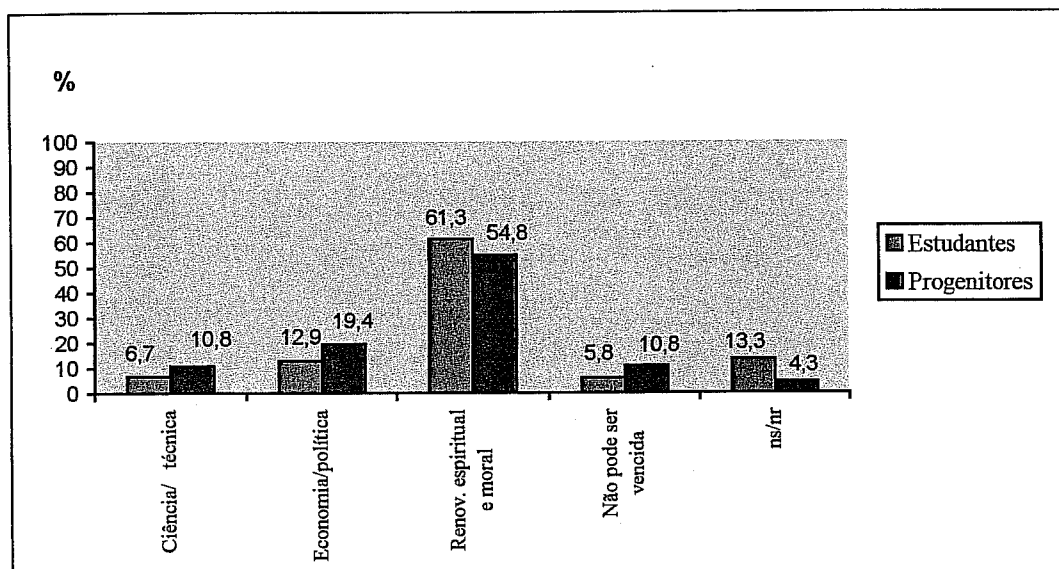


Figura 46. Distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise da civilização?” nas amostras de estudantes e de progenitores.

I. Evolução bem orientada *versus* revolução (Q.23)

Estudantes e progenitores diferem significativamente ($\chi^2=30,02352$, $p<0,01$) quanto à opinião sobre a frase “Não é na revolução que reside a salvação e a justiça, mas sim na evolução bem orientada”. Assim, 61,3%% dos estudantes e 73,1% dos progenitores considera que “a salvação e a justiça reside na evolução bem orientada e não na revolução”, mas 32,5% dos estudantes e 12,9% dos progenitores considera que “a violência é o remédio adequado em certas circunstâncias”.

Na figura 47 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada versus revolução”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

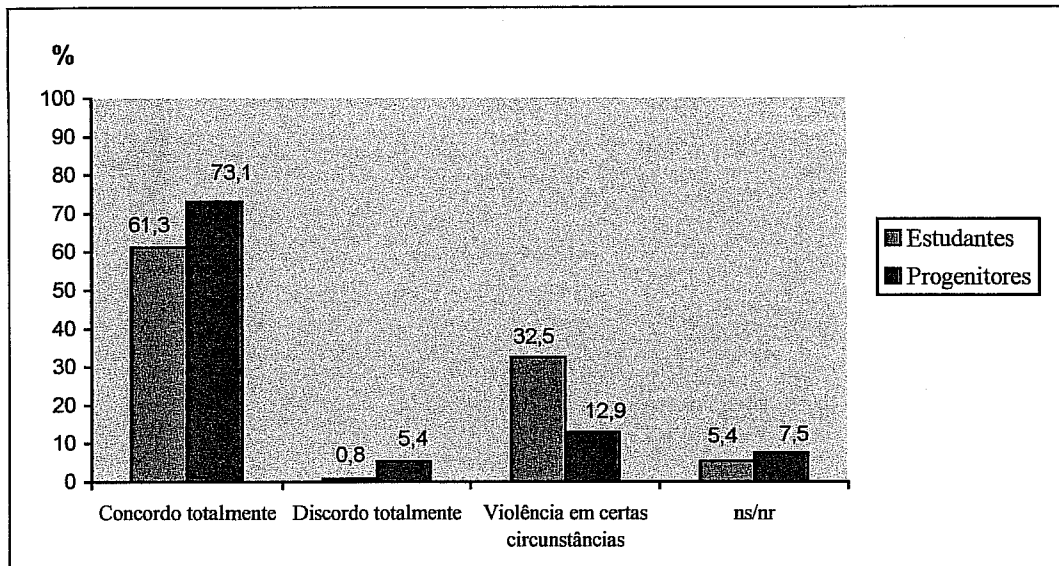


Figura 47. Distribuição, em percentagem, da variável “Evolução bem orientada versus revolução” nas amostras de estudantes e de progenitores.

1.5. Política

a. Posição política (Q.38)

Em relação à posição política não se observam diferenças significativas entre jovens estudantes e seus progenitores, apesar de aparentemente existir uma maior tendência dos jovens para se posicionarem à esquerda, enquanto os pais se inclinam mais para a direita.

Na figura 48 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Posição política”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

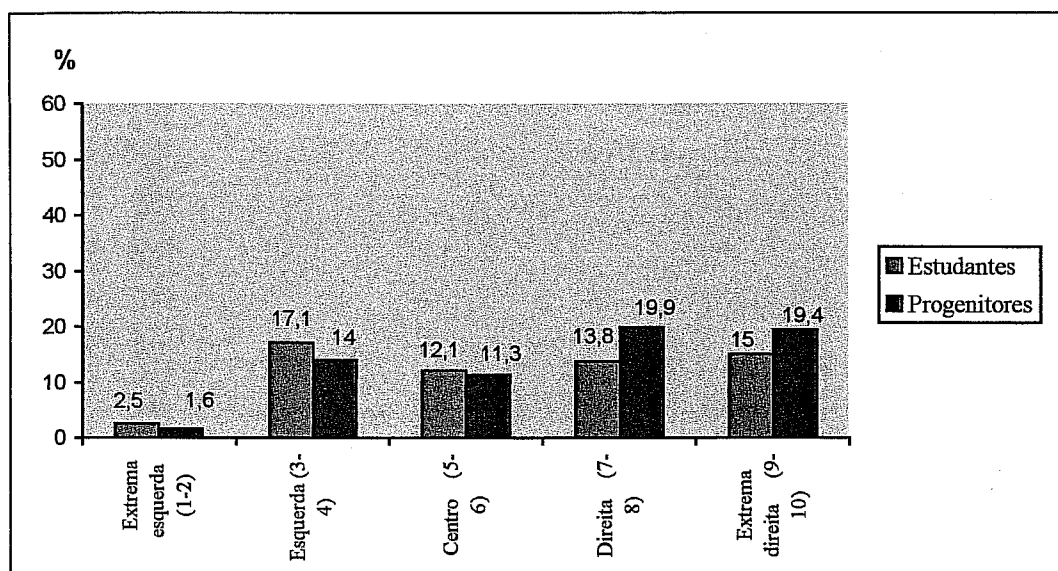


Figura 48. Distribuição, em percentagem, da variável “Posição política” nas amostras de estudantes e de progenitores.

b. Ligação a um partido político (Q.39)

Constatou-se que a participação política é fraca nos dois grupos - ambos declarando-se fundamentalmente “simpatizantes de partidos políticos” (57,1% dos filhos e 58,1% dos progenitores). 7,5% dos filhos declararam-se ainda “sem proximidade a nenhum partido”, tal como 23,7% dos progenitores. As diferenças encontradas não são estatisticamente significativas.

Na figura 49 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político”, nas amostras de estudantes e de progenitores.

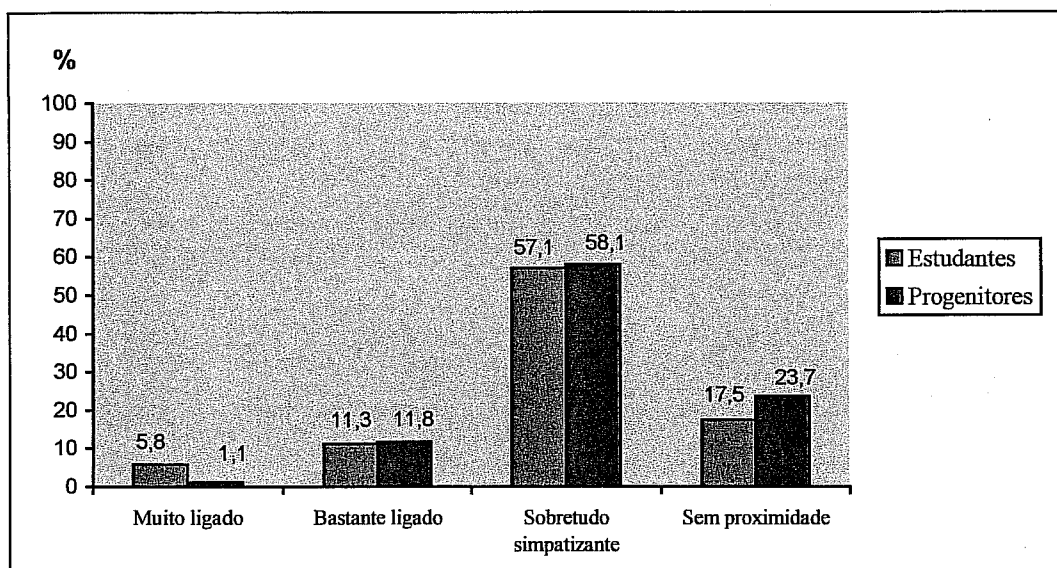


Figura 49. Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político” nas amostras de estudantes e de progenitores.

c. Sistema político (Q.45)

Relativamente ao sistema político também não se observaram diferenças significativas entre os grupos, sendo que a grande maioria pensa que as nações se deveriam orientar para o sistema político de vários partidos- 85,5% dos filhos e 81,7% dos pais.

Na figura 50 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Sistema político” nas amostras de estudantes e de progenitores.

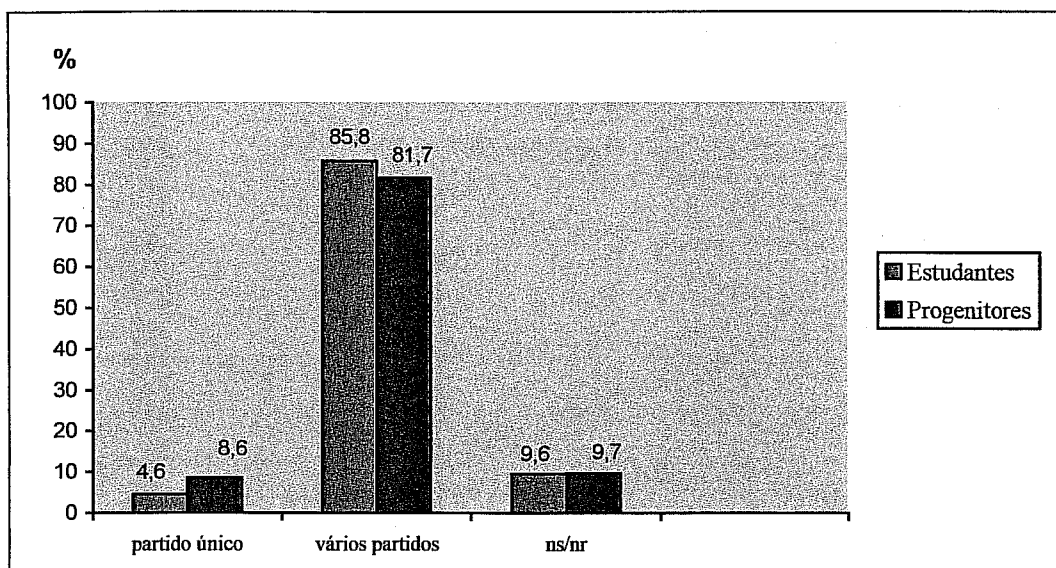


Figura 50. Distribuição, em percentagem, da variável “Sistema político” nas amostras de estudantes e de progenitores.

Além da comparação entre estudantes e seus progenitores, cruzamos ainda outras variáveis tais como a naturalidade, o sexo, o estudante viver(ou não) em casa dos pais e o nível sócio – económico.

Dada a extensão do questionário, em relação a estas variáveis referiremos apenas as questões em que se observaram diferenças significativas e que poderão possuir relevância para este estudo.

2. Análise comparativa entre sexos.

As questões analisadas foram exactamente as mesmas em relação à análise comparativa anterior, mas iremos focar apenas os resultados que apresentaram diferenças significativas no que respeita a esta variável.

2.1 “Instituições sociais, problemas sociais e religião”

a. Problemas Sociais (Q.20)

No que respeita a problemas sociais observaram-se diferenças significativas na questão 20, relativa à atitude que a sociedade deveria ter face ao consumo de droga. Comparativamente, as raparigas defendem mais a prevenção (76,3% para 65,2%) e a repressão (13,6% para 7,7%) enquanto os rapazes defendem mais o tratamento (24,9% para 6,8%). As diferenças são significativas para $p < 0,05$ ($\chi^2=9,82439$).

Na figura 51 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Consumo de droga” nas amostras de rapazes e de raparigas.

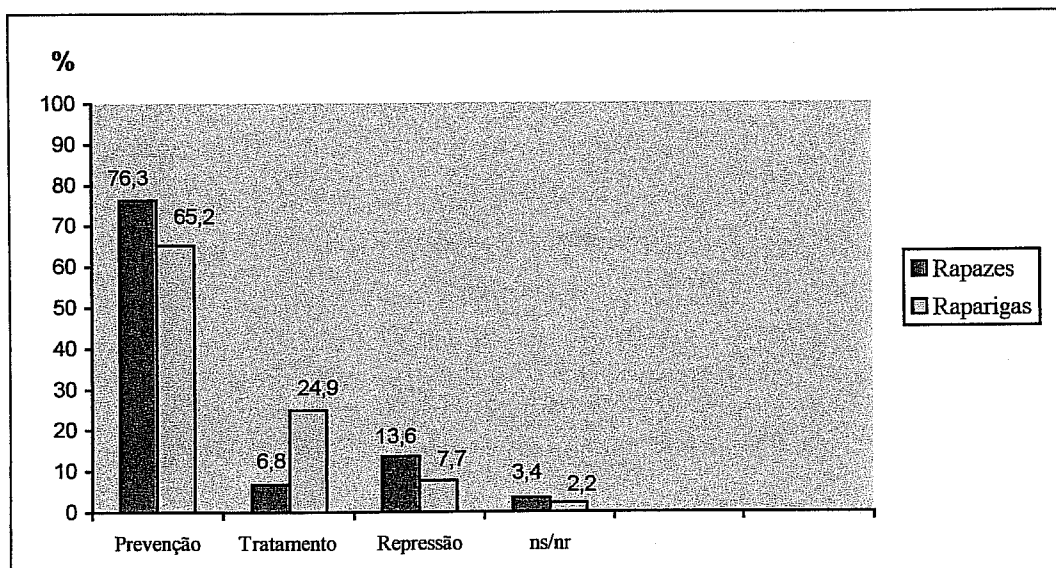


Figura 51. Distribuição, em percentagem, da variável “Consumo de droga” nas amostras de rapazes e de raparigas

b. Tribunais e leis (Q. 17)

Em relação à questão acerca de “Tribunais e leis” não se verificaram diferenças significativas entre rapazes e raparigas, mas sim entre pais e mães, em que mais pais optam pela “justiça pelas próprias mãos” (12,8% para 4,3%), enquanto as mães, comparativamente, não optando pela “justiça através do tribunal”, ficam mais indecisas (15,2% para 6,4%). As diferenças são significativas para $p < 0,05$ ($\chi^2 = 7,20599$).

Na figura 52 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”, nas amostras de pais e mães.

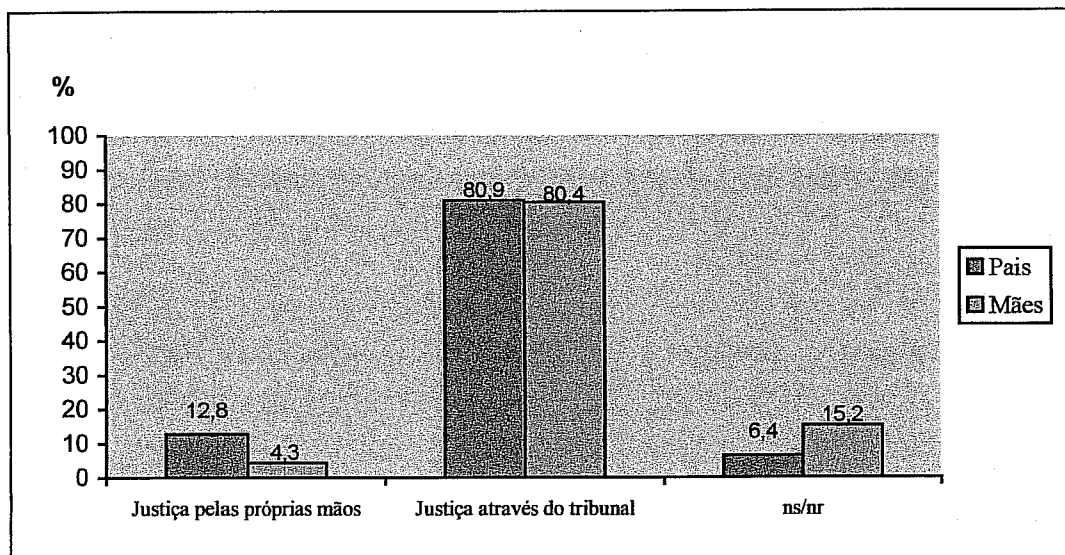


Figura 52. Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis” nas amostras de pais e mães.

c. Liberalização das drogas (Q.21)

Também no que respeita à questão relativa à liberalização das drogas foram os progenitores que apresentaram diferenças entre si. As diferenças são significativas para $p < 0,05$ ($\chi^2 = 12,20213$). Assim, as mães escolhem mais a “proibição de todas as drogas” (41,3% para 23,4%) enquanto os pais maioritariamente optam pela “proibição das drogas ilegais” (51,1% para 39,1%). Por outro lado os pais defendem mais a “punição das consequências” (14,9% para 4,3%).

Na figura 53 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Liberalização das drogas”, nas amostras de pais e mães.

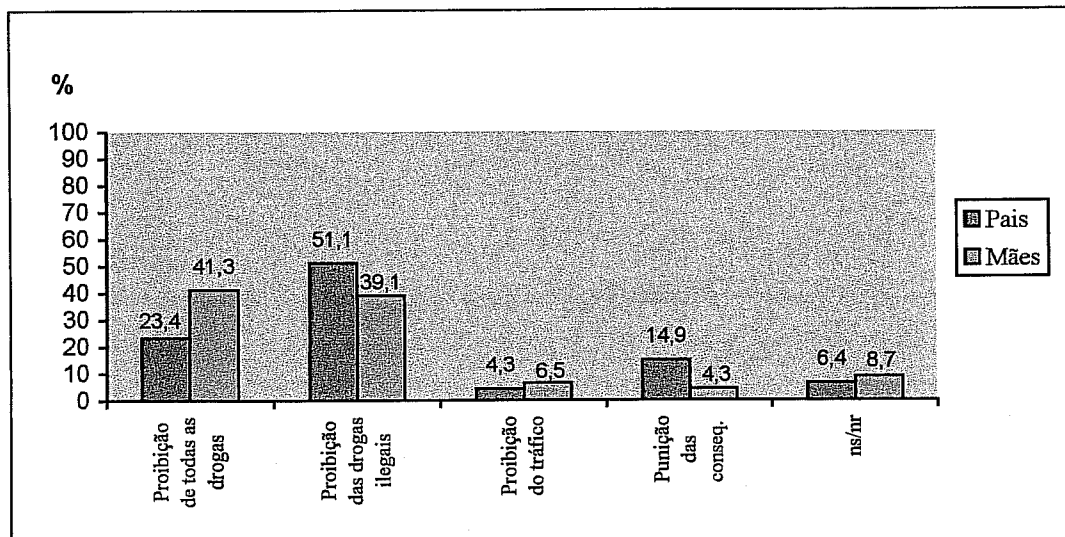


Figura 53. Distribuição, em percentagem, da variável “Liberalização das drogas” nas amostras de pais e mães.

2.2 Centros de interesse

No que se refere aos interesses pessoais e aspectos da vida mais valorizados também se observaram algumas diferenças importantes entre rapazes e raparigas e entre mães e pais.

a. Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q. 3)

Relação com a família

Na questão “Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa” verificou-se que as raparigas valorizavam significativamente mais as “relações com a família” do que os rapazes. Assim, 19,3% das raparigas escolhe esta opção em primeiro lugar para apenas 6,8% dos rapazes. As diferenças são significativas para $p < 0,01$ ($\chi^2 = 22,71636$).

Na figura 54 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família” nas amostras de rapazes e de raparigas.

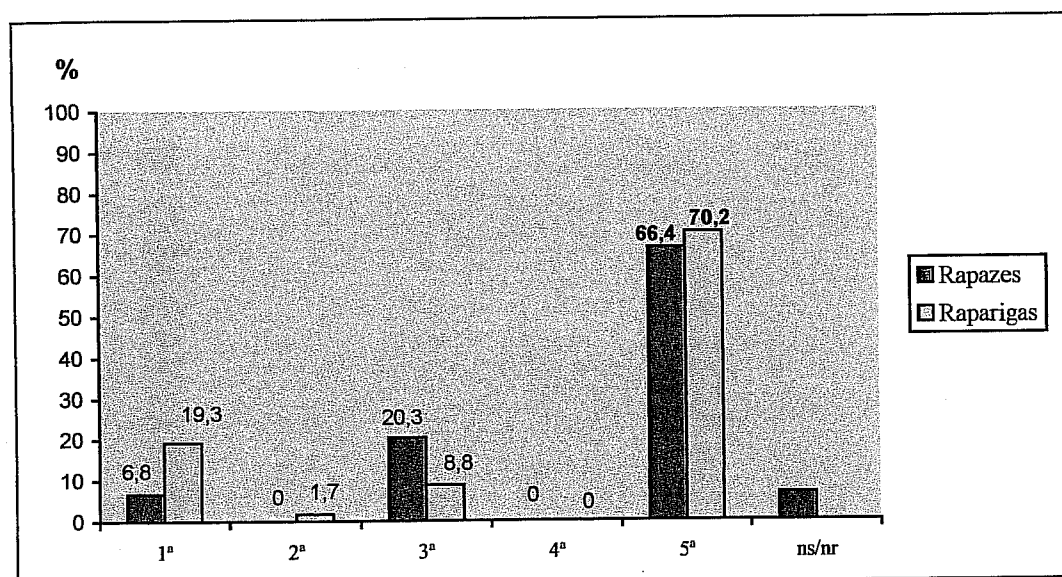


Figura 54. Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família” na amostra de rapazes e de raparigas.

Relações com colegas e amigos

Por outro lado, as “Relações com colegas e amigos” são mais valorizadas pelos rapazes. Assim, 55,9% dos rapazes escolhe esta opção em primeiro lugar para 39,8% das raparigas. As diferenças são significativas para $p < 0,05$ ($\chi^2 = 12,67453$).

Na figura 55 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Relações com colegas e amigos” nas amostras de rapazes e de raparigas.

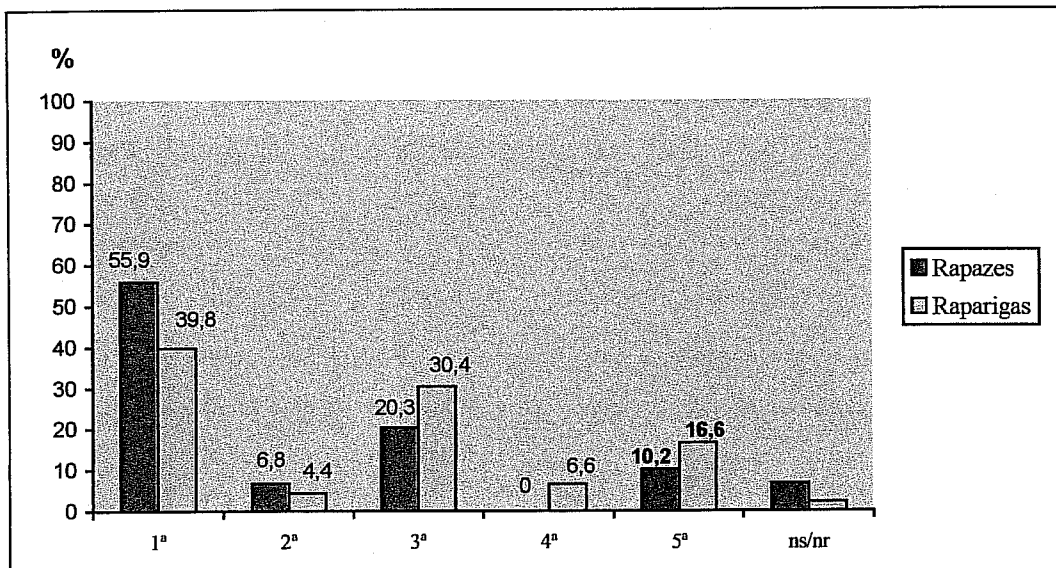


Figura 55. Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com colegas e amigos” nas amostras de rapazes e de raparigas.

Bem-estar interior

Em relação ao bem-estar interior observam-se também diferenças significativas entre rapazes e raparigas para $p < 0,01$ ($\chi^2 = 18,28875$). Parece que, globalmente, as raparigas dão mais importância a este aspecto da vida do que os rapazes. Assim 44,2% das raparigas escolhe esta opção em 2º lugar para 20,3% dos rapazes, sendo que estes a escolhem maioritariamente em 4º lugar (57,6%), o que só acontece em 38,7 % das raparigas.

Na figura 56 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Bem-estar interior consigo próprio” nas amostras de rapazes e de raparigas.

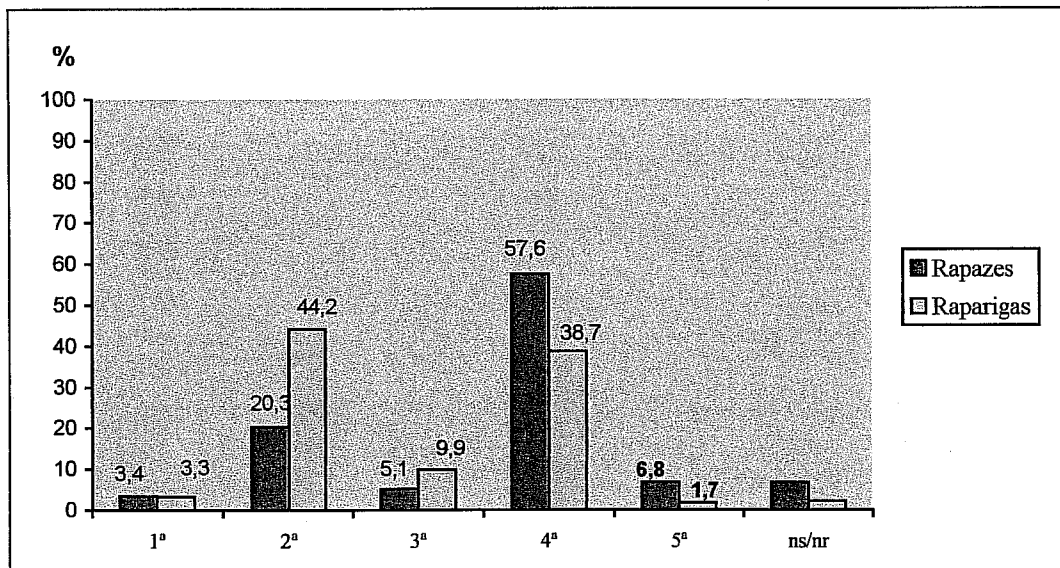


Figura 56. Distribuição, em percentagem, da variável “Bem-estar interior consigo próprio” nas amostras de rapazes e de raparigas.

Trabalho

Nos progenitores observaram-se diferenças de opinião em relação ao trabalho ($p < 0,01$, $\chi^2 = 22,24060$), em que mães e pais ordenaram de forma significativamente diferente a importância que dão ao trabalho. Aparentemente os pais valorizam mais o trabalho, em relação aos outros factores, do que as mães, o que parece compreensível, tendo em conta que mais pais trabalham ou possuem empregos mais diferenciados.

Na figura 57 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho” nas amostras de mães e pais.

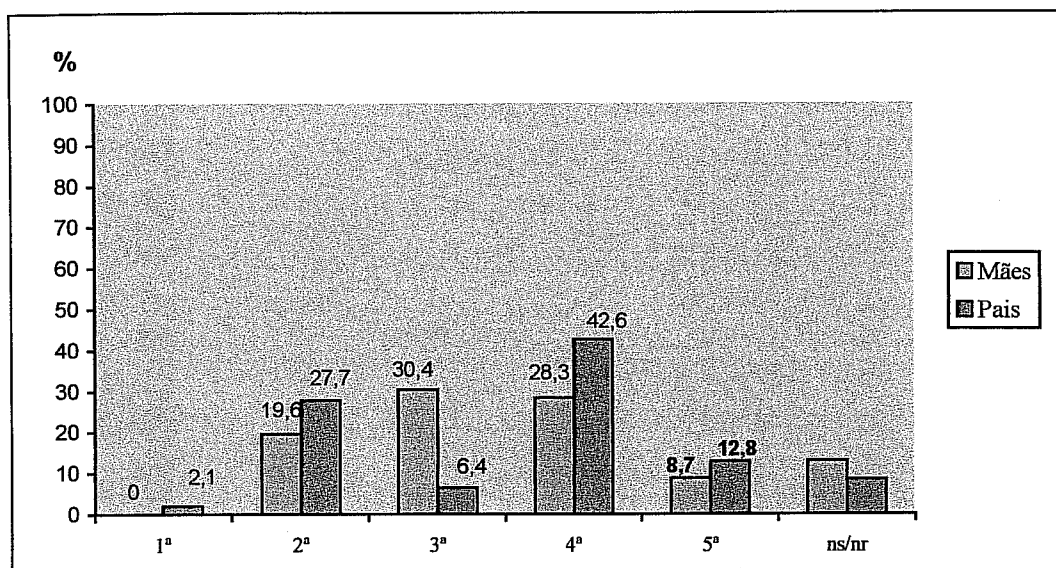


Figura 57. distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho” nas amostras de mães e pais.

b. Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q.31)

Existem diferenças significativas entre os grupos relativamente a escolhas como a Honradez ($\chi^2=12,86551$, $p<0,01$) em que esta qualidade é claramente mais valorizada pelos rapazes (27,1% para 8,8%); a Fidelidade ($\chi^2=46,70413$, $p<0,01$) sendo esta mais valorizada pelas raparigas (34,8% para 16,9%); a Inteligência ($\chi^2=7,29710$, $p<0,01$), sendo mais valorizada pelos rapazes (66,1% para 45,9%); o espírito de sacrifício ($\chi^2=18,73974$, $p<0,01$), sendo este mais valorizado pelos rapazes (27,1% para 6,1%); a Perseverança ($\chi^2=8,29188$, $p<0,01$), mais valorizada pelas raparigas (12,7% para 0%); a Sinceridade ($\chi^2=20,77723$, $p<0,01$) mais valorizada pelas raparigas (74,6% para 42,4%); a Caridade ($\chi^2=4,95320$, $p<0,05$), mais valorizada pelas raparigas (16,6% para

5,1%) e a Descontracção ($\chi^2=5,87840$, $p<0,05$), mais valorizada pelos rapazes (6,8% para 1,1%).

Nos progenitores, verificou-se que as mães valorizaram mais a Sinceridade (50% para 27,7%) ($p<0,01$, $\chi^2= 9,78080$), a Caridade (28,3% para 4,3%) ($p<0,01$, $\chi^2=19,80643$) e a Fidelidade (30,4% para 12,8%) ($p<0,01$, $\chi^2= 8,59867$), enquanto os pais deram mais importância a Honradez (72,3% para 56,5%) ($p<0,05$, $\chi^2=5,08211$), Audácia (4,3% para 0%) ($p<0,05$, $\chi^2=4,00094$) e Dinamismo (42,6%, para 17,4%) ($p<0,01$, $\chi^2=13,98890$).

Em termos globais, parece que as qualidades interpessoais mais apreciadas pelas raparigas se aproximam mais daquelas escolhidas pelas suas mães enquanto que as mais apreciadas pelos rapazes também parecem ter mais em comum com as dos progenitores homens.

c. Aspectos do mundo e da sociedade mais valorizados (Q.44)

Na questão 44 observaram-se diferenças significativas entre rapazes e raparigas em relação à “Política Nacional” ($p<0,01$, $\chi^2=11,24837$), “Desporto” ($p<0,01$, $\chi^2=45,18977$), “Problemas da sociedade” ($p<0,01$, $\chi^2=34,31664$), “Artes e espectáculos” ($p<0,05$, $\chi^2=5,84646$) e “Meio ambiente” ($p<0,01$, $\chi^2=14,11572$).

Assim, os rapazes dão mais valor à “Política Nacional” (37,3% para 16,6%), “Desporto” (54,2% para 12,2%) e “Artes e espectáculos” (45,8% para 28,7%), enquanto as raparigas interessam-se mais pelos “Problemas da sociedade” (81,8% para 42,4%) e “Meio ambiente” (48,1% para 20,3%).

Os progenitores também diferiram significativamente nesta questão, em que as mães se interessam mais por “Ciências e tecnologias” (33,9% para 18,2%) ($p<0,05$, $\chi^2=6,34680$), “Cultura regional” (13% para 4,3%) ($p<0,05$, $\chi^2=4,56726$), “Problemas de subdesenvolvimento” (37% para 19,1%) ($p<0,01$, $\chi^2=7,32033$) e “Religião” ($p<0,05$, $\chi^2=4,63204$) e os pais por “Política nacional” (46,8% para 13%) ($p<0,01$, $\chi^2=24,19020$), “Desporto” (34% para 6,5%) ($p<0,01$, $\chi^2=21,66236$) e “Vida política internacional” (10,6% para 0%) ($p<0,01$, $\chi^2=10,34333$).

Mais uma vez os interesses dos rapazes aproximam-se mais dos seus pais e os das raparigas das suas mães.

2.3 Sexualidade, casamento e família

a. Finalidades do casamento (Q. 8)

No que se refere aos “fins do casamento” surgiram divergências entre rapazes e raparigas apenas relativamente ao posicionamento da opção “meio de realização dos cônjuges”, sendo as diferenças significativas para $p < 0,05$ ($\chi^2 = 11,49280$). Grande maioria das raparigas escolhe esta finalidade em 2º lugar (63% para 40,7% dos rapazes) enquanto os rapazes se distribuem mais pelas outras posições.

Na figura 58 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Meio de realização dos cônjuges” nas amostras de rapazes e de raparigas.

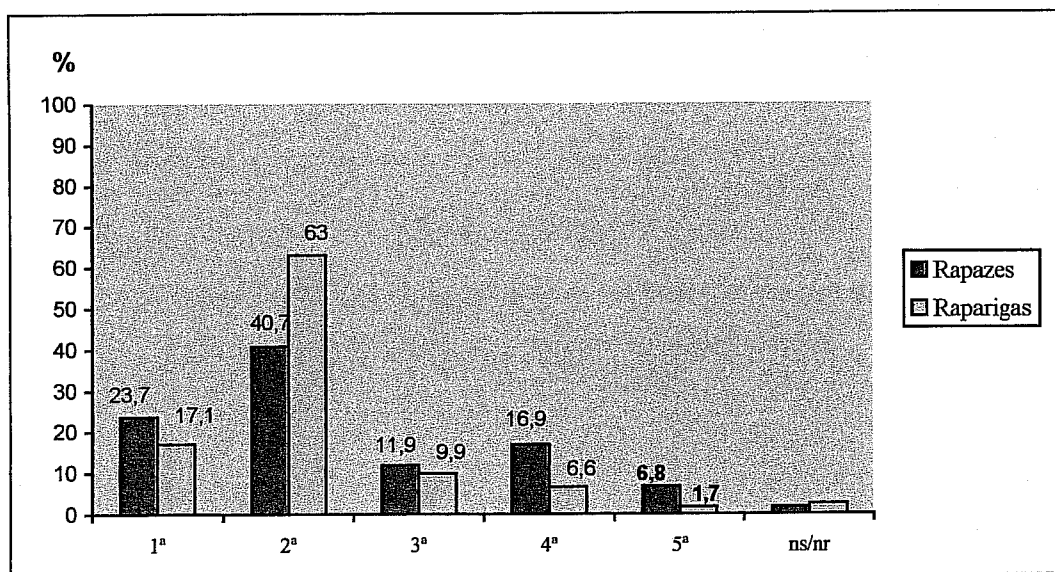


Figura 58. Distribuição, em percentagem, da variável “Meio de realização dos cônjuges” nas amostras de rapazes e de raparigas.

b. Factores determinantes para o bom entendimento do casal (Q.7)

No que se refere aos factores importantes para o bom entendimento do casal, observaram-se diferenças significativas entre rapazes e raparigas relativamente à opção “ideais semelhantes” ($p < 0,01$, $\chi^2 = 9,39017$) e “atitudes religiosas semelhantes” ($p < 0,01$, $\chi^2 = 17,28447$). Assim, as raparigas dão mais importância ao facto de os esposos possuírem os mesmos ideais (61,9% para 40,7%) e enquanto os rapazes dão uma grande importância às atitudes religiosas as raparigas quase não lhe dão importância (80% e 20%, respectivamente).

Por seu turno os progenitores pais valorizaram mais a existência de “ideais semelhantes” do que as mães (51,1% para 32,6%) ($p < 0,05$, $\chi^2 = 6,50346$).

c. Trabalho feminino (Q. 6)

Em relação ao trabalho da mulher, apesar da maioria dos rapazes e das raparigas considerar que a mulher deve trabalhar do mesmo modo do que o homem, ainda assim verificaram-se diferenças significativas entre os grupos, sendo mais elevada a percentagem de raparigas que pensa desta forma (90,1% para 79,7%). Um percentagem bastante superior de rapazes pensa que, no caso de a mulher trabalhar, esta deve conjugar a sua actividade profissional com a vida familiar (20,3% para 6,6%) ($p < 0,01$, $\chi^2 = 10,86779$).

Na figura 59 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” nas amostras de rapazes e de raparigas.

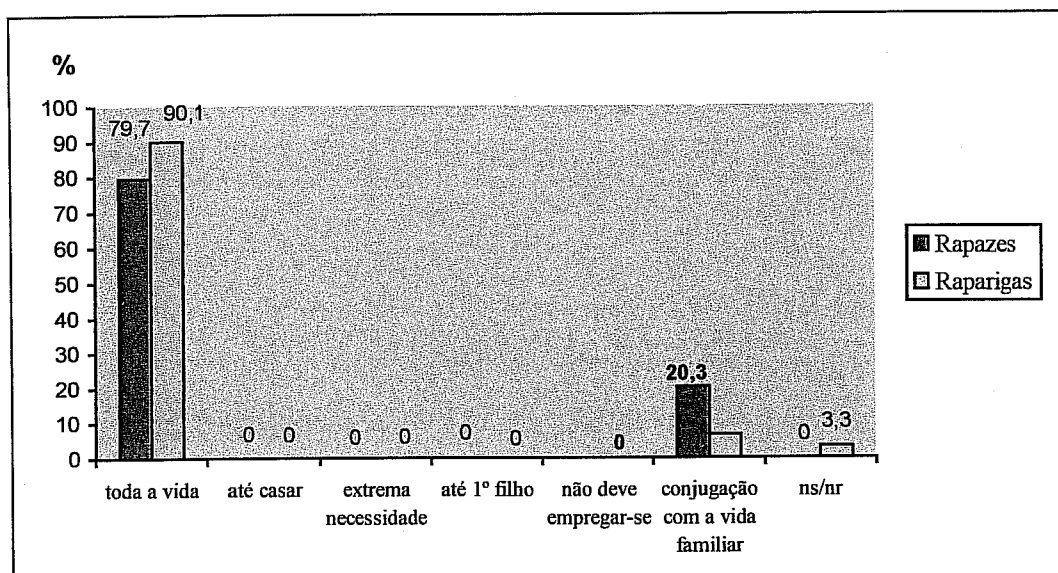


Figura 59. Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” nas amostras de rapazes e de raparigas.

Os progenitores também revelaram diferenças quanto à sua concepção do trabalho feminino em que mais mães são a favor de que as mulheres devem trabalhar em igualdade com os homens (47,8% para 42,6%). No entanto, também mais mulheres considera que a mulher só deve trabalhar em caso de extrema necessidade (23,9% para 12,8%) ou até ao primeiro filho (6,5% para 0%), enquanto os homens defenderam o trabalho feminino “até casar” (2,1% para 0%), em “conjugação com a vida familiar” (36,2% para 21,7%). As diferenças são significativas para $p < 0,01$, $\chi^2 = 20,74218$.

Na figura 60 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” nas amostras de mães e pais.

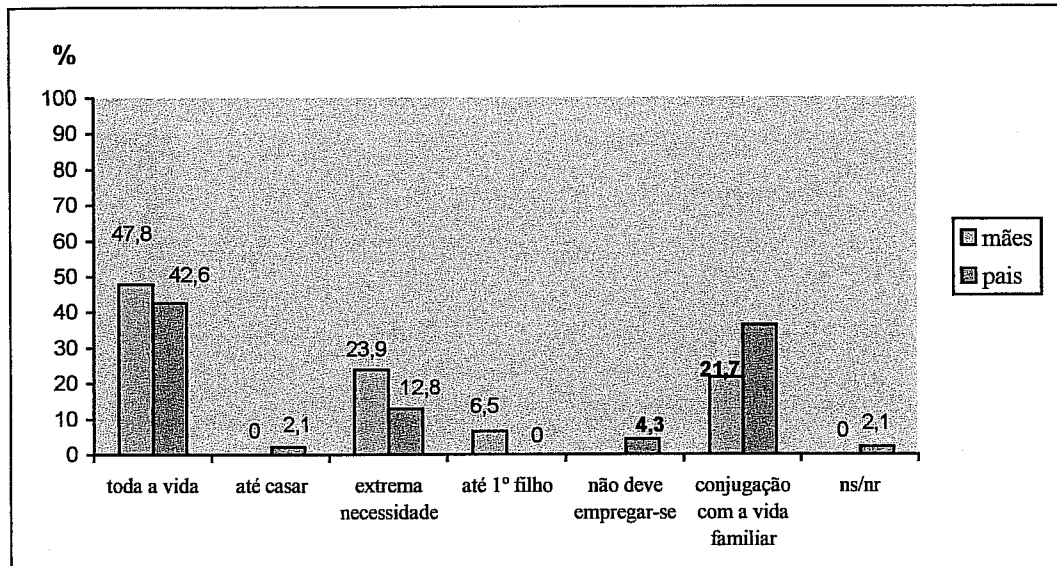


Figura 60. Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” nas amostras de mães e pais.

d. Resolução de conflitos no casal (Q.15)

Nesta questão diferiram apenas os progenitores em, embora a grande maioria de ambos os grupos não concorde com a afirmação “entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher”, é maior o número de mulheres que o faz, sendo a diferença estatisticamente significativa para $p < 0,01, \chi^2 = 11,57983$.

Na figura 61 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher”, nas amostras de mães e pais.

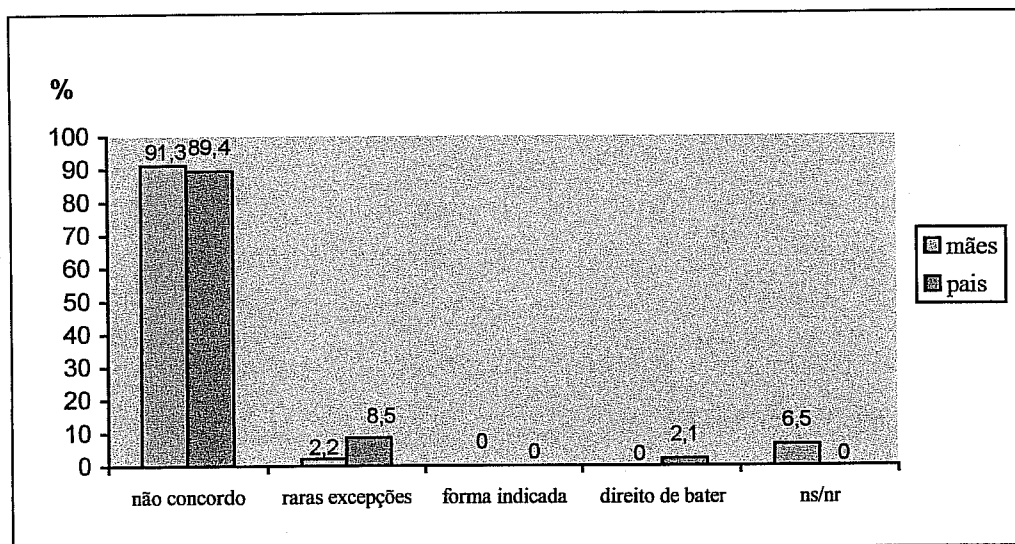


Figura 61. Distribuição, em percentagem, da variável “Entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher”, nas amostras de mães e pais.

e. Educação dos filhos (Q.14)

Também nesta questão apenas divergiram os progenitores, em que mais pais consideram que não é necessário bater nos filhos (21,3% para 15,2%) e mais mães são a favor da posição “por vezes é necessário bater mas deve-se evitar” (72,3% para 63%) ou que “não faz mal bater até 13/14 anos” (6,5% para 0%) . Por outro lado, mais pais defendem “podem sempre bater” (15,2% para 6,4%). As diferenças são significativas para $p < 0,05$, $\chi^2 = 11,03224$.

Na figura 62 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Educação dos filhos” nas amostras de mães e pais.

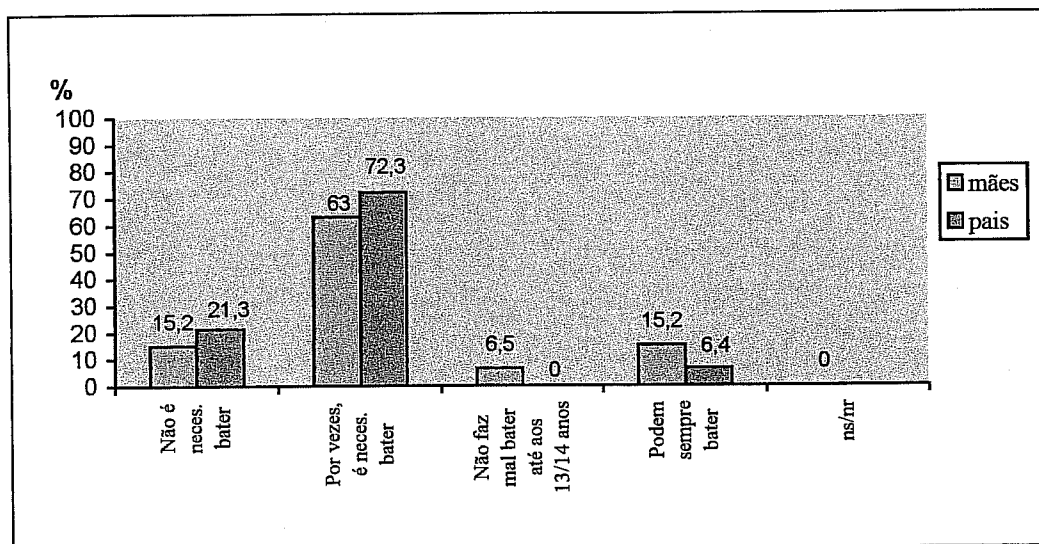


Figura 62. Distribuição, em percentagem, da variável “Educação dos filhos” nas amostras de mães e pais.

f. Planeamento Familiar (Q.13)

As mães preocupam-se claramente mais do que os pais com as condições ideais para a procriação e educação dos filhos em que 56,5% das mulheres escolhe esta opção para apenas 36,2% dos homens. Os pais consideram mais “o povoamento do mundo” (17% para 13%), que o “planeamento é lícito em certas condições, como perante dificuldades económicas” (25,5 %para 6,5%) ou mediante “acordo dos cônjuges” (19,1% para 15,2%). As diferenças são significativas para $p < 0,01 \chi^2 = 21,61986$.

Na figura 63 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar” nas amostras de mães e pais.

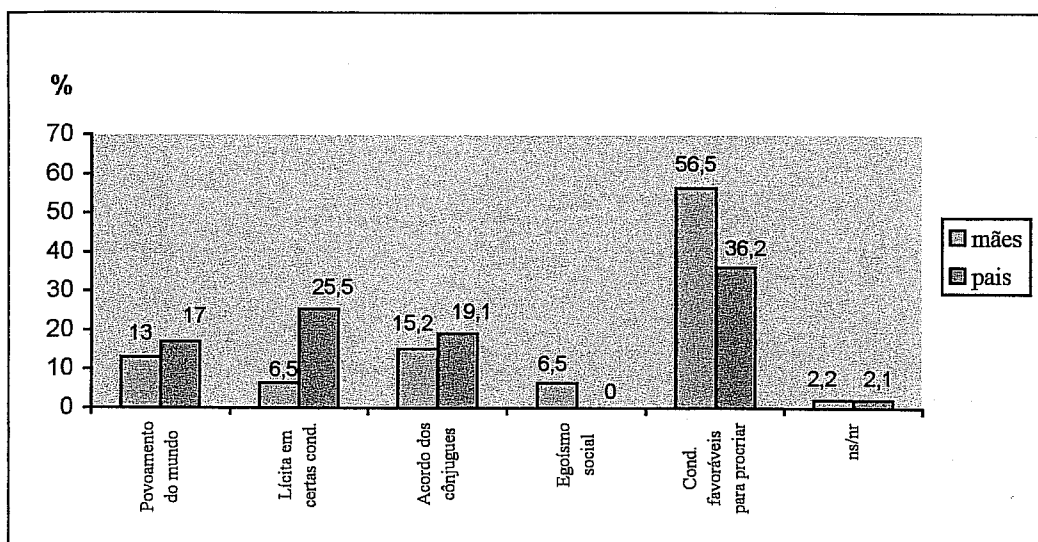


Figura 63. Distribuição, em percentagem, da variável “Planeamento familiar” nas amostras de mães e pais.

2.4 Progresso e Civilização

a. Objectivos a atingir nos próximos 10/a 15 anos (Q. 25)

Nesta questão apenas se verificaram divergências significativas nas opções “aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo e “combater a alta dos preços”.

No que respeita a “aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo”, as diferenças são significativas para $p < 0,01$, ($\chi^2 = 17,08329$) sendo que mais

rapazes escolhem esta opção quer em primeiro (30,5% para 15,5%) quer em último lugar (27,1% para 18,8%).

Na figura 64 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo” nas amostras de rapazes e de raparigas.

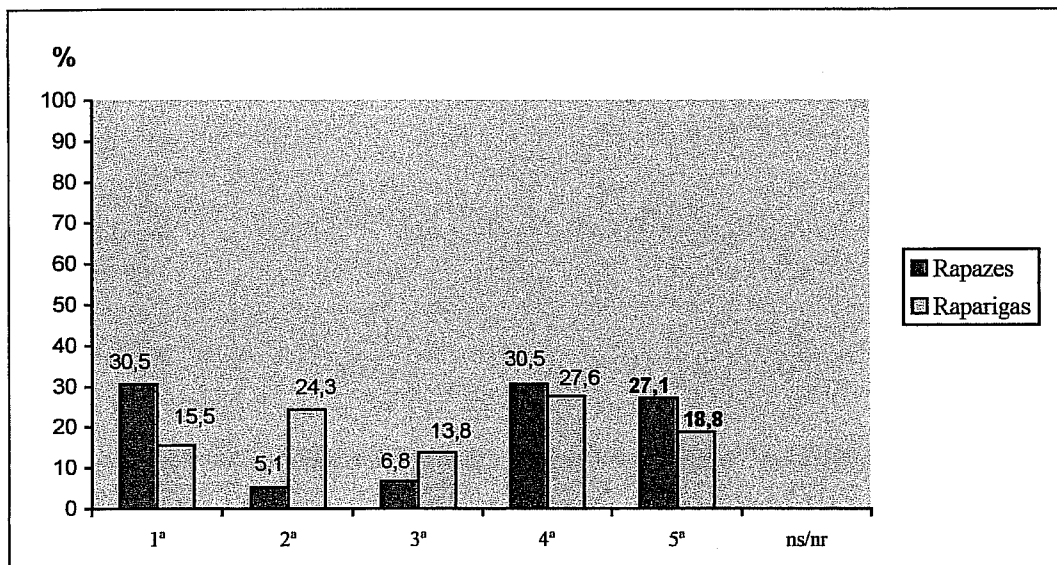


Figura 64. Distribuição, em percentagem, da variável “Aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo” nas amostras de rapazes e de raparigas.

Em relação a “combater a alta de preços” foram as raparigas que escolheram mais esta opção quer em primeiro (24,9% para 10,2%) quer em último lugar (57,9% para 42,1%). As diferenças são significativas para $p < 0,05$ ($\chi^2 = 9,77896$).

Na 65 figura apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta de preços” nas amostras de rapazes e de raparigas.

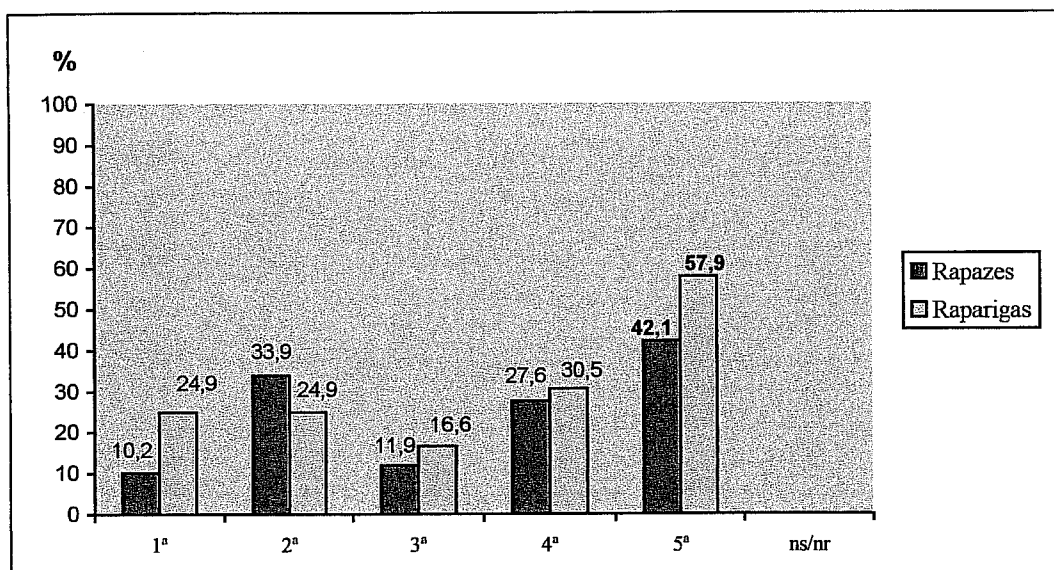


Figura 65. Distribuição, em percentagem, da variável “Combater a alta de preços” nas amostras de rapazes e de raparigas.

b. Causas por que vale a pena aceitar sacrifícios (Q.27)

Na questão “causas por que vale a pena aceitar sacrifícios”, nos jovens verificaram-se divergências em relação à Paz ($p < 0,05$, $\chi^2 = 6,52642$), Defesa Nacional ($p < 0,01$, $\chi^2 = 7,05977$) e Direitos do Homem ($p < 0,05$, $\chi^2 = 6,34680$). Assim, verificou-se que as raparigas deram mais importância aos Direitos do Homem (81,8% para 66,1%), enquanto os rapazes valorizaram mais a Paz (76,3% para 75,1%) e a Defesa nacional (10,2% para 2,2%).

Os progenitores diferiram em relação a Defesa Nacional ($p < 0,05$, $\chi^2 = 4,19074$) e Liberdade do indivíduo ($p < 0,05$, $\chi^2 = 5,12844$), em que mais pais assinalaram esta opções (12,8% para 4,3% e 23,4% para 10,9%, respectivamente).

c. A União Europeia (Q.24 e Q.40)

As mães e os pais divergiram significativamente em relação à “Concepção da U. E a longo prazo”, sendo que, apesar de a maioria de ambos os grupos defender a soberania de cada Estado, esta percentagem é superior nos homens (78,7% para 69,6%). As mães mostram-se sobretudo mais indecisas ou sem opinião (23,9% para 6,4%). As diferenças são significativas para $p < 0,01$ $\chi^2 = 13,04750$.

Na figura 66 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Concepção de UE a longo prazo” nas amostras de mães e pais

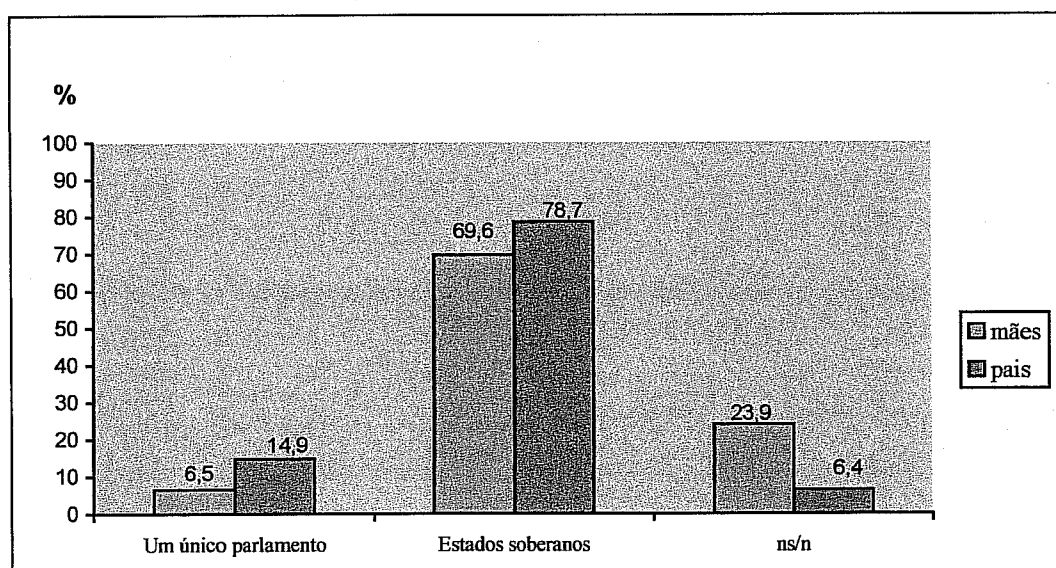


Figura 66. Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção de UE a longo prazo” nas amostras de mães e pais

Se Portugal abandonasse a U.E., mais pais sentiriam pena (59,6% para 47,8%) e as mães ficariam mais indiferentes (37% para 27,7%). A percentagem de *ns/nr* é significativamente superior nas mães (13% para 4,3%). As diferenças são significativas para $p < 0,05$, $\chi^2 = 10,08633$.

Na figura 67 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?” nas amostras de mães e pais.

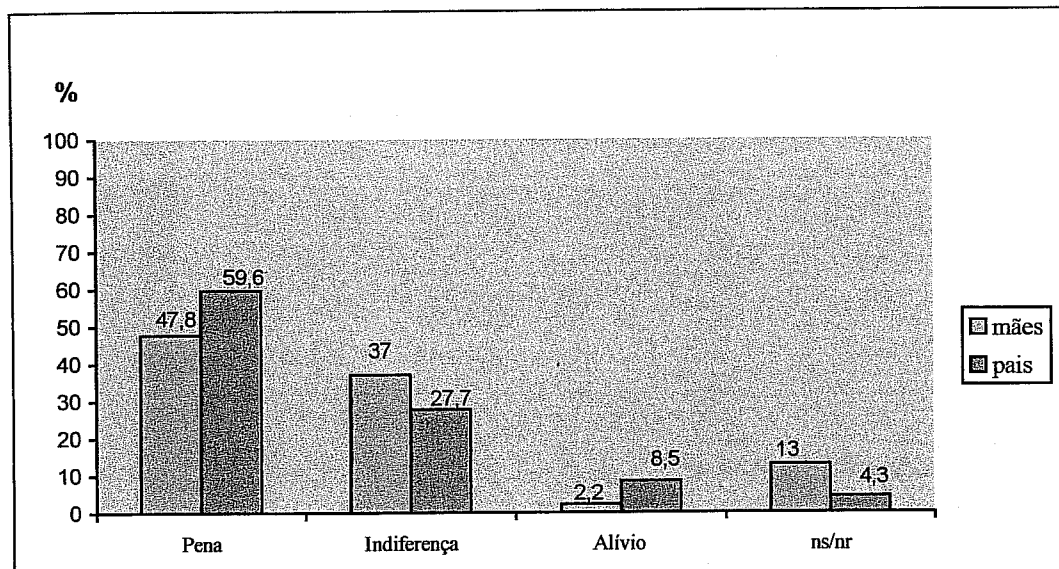


Figura 67. Distribuição, em percentagem, da variável “O que sentiria se Portugal abandonasse a UE?” nas amostras de mães e pais

d. “Como pode ser vencida a crise da civilização ?” (Q.26)

Em termos de crise civilizacional, mais mães pensam que esta não pode ser resolvida (15, 2% para 6,4%), mas, acreditando na sua resolução, apostam mais do que os homens na “renovação espiritual moral do Homem” (58,7% para 51,1%), enquanto estes defendem mais “ciência/técnica” e a “economia/política”. As diferenças são significativas para $p < 0,01$ $\chi^2 = 13,44410$.

Na figura 68 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise da civilização?” nas amostras de mães e pais.

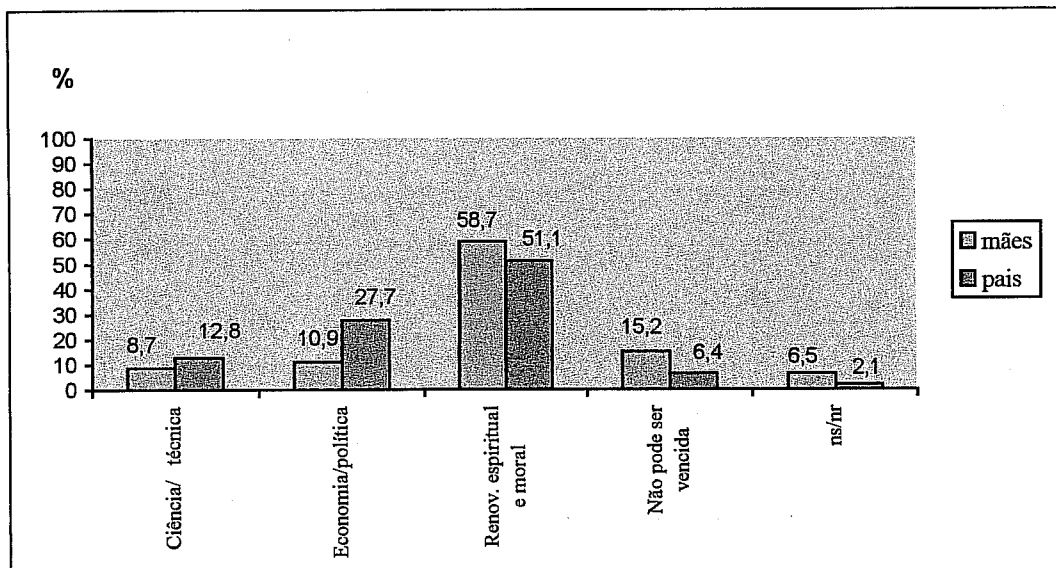


Figura 68. distribuição, em percentagem, da variável “Como pode ser vencida a crise da civilização?” na amostra de mães e pais

2.5 Política

Em termos políticos, verificou-se que mais progenitores homens são “muito ligados” (2,1% para 0%) ou “bastante ligados” (19,1% para 4,3%) a um partido político ($p < 0,01$, $\chi^2 = 15,94397$) e defendem também mais do que as mulheres um “sistema de vários partidos” (89,4% para 73,9%). No último caso, as mulheres mostram-se mais indecisas (13% para 6,4%) ou defendem mais um “sistema de partido único” (13% para 4,3%).

3. Análise comparativa entre amostra regional e nacional

Em seguida iremos analisar as respostas do inquérito comparando a amostras regionais de estudantes e progenitores, alvo principal deste estudo, com a amostra nacional respectiva.

3.1 “Instituições sociais, problemas sociais e religião

a. Tribunais e leis (Q.17)

No que se refere à forma como deve ser feita justiça observaram-se diferenças altamente significativas ($p < 0,01$) entre a amostra regional e a amostra nacional de estudantes, sendo a percentagem de respostas “ns/nr” bastante mais elevada na amostra nacional (21,7% para 9,8%). Os jovens do Minho defendem mais que a justiça deve ser feita através dos tribunais do que os da amostra nacional (84,4% para 63,6%) enquanto estes apresentam uma percentagem superior no item “justiça pelas próprias mãos” (15,2% para 5,7%).

Na figura 69 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis”, nas amostras regional e nacional de estudantes.

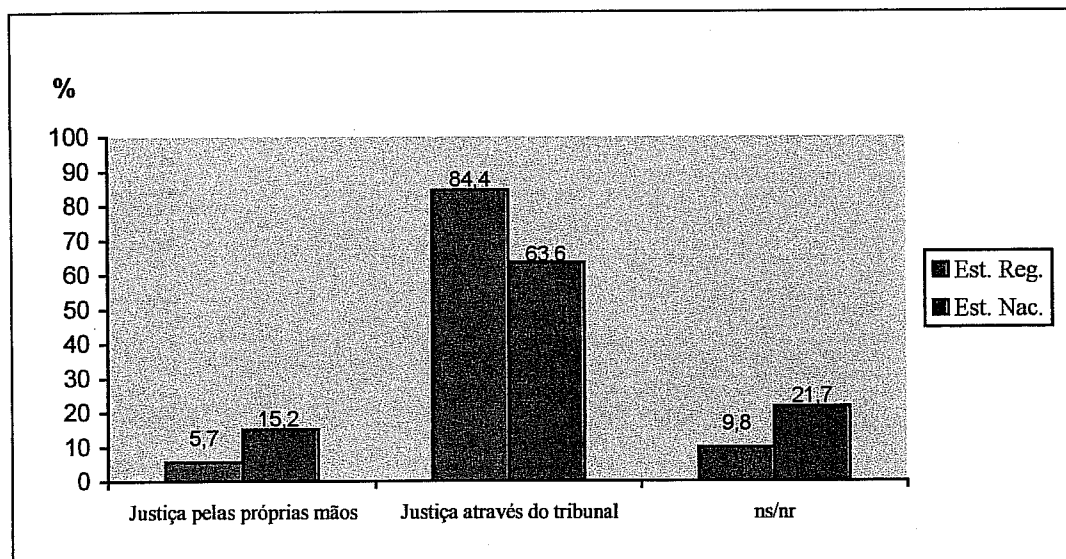


Figura 69. Distribuição, em percentagem, da variável “Tribunais e leis” nas amostras de estudantes regional e nacional.

b. Polícia (Q.18)

A grande maioria dos estudantes de ambas as amostras considerou que a polícia “funciona mal”, mas sendo os estudantes do Minho bastante mais críticos (78,7% para 60,5%).

Na fig. 70 apresenta-se a distribuição em percentagem da variável “Qualidade do funcionamento da polícia”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

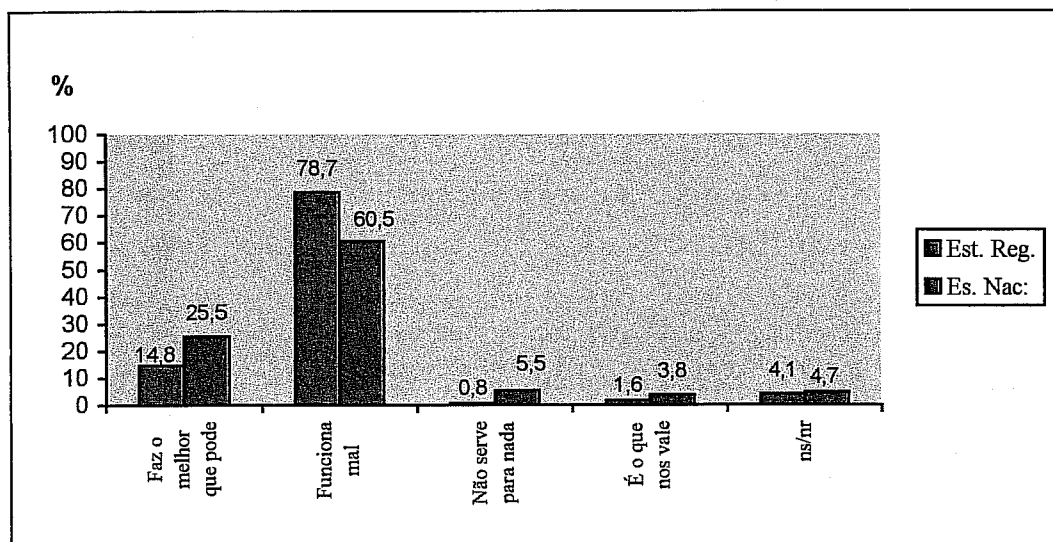


Figura 70. Distribuição, em percentagem, da variável “Qualidade do funcionamento da polícia”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

c. Prisões (Q.19)

Nesta questão verificou-se que uma percentagem bastante superior de estudantes do Minho considera que “as prisões funcionam mal” (82% para 62,8%) enquanto que mais estudantes da amostra nacional considera que nestas se “faz o melhor que pode” (18,7% para 9,8%).

Assim, parece que os estudantes do Minho são, em geral, mais críticos e pessimistas quanto ao funcionamento das prisões e, por outro lado, os estudantes da amostra nacional dão respostas mais heterogéneas- por exemplo, 6,5% destes estudantes considera que “a prisão não serve para nada” e 6,7% afirma que “é o que nos vale”.

As diferenças são significativas para $p < 0,01$.

Na figura 71 apresenta-se a distribuição da variável “Qualidade do funcionamento das prisões” nas amostras regional e nacional de estudantes.

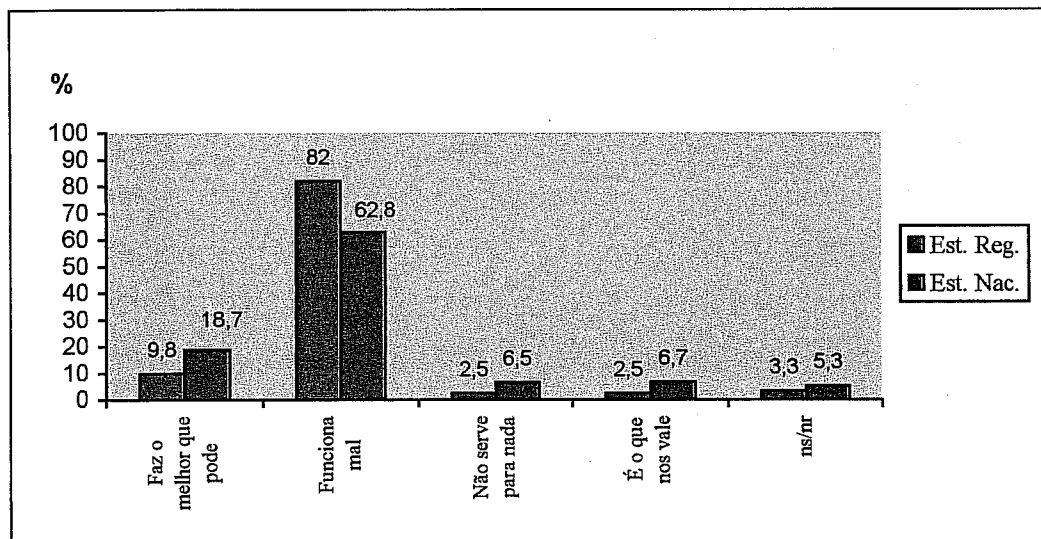


Figura 71. Distribuição da variável “Qualidade do funcionamento das prisões” nas amostras regional e nacional de estudantes.

Em termos globais, os jovens do Minho são mais cépticos em relação ao funcionamento do sistema de justiça, policial e prisional português, sendo que a esmagadora maioria considera que estas instituições “funcionam mal”. A amostra nacional apresentou-se também bastante pessimista, mas significativamente menos e apresentou respostas mais heterogéneas, o que será natural, tendo em conta que esta é uma amostra bastante mais extensa.

Por outro lado, os estudantes do Minho defendem mais que a justiça deve ser feita através dos tribunais do que os da amostra nacional.

d. Problemas Sociais - droga, prostituição, alcoolismo, criminalidade (Q.20, 21)

“Atitude da sociedade face à droga”

Em relação ao problema do consumo de droga, verificaram-se diferenças significativas ($p < 0,01$) entre as respostas dos estudantes do Minho e dos da amostra nacional. Apesar de ambos considerarem que a prevenção é a melhor solução (68% da amostra regional e 59,5% da nacional), esta percentagem é maior nos estudantes do Minho e são também estes que são menos favoráveis à repressão- 9% para 13,4%.

Na figura 72 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à droga”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

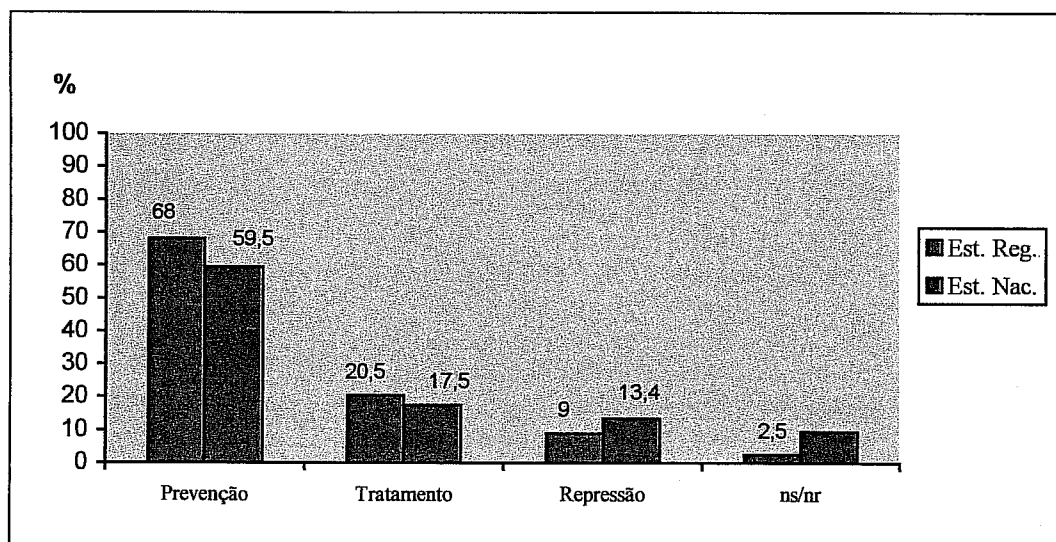


Figura 72. Distribuição, em percentagem, da variável “Atitude da sociedade face à droga” nas amostras de estudantes regional e nacional.

“Atitude da sociedade face ao alcoolismo”

Em relação à questão “Atitude da sociedade face ao alcoolismo” também não se observam diferenças significativas entre os grupos, sendo que quer os estudantes das amostras regional e nacional quer os progenitores defendem fundamentalmente a prevenção, respectivamente 54,6% para 56,3% e 50,5% para 46,3%.

As diferenças surgem em relação ao número de estudantes que opta pelo tratamento e pela repressão, sendo que 42,9% dos estudantes da amostra regional escolhe esta opção para apenas 34,6% dos estudantes da amostra nacional ($p < 0,05$). Estes, por seu turno respondem mais frequentemente no item “repressão” (2,7% para 0%) ($p < 0,01$).

Os progenitores diferiram em relação ao item “repressão”, sendo que apenas 1,1% da amostra regional escolhe esta opção para 5,5% da amostra nacional. Mais progenitores da amostra nacional não responderam a esta questão (9% para 4,3%).

e. Liberalização das drogas (Q.21)

Relativamente à questão da liberalização das drogas, observa-se um grande consenso entre as amostras regional e nacional, quer de estudantes, quer de progenitores.

Assim, grande parte de ambos os grupos de estudantes considera que todas as drogas ilegais devem permanecer ilegais – 44,6% da amostra regional e 42% da amostra nacional.

f. Religião (Q.32 e Q.33)

Em relação à importância atribuída à religião, verificou-se que, a maior parte dos sujeitos inquiridos (estudantes e pais de ambas as amostras) se considera “uma pessoa religiosa”.

No entanto, mais jovens da amostra nacional se consideram pessoas não religiosas (16,9% para 9%) ou ateus convictos (10,8% para 2,1%) As diferenças são significativas para $p < 0,01$. Os pais da amostra nacional também se representam mais frequentemente como pessoas não religiosas (7,7% para 3,2%) ou ateus convictos (3,7% para 1,1%) ($p < 0,01$).

Ainda quanto ao significado da religião, verificou-se que os estudante regionais e nacionais diferem significativamente.

Assim, 68,9% dos estudantes da amostra regional considera que a religião representa “a satisfação daquilo que se considera uma necessidade espiritual própria de todos os indivíduos”, enquanto apenas 52,2% dos estudantes da amostra nacional entende a religião desta forma ($p < 0,05$). Por outro lado, é maior a percentagem de estudantes da amostra nacional que considera ser a religião “uma fuga aos problemas graves da vida” (10,6% para 4,9%, $p < 0,01$).

Na figura 73 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

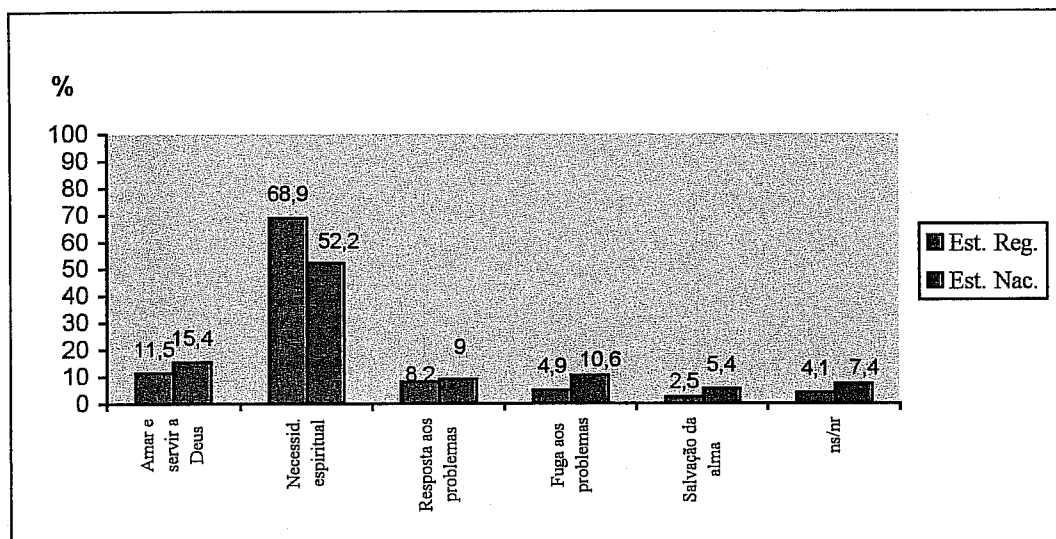


Figura 73. Distribuição, em percentagem, da variável “O que se procura na religião?” nas amostras de estudantes regional e nacional.

3.2. Centros de Interesse

Como referido anteriormente, a partir deste conjunto de questões pretende-se analisar os interesses pessoais em relação a diversas áreas da vida, mas agora procurando analisar as diferenças entre as amostras regionais e nacionais de estudantes e progenitores.

a. Qualidades interpessoais mais valorizadas (Q.31)

Verificou-se que os estudantes valorizam quase da mesma forma as qualidades interpessoais, quer façam parte da amostra nacional quer apenas da amostra do Minho. Diferem apenas relativamente à “humildade”, em que esta qualidade é mais escolhida pelos estudantes nacionais (49,4% para 42%, $p < 0,05$) e à “pureza”, sendo esta qualidade significativamente mais escolhida também pelos estudantes nacionais (1,3% par 0,2%, $p < 0,01$).

b. Aspectos mais importantes na vida de uma pessoa (Q.3)

Relação com a família

A relação com a família parece ser mais valorizada pelos jovens da amostra nacional. Apesar de não existirem diferenças significativas quanto à percentagem que escolhe a relação com a família como o aspecto mais importante da vida de uma pessoa, verifica-se que um número significativo de jovens da amostra do Minho coloca esta opção em último lugar (69,2% para 40,%, $p < 0,01$), enquanto os jovens nacionais se distribuem mais pelas 2^a, 3^a e 4^a opções.

Na figura 74 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

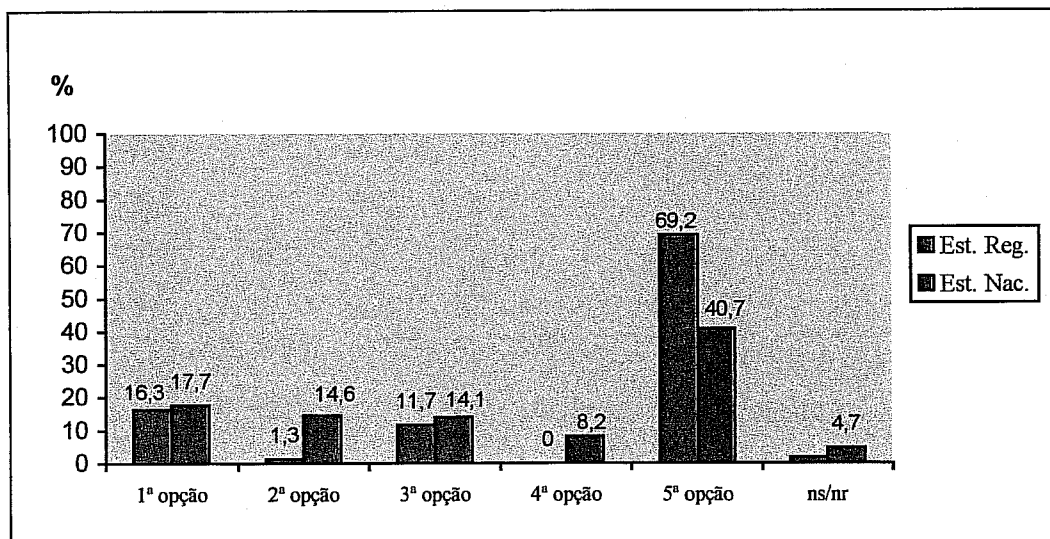


Figura 74. Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família” nas amostras de estudantes regional e nacional.

Os pais da amostra nacional e os da amostra do Minho apresentam resultados inversos ao dos seus filhos e muito diferentes entre eles, ou seja: os progenitores do Minho dão muito mais importância à família do que os da amostra nacional, em que 55,9% dos minhotos escolhe a opção “relações com a família” em primeiro lugar para apenas 38% dos da amostra nacional. Estes últimos distribuem-se mais pelas 2ª, 3ª, 4ª e 5ª opções. As diferenças são significativas para $p < 0,01$.

Na figura 75 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família” nas amostras de progenitores regional e nacional.

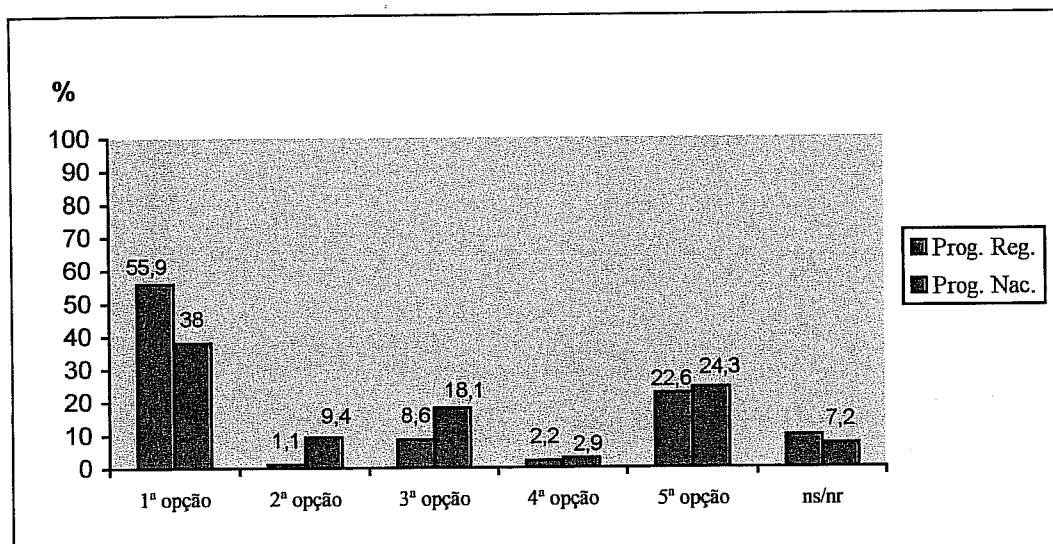


Figura 75. Distribuição, em percentagem, da variável “Relações com a família” nas amostras de progenitores regional e nacional.

Relações com colegas e amigos

Também relativamente à importância dada a colegas e amigos se observam diferenças entre os jovens do Minho e os seus colegas de todo o país. Assim uma grande percentagem (43,8%) dos jovens do norte atribui uma importância fundamental (1ª opção), muito maior em relação aos jovens da amostra nacional (26,1%) ($p < 0,01$). Estes últimos colocam a relação com os colegas e amigos maioritariamente em 3ª posição, só depois em 1ª, em 4ª e 5ª só depois em 2ª posição.

Estes jovens parecem mais virados para a família em relação às suas preferências, enquanto que os jovens do Minho conferem uma maior importância aos colegas e amigos.

Na figura 76 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável, “Relação com colegas e amigos”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

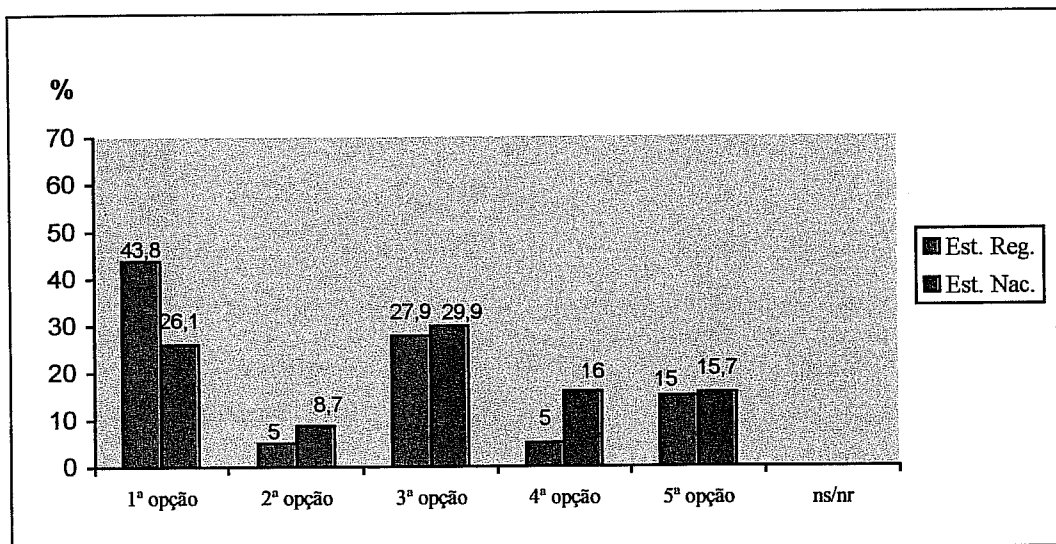


Figura 76. Distribuição, em percentagem, da variável “Relação com colegas e amigos” nas amostras de estudantes nacional e regional.

Amor

No que respeita à importância relativa dada ao amor na vida de uma pessoa observou-se que os jovens do Minho atribuem mais valor a esta questão (na medida em que a escolhem mais em primeiro lugar, relativamente às outras questões) do que os da amostra nacional (25,8% para 17,2%) ($p < 0,01$). Contudo, uma percentagem maior de jovens da amostra nacional escolhe esta questão em 2º lugar.

Na figura 77 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Amor” nas amostras de estudantes regional e nacional.

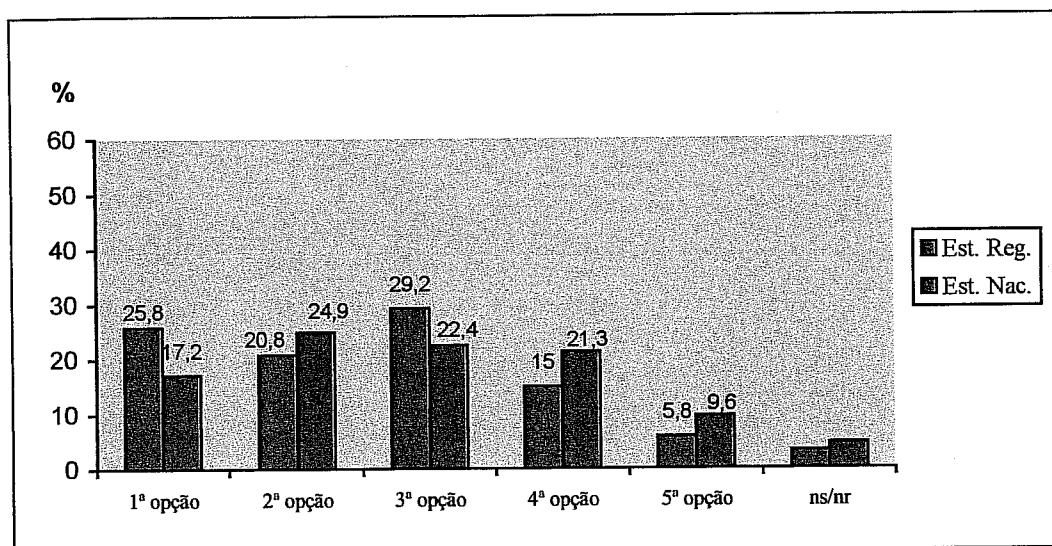


Figura 77. Distribuição, em percentagem, da variável “Amor”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

Bem-estar interior

O bem-estar interior é bastante valorizado pelos jovens da amostra nacional (29,4% coloca este item em primeiro lugar e 24,3% em 2º lugar ($p < 0,01$) mas menos valorizado pelos minhotos (apenas 3,3% coloca o amor em 1º lugar, mas 38,3% colocam-no em 2º plano ($p < 0,05$)). Existe também uma grande diferença em relação à 4ª opção, mais escolhida pelos minhotos (43,3% para 26,1%) ($p < 0,01$).

Na figura 78 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Bem estar interior”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

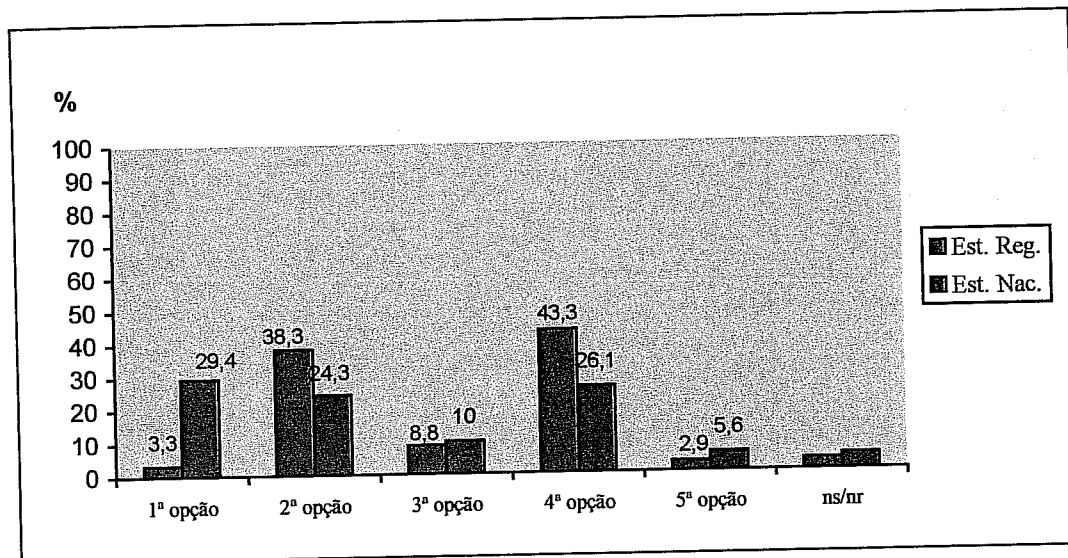


Figura 78. Distribuição, em percentagem, da variável “Bem estar interior”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

Relativamente aos progenitores, estes apenas apresentam diferenças em relação à primeira e segunda opções, em que 14,2 % dos progenitores nacionais coloca o bem-estar interior em primeiro lugar para nenhum dos pais do Minho e destes últimos, 36,6% coloca esta questão em segundo plano para 31% dos progenitores nacionais.

Trabalho

No que respeita à importância que os jovens dão à satisfação no trabalho, é claro que este não é o aspecto da sua vida a que dão mais valor, quer os jovens minhotos, quer os jovens nacionais. Contudo, uma maior percentagem de jovens da amostra

regional (32,9%) coloca este item em 2º lugar e uma maior percentagem de jovens da amostra nacional coloca-o em 5º lugar (23,9%) ($p < 0,01$).

Na figura 79 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

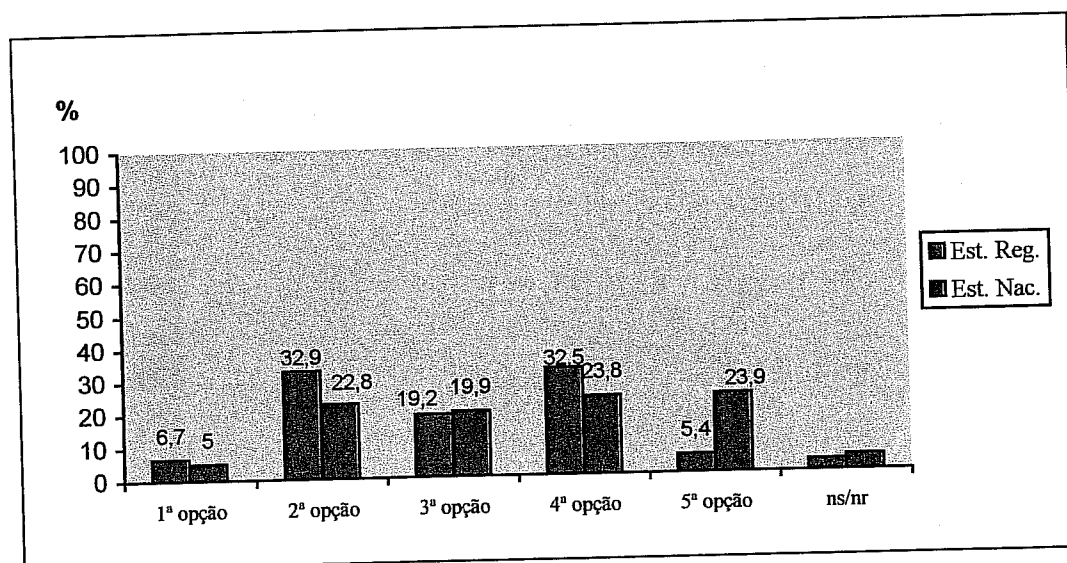


Figura 79. Distribuição, em percentagem, da variável “Satisfação com o trabalho profissional” nas amostras de estudantes regional e nacional.

Os progenitores do Minho e os da amostra nacional dão respostas idênticas, verificando-se apenas uma diferença quanto à escolha do trabalho em primeiro lugar, 5,1% da amostra nacional para 1,1% da amostra regional.

c. Aspectos do mundo e da sociedade mais valorizados (Q.44)

d. O que pensa do trabalho? (Q.5)

Em relação à questão 5, os jovens apenas diferem a nível da percentagem de não respostas, sendo esta mais elevada na amostra nacional (13,8% para 6,6%), aumentando a percentagem das respostas da amostra regional em “as pessoas preferiam não trabalhar se tivessem asseguradas as suas necessidades económicas” (49,2% para 41,9%) ($p < 0,01$).

Na figura 80 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

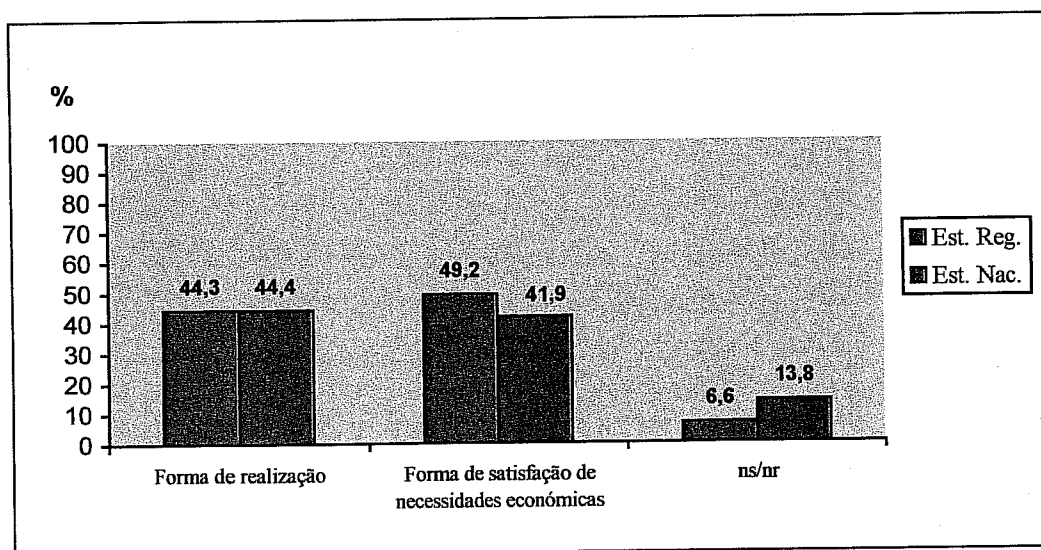


Figura 80. Distribuição, em percentagem, da variável “O que pensa do trabalho?” nas amostras de estudantes regional e nacional.

3.3. Sexualidade, casamento e família

a. Finalidades do casamento (Q.8)

Entre os jovens verificou-se que os estudantes do Minho, tal como os nacionais vêm o casamento sobretudo como uma forma de “auxílio mútuo entre os esposos”, mas os jovens minhotos dão ainda mais peso a esta questão, sendo que 66,3% a considera como a função mais importante do casamento, para 52,1% dos nacionais ($p < 0,01$).

Na figura 81 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos” nas amostras de estudantes regional e nacional.

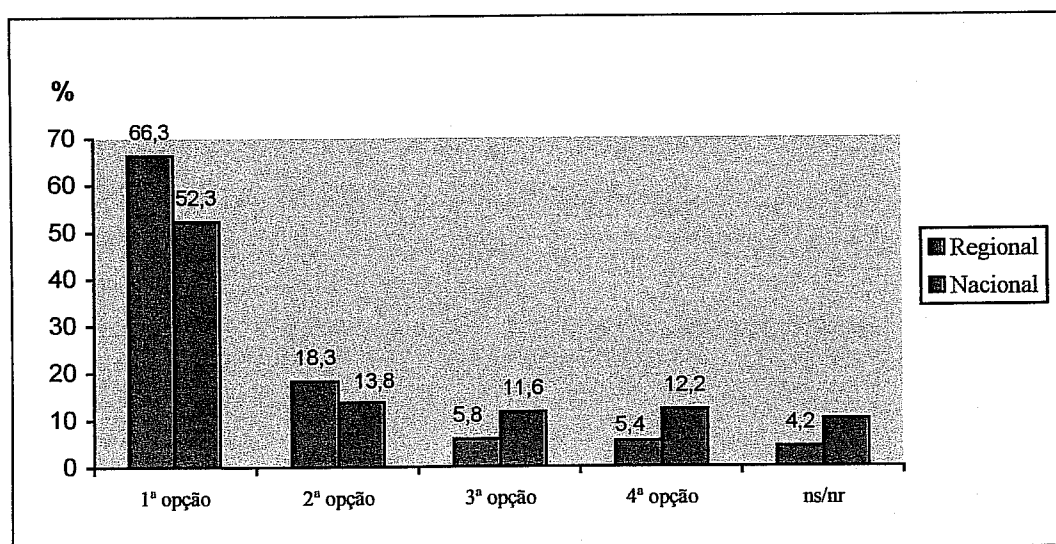


Figura 81. Distribuição, em percentagem, da variável “Auxílio mútuo entre os esposos” nas amostras de estudantes regional e nacional

A realização dos cônjuges é também, para ambos os grupos de jovens, um dos factores fundamentais do casamento, aparentemente mais valorizado pelos estudantes da amostra regional- 32,9% destes jovens colocam esta opção em primeiro lugar para apenas 18,8% dos minhotos.

Na figura 82 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Realização dos cônjuges” nas amostras de estudantes regional e nacional.

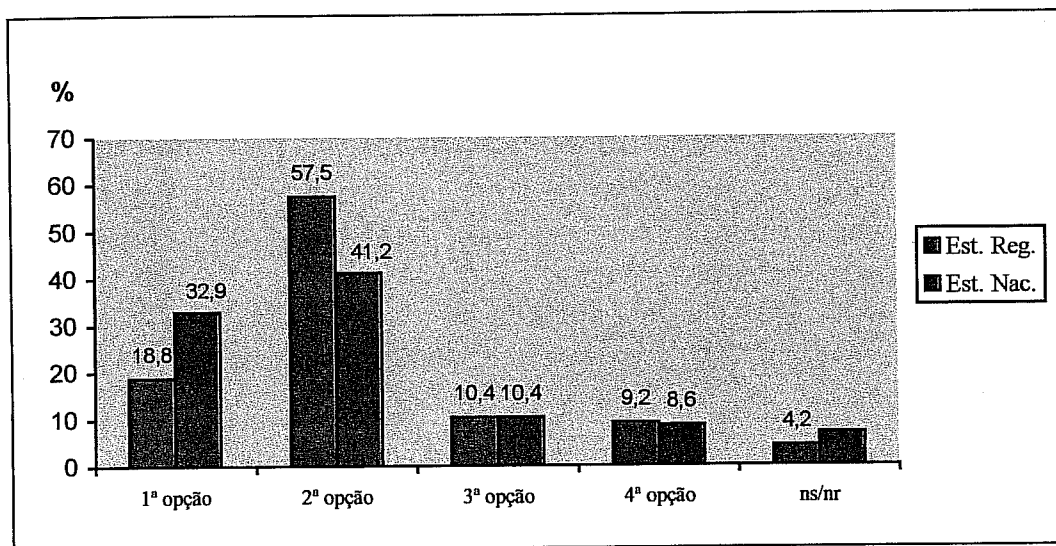


Figura 82. Distribuição, em percentagem, da variável “Realização dos cônjuges” nas amostras de estudantes regional e nacional.

b. Educação dos filhos (Q.14)

Quanto à forma como devem ser educados os filhos concluiu-se que os estudantes diferem significativamente, sendo que os estudantes da amostra regional defendem mais que por vezes é necessário bater nos filhos, embora se deva tentar evitar (67,9% para 49,3%) ($p < 0,01$).

c. Número desejado de filhos (Q.12)

Comparando os dados das amostras de estudantes regional e nacional, pode-se constatar que os jovens da amostra regional desejam ter mais filhos ($p < 0,01$).

Na figura 83 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

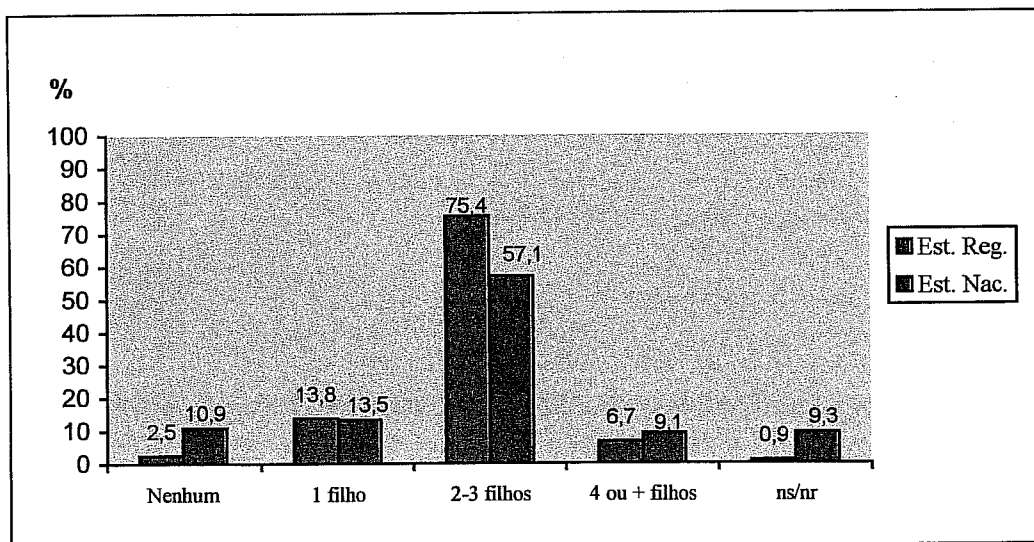


Figura 83. Distribuição, em percentagem, da variável “Número desejado de filhos” nas amostras de estudantes regional e nacional.

d. Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz (Q.10)

Em relação à questão das experiências sexuais dos jovens antes do casamento foram encontradas algumas diferenças entre os grupos ($p < 0,01$). Assim, mais jovens da amostra nacional consideram as experiências sexuais pré-matrimoniais nos rapazes repreensíveis (9,3% para 5%) e perigosas (9,2% para 5%).

Na figura 84 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz”, nas amostras de estudantes nacional e regional.

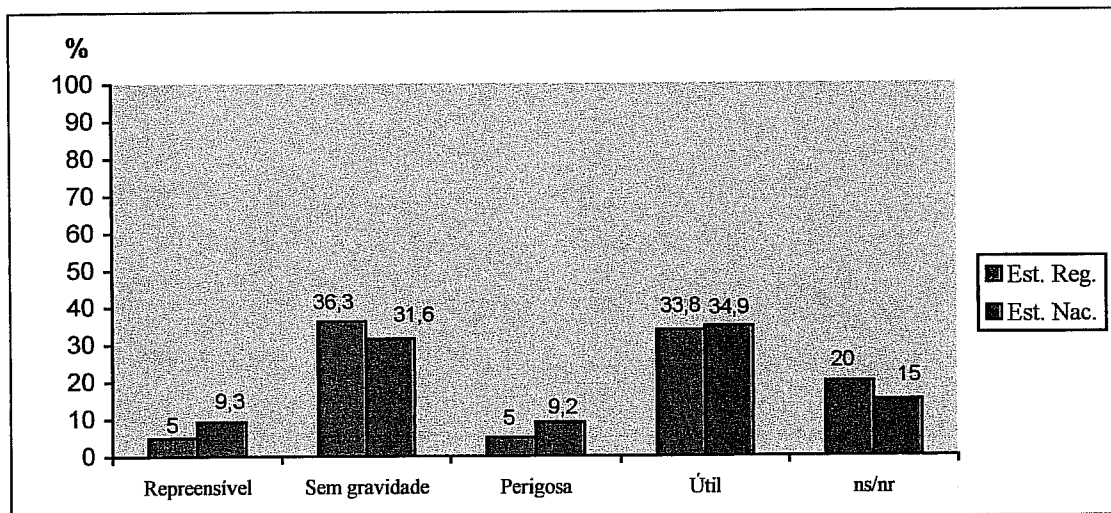


Figura 84. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz” nas amostras de estudantes regional e nacional.

Quanto á opinião dos progenitores verificaram-se também diferenças entre os minhotos e os nacionais, em que uma percentagem superior de progenitores minhotos (36,6% para 24,5%, $p < 0,01$) considera actividade sexual dos rapazes antes do casamento como perigosa.

Na figura 85 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz”, nas amostras de progenitores nacional e regional

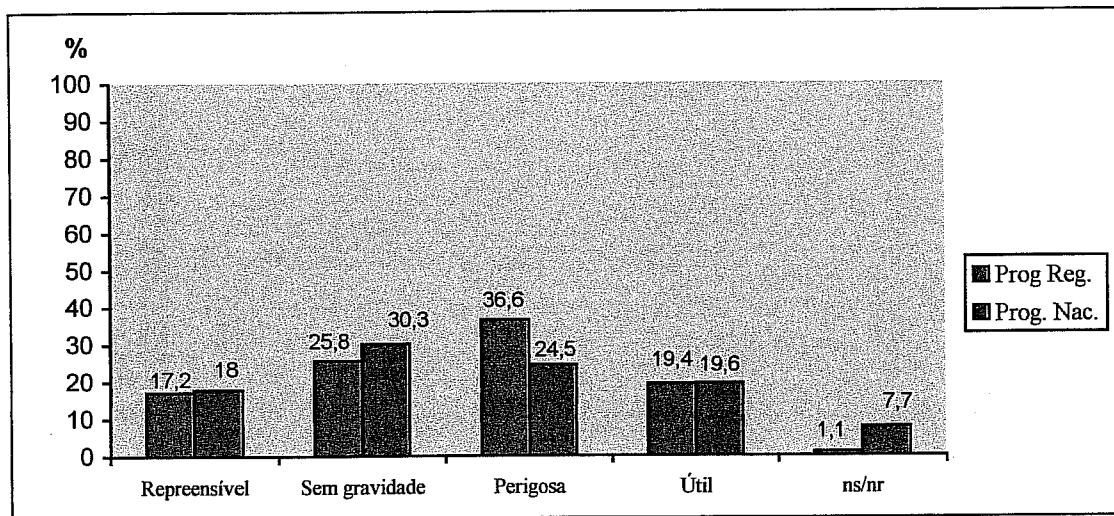


Figura 85. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais no rapaz” nas amostras de progenitores regional e nacional.

e. Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga (Q.11)

As experiências sexuais nas raparigas são também vistas de modo diferente por jovens minhotos e jovens nacionais. Assim, os jovens nacionais apontam mais estas experiências como repreensíveis (12% para 4,2%), sendo esta diferença significativa para $p < 0,01$. Por outro lado, mais estudantes da amostra regional as considera “sem gravidade” (42,7% para 35,7%, $p < 0,05$) ou útil (35,2% para 28%, $p < 0,05$).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Na figura 86 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga”, nas amostras de estudantes nacional e regional.

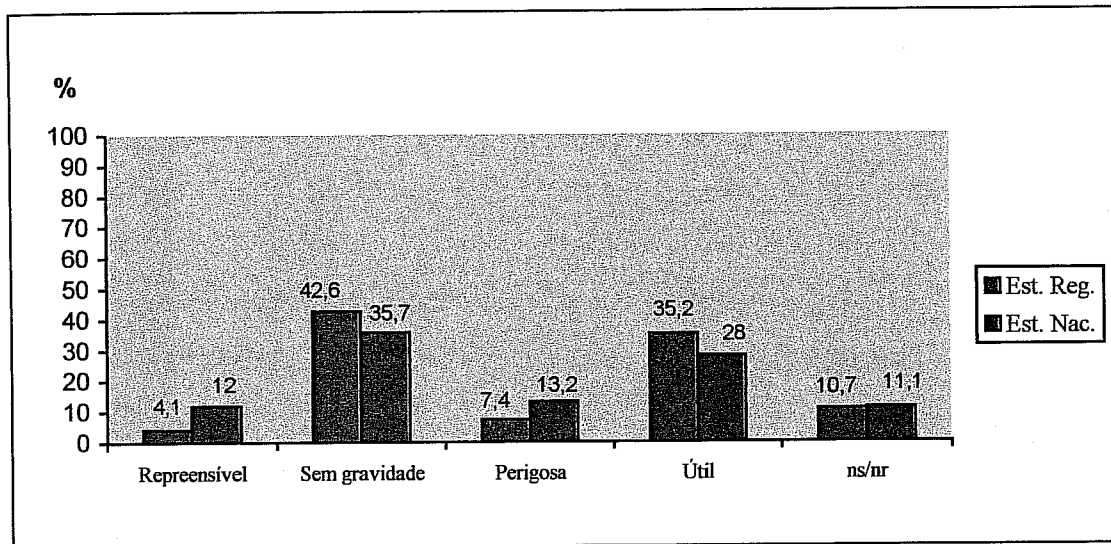


Figura 86. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga” nas amostras de estudantes regional e nacional.

Os pais destes jovens também apresentam algumas diferenças entre si, em que mais progenitores da amostra nacional consideram sem gravidade as experiências sexuais na rapariga (17,6% para 10,8%, $p < 0,01$), enquanto um número superior de progenitores do norte afirma a perigosidade destas experiências (42,6% para 39%, $p < 0,05$).

Na figura 87 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga”, nas amostras de progenitores nacional e regional.

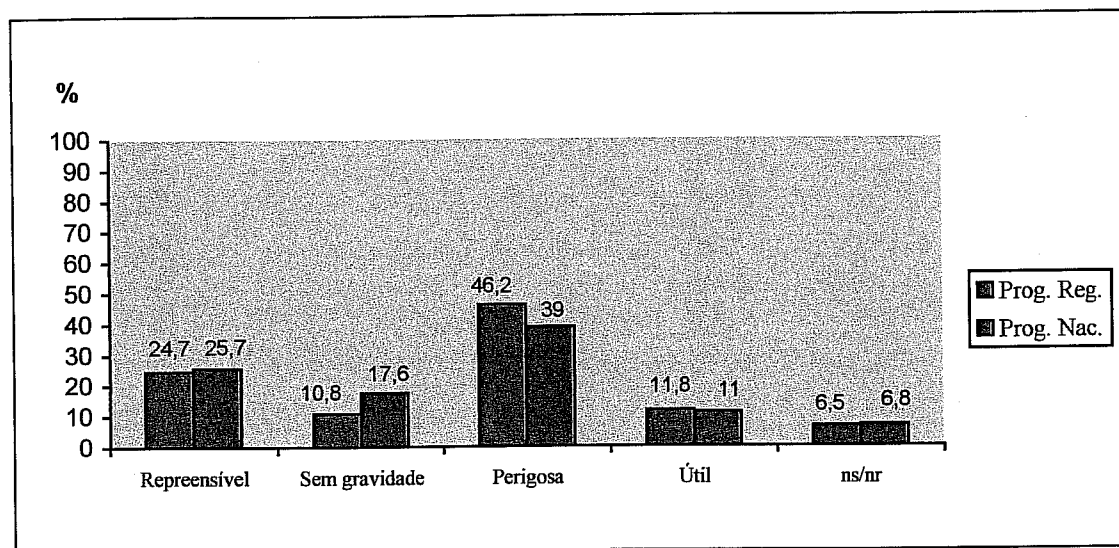


Figura 87. Distribuição, em percentagem, da variável “Experiências sexuais pré-matrimoniais na rapariga” nas amostras de progenitores regional e nacional.

f. Trabalho feminino (Q.6)

A opinião dos estudantes quanto à questão sobre o trabalho feminino difere significativamente logo no primeiro ponto em 87,7% dos estudantes da amostra regional considera que “a mulher deve ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem”, para somente 71,5% da amostra nacional ($p < 0,01$). Por outro lado apenas estudantes da amostra nacional consideram que “a mulher deve ter um emprego até casar”(6,2%), “a mulher casada só deve ter um emprego em caso de extrema necessidade” (3,6%), “a mulher pode ter um emprego até ao nascimento do 1º filho” (1,8%) e que “a mulher casada só deve empregar-se se encontrar um horário compatível com as exigências da vida familiar”(2,3%); ou seja, mais 13,9% dos jovens da amostra nacional não consideram que a mulher deva ter as mesmas condições que o homem em relação ao trabalho profissional ($p < 0,01$).

Na figura 88 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

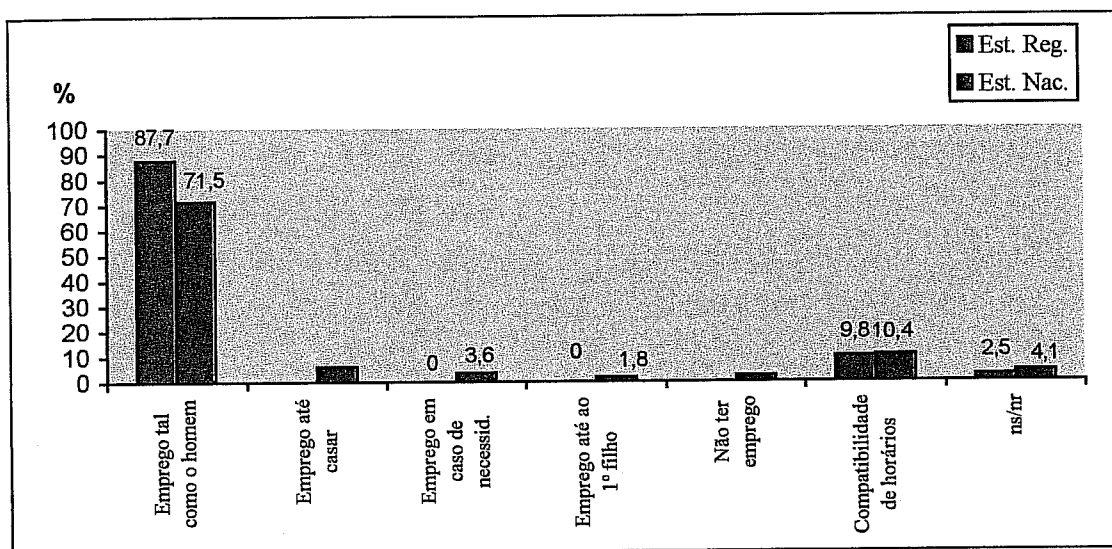


Figura 88. Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” nas amostras de estudantes regional e nacional

Aparentemente, os progenitores apresentam um consenso maior entre si; ainda assim diferem significativamente em relação a “a mulher só deve ter um emprego até casar” (3,9% da amostra nacional para 1,1% da regional, $p < 0,01$) e a “a mulher casada só deve empregar-se em caso de extrema necessidade” (13,3% de nacionais para 18,3% de regionais, $p < 0,05$). No entanto, a percentagem de ambas as amostras que considera que “a mulher deve ter um emprego durante toda a vida, tal como o homem” é quase igual.

Na figura 89 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino”, nas amostras de progenitores regional e nacional.

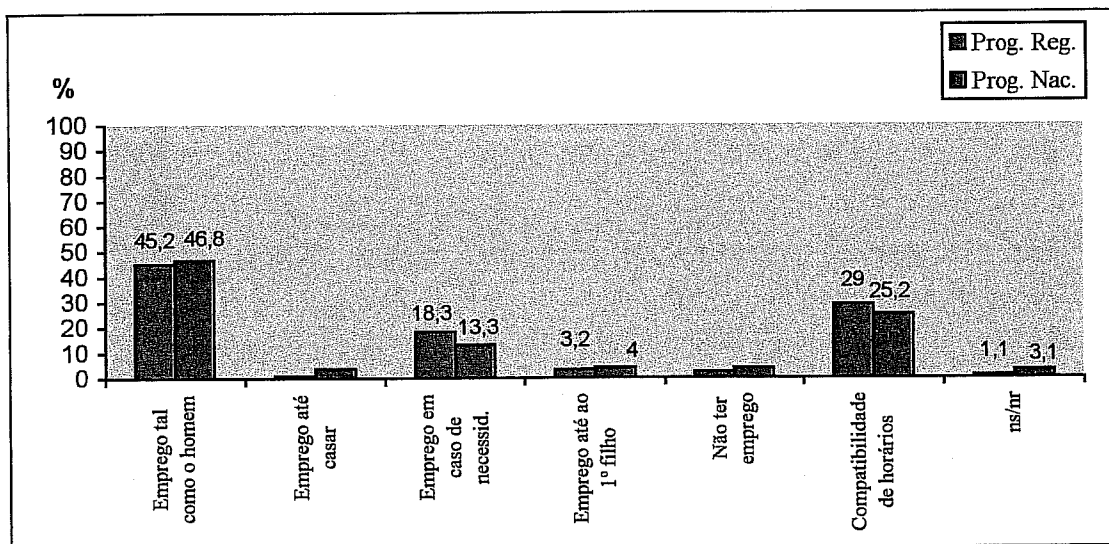


Figura 89. Distribuição, em percentagem, da variável “Trabalho feminino” nas amostras de progenitores regional e nacional.

g. “Com quem gostariam de viver os filhos?” (Q.4)

Nesta questão, apenas 9% dos estudantes minhotos diz que preferia viver em casa dos pais, tendo assim respondido o dobro dos nacionais (18,8%) ($p < 0,01$). Uma grande parte dos estudantes do Minho preferia viver com outros jovens (69,7%), o que também acontece com os jovens da amostra nacional, mas em menor número (48,8%) ($p < 0,01$).

Na figura 90 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

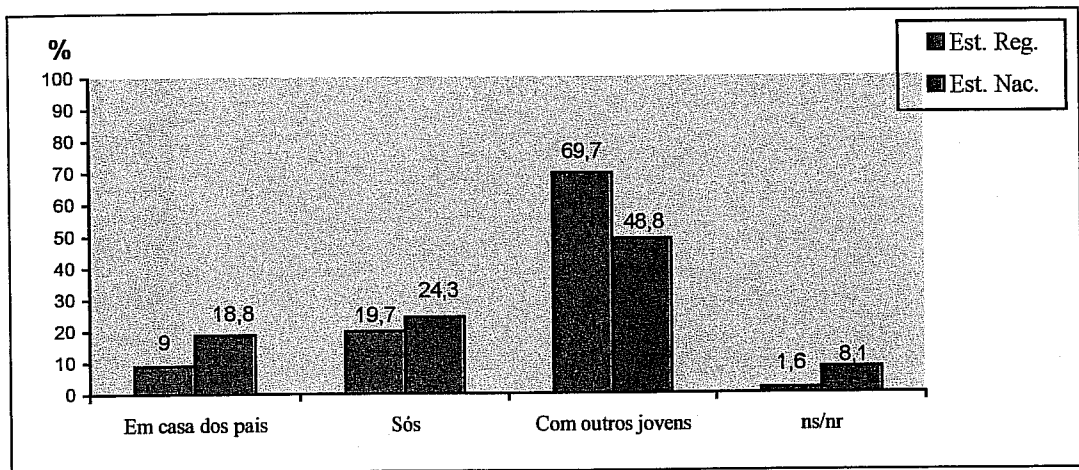


Figura 90. Distribuição, em percentagem, da variável “Com quem gostariam de viver os filhos?” nas amostras de estudantes regional e nacional.

3.4. Progresso e civilização

A partir das questões inseridas em “Progresso e Civilização” pretende-se analisar a forma como os jovens e seus progenitores percebem o futuro - em termos de progresso civilizacional, e quais são as suas expectativas relativamente a este. São, também, analisadas duas questões que pretendem dar a conhecer de que modo encaram a sua capacidade de interferir no curso do desenvolvimento e do progresso.

a . Principais objectivos para os próximos 10/15 anos

Em relação à variável “Pleno emprego” observou-se que este é um objectivo com pesos relativamente diferentes para os jovens do Minho e para os jovens nacionais. Assim, existe uma percentagem significativamente superior de jovens nacionais que coloca esta variável em 1º lugar (25,2% para 19,6%), enquanto os minhotos se distribuem mais pela 3ª e 4ª opções ($p < 0,05$)

Na figura 91 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

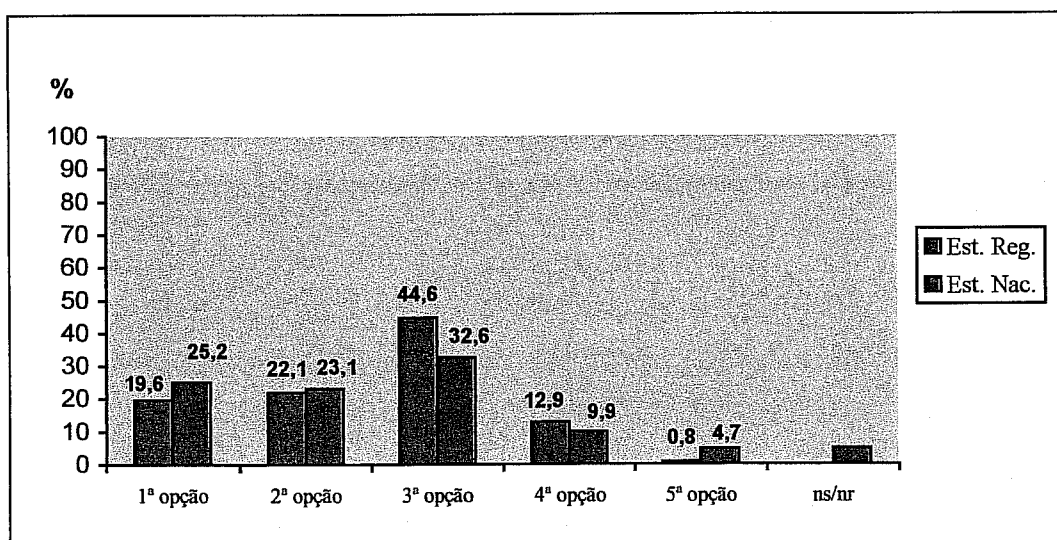


Figura 91. Distribuição, em percentagem, da variável “Pleno emprego” nas amostras de estudantes regional e nacional.

Voltaram-se a observar diferenças em relação à “manutenção da ordem no país”, em que os estudantes nacionais se distribuem quase homogeneamente por todas as opções enquanto mais de metade dos minhotos se concentra na 5ª opção (60,4% para 29,1%, $p < 0,01$).

Na figura 92 apresenta-se a distribuição, em percentagem, das variáveis “Manter a ordem no país”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

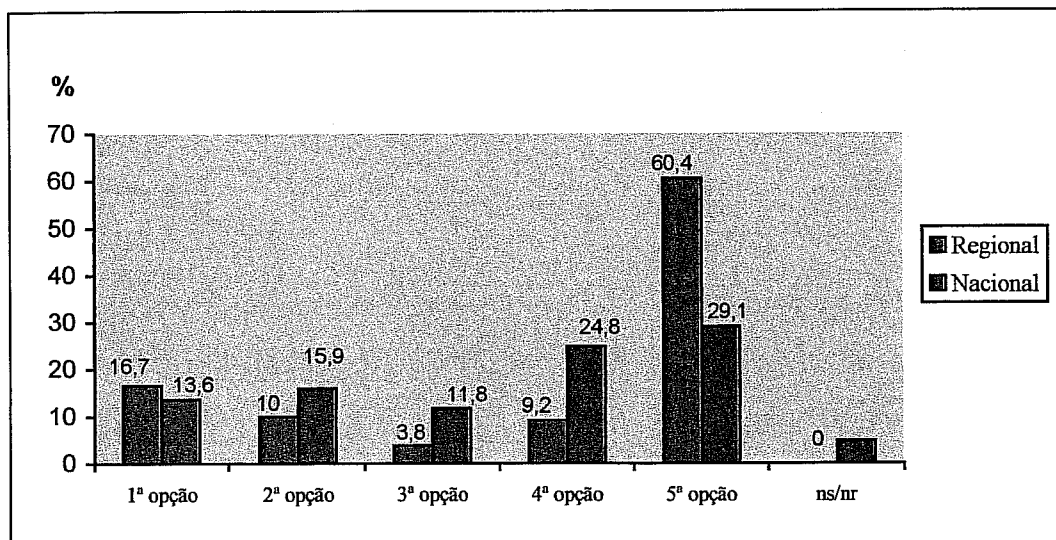


Figura 92. Distribuição, em percentagem, da variável “Manter a ordem no país” nas amostras de estudantes regional e nacional

b. “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?” (Q.43)

Nesta questão, verifica-se claramente que os estudantes da amostra regional são mais pessimistas, em que 41,3% considera que as pessoas serão menos felizes em 2010, enquanto que, na amostra nacional, apenas 26% dos estudantes pensa assim. As diferenças são significativas para $p < 0,01$.

Em relação aos progenitores, não se observaram diferenças significativas.

Na figura 93 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

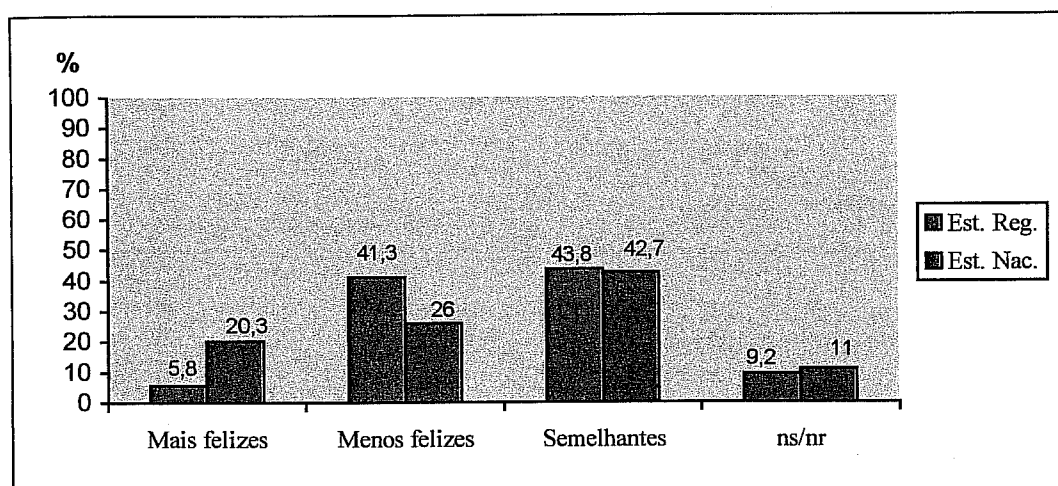


Figura 93. Distribuição, em percentagem, da variável “As pessoas serão mais felizes que hoje no ano 2010?” nas amostras de estudantes regional e nacional.

c. “O que deseja com o progresso?” (Q.22)

Os objectivos, em termos de progresso, são significativamente diferentes para jovens estudantes no Minho e para os jovens da amostra nacional ($p < 0,01$). Assim, embora a maioria de ambos os grupos considere importante “diminuir as desigualdades sociais”, esta percentagem é bastante mais elevada na amostra regional (86,7% para 66%). Comparativamente, há mais estudantes nacionais que escolhem as opções “manter a ordem social” (14% para 5,8%), “facilitar a vida aos mais capazes” (9,7% para 5,8%) ou mesmo que não respondem (10,3% para 1,7%), podendo este facto dever-se também (além de diferenças de opinião entre os grupos) ao facto de a amostra nacional ser muito mais extensa.

Na figura 94 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

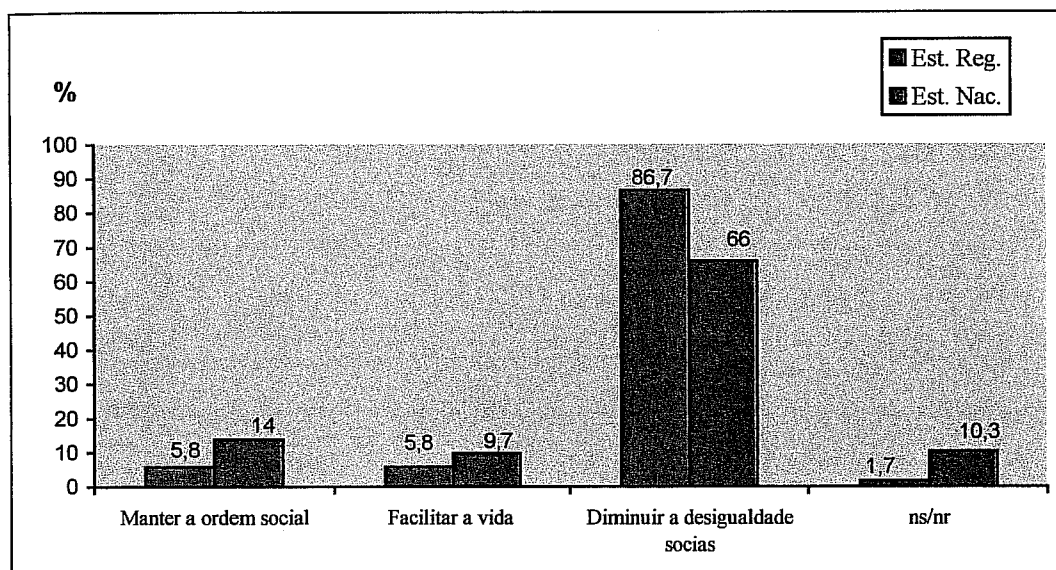


Figura 94. Distribuição, em percentagem, da variável “O que deseja com o progresso?” nas amostras de estudantes regional e nacional.

d. “O que deseja com o progresso do país ?” (Q. 28, Q. 29 e Q. 30)

Cidades grandes *versus* Cidades pequenas

Em relação ao “progresso do país”, constatamos que os estudantes do Minho defendem ainda mais que os do país, o desenvolvimento das cidades pequenas (88,3% para 75,8%, $p < 0,05$)

Na figura 95 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Desenvolvimento grandes cidades *versus* pequenas cidades” nas amostras de estudantes regional e nacional.

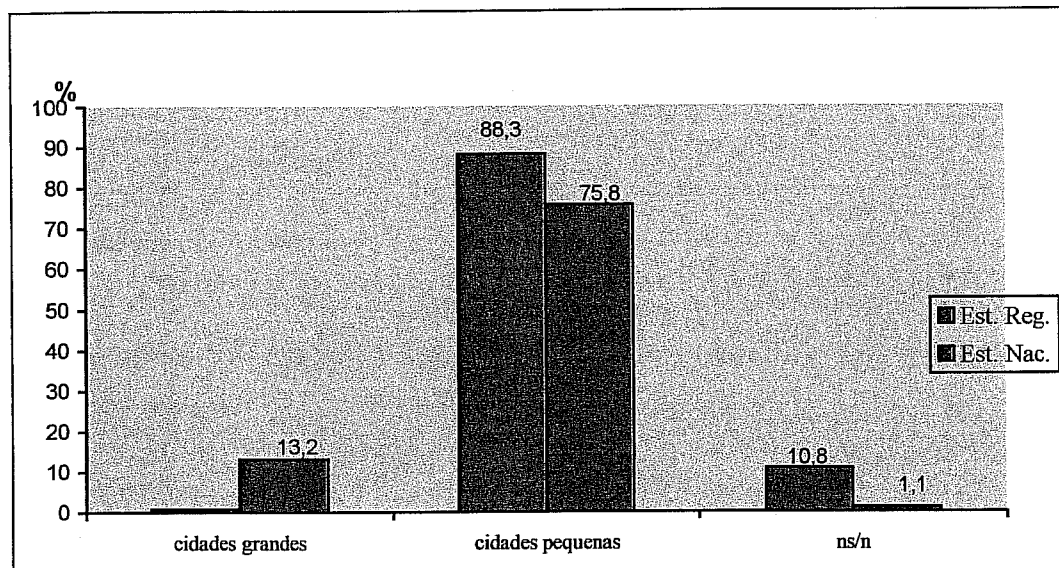


Figura 95. Distribuição, em percentagem, da variável “Desenvolvimento grandes cidades *versus* pequenas cidades” nas amostras de estudantes regional e nacional.

e. União Europeia (Q.24 e Q.40)

Em termos de concepção da União Europeia, observamos que, embora a maioria de ambos os grupos considere que os Estados devem ser soberanos, a percentagem de estudantes do Minho que responde desta forma é significativamente superior (80,8% para 66,3%, $p < 0,01$).

Na figura 96 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da UE a longo prazo”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

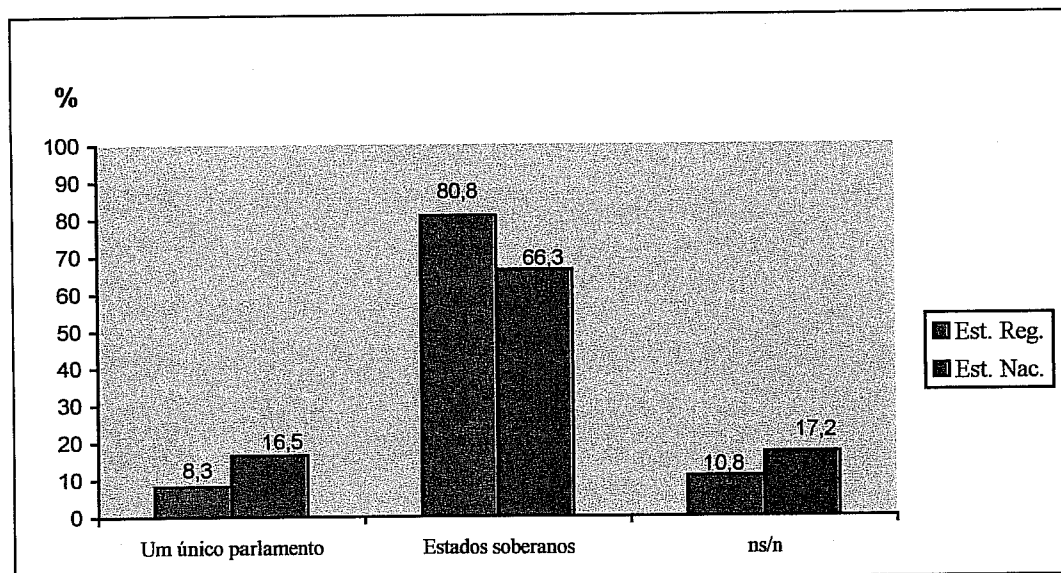


Figura 96. Distribuição, em percentagem, da variável “Concepção de UE a longo prazo” nas amostras de estudantes regional e nacional.

Nesta questão, os progenitores diferiram no mesmo sentido que os estudantes, em que 74,2% dos progenitores regionais defendeu a existência de estados soberanos, para 68% de progenitores nacionais ($p < 0,05$)

Na figura 97 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Concepção da UE a longo prazo”, nas amostras de progenitores regional e nacional.

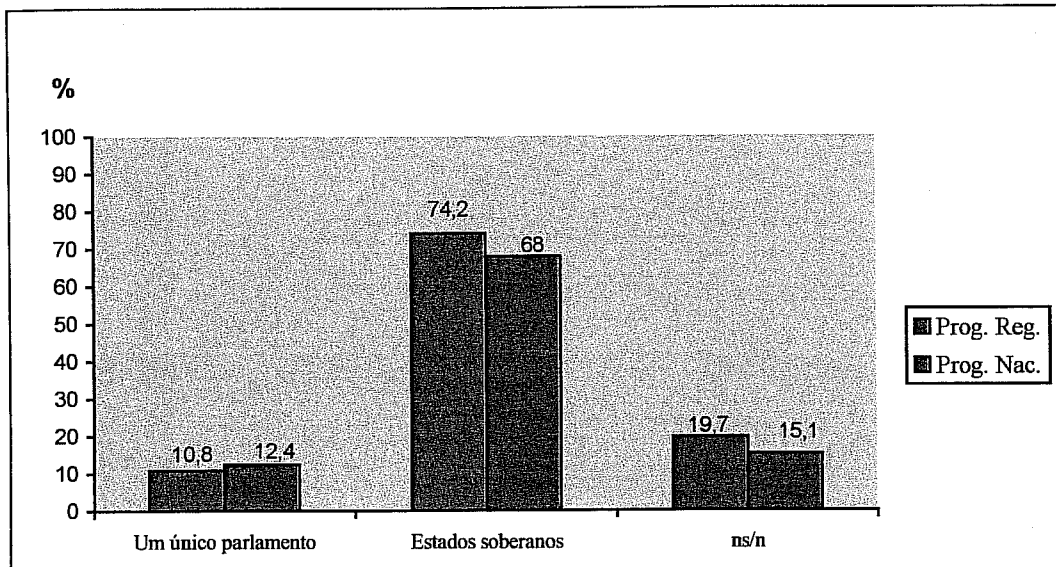


Figura 97. Distribuição, em percentagem, da variável “Conceção de UE a longo prazo” nas amostras de progenitores regional e nacional.

3.5 Política

a. Ligação a um partido político (Q.39)

Em termos de ligação a um partido político verificou-se sobretudo que há mais estudantes da amostra nacional que ou são “muito ligados a um partido” (11,4% para 5,8%) ou se afirmam “sem proximidade (25,3% para 17,5%), $p < 0,05$.

Na figura 98 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

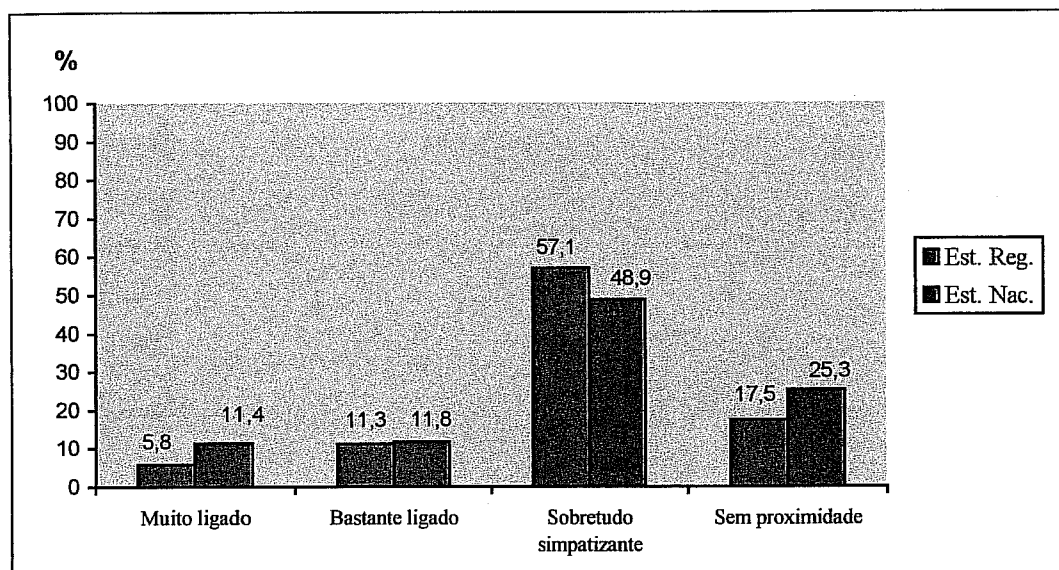


Figura 98. Distribuição, em percentagem, da variável “Ligação a um partido político”, nas amostras de estudantes regional e nacional.

b. Sistema político (Q.45)

Quanto ao “sistema político”, embora a maioria de ambos os grupos defenda um sistema de vários partidos, observa-se uma percentagem superior nos estudantes do Minho (85,8% para 73,6%, $p < 0,01$)

Na figura 99 apresenta-se a distribuição, em percentagem, da variável “Sistema político” nas amostras de estudantes regional e nacional.

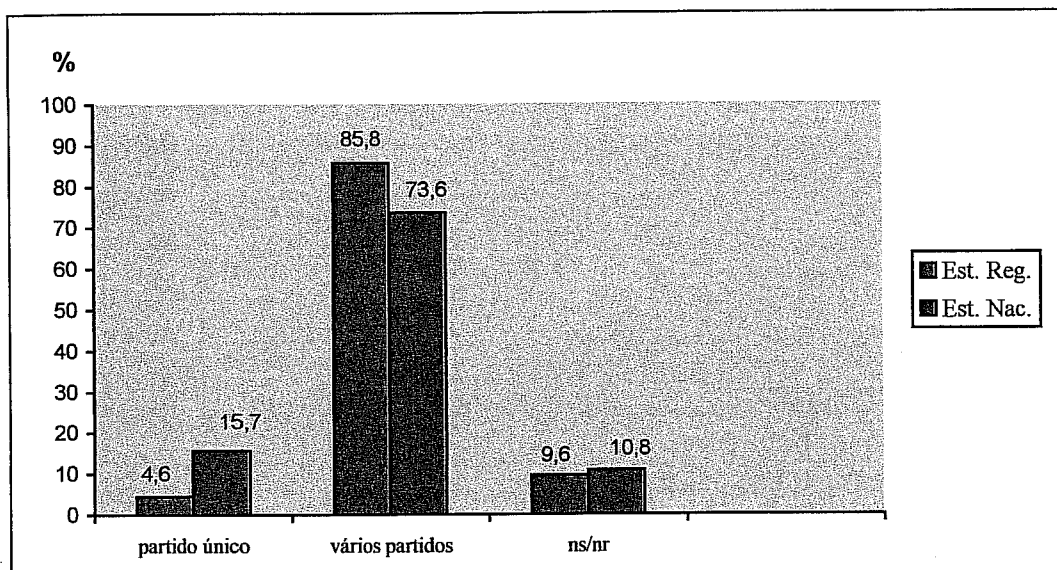


Figura 99. Distribuição, em percentagem, da variável “Sistema político” político” nas amostras de estudantes regional e nacional.

CAPÍTULO VII

Discussão de resultados

1. Estilo de vida, ideais e ambições dos jovens universitários

Os jovens que frequentam a Universidade do Minho, no último ano dos cursos existentes são maioritariamente do sexo feminino, com uma média de idades de 23 anos.

Uma maioria significativa (61%) é natural do Minho, ou seja, da zona onde estuda, sendo provável que tenha ali vivido toda a sua vida. Dos que não são naturais do Minho, existe um número elevado (8,2%) de estudantes que nasceu nas ex-colónias portuguesas e que, provavelmente, terá regressado com a sua família para o Minho após o 25 de Abril e, portanto tendo aí passado também a maior parte da sua vida. Não sabemos se os outros que também nasceram no estrangeiro (2,6%) terão sido ou não emigrantes, sendo contudo evidente que os países de origem mais referidos foram grande alvo de emigração portuguesa nas décadas de 60 e 70 e, portanto não nos permite saber onde estes jovens foram educados. No entanto, sabemos de facto que o Minho é referenciado, muitas vezes, por uma forte tradição de emigração e de imigração, nomeadamente dos regressados das ex-colónias.

De qualquer forma, a análise de valores entre os jovens naturais e não-naturais do Minho não revelou quaisquer diferenças significativas, não sabemos se por efectivamente a esmagadora maioria pertencer (no sentido de pertença sócio-espacial) de facto ao Minho ou se devido à socialização e aculturação da frequência da Universidade.

Estes jovens são predominantemente solteiros, sendo que grande parte ainda vive com os pais (40%) (4,2% com familiares), 37,5% vive com outros jovens, e apenas 10% declarou viver só. Quase todos viveram a infância com os seus pais e possuem ambos os pais vivos e a viverem juntos.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A maioria dos jovens não possui rendimentos próprios e depende economicamente da família, o que indica que não existe ainda uma autonomia total e efectiva em relação aos seus progenitores. É de salientar ainda que, no que respeita à questão da autonomia, o seu desejo é afirmado (em relação à família de origem) em que 69,7% dos jovens diz que gostaria de viver com outros jovens e apenas 9% gostaria de viver ainda em casa dos pais.

Os progenitores pertencem, sobretudo, às categorias profissionais “empregado de escritório/operário/funcionário” e “profissional artista por conta própria/ proprietário agrícola de exploração de dimensão familiar. 61,7% dos progenitores não possui mais que o ensino primário completo e apenas 8,5% possui curso superior; significando isto que a maioria dos jovens a estudar na Universidade provém de classes sociais baixa ou média-baixa.

Estes dados parecem corroborar a opinião de Barreto (1995, pg. 845) de que, “no nosso país, nos últimos anos, a taxa de escolarização subiu em flecha nos jovens devido, em grande parte, à introdução da escolaridade mínima”, apesar de se manterem “baixos níveis de qualificação técnica e cultural” (o que também acontece, como veremos mais à frente).

Este factor (aumento súbito da escolarização) poderá ter tido um grande impacto no Norte, região geralmente considerada como tendo uma das ou a taxa de escolarização mais baixa do país, em termos de ascensão sócio-cultural e profissional dos jovens, cavando um grande fosso entre a geração dos pais e dos filhos.

Em termos de interesses em geral e cultura em particular podemos concluir que estes jovens viajam pouco nas férias e muito raramente saem para o estrangeiro, não vão (ou vão pouco) a concertos ou teatro e também vão pouco ao cinema, sendo os seus veículos culturais de eleição a televisão e a rádio. Apesar de tudo, os jovens costumam consultar jornais com alguma regularidade (1/2 vezes por semana) interessando-se por temas como a vida política nacional e internacional, artigos de fundo/reportagens, curiosidades, páginas de divulgação científica, artes e letras e desporto (ordem decrescente). Deste modo, parece que o contacto com outras culturas e o conhecimento acerca de outros modos de vida e valores se faz sobretudo através dos meios de informação e entretenimento privados.

Será que estes dados revelam desinteresse por parte dos jovens, nomeadamente em relação a conhecer outros países ou estarão associados também à dependência

económica dos progenitores que, no geral possuem poucos recursos económicos e culturais?

Efectivamente e, como referido por Schmidt (1990), os jovens portugueses vêm simultaneamente prolongada a sua escolaridade e a conseqüente estada na casa da família de origem, sendo assim dificultada e retardada a sua inserção social plena em actividades produtivas, em que “o panorama de usufruto dos jovens em relação à maioria dos bens de consumo advém, sobretudo da origem social e respectivas possibilidades económicas” (pg. 649). Ou seja, é a família que suporta os encargos de lazer e despesas lúdicas do seu jovem

Em termos de participação política, estes jovens, defendendo um sistema multipartidário, declaram-se sobretudo simpatizantes de um partido e distribuem-se quase igualmente pelo centro, esquerda e direita, embora com tendência para esquerda. No entanto, mostram-se apegados ao ideal Europeu, gostam de pertencer à União Europeia (em que os Estados permanecem soberanos) e a maioria sentiria pena se Portugal abandonasse a U.E..

Os seus principais objectivos para os próximos anos 10/15 anos prendem-se com o “garantir da liberdade de expressão”, o “pleno emprego” e “combater a alta dos preços”, valores que são mais importantes do que “aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo”; o que aponta para a existência ainda de uma grande relevância de valores materialistas.

A esmagadora maioria destes jovens considera-se uma pessoa religiosa (90% são católicos) e procura na religião a “satisfação de uma necessidade espiritual”, mas não podemos concluir, a partir deste inquérito se o ideal religioso corresponde de facto a práticas religiosas, havendo como sabemos, uma tendência para a diminuição das mesmas, pelo menos a nível da esfera pública.

Como factor mais importante da vida surge a relação com colegas e amigos, em detrimento da relação com a família que, tendo em conta a realidade destes jovens, será a família de origem. Como foi referido anteriormente, a maioria preferiria mesmo viver separada da família. Logo a seguir em ordem de importância os jovens escolhem o Amor e o Bem-estar interior (há que notar que na questão relativa a estes dados se pede aos sujeitos coloquem as opções por ordem de importância – a família surge em último lugar, o que não significa que não possua importância).

Será que se manifesta nestes jovens uma rejeição da família enquanto instituição social ou que a escolha da relação com colegas como primordial se deve principalmente à fase do ciclo de vida que estão a viver, precisamente mais virada para o exterior e para a elaboração de uma autonomia e identidades próprias, em que há uma procura de independência da família de origem?

Aparentemente, existe o desejo de constituir uma família (diferente dos moldes tradicionais?) em que o Amor surge como muito importante na vida de uma pessoa e a maioria dos estudantes diz querer ter 2/3 filhos (apenas 2,1% não deseja ter filhos).

Em relação à família, acrescentamos ainda que existe nos jovens uma tendência para uma concepção moderna de família, em que homem e mulher se encontram em situação de igualdade (incluindo a nível profissional), e em que o factor mais importante para o bom entendimento do casal é possuírem ideais semelhantes. O planeamento familiar é amplamente aceite na medida em que se poderão “ter em conta as condições mais favoráveis à educação e procriação dos filhos”.

Apesar disso, possuem ainda uma visão algo instrumental do casamento, cuja finalidade é, sobretudo, o “auxílio mútuo entre os esposos”, mas manifestando também com alguma força a importância da “realização dos cônjuges”.

As experiências sexuais pré-matrimoniais são vistas como úteis ou sem gravidade quer para rapazes quer para raparigas, sendo claro nestes jovens a dissociação entre sexo e casamento.

De um modo geral, as qualidades interpessoais mais apreciadas pelos estudantes são a sinceridade, a inteligência, a humildade, a lealdade, a fidelidade e o dinamismo.

Continuando ainda com os aspectos mais importantes da vida para os jovens, o trabalho é relativamente pouco valorizado em comparação com os outros aspectos da vida, estando a amostra dividida quanto à sua concepção ou finalidades. Assim, 49,2% dos jovens considera o trabalho com “uma forma de satisfação das necessidades económicas”, preferindo não trabalhar se tiverem asseguradas as suas necessidades económicas, representando, assim, o trabalho como instrumento, na linha de valores materialistas; e 44,3% destes jovens considera o trabalho “uma forma de realização pessoal”.

Se, apesar de tudo, existe, maioritariamente, uma visão instrumental do trabalho, o que será que motiva os jovens para o ensino superior e quais serão as suas ambições em termos profissionais? Procurarão no trabalho apenas uma ascensão

económica e social, sendo o êxito profissional em si e a satisfação com o trabalho menos significativas, tendo em conta as dificuldades sentidas pela sua família de origem? Estarão insatisfeitos com os seus estudos universitários, em que os *numerus clausus* das Universidades, muitas vezes retiram aos jovens a possibilidade de ingressar no curso da sua preferência?

Podemos ainda colocar a hipótese de que estas respostas indiquem, não valores materialistas, em que são valorizados os factores extrínsecos do trabalho, mas valores pós-materialistas, a que corresponde a superação da ética protestante do trabalho, em que este é importante na medida em que possibilita oportunidades de lazer e melhoria das condições de vida. No entanto, segundo Jesuino (1993) a ética do trabalho, entre os portugueses está associada às camadas mais favorecidas em status, rendimentos e habilitações e, sendo assim, a superação da ética do trabalho (com atenuação da orientação para o êxito) nestes jovens, representaria um grande salto em relação aos seus progenitores.

De qualquer modo, os jovens apresentam uma visão extremamente pessimista do futuro, em que uma clara maioria (85,1%) pensa que as pessoas serão menos felizes ou semelhantes às actuais no ano 2010. No entanto, estes são os mesmos jovens que, paradoxalmente, se consideram, maioritariamente, capazes para influenciar o progresso (50,8%). Podemos pensar, então, que na concepção destes jovens felicidade e progresso não andam necessariamente a par. Será que atribuem o progresso apenas a avanços tecnológicos e científicos, estando a felicidade associada mais a factores de cariz afectivo?

Em termos de ambições para o futuro, com o progresso, os jovens desejam, sobretudo, diminuir as desigualdades sociais e criar as mesmas oportunidades para todos, em detrimento da “facilitação da vida aos mais capazes”, significando isto que, provavelmente, estamos em presença de valores tradicionalistas, em que cabe ainda ao Estado a resolução de problemas sociais e se atribui pouca importância à iniciativa privada.

Mais especificamente, com o progresso do nosso país, desejam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e o desenvolvimento das cidades pequenas. Os aspectos do mundo e da sociedade pelos quais os jovens manifestam mais interesse ou preocupação são “os problemas da sociedade”, o “meio ambiente”, “ciência e tecnologia”, “desporto”, “política nacional”, “artes e espectáculos”, “problemas de

subdesenvolvimento” (ordem decrescente de importância). Assim, desejam também que o progresso torne possível, sobretudo, “a cura das doenças graves” e o “fim da fome e da pobreza” e a “igualdade de direitos entre os povos”. Começam a preocupar-se com um “combate eficiente à poluição”. Estão dispostos a fazer sacrifícios pela paz, direitos do Homem, protecção da natureza e luta contra a miséria.

Por fim, esta juventude está claramente desiludida quanto à qualidade do funcionamento das instituições sociais, considerando que a polícia, tribunais e prisões funcionam mal. Apesar disso, dizem que a justiça deve ser feita através do tribunal.

Por outro lado, apostam na prevenção (e não na repressão) para resolver problemas sociais tais como a toxicod dependência, o alcoolismo, a criminalidade e a prostituição.

Consideram que a “crise da civilização” poderá ser vencida através da “renovação espiritual e moral do Homem”, mais do que pela “ciência/tecnologia” ou “economia e política”, apontando, aqui, para valores claramente pós-materialistas.

2. Estilo de vida, ideais e ambições dos progenitores

Os pais dos estudantes pertencem a níveis socio-económicos baixos, em que a maioria possui apenas o ensino primário, o que representa que os seus filhos fizeram um enorme progresso em termos de estudos académicos o que, provavelmente, estará relacionado com as mudanças ocorridas no nosso país, nos últimos anos, e com a importância que as pessoas passaram a dar ao nível de instrução. A maioria dos pais considera, aliás, que os jovens só têm a lucrar com a aprendizagem escolar e apoiam o aumento da escolaridade obrigatória.

Assim, estes progenitores trabalham sobretudo nas categorias profissionais de “empregado de escritório/operário/funcionário” e “profissional artista por conta própria/proprietário agrícola de exploração de dimensão familiar”. A diferenciação profissional é superior nos homens e, a partir dos dados obtidos em relação a “fontes de rendimento”, podemos deduzir que há mais mulheres que não trabalham fora de casa, dependendo financeiramente do marido – 10,9% das mulheres refere depender de

“vencimento mensal de pessoas com quem vive” e 13% de “salários irregulares”, para respectivamente 2,1% e 2,1% de homens.

Vivem, principalmente, em “casas ou andares que, sem serem luxuosos, são, não obstante espaçosos e confortáveis” e em “casas ou andares modestos, bem construídos e em razoável estado de conservação, bem iluminados e arejados, com cozinha e casa-de-banho (ex: bairro camarário).

Estes pais utilizam ainda muito pouco as novas tecnologias como o computador (e ainda menos as mães); raramente viajam para o estrangeiro durante as férias e não frequentam quase nada teatro, o cinema ou concertos, bastante menos ainda que os seus filhos. Contudo, a maioria lê jornais 1-2 vezes por semana e, tal como os jovens privilegiam a televisão e a rádio como meios de informação/cultura/entretenimento.

Não participam, basicamente, em qualquer tipo movimento (cultural, desportivo, científico ou outro), revelando uma fraca participação social e, em termos políticos, o interesse não vai além da simpatia por um partido. Em termos de posição política, há uma tendência para se situarem à direita.

As mulheres ainda se interessam menos pela política do que os homens o que é patente na questão relativa à concepção da União Europeia, em que apesar de a maioria dos progenitores afirmar que sentiria pena se Portugal abandonasse a U.E., é muito superior o número de mulheres que não responde ou que refere que sentiria indiferença.

São pessoas religiosas (94,6%), católicas e para eles o significado da religião consiste, de igual modo, em “amar e servir a Deus” e uma “necessidade espiritual”.

Investem intensamente na família, sendo para eles ao aspecto mais importante da vida, logo seguida da relação com colegas e amigos, apontando estas preferências para valores de dimensão mais relacional e social (Vala, 1986), surgindo depois o amor e finalmente o trabalho e o bem-estar interior.

O casamento significa, sobretudo, a possibilidade de ajuda mútua entre esposos, mas existe uma multiplicidade de significados também representativos como a “realização dos cônjuges”, “procriação e educação dos filhos” e “meio de satisfação das necessidades sexuais”.

Estas formas de encarar o casamento (em que são ainda muito evidentes visões utilitárias) poderão que ver não só com a concepção do relacionamento de casal mas também com a situação económica destas classes sociais, em que o acesso a uma casa

própria e a melhoria de condições de vida (através da “ajuda mútua”) muitas vezes só é possível através do casamento.

Consideram que a manutenção de uma boa relação no casal depende, sobretudo de possuírem um nível de instrução semelhante (ou seja, instrução é valorizada na relação entre as pessoas), possuírem ideais, feitos e gostos semelhantes.

Pensam, tal como os jovens que o número ideal de filhos é de 2/3, mas não chega a metade (46,2%) aqueles que vêem o planeamento familiar como uma forma de escolher as condições mais favoráveis à educação e procriação dos filhos. Assim, neste caso, são também representativas as opções “prática justificada tendo em conta o povoamento do mundo”, “prática lícita só quando se tem em conta certas condições de saúde e económicas da família” e “prática lícita desde que os cônjuges estejam de acordo”.

No que respeita às relações sexuais pré-matrimoniais no rapaz e na rapariga, os progenitores consideram-nas em grande parte perigosas ou sem gravidade, sendo significativo também o número que as considera repreensíveis. Em relação às raparigas sobe o número de pais que considera as relações pré-matrimoniais perigosas e repreensíveis demonstrando, assim, uma atitude discriminatória.

No que se refere ao trabalho, observa-se também uma posição discriminatória (mais evidente nos homens, embora esteja também representada nas mulheres) face ao sexo. Apenas 47,8% de mães e 42,6% de pais considera que a mulher deva ter um emprego toda a vida, em igualdade de circunstâncias com o homem. Muitos afirmam que a mulher só se empregar caso haja compatibilidade com o horário familiar ou que só se deve empregar em caso de necessidade. Apesar de tudo, são poucos os que afirmam que a mulher não se deve empregar ou que só o poderá fazer até ter o primeiro filho (3,2%) (não houve nenhum jovem que tivesse escolhido estas opções).

Contudo, o trabalho é visto, maioritariamente, como fonte de realização pessoal e não como mera forma de satisfazer as necessidades económicas e meio de sobrevivência, o que aponta para valores associados à ética protestante do trabalho, como a motivação para o êxito, atitudes favoráveis em relação ao trabalho e ao controlo racional do tempo.

Esta concepção do trabalho parece tornar a discriminação em relação às mulheres ainda mais flagrante, na medida em que lhes poderá ser negado o acesso uma fonte de satisfação pessoal (devendo sacrificá-lo pela família?).

As qualidades interpessoais mais apreciadas são a honradez, inteligência, sinceridade, humildade, lealdade, fidelidade e espírito de sacrifício, valores que poderão apontar mais no sentido do colectivismo do que do individualismo.

Os aspectos do mundo e da sociedade que mais preocupam os progenitores ou aqueles por que eles mais se interessam são os problemas da sociedade, o ambiente, a política nacional, problemas de subdesenvolvimento, religião e o desporto; e estão dispostos a sacrificar-se pela paz, luta contra a miséria, direitos do Homem e protecção da natureza.

Em termos de principais objectivos para os próximos 10/15 anos surge “a manutenção de ordem do país” em primeiro plano, mas também é relevante a percentagem que considera fundamental “garantir a liberdade de expressão”.

Com o progresso desejam, tal como os seus filhos, ver diminuídas as desigualdades sociais e ambicionam também, para o futuro, “a cura das doenças graves” e o “fim da fome e da pobreza”. E especificamente, a nível nacional, desejam que o progresso contemple o desenvolvimento da agricultura e das cidades pequenas.

Os progenitores, tal como os seus filhos são em grande parte cépticos em relação à qualidade de funcionamento das prisões e da polícia, mas muitos consideram ainda que estas instituições “fazem o melhor que podem” (respectivamente 38,7% e 41,9%). Ainda assim, a justiça não deve ser feita “pelas próprias mãos”, cabendo essa função aos tribunais.

Em relação aos problemas sociais mais relevantes actualmente, defendem globalmente, como solução, a prevenção da toxicoddependência, da prostituição e da criminalidade. Quanto ao alcoolismo, manifestam-se mais divididos entre a prevenção e o tratamento.

Estes progenitores são pessimistas em relação ao futuro considerando que as pessoas serão igualmente ou menos felizes do que actualmente e estão pouco convictos da sua capacidade para influenciar o progresso (50,5% responde talvez e apenas 35,5% considera que poderá ter alguma influência no progresso).

Por fim, para eles, a “crise da civilização” poderá ser vencida, principalmente, “por meio da renovação espiritual do Homem” (54,8%) apesar de terem algum peso a “economia/política” e “ciência/técnica” (30,2%). Para 10,8% dos progenitores a crise não pode ser vencida (quase o dobro em relação aos estudantes).

3. Valores sociais dos estudantes e seus progenitores : pontos de encontro e divergências. Áreas de transição.

A importância relativa dada à família e forma como é concebida, em termos de finalidades e dos papéis de cada sexo são, talvez, os pontos em que se manifestam maiores divergências entre estudantes e progenitores.

Assim, os pais parecem viver fundamentalmente para a família, enquanto os jovens (dentro das opções dadas pela questão referente a este tema, em que lhes é pedido para as ordenar de forma decrescente de importância) a relegam para a última posição. Para os jovens o aspecto mais importante da sua vida constitui, então, a relação com colegas e amigos, depois o amor e bem-estar interior, o trabalho e finalmente a família; e os progenitores ordenam estas opções de forma significativamente diferente, escolhendo, como já foi dito a família em primeiro lugar, depois a relação com colegas e amigos, o amor, o trabalho e por fim o bem-estar interior. Ambos, contudo, dão preferência a valores relacionais em detrimento de valores mais individualistas, como o bem-estar interior, sendo este contudo, preferido pelos jovens - 25,8% escolhe este aspecto da vida como primeira opção para 8,6% dos pais.

Neste ponto, parece mesmo que os progenitores não têm conhecimento ou não compreendem os desejos dos seus filhos, grande parte afirmando que, se os filhos pudessem escolher, optariam por viver coma a família, enquanto que maioria esmagadora destes afirma que gostava de viver com outros jovens e apenas 9% preferiria viver em casa dos pais.

Quais serão os motivos destas diferenças e da aparente menor importância atribuída pelos jovens à família?

De acordo Fernandes (1994), têm sido feitas avaliações contraditórias acerca da família que resultam, por uma lado, da existência de indicadores estatísticos que apontam no sentido do esboroamento da família – os casamentos fazem-se mais tarde, o número de divórcios encontra-se a aumentar, o número de filhos por casal a diminuir, etc.- e, por outro lado, da realização de inúmeros inquéritos têm revelado que a família continua a ter uma posição central em termos de valores e representações sociais. Este autor explica esta contradição referindo que a instituição familiar se encontra a sofrer mudanças estruturais. A família já não é encarada da mesma forma que para as gerações

anteriores, continuando a ocupar, no entanto, um lugar importante no sistema de valores dos indivíduos. “A crise da família coexiste, na sociedade moderna, com a acentuação do valor da família” (Fernandes, 1994, pg. 1152).

Deste modo, Almeida (1986), considera que a família assume grande importância para os jovens, que a encaram fundamentalmente como um espaço de segurança afectiva. E estudos de Ferreira (1993) revelam que a família é encarada pelos jovens dos 15 aos 29 anos como fonte de sustento assim como espaço de partilha, de proximidade e de entre-ajuda.

Considerando estes dados, será que poderemos pensar que as respostas dos jovens, podendo eventualmente constituir uma desvalorização da instituição Família, poderão significar também que os jovens se sentem suficientemente seguros da família a que pertencem, para se permitirem um maior investimento noutras relações muito importantes nesta fase da vida, na procura da sua autonomia e da sua identidade fora da família de origem?

Ainda em relação à família e vivência da sexualidade, verificamos que esta é mais uma área em que jovens e progenitores diferem significativamente nas suas concepções, em que os jovens apontam para valores de modernidade em termos de família, sexualidade e igualdade entre sexos. Deste modo, para estes a vida sexual não depende de todo do casamento, considerando as experiências sexuais pré-matrimoniais úteis ou sem gravidade quer para os rapazes quer para as raparigas (relembramos que esta amostra é maioritariamente feminina); enquanto os progenitores apresentam uma atitude mais conservadora (em que consideram estas experiências perigosas ou repreensíveis) e, sobretudo mais discriminatória (mais perigosas e repreensíveis no caso das raparigas).

Podemos dizer que a importância atribuída à sexualidade e/ou a sua dissociação do casamento distingue claramente os jovens da geração mais velha.

O planeamento familiar é para jovens, sobretudo, “um meio lícito de planeamento da família, tendo em conta as condições mais favoráveis à educação e procriação dos filhos” e apesar de também grande parte dos pais pensar deste modo, um maior número considera outras opções como “prática lícita só quando se tem em conta certas condições de saúde ou circunstâncias sociais e económicas da família” ou “prática lícita desde que os cônjuges estejam de acordo”.

No entanto, no que respeita às finalidades que atribuem ao casamento surge alguma convergência entre pais e filhos em que, para ambos, o principal objectivo do casamento é o “auxílio mútuo entre os esposos”, mais valorizados ainda pelos filhos, mas estes atribuem mais importância relativa à “realização dos cônjuges” enquanto muitos dos seus progenitores ainda vêem o casamento como fim para a “educação e procriação dos filhos” ou como “meio de satisfação das necessidades sexuais”.

Apesar de parecer existir ainda nos jovens uma ideia ainda relativamente instrumental/materialista do casamento, esta é contudo menor do que nos seus progenitores, havendo uma maior tendência para a valorização da família, pelos jovens, sobretudo como um espaço de bem-estar e partilha/realização afectiva. O facto de os estudantes e os seus progenitores ordenarem de forma significativamente diferente as possíveis finalidades do casamento que lhe foram apresentadas no questionário aponta, mais uma vez para uma transição também aqui.

Para o bom entendimento do casal, ambas as gerações concordam que é importante os esposos partilharem os mesmos ideais (que tem mais peso para os estudantes) e gostos e feitios, mas os progenitores dão muito mais importância ao nível de instrução e à partilha de atitudes religiosas (15,1% para 4,2%).

No que respeita à resolução de conflitos no casal, 100% dos filhos e 90,3% dos progenitores não concordaram com a utilização da força para resolver conflitos (homem bater na mulher) sendo, contudo as diferenças estatisticamente significativas.

A maioria dos jovens pretende vir a ter filhos e tal como os seus pais considera que o número ideal de filhos é de 2-3., mas é superior o número de estudantes que opta por um filho único. E, relativamente à educação a dar aos filhos há mais jovens do que pais a considerar que nunca é necessário bater nos filhos. Esta diferença estará relacionada com uma postura mais liberal e, portanto, menos autoritária por parte dos filhos e provavelmente com uma maior abertura ao diálogo (o que vem no sentido da forma como eles pensam que se podem vencer os problemas sociais, mais a nível da prevenção do que da repressão)?

Não é de estranhar que, em relação ao trabalho feminino se verifique que a esmagadora maioria dos jovens (87,7%) considere que a mulher deve ter emprego toda a vida tal como o homem, o que só acontece para perto de metade (45,2%) dos progenitores. Muitos progenitores ainda pensam que o trabalho da mulher (29%) deve

ser condicionado pela existência de compatibilidade entre o horário de trabalho e o horário familiar.

Observa-se mais um ponto de mudança de pais para filhos, em que homens e mulheres são vistos como iguais com capacidades para desempenhar os mesmos papéis. Isto não significa, contudo, uma correspondência em práticos, já que os Valores orientam ou influenciam os comportamentos, mas não os determinam. É neste sentido que Machado Pais (1985) fala da “dupla carreira” da mulher. De acordo com este autor, ainda que a nível dos valores seja amplamente aceite a igualdade a nível da distribuição dos papéis, das expectativas e do relacionamento entre homem e mulher, este aspecto não é muito marcado nas práticas sociais. “Com efeito, são as mulheres que continuam a realizar grande parte das tarefas domésticas a par do seu trabalho profissional, o que lhes poderá trazer inúmeras dificuldades, nomeadamente em termos da sua progressão na carreira profissional”.

Em resumo, sendo improvável que a família esteja a atravessar uma crise, segundo alguns, prenunciadora do seu fim, podemos afirmar com segurança (no que respeita aos jovens estudantes do Minho e seus pais) que se estão a dar mudanças significativas ao nível da sua concepção e dos seus valores, no sentido de homens e mulheres serem iguais em termos de deveres e direitos, de ser, sobretudo, em espaço de partilha afectiva e de ideais e em que o casamento não coincide necessariamente com o início da vida sexual e também não faz sentido só para criar e educar os filhos.

Outro aspecto em que se observaram diferenças refere-se aos valores acerca do trabalho. A satisfação com trabalho, tal como se verificou anteriormente, não constitui um aspecto prioritário quer da vida dos pais quer dos filhos, manifestando-se as diferenças, sobretudo, em relação à sua concepção.

Os resultados acerca do que pensam do trabalho traduzem, por parte dos jovens, uma visão daquele quase maioritariamente instrumental.

Temos então que, o trabalho profissional, em termos de objectivos ou finalidades é mais valorizado pelos progenitores enquanto forma de satisfação pessoal (e, portanto valorizado por si próprio) enquanto os estudantes consideram que se trabalha principalmente para satisfazer as necessidades económicas (ainda assim, 44,3% dos estudantes refere a “realização pessoal”). Estes valores parecem estranhos na medida em que os progenitores possuem profissões pouco diferenciadas e os seus filhos, à partida, por se encontrarem na Universidade, terão maiores oportunidades de escolher uma

profissão que apreciem. Podemos, então, colocar várias hipóteses, algumas já referidas anteriormente, como a insatisfação com a Universidade e o curso que estão a frequentar, a percepção de uma realidade sócio-económica em que o primeiro emprego e, portanto, inserção social em actividades produtivas, está dificultado aos jovens (o que levaria a investir mais outras áreas da vida como os amigos e o lazer), ou a simples necessidade de ascender social e economicamente em relação à sua família de origem.

Sendo indiscutível que os estudantes defendem mais do que os progenitores uma concepção de trabalho-instrumento, não podemos saber se esta corresponde a uma visão de trabalho enquanto meio de sucesso, forma de enriquecer e de ascender socialmente ou a um trabalho enquanto instrumento de consumo, forma de aumentar a qualidade de vida e a realização pessoal na esfera privada (Ferreira de Almeida, 1990) – esta última correspondente à sua superação da ética protestante do trabalho e representativa de valores pós-materialistas.

O pleno emprego no futuro preocupa mais os jovens do que os pais, mas este facto é compreensível, uma vez que estes jovens vão entrar agora num mercado de trabalho que se encontra saturado.

A “monocultura religiosa” (Luís França, 1993) é evidente, em tanto os jovens como os pais são quase a na totalidade religiosos e católicos, não havendo diferenças entre os grupos. Estas surgem ao nível dos significados: A grande maioria dos filhos (68,9%) procura na religião a “satisfação de uma necessidade espiritual” o que também acontece em 35,5% dos pais mas para 37,7% de progenitores a religião é, principalmente, uma forma de “amar e servir a Deus” e atribuem também mais importância à “salvação da alma”. Parece esboçar-se também aqui uma mudança em termos de valores, de uma concepção pessoal de Deus, associado a valores materialistas para uma concepção impessoal, associada a valores pós-materialistas (Vala, 1993).

Como características interpessoais, a honradez, o espírito de sacrifício e perseverança são significativamente mais valorizadas pela geração mais velha - valores que poderão estar ligados à ética protestante do trabalho. Os estudantes dão mais importância à fidelidade, inteligência e sinceridade. Aqui ressaltamos o facto de o valor fidelidade estar ligado à concepção cristã de casamento, sendo mais valorizado pelas mulheres e o facto de surgir com maior força nos jovens poderá estar ligado ao facto da amostra ser predominantemente feminina.

Os aspectos do mundo e da sociedade que mais interesse despertam ou preocupam os jovens são semelhantes em relação aos dos progenitores, havendo contudo algumas diferenças significativas em relação a algumas matérias. Assim os jovens escolhem (por ordem decrescente de importância relativa): problemas da sociedade, meio ambiente, ciência e tecnologia, desporto, política nacional, artes e espectáculos, problemas de subdesenvolvimento, vida política internacional; e os pais (também por ordem decrescente): problemas da sociedade, ambiente, política nacional, problemas de subdesenvolvimento, religião, desporto, ciência e tecnologia.

Assim, parece que apesar de serem tão religiosos como os seus pais, os estudantes preocupam-se menos com questões religiosas, com cultura regional e, curiosamente, também dão menos importância ao ambiente, mas dão mais valor à vida política internacional, artes e espectáculos e ciência e tecnologia. [Nota: Noutra questão os jovens preocupam-se mais com o “combate eficiente à poluição”, o que poderá significar que, nesta resposta, o interesse (dos progenitores) pelo ambiente se prenda mais (ou também) com o seu meio envolvente e com o gosto pela natureza do que pela poluição que atinge todo o planeta].

Parece haver aqui também uma diferença de valores em que os interesses dos mais velhos remetem para uma cultura mais tradicional (mais centrados no espaço onde vivem) e os dos jovens para uma percepção mais global da sociedade. Assim, existirá, por parte dos progenitores, uma maior identificação ao espaço mais próximo do quotidiano- cidade ou povoação em que vivem- enquanto os jovens terão alargado o seu espaço de identificação o que, corresponderá à defesa de valores mais individualistas.

De qualquer modo, de acordo com Reis e Dias (1993) existe já uma tendência (resta saber se é possível) para conciliar os valores da cultura pós-moderna, centrados no individualismo, com o regresso aos valores do passado e à tradição comunitária através da revalorização do local e de uma “vida simples”. Neste estudo, os jovens parecem ainda estar contudo, numa fase de integração de valores pós-materialistas e de maior individualismo em relação aos progenitores.

Para ambos os grupos, os problemas sociais, tais como a prostituição, criminalidade, toxicodependência e alcoolismo, devem ser resolvidos através de mecanismos preventivos e não repressivos. Concretamente, em relação à toxicodependência, mais progenitores defendem a proibição de todas as drogas enquanto os jovens defendem mais (relativamente aos pais) apenas a repressão do

tráfico a maior fatia de ambas as gerações defende que devem ser ou a continuar a ser proibidas as drogas ilegais (44,3% de jovens e 45,2% de pais). Em relação a esta questão, além de uma maior identificação com o problema, poderemos considerar o esboçar de uma mudança de valores para uma maior compreensão dos problemas sociais e maior responsabilização da sociedade?

Pais e filhos consideram que cabe aos tribunais fazer cumprir a justiça em casos de conflitos graves ou em que as pessoas não consigam chegar a acordo mas os filhos são bastante mais cépticos quanto à qualidade de funcionamento de instituições como a polícia e o sistema prisional.

Em termos de principais objectivos para os próximos anos verificou-se que jovens e progenitores dão maior importância (relativa devido à composição da questão) a “garantir a liberdade de expressão”, sendo o objectivo mais escolhido em primeiro lugar, enquanto os progenitores referem mais em primeiro lugar “manter a ordem do país” por ambos os grupos. Também, o objectivo “aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo” é mais importante para os jovens do que para os seus pais.

Em relação à posição política não se observam diferenças significativas entre os estudantes e seus progenitores, embora exista uma maior tendência dos estudantes para se situarem à esquerda e os progenitores à direita (a ligação a um partido político é fraca nos dois grupos).

Apesar de a participação social e política ser muito baixa nos dois grupos, parece haver por parte dos jovens um maior desejo de participar, defendendo mais valores como a “liberdade de expressão” e “aumento da participação dos cidadãos nas decisões do governos”, a par de uma maior insatisfação quanto ao funcionamento de instituições sociais? Será um prelúdio de mudança em termos de comportamento sócio-político?

A União Europeia é prezada por ambos os grupos e sentiriam pena se Portugal abandonasse a U.E.. No entanto, é mais elevado o número de progenitores que diz sentir indiferença ou que não responde, tornando as diferenças entre os grupos estatisticamente significativas, por um lado e, por outro, contrariando a ideia que se tem hoje em dia de que o interesse pela política está a diminuir de geração para geração.

Fazemos aqui um *parêntesis*, salientando uma opinião de Braga da Cruz (1985), de que esta passividade e a falta de participação política não é um fenómeno da juventude, mas sim um fenómeno global que tem que ver com uma tradição política em

Portugal de não-participação e com o nível de desenvolvimento político, que não permitiu ainda criar entre os portugueses uma determinada cultura política caracterizada pela participação, mobilização, informação, etc.

Os jovens mostram-se ainda mais radicais quanto à forma como devem ser processadas as mudanças sociais em que 32,5% de estudantes defende que “a violência é o remédio adequado em certas circunstâncias” para 12,9% dos progenitores, embora a maioria de ambos os grupos afirme que “não é na revolução que reside a salvação e a justiça mas sim na evolução bem orientada”.

A crise da civilização, para a maioria de jovens e progenitores, poderá ser vencida através da “renovação espiritual e moral do Homem”, sendo, apesar de tudo, esta opção ainda mais escolhida pelos jovens.

Com o progresso, pais e jovens, desejam, sobretudo, “a cura das doenças graves” e o “fim da fome e da pobreza”.

Os jovens dão mais importância à “igualdade de direitos entre povos” e ao “combate eficiente da poluição” e menos ao “fim da fome e da pobreza” e da “guerra e dos exércitos”.

A nível nacional, desejam que o progresso, por um lado, contemple o desenvolvimento da agricultura e das cidades pequenas., embora os pais dêem mais importância a esta questão, ficando os jovens mais indecisos, e, por outro, que permita a diminuição das desigualdades sociais.

O progresso não trará felicidade, sendo que a grande maioria de jovens e progenitores pensa que as pessoas serão menos felizes ou semelhantes às actuais no ano 2010, não existindo diferenças significativas entre os grupos. No entanto, os jovens são ainda mais pessimistas do que os pais. Apenas 5,8% de jovens considera que as pessoas serão mais felizes para 8,6% de pais. Neste ponto, os jovens, como foi referido anteriormente, parecem apresentar uma atitude pouco característica desta fase de vida, considerado como um período propício a idealismos e esperanças no futuro; e aproximam-se de um cepticismo que será mais compreensível na meia-idade, portanto nos progenitores.

Para Idalina Conde (1990,pg. 685) “poderemos estar a assistir a uma acelerada maturação dos jovens em horizontes etários mais curtos, devido ao prolongamento da vida escolar que produz uma superior formação cultural e académica em relação aos pais; uma experiência social mais precoce da conjuntura de crise económica,

nomeadamente por via do desemprego, a possibilidade de contactarem mais cedo com instâncias de informação, sociabilização e sensibilização e sensibilização cultural, científica e sócio-política, devido aos sistemas de comunicação actuais". Esta autora questiona se "o realismo, individualismo e cepticismo prudente que actualmente integram os valores juvenis não constituirão em si um sinal dessa maturidade (antes considerados atributos da meia-idade, fase da vida em que se somatizam experiências pessoais e sociais decisivas), maturidade que leva a mitigar formas anteriores de utopismo e de fé, ideários agora objectivamente bloqueados pela situação de maiores dificuldades sociais e económicas".

Resta saber que influencia terá esta ideia na sua capacidade para construir projectos de futuro e participar activamente na sociedade ?

Parece-nos bom sinal que, apesar disso, os jovens se considerem, maioritariamente capazes para influenciar o progresso (50,8%), aspecto em que os progenitores já se encontram menos confiantes, em que apenas 35,5% considera que pode influenciar o progresso.

Por últimos referimos que, além da passividade manifestada por ambos os grupos em termos políticos, também possuem em comum o pouco interesse por actividades culturais fora de casa, nomeadamente em termos de idas a concertos, teatro e viagens. As actividades culturais desenvolvidas resumem-se quase exclusivamente à rádio e televisão, mas, comparativamente, constata-se que (apesar de pouco)os jovens lêem mais, frequentam mais os cinemas e concertos e praticam mais desporto. Estas diferenças são pouco significativas se tivermos em conta que o nível de instrução alterou-se radicalmente de uma geração para a outra.

3.1 Tradicionalismo/modernidade. Materialismo/pós-materialismo

Globalmente, podemos considerar que os jovens apresentam alguns valores de modernidade em termos de concepção de família e de igualdade entre os sexos, diferenciando-se dos seus progenitores, mas mantêm uma posição tradicionalista

quando relegam para segundo plano a promoção da iniciativa privada face à intervenção do estado.

Apesar de tudo, mantêm uma posição crítica em relação a algumas instituições sociais (mais do que os seus pais), o que poderá apontar para uma maior consciência social e menor tendência para o conformismo ou submissão, mais uma vez valores de modernidade.

Os progenitores, por seu turno, valorizam mais a autoridade, a manutenção da ordem social e menos o desenvolvimento dos valores individuais (independência, realização pessoal- “bem-estar interior”, por exemplo)

Ainda, no que diz respeito à classificação de Inglehart, em valores materialistas e pós-materialistas, parece-nos que os progenitores defendem claramente valores materialistas, a nível de uma menor valorização de intervenção política (com tendência para posicionamento à direita), defendem mais a coesão social e são menos críticos em relação às instituições sociais (embora também se comecem a preocupar com ambiente, característica do pós-materialismo) enquanto os jovens parecem juntar materialismo e pós-materialismo, na medida em que defendem mais a participação política (com tendência para um posicionamento à esquerda), a liberdade de expressão e se preocupam com a defesa do ambiente, mas também se preocupam com o pleno emprego, combate à alta dos preços e atribuem muita importância à ciência e tecnologia (mais do que à defesa do ambiente).

Para Vala (1993) a valorização simultânea da ciência e tecnologia e da protecção da natureza poderá ter a ver com o facto de estes dois factores não serem ainda percebidos como associados como incompatíveis, por esta discussão não ter surgido com relevância a nível da comunicação social.

Em termos religiosos parece que os jovens apresentam mais uma imagem impessoal de Deus, também associado ao pós-materialismo – os jovens consideram a religião como uma resposta às necessidades espirituais do Homem enquanto que, apesar de muitos progenitores afirmar o mesmo, outros tantos consideram-na uma “forma de amar e servir a Deus”.

3.2 Valores masculinos e femininos?

Uma questão que nos colocámos foi se existiriam valores mais femininos os mais masculinos e se isso se observaria ao longo de gerações.

Assim, ao fazer uma análise de diferenças entre sexos constatamos a existência de diferenças significativas, mas que se esbatem na geração dos progenitores.

Assim, podemos dizer que as raparigas dão relativamente mais importância à família -19,3% das raparigas escolhe esta questão em primeiro lugar para apenas 6,8% dos rapazes e, por outro lado, as relações com colegas e amigos são mais valorizadas pelos rapazes- 55,9% para 39,8%.

As raparigas dão mais importância ao bem estar interior do que os rapazes - em 2º lugar 44,2% de raparigas para 20,3% de rapazes.

Quanto às finalidades do casamento, surgiram divergências entre rapazes e raparigas apenas quanto ao posicionamento da opção "meio de realização entre os cônjuges", em a grande maioria das raparigas escolhe esta finalidade em 2º lugar enquanto os rapazes se distribuem mais pelas outras posições, nomeadamente mais rapazes consideram esta opção como a principal finalidade do casamento. As raparigas colocam mais em primeiro lugar a finalidade "meio de realização ^{avulso nicho} dos cônjuges".

Como factores determinantes para o bom entendimento do casal as raparigas dão, comparativamente mais importância a ideais semelhantes e os rapazes dão muita importância a atitudes religiosas semelhantes, o que as raparigas quase não valorizam.

Os progenitores diferiram nesta questão, apenas no sentido em que os pais valorizam mais a presença de ideais semelhantes para o bom entendimento do casal.

No que respeita ao trabalho feminino, verificaram-se diferenças significativas entre os grupos em que mais raparigas afirma que a mulher deve trabalhar toda a vida tal como o Homem, apresentando os rapazes uma posição mais discriminatória..

Mães e pais também diferiram no mesmo sentido, apesar de existirem claras diferenças entre as raparigas e as mães em que ainda muitas mães consideram que a mulher só deve trabalhar em caso de extrema necessidade, até ao primeiro filho ou em conjugação da vida familiar, enquanto nenhuma rapariga deu estas respostas, à excepção de uma minoria que referiu conjugação com a vida familiar.

Na questão relativa à educação dos filhos diferiram apenas mães e pais em que os pais se mostram mais liberais e portanto menos favoráveis à educação através de castigos físicos.

No entanto, em relação ao planeamento familiar foram as mães que se mostraram nitidamente mais liberais e preocupadas com escolha da família, em que mais de metade das mães (56,5%) considera o planeamento familiar lícito tendo em conta as melhores condições para a procriação e educação dos filhos para apenas 36,2% de pais.

Relativamente aos centros de interesse pais e mães ordenaram de forma significativamente diferente a importância que dão ao trabalho, sendo que os homens valorizam significativamente mais o trabalho, o que é natural, tendo em conta que mais mães não trabalham ou possuem um trabalho pouco diferenciado.

Como qualidades interpessoais as raparigas valorizam mais do que os rapazes, a sinceridade, a caridade e a fidelidade e perseverança enquanto os rapazes dão mais importância à honradez, inteligência, espírito de sacrifício e descontração.

As mães dão mais importância à sinceridade, caridade e fidelidade enquanto os pais escolhem mais a honradez, a audácia e o dinamismo. Em termos globais as respostas das raparigas aproximam-se mais das mães – nomeadamente fidelidade e sinceridade, que parecem valores voltados para o funcionamento da família e os rapazes aproximam-se mais dos pais – manifestando valores voltados para a afirmação pessoal e social.

Os aspectos do mundo e da sociedade que as raparigas valorizam mais do que os rapazes são os problemas da sociedade e o meio ambiente enquanto os rapazes dão maior prioridade à política nacional, desporto, artes e espectáculos. Por seu lado, as mães dão mais importância relativa são as ciências e tecnologia, cultura regional, problemas de subdesenvolvimento e religião, enquanto que os pais escolhem mais relativamente política nacional e desporto. As mães dão nitidamente mais importância a questões que lhe dizem mais directamente respeito, ou das quais elas estão mais próximas.

Neste ponto, também existe uma maior aproximação entre mães e filhas e entre pais e filhos, não acontecendo, no entanto, na relativa importância que atribuem à religião, muito menos valorizada por estas últimas.

E, curiosamente é no caso das raparigas que a preocupação com o meio ambiente apresenta maior relevância, um valor a que tem sido atribuído progressivamente maior importância nos países desenvolvidos.

A nível da forma de intervenção privilegiada nos problemas sociais, todos defendem de uma forma semelhante a prevenção em relação à criminalidade, alcoolismo e prostituição. As diferenças observam-se entre rapazes e raparigas, em relação ao consumo de drogas. Assim, os rapazes defendem mais a prevenção e repressão e as raparigas escolhem mais vezes o tratamento, embora a maioria também opte pela prevenção.

Na questão relativa à liberalização das drogas, diferenciaram-se os progenitores, em que as mães escolhem mais a “proibição de todas as drogas” (41,3% para 23,4%).

Os progenitores diferiram também na questão referente aos tribunais e leis em que mais pais optam pela “justiça pelas próprias mãos” do que as mães.

No que respeita ao progresso e civilização na questão objectivos a atingir para os próximos 10/15 anos, os rapazes atribuem uma maior importância a “aumentar a participação dos cidadãos nas decisões do governo”, enquanto que as raparigas atribuem uma maior importância relativa ao “combate à alta dos preços”.

Os rapazes estão dispostos a sacrificar-se mais pela defesa nacional e paz enquanto as raparigas referiram mais os direitos do Homem, o que aponta para a preferência das mulheres por causas sociais.

Pais e mães diferiram quanto aquilo que desejam que o progresso torne possível em 2010, em que as mães valorizam mais o fim da fome e da pobreza e os pais, a cura das doenças graves e igualdade de direitos entre povos.

No que respeita à concepção da U. E. verificaram-se diferenças apenas entre progenitores, em que uma percentagem muito elevada de mães se mostrou indecisa, sendo a percentagem de não respostas de 23,9% nas mulheres para 6,4% nos homens.

Se Portugal abandonasse a U.E. também mais pais sentiria pena (grande maioria) ou mesmo alívio e mais mulheres respondem sentir indiferença ou não respondem.

Por fim, ainda se observaram diferenças entre os progenitores quanto ao modo como pode ser vencida a crise da civilização, em que há mais mães a apostar na renovação espiritual e moral do homem e mais pais a apostar quer na ciência e técnica quer na economia e política.

As mães estão obviamente mais viradas para a família, deixando aos homens as questões mais ligadas ao exterior, provavelmente por os homens terem uma maior actividade social, enquanto que no grupo dos jovens já não se verificam estas divergências entre rapazes e raparigas. Estas representam o menor envolvimento de todas as amostras em termos políticos e de participação social.

Tendo em conta todos os dados referidos parece que, de uma forma geral, a tendência para valores de modernidade, pós-materialistas e individualistas é ainda superior nas raparigas da amostra de estudantes e também nas mães (particularmente no que se refere à concepção da família e do trabalho feminino). As raparigas defendem mais a liberalização da vida sexual, a orientação da mulher para a vida profissional e conciliação de papéis familiares com profissionais.

Sendo assim, parece que as mulheres se encontram na linha da frente em termos de mudanças de valores sociais.

Referimos, por último a opinião de Louis Houssel (1992, pg.167) de que se está a processar uma evolução a nível social em que “as raparigas escolarizadas serão doravante tão numerosas, senão mesmo mais numerosas do que os rapazes. Não se poderá daí concluir que haverá a curto prazo igualdade nas situações profissionais, mas tendência actual de uma promoção colectiva das mulheres encontrar-se-à certamente amplificada: as suas responsabilidades na economia serão cada vez mais importantes e todos nós sabemos que esta situação tem repercussões na definição dos papéis do casal, nas expectativas recíprocas e, finalmente, no equilíbrio do sistema familiar”

4. Minho : diferenças em relação à população nacional.

Entre jovens estudantes do Minho e da amostra nacional verificaram-se algumas diferenças significativas, tal como em relação aos seus progenitores, de que referiremos as que nos pareceram mais relevantes.

Para começar podemos dizer que a família parece ser um aspecto relativamente mais importante para os jovens da amostra nacional do que para os minhotos (em termos de ordenação de aspectos mais importantes da vida), enquanto que os

progenitores apresentam resultados inversos: os do Minho dão muito mais importância à família do que os da amostra nacional (55,9% para 38%, em primeiro plano) as diferenças entre os jovens parecem menores. Assim, mais jovens da amostra regional preferiria viver com outros jovens, sendo então superior o número de estudantes nacionais que diz preferir viver em casa dos pais. Haverá um maior conflito de valores entre jovens e progenitores do Minho? Ou será que os minhotos dão mais importância à aquisição de autonomia? são questões que podemos colocar.

No que se refere à opinião acerca das experiências sexuais pré-matrimoniais, os jovens do Minho revelam-se mais liberais quer em relação a rapazes quer raparigas, defendendo mais a sua utilidade ou não gravidade e, mais uma vez, os progenitores apresentam uma relação inversa à dos estudantes.

Em relação a finalidades do casamento, observamos que os jovens minhotos atribuem um maior peso à questão “auxílio mútuo entre os esposos, enquanto que a “realização dos cônjuges” é comparativamente mais valorizada pelos estudantes nacionais, em que estes apresentam uma visão menos instrumental do casamento, no sentido de valores pós-materialistas.

Os progenitores da amostra regional aparentemente dão menos importância à procriação e educação dos filhos e ao meio de satisfação das necessidades sexuais do que os do resto do país, possuindo estes uma visão mais utilitária do casamento – mais uma vez os resultados apresentam uma relação inversa nas amostras de estudantes e de progenitores.

Os jovens da amostra regional desejam ter mais filhos e defendem mais que, por vezes, é necessário bater nos filhos, embora se deva tentar evitar enquanto mais nacionais pensam que nunca se deve bater nos filhos.

Voltando aos aspectos da vida mais importantes, referimos que os estudantes da amostra regional atribuem, então, um valor superior à relação com colegas e amigos, o mesmo acontecendo em relação ao amor, enquanto bem-estar interior é mais valorizado pelos jovens da amostra nacional, apresentando estes uma tendência mais individualista.

A satisfação com o trabalho é também relativamente mais valorizada pelos jovens do Minho.

Quanto ao trabalho feminino, verificou-se que as diferenças são muito significativas entre os jovens nacionais e regionais em que estes defendem mais que a mulher deve ter um emprego durante toda a vida, em igualdade com o homem. Apenas

estudantes da amostra nacional, por exemplo, dizem que a mulher só deve trabalhar até casar (6,2%).

Os estudantes minhotos também valorizam mais a satisfação com o trabalho profissional, embora a valorização dos aspectos intrínsecos e extrínsecos do trabalho seja equivalente nos dois grupos.

Relativamente a instituições, problemas sociais e religião verificamos e, concretamente, no que se refere à forma como deve ser feita justiça, que os estudantes minhotos defendem mais que a justiça deve ser feita através dos tribunais (84,4% para 63,6%), enquanto os jovens nacionais apresentam uma maior percentagem na opção "justiça pelas próprias mãos" e mostram-se também mais inseguros ou indecisos, em que uma percentagem muita elevada não responde a esta questão (21,7%).

No entanto, os jovens minhotos são mais críticos em relação às instituições sociais como a polícia e as prisões, dizendo que funcionam mal ou não servem para nada –revelam assim uma menor submissão à autoridade e inconformismo?

Face a problemas sociais como a droga, prostituição, alcoolismo e criminalidade, os estudantes do Minho e os seus colegas da amostra nacional manifestaram também diferenças significativas na medida em que os estudantes minhotos defendem mais a prevenção do consumo de droga e são também menos favoráveis à repressão. Em relação às outras questões há um enorme consenso –valorizam a prevenção. O mesmo acontece em relação à liberalização das drogas quer para estudantes quer para progenitores.

Verificou-se que mais jovens e progenitores da amostra nacional se consideram pessoas não religiosas ou ateus convictos, a única situação, até aqui em que os valores defendidos pelos jovens regionais se aproximam mais dos seus progenitores do que dos progenitores da amostra nacional. O significado da religião também é significativamente diferente para estudantes regionais e nacionais, em que mais estudantes nacionais consideram que a religião representa "a satisfação daquilo que se considera uma necessidade espiritual própria de todos os indivíduos" enquanto que mais estudantes nacionais consideram a resposta "fuga aos problemas graves da vida"

Quanto aos principais objectivos a atingir para os próximos anos observou-se que os estudantes nacionais valorizam mais o "pleno emprego" e a "manutenção de ordem no país", valores característicos do materialismo.

E com o progresso, os estudantes regionais desejam mais a diminuição das desigualdades sociais (86,7% para 66%) enquanto que os nacionais escolhem mais manter a ordem social ou a facilitação da vida aos mais capazes, revelando estes aqui respostas mais heterogêneas. A nível do progresso do país, os regionais defendem também mais o desenvolvimento das cidades pequenas.

A ligação a um partido político é fraca em ambos os grupos, mas os jovens nacionais são, apesar de tudo, mais ligados e também defendem mais dos que os regionais um sistema de partido único.

Finalmente, quanto ao futuro, os estudantes regionais são muito mais pessimistas, em que 41,3% considera que as pessoas serão mais infelizes no ano 2010 para 26% dos estudantes regionais.

Para terminar, parece-nos que os jovens da amostra regional defendem mais uma família moderna, em que homem e mulher possuem papéis semelhantes e os mesmos direitos. Não devemos esquecer contudo que a amostra regional se constitui maioritariamente por raparigas e que, estes resultados, também vão no sentido das diferenças obtidas entre rapazes e raparigas.

A evolução para o pós-materialismo também parece estar a dar-se de modo diferente nas duas amostras de jovens, em que os nacionais apresentam uma visão menos instrumental do casamento, mas defendem mais uma perspectiva utilitária da religião, valorizam mais, por exemplo, a manutenção da ordem social.

Os progenitores nacionais, ao contrário dos jovens, mostram-se comparativamente mais modernos em relação à sexualidade pré-matrimonial, mas defendem uma visão relativamente mais utilitária do casamento.

Referimos, por último, que parece existir um maior fosso de valores relativos à família, à sexualidade entre os jovens e progenitores do Minho do que entre os da amostra nacional. Traduzirá um maior conflito de valores no norte? Estará este maior fosso ligado a diferenças de níveis sócio-económicos, ou de naturalidade entre os progenitores do Minho e os do resto do país? Terá que ver com o impacto de uma maioria de raparigas na amostra regional ou com o impacto da Universidade?

Todas estas são questões que se levantam e que apontam para uma necessidade de estudos de valores mais aprofundados a nível das regiões, em que se controlem variáveis como, por exemplo, a naturalidade dos progenitores.

CAPÍTULO VIII

Conclusões

A análise de Valores Sociais dos jovens estudantes do Minho e seus progenitores permitiu distinguir, por um lado, áreas de continuidade e, por outro, diferenças importantes entre os jovens e os seus pais, entres sexos (rapazes e raparigas; mães e pais) e entre a população da Universidade do Minho e a nacional.

As áreas que se observam maior convergência de valores entre as amostras referem-se à “religião” (maiorias católicas), “política” (fraco interesse e participação) e “interesses pessoais” (preferência por valores relacionais e questões sociais).

De pais para filhos, as áreas a sofrer maiores mudanças dizem respeito à “família”, “sexualidade” e “trabalho”, particularmente no que diz respeito à concepção do trabalho feminino. Para os pais, o aspecto mais importante da vida constitui a “relação coma família”, enquanto os jovens escolhem em primeiro plano a “relação com colegas e amigos”, e maioria destes, se pudesse escolher, preferiria viver com outros jovens do que com a família (desvalorização da família e/ou valorização da autonomia e independência perante esta?). A importância atribuída à sexualidade e a sua dissociação do casamento também distingue claramente os jovens da geração mais velha. Para aqueles a vida sexual não depende de todo do casamento, em que as experiências sexuais pré-matrimoniais são vistas como “úteis” ou “sem gravidade”, enquanto os progenitores apresentam uma atitude mais conservadora e, sobretudo mais discriminatória (em que consideram estas experiências “perigosas” ou “repreensíveis”, principalmente para as raparigas).

Existe nos jovens uma tendência para uma concepção mais moderna de família, em que homem e mulher se encontram em situação de igualdade - a esmagadora maioria dos jovens considera que a mulher deve ter emprego toda a vida tal como o homem, o que só acontece para perto de metade dos progenitores. No entanto, os jovens apresentam, ainda, uma visão relativamente instrumental do casamento, em que a principal finalidade atribuída ao casamento é o “auxílio mútuo entre os esposos”. Mas o casamento como espaço de bem-estar e partilha/ realização afectiva é significativamente mais valorizado pelos jovens do que pelos progenitores.

CONCLUSÕES

Outro aspecto em que se observaram diferenças refere-se aos Valores acerca do trabalho.

O trabalho profissional é, sobretudo, valorizado pelos progenitores enquanto forma de satisfação pessoal, enquanto mais de metade dos estudantes considera que se trabalha, principalmente, para satisfazer as necessidades económicas. Assim, sendo evidente que os estudantes defendem mais do que os progenitores uma concepção de trabalho-instrumento, não podemos saber se esta corresponde a uma visão de trabalho enquanto meio de sucesso, forma de enriquecer e de ascender socialmente ou a um trabalho enquanto instrumento de consumo, forma de aumentar a qualidade de vida e a realização pessoal na esfera privada (correspondente a valores pós-materialistas).

Os jovens mostram-se muitos mais descrentes do que os pais quanto à qualidade de funcionamento de instituições sociais e mostram-se muito pessimistas em relação ao futuro, em que poucos consideram que serão mais felizes. Neste ponto, parecem apresentar uma atitude pouco característica da juventude, considerada como um período da vida propício a idealismos, e manifestam um cepticismo que seria mais compreensível na meia-idade, portanto, nos progenitores.

Em termos de diferenças entre sexos, verifica-se que as mulheres apresentam mais valores de modernidade e uma maior adesão ao pós-materialismo, encontrando-se na linha da frente em termos de mudanças de valores. Assim, as raparigas e as mães defendem mais a liberalização da vida sexual, a orientação da mulher para a vida profissional e conciliação de papéis familiares com profissionais.

Em termos de amostras regional nacional parece que a evolução para o pós-materialismo e representação de valores de modernidade se está a processar de modo diferente nas duas amostras. Os nacionais dão mais importância à família e apresentam uma visão menos instrumental do casamento, mas os jovens do Minho mostram-se mais liberais quanto à sexualidade e defendem mais a igualdade os sexos em termos de trabalho e são mais críticos em relação a instituições sociais. Por outro lado, os minhotos, defendem mais uma perspectiva utilitária da religião, e valorizam mais, por exemplo, a manutenção da ordem social.

Os progenitores apresentam resultados inversos aos dos jovens (entre eles) em relação às concepções de família, casamento e sexualidade, o que parece traduzir um maior fosso em termos de diferenças de valores sociais, entre os jovens do Minho e seus progenitores.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, A. (1985); Trabalho feminino e estratégias familiares. *Análise Social*, XXI (85), pg.7-44.

Almeida, A. (1986); Perspectivas dos jovens sobre a família e casamento- notas críticas. *Análise Social*, XXII (90), pg.157-164.

Almeida, A. e Guerreiro, M. (1993); A Família. In. L. França Ed., *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Ashford, S. e Timms, N. (1992). *What Europe thinks- a study of Western European Values*. England: Dartmouth Publishing Company Ltd.

Askevis, M. (1995). Jeunesse- adolescence. *Adolescence*, 26, pg. 107-122.

Associação Portuguesa de Sociologia (Ed.) (1993). *Estruturas sociais e desenvolvimento*. Lisboa. Editorial Fragmentos.

Berry, J. et al. (1996). *Cross-cultural psychology: research and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.

Barreto, A. (1995) Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995, *Análise Social*, XXX (134), pg.841-855.

Blos, P. (1985) *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editores Lda.

Braithwaite, V. e Law, H. (1985). Structure of Human value: testing the adequacy of the Rokeach Value Survey. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49 (1), pg. 250-263.

BIBLIOGRAFIA

- Braga da Cruz, M. et al. (1984). A condição social da juventude portuguesa. *Análise Social*, XX (81-82), pg.258-308.
- Braga da Cruz, M. (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, XXI (87-88-89), pg.1067-1088.
- Coimbra de Matos A . (1983). O desenvolvimento infantil na perspectiva psicanalítica. *Análise Psicológica*. Nº 4, Série III, pg. 477- 485.
- Campbell, E. (1969) Adolescent Socialization. In D. A. Goslin Ed. *Handbook of Socialization Theory and Research*. Chicago: Rand McNally College Publishing Company.
- Comissão para o Ano Internacional da Família (1994). *Relatório: situação actual da família portuguesa*. Lisboa: Direcção geral da Família.
- Conde, I. (1990) Identidade social e nacional dos jovens. *Análise Social*, XXV (108-109), pg.675-693.
- Correia Jesuíno, J. (1993). O Trabalho. In L. França Ed. *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Costa, A (1992) *Representações sociais de homens e mulheres- Portugal 1991*. Lisboa: Ministério do Emprego e da Segurança Social: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.
- Cottrell, J. (1996). *Social Networks and Social Influences in Adolescence*. Adolescence and Society Series. New York and London: Rutledge and Clays Ed..
- Deutsch, H. (1967). *Problèmes de l'adolescence: la formation de groupes*. Paris. Petite Bibliothèque Payot.

BIBLIOGRAFIA

- Devereux, E. (1970). The role of peer-group experience in moral development. In J. Hill ed. *Minnesota Symposia on Child Psychology* (vol. 4). Minneapolis: The University of Minnesota Press.
- Dias Cordeiro, J. (1978). *O adolescente e a Família*. Lisboa. Moraes Ed.
- Direcções –Gerais da Juventude Universitária Católica (1967). *Situação e opinião dos universitários*. Lisboa.
- Erikson, E. (1971). *Infância e Sociedade*. Ciências da Educação. Rio de Janeiro. Zahar Ed.
- Etxebarria, I. (1992). Sentimiento de culpa y abandono de los valores paternos. *Infancia y Aprendizaje*, 57, pg. 67-88.
- Félix, A (1994). Traços da família portuguesa. Lisboa: Direcção Geral da Família.
- Félix da Costa, N. (1992). *Axiologia e Psicopatologia: estudo das relações da Psicopatologia com as cognições e o juízo ético*. Lisboa.
- Fernandes, A . (1994). Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos. *Análise Social*, XXIX (129), pg. 1149- 1191.
- Ferreira de Almeida, J. (1990). *Portugal: os próximos 20 anos- valores e representações sociais* (vol. VIII). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, P. (1993). *Valores nos jovens portugueses nos anos 80*. Lisboa: ICS/ Instituto da Juventude: Cadernos do ICS: Estudos da Juventude.
- Figueiredo; E., Fleming, M.; Paúl, C. (1983). Psicanálise e conflito de gerações. *Análise Psicológica*. Nº 4, SérieIII, pg. 505- 520.

BIBLIOGRAFIA

Figueiredo, E. (1983). Ideologias e conflitos de gerações. In Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (ed.). *Situação, problemas e perspectivas da juventude em Portugal*. Lisboa.

Figueiredo, E. (1985a) *No Reino de Xantum- os Jovens e o Conflito de Gerações*. Porto: Edições Afrontamento.

Figueiredo, E. (1985b). Mudança, valores e conflito de gerações em Portugal. *Análise Social*, XXI, pg. 1005-1020.

Figueiredo, E. (1988). *Portugal: os próximos 20 anos. Conflito de gerações, conflito de valores* (vol.II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Figueiredo, E. ; Silva, L. (1992). As gerações e os valores nos universitários e respectivos pais. *Psicologia*, VIII (3), pg. 339-344.

Fleming, M. (1983) A separação Adolescente – Progenitores. *Análise Psicológica*. Nº 4, série III, pg. 521- 541.

Fleming, M. (1986). Imaginário adolescente sobre a saída de casa. *Revista Portuguesa de Psicanálise*. 4, pg. 133-142.

Fleming, M.; Aguiar, A (1992). A saída de casa e o processo de autonomia em jovens universitários e seus pais. *Psicologia*, VIII (3), pg. 329-337.

Fleming, M. (1992) Autonomia adolescente e atitudes dos pais. *Psicologia*, VIII (3), pg. 301-315.

Fleming, M. (1993). *Adolescência e Autonomia- O Desenvolvimento psicológico e a Relação com os Pais*. Porto: Edições Afrontamento.

Fornäs, J. (1995). Youth, culture and modernity. In J. Fornäs e G. Bolin (Eds.). *Youth culture in late modernity*. London: Sage Publications.

BIBLIOGRAFIA

Fornäs, J. (1995) *Youth culture in late modernity*. London: Sage Publications.

França, L. (1983). As grandes preocupações da juventude. In Instituto de Estudos para o desenvolvimento (Ed.). *Situação, problemas e perspectivas da juventude em Portugal*. Lisboa: Autor.

França, L. (1985). Os jovens portugueses perante a religião: caracterização global. *Análise social*, XXI (86), 247-281.

França, L. (1986). A religião na memória e na actualidade dos jovens portugueses (Número especial). *Desenvolvimento*, 26, 29-47.

França, L. (1993). Ética e Sentido da Vida. In Luís de França (Ed). *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

França, L. (1993). *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). *Sociedade, valores culturais e desenvolvimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

García, L., Seabra, T., Vala, J. (1993). O pós-materialismo: problemas conceptuais e metodológicos. In Associação Portuguesa de Sociologia (Ed). *Estruturas sociais e desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Fragmentos.

Gomes, M. T. (1988). Algarve de ontem. In *Comunicações apresentadas no 5º Congresso do Algarve* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Goslin, D. A . (Ed) (1969). *Handbook of Socialization Theory and Research*. Chicago: Rand McNally College Publishing Company.

BIBLIOGRAFIA

- Halstead, J. M. (1996). Values and values education in schools. In J. M. Halstead e M. J. Taylor (Eds.). *Values in education and education in values*. Washington, D. C.: The Falmer Press.
- Halstead, J. M. e Taylor, M. J. (Ed.) (1996). *Values in education and education in values*. Washington, D. C.: The Falmer Press.
- Harding, S. e Phillips, D. (1986). *Contrasting values in Western Europe: unity, diversity and change*. London: The Macmillan Press Lda.
- Hill, J. (Ed.) (1970). *Minnesota Symposia on Child Psychology* (vol.4). Minneapolis: The University of Minnesota Press.
- Hofstede, G. (1984). *Culture's consequences – international differences in work related values*. Califórnia: Sage Publications.
- Hui, H. e Triandis, H. (1986). Individualism-collectivism: a study of cross-cultural researchers. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 17 (2), 225-248.
- Inglehart, R. (1990). *Culture Shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press.
- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (Ed.) (1983). *Situação, problemas e perspectivas da juventude em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Lau, S. (1988). The value orientation of Chinese University Students in Hong Kong. *International Journal of Psychology*, 23, 583-596.
- Leal, J. J. e Ruiz, B. H. (1986). Análises de los valores humanos y su organización según la escala de Rokeach. *Revista de Psicologia General Aplicada*, 41 (3), 539-550.

BIBLIOGRAFIA

Mendes, M. F., Pereira, P. T. e Pinto, J. E. (1994). *A família portuguesa – linha de reflexão no ano internacional da família*. Lisboa. Direcção Geral da Família.

Menezes, I., Costa, M. E., Campos, B. P. (1989). Valores de estudantes universitários. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 5, 53-68.

Miguel, N., Vilar, D. (1986). Sexualidade: o fim de uma Era (Número especial). *Desenvolvimento*, 26, 103-126.

Moore, D. (1987). Parent-adolescent separation: The construction of adulthood by late adolescents. *Developmental Psychology*, 23 (2), pg. 298-307.

Ministério do Planeamento e Administração do Território (1993). *Preparar Portugal para o século XXI- análise económica e social*. Lisboa. Autor.

Machado Pais J. (1985). Família, sexualidade e religião. *Análise Social*, XXI (86), pg. 345-389.

Machado Pais J. (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Reed, E., Turiel, E.; Brown, T., (1996) *Values and knowledge*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Reis, L. (1986). Tendências recentes da atitude dos jovens portugueses face à política – análise comparativa com os indicadores europeus (número especial). *Desenvolvimento*, 26, pg.

Reis, L; Dias M. (1993). Grupos e valores de referência sócio-políticos. In L. França (Ed.) *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

- Ribeiro, J.; Lemos, J.; Marques, A .; Fernandes, A . (1989) *O Distrito de Braga – Imagem Real e Potencialidades*. Governo Civil do Distrito de Braga. Apoio da Universidade do Minho. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico.
- Ritvo, S. (1995) Fin d'adolescence et processus de développement. *Adolescence*, 26, pg. 133- 149.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: free press.
- Roussel, L. (1992) O futuro da família. *Sociologia- problemas e práticas*, 11, pg. 165-179.
- Salgueiro, E. (1990). Breves reflexões sobre o narcisismo e o objecto estético na adolescência. *Revista Portuguesa de Psicanálise*. Nº 8, pg. 71-75.
- Sousa Santos, B. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna* (2ª ed.). Porto: Ed. Afrontamento.
- Santos, M. e Dias, M. (1993). Bem-estar individual, relações interpessoais e participação social. In L. França (Ed.). *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Santos Silva, A .(1998). A Dimensão Cultural da Relação de Portugal com a União Europeia. *Portugal na Transição do Milénio. Colóquio Internacional*. Lisboa. Fim de Século Ed..
- Schmidt, L. (1990). Jovens: família, dinheiro, autonomia. *Análise Social*, XXV (108-109), pg. 645-673.
- Schwartz, S. (1990). Individualism- collectivism: critique and proposed refinements. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 21 (2), 139-157.

BIBLIOGRAFIA

- Schwartz, S. (1992) Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In Zanna (Ed.). *Advances in Experimental Social Psychology* (vol. 25). California: Academic Press Inc.
- Serrano, M. (1994). *Historia de los cambios de mentalidades de los jóvenes entre 1960-1990*. Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales: Instituto de la Juventud.
- Shrum, L. e McCarty, J. (1992). Individual differences in differentiation in the rating of personal values: the role of private self-consciousness. *Personality and Social Psychology*, 18 (2), pg. 223-230.
- Sohlberg, S. (1986). Similarity and dissimilarity in value patterns of Israeli kibbutz and city adolescents. *International Journal of Psychology*, 21, pg. 189-202.
- Sprinthal, N. e Collins, W. (1994) *Psicologia do adolescente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Toublanc, J. (1995) Fin de la puberté. *Adolescence*. Bayard Éd. N° 26, pg.99- 106.
- Triandis, H et al. (1988) Individualism and collectivism: cross-cultural perspectives on self-ingroups relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54 (2), 323-338.
- Tuckman, B. (1978). *Conducting educational research* (2ª ed.). New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Turiel, E. (1996). Equality and hierarqy: conflit in values. In E. Reed, Turiel e Brown (Eds.). *Values and Knowledge*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Ulrich, F. (1991). Administração, instituições, cultura empresarial. In Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (Ed.). *Sociedade, valores culturais e desenvolvimento*. Lisboa. Publicações D. Quixote.

BIBLIOGRAFIA

- Vala, J. (1983). Identidade psico-social dos jovens. In Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (Ed.). *Situação, problemas e perspectivas da juventude em Portugal*. Lisboa: Autor.
- Vala, J. (1986). *Representações sociais dos jovens: valores, identidade e imagens da sociedade portuguesa*. Lisboa. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Vala, J. (1993). Valores sócio – políticos. In L. França (Ed.). *Portugal. Valores Europeus. Identidade Cultural*. Lisboa: Instituto dos Estudos para o Desenvolvimento.
- Vallet, O . (1995). Majorité. *Adolescence*. Bayard Éd., N° 26, pg. 123- 131.
- Van Wel, F. (1994) A culture gap between the generations? Social influences on youth cultural style. *International Journal of Adolescence and youth*, 4, pg. 211-228.
- Villaverde Cabral, M.; Freitas, E. e Rodrigues, M. (1991). Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento- principais conclusões da sondagem de Janeiro de 1991. In Fundação Luso - Americana para o Desenvolvimento (Ed.). *Sociedade, valores culturais e desenvolvimento*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Villaverde Cabral, M. (1998). A Crise de Valores no Fim de Século: Que Modernidade Civilizacional. Maioria Sociológica e Minorias Ideológicas. *Portugal na Transição do Milénio. Colóquio Internacional*. Lisboa: Fim de Século Ed..
- Wall, W.D. (1975). *Adolescência na Escola e na Sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Wall, W. D. (1983). *Educação Construtiva para Adolescentes-I*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Wall, W. D. (1983). *Educação Construtiva para Adolescentes-II*. Lisboa: Livros Horizonte.

BIBLIOGRAFIA

Weeks, J. (1995). *Invented Moralities – Sexual Values In an Age of Uncertainty*.
Cambridge: Polity Press.

ANEXO

Leia atentamente cada pergunta e as hipóteses de resposta. Circunde a letra que corresponde à resposta que escolhe.

Ex:

97.

- A. aseg zert yuio
- B. pqsd fgui llot
- C. waze assm carl
- D. capt relm sita
- O. ?

No caso de não concordar exactamente com nenhuma das respostas que pode escolher, procure aquela que se aproxima mais da sua opinião.

Só em último caso é que deve usar a resposta O ?, que significa que não sabe ou não quer responder.

1. Qual das frases seguintes exprime melhor a sua opinião sobre educação escolar ?

- A. a escolaridade obrigatória deve ser prolongada pois os jovens só têm a lucrar com a aprendizagem escolar.
- B. a escolaridade obrigatória deve ser reduzida pois para quem não seguir estudos só interessa aprender a ler e a escrever.
- C. a frequência obrigatória da escola só devia ser obrigatória se o ensino fosse organizado de uma forma mais útil. Tal como está interessa a poucos.
- O. ?

2. No que respeita à educação das crianças pequenas, qual destas opiniões lhe parece mais certa ?

- A. até à idade dos três anos, o melhor meio educativo é a família, mas entre os 3 e os 6 anos é bom que frequentem um jardim de infância.
- B. até à idade de irem para a escola primária as crianças devem ficar em casa com a mãe ou alguém da família.
- C. as crianças desenvolvem-se mais e melhor se começarem desde muito cedo (pelo menos a idade de um ano) a conviver com outras crianças numa instituição pré-escolar.
- O. ?

**3. Na sua opinião o que é mais importante na vida de uma pessoa ?
(Ordene as respostas hierarquicamente por ordem de preferência).**

- A. as relações com a família
- B. as relações com colegas e pessoas amigas
- C. o amor
- D. a satisfação com o trabalho profissional
- E. o bem estar interior consigo próprio

1ª. E

2ª. C

3ª. A

4ª. B

5ª. D

O. ?

4. Se a escolha pudesse ser inteiramente livre, acha que os jovens a partir dos 17-18 anos escolheriam mais naturalmente:

- A. viver em casa dos pais
- B. viver sós
- C. viver com outros jovens
- O. ?

5. Actualmente a falta de emprego afecta muitas pessoas. Qual acha que é a razão principal que motiva as pessoas a procurar trabalho ? (assinale uma das frases).

- A. as pessoas querem trabalhar porque só quem trabalha é que se sente realizado.
- B. as pessoas preferiam não trabalhar se tivessem asseguradas as necessidades económicas.
- O. ?

12. Qual o número de filhos que gostaria de ter ?

- A. nenhum
- B. 1 filho
- C. 2-3 filhos
- D. 4 ou mais
- O. ?

13. Que pensa do planeamento familiar ?

- A. é uma prática absolutamente justificada e mesmo necessária dado o crescente povoamento do mundo
- B. é uma prática lícita mas só quando tem em conta certas condições de saúde ou circunstâncias económicas e sociais da família
- C. é uma prática sempre lícita desde que os cônjuges estejam de acordo
- D. é a tradução de um egoísmo social e de uma falta de responsabilidade dos cônjuges perante a sua missão
- E. é um meio lícito de planificação da família, tendo em conta as condições mais favoráveis à procriação e educação dos filhos
- O. ?

Entre pessoas que se estimam, acontece por vezes que se zangam por causa de opiniões ou atitudes diferentes. Isso acontece também no grupo familiar. (Em relação às frases nº 14, 15 e 16, assinalé em cada uma delas a frase mais próxima da sua opinião)

14. «Os pais que querem educar bem os filhos não podem passar sem os castigar fisicamente»

- A. não concordo
- B. concordo que por vezes é necessário bater mas devem evitar fazê-lo
- C. uma boa tarefa não faz mal às crianças mas a partir dos 13-14 anos já os pais não devem bater nos filhos
- D. os pais têm o direito de bater nos filhos desde que considerem necessário
- O. ?

15. «Entre o casal há questões que só se resolvem com uma sova na mulher»

- A. não concordo
- B. concordo que o homem bata na mulher mas só em situações excepcionais
- C. bater na mulher é a forma mais indicada para resolver muitos problemas
- D. o homem tem direito de bater na mulher desde que considere que tem razão para o fazer
- O. ?

16. «Num casal, a mulher nunca deve levantar a mão para o marido».

- A. não concordo
- B. acho que em raras exceções se pode justificar que a mulher bata no marido
- C. há homens que merecem bem que a mulher lhes bata frequentemente
- D. a mulher tem todo o direito de bater no marido desde que considere ter razões para isso
- O. ?

17. Os tribunais e as leis existem devido a haver problemas em que as pessoas implicadas não são capazes de chegar a um acordo (diga com qual destas frases concorda mais).

- A. nos casos graves em que está em causa a honra de uma pessoa, o problema tem de ser logo resolvido, a bem ou a mal, sem esperar por uma decisão do tribunal.
- B. é aos tribunais que compete dizer quem tem razão e por isso nunca se justifica que alguém faça justiça por mãos próprias.
- O. ?

18. Qual destas frases exprime melhor a sua opinião sobre a polícia:

- A. faz o melhor que pode
- B. funciona mal
- C. não serve para nada
- D. é o que nos vale
- O. ?

26. Fala-se hoje muito em crise de civilização. Como lhe parece que essa crise pode ser vencida (assinale uma só frase de A a D)

- A. principalmente por meio da ciência e da técnica
- B. principalmente por meio da economia e da política
- C. principalmente por meio da renovação espiritual e moral do homem
- D. julgo que essa crise não pode ser vencida
- O. ?

27. No seu entender quais são as grandes causas por que vale a pena aceitar sacrifícios (escolha três):

- A. proteção da natureza
- B. paz
- C. luta contra a miséria
- D. defesa nacional
- E. liberdade do indivíduo
- F. direitos do homem
- G. nenhuma
- O. ?

28. Para o progresso do país, qual destas opiniões deve ser defendida em relação ao meio rural.

- A. deve-se melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais
- B. deve-se facilitar aos trabalhadores rurais que mudem para a cidade
- O. ?

29. E de entre as seguintes opiniões, com qual concorda mais:

- A. deve-se sobretudo desenvolver a indústria
- B. deve-se aumentar a produtividade da agricultura
- O. ?

30. E escolha ainda uma das seguintes:

- A. deve-se desenvolver cada vez mais as cidades importantes
- B. deve-se desenvolver as pequenas cidades
- O. ?

31. Indique de entre as seguintes qualidades as três que mais admira: (assinale três)

- | | |
|--|---|
| A - honradez | I - audácia |
| <input checked="" type="radio"/> B - humildade | J - prudência |
| C - inteligência | L - caridade |
| D - espírito de sacrifício | M - paciência |
| E - pureza | N - dinamismo |
| F - eficácia | O - lealdade |
| G - perseverança | P - descontração |
| <input checked="" type="radio"/> H - sinceridade | <input checked="" type="radio"/> Q - fidelidade |
| O - ? | |

32. Independentemente de frequentar ou não a igreja, considera-se:

- A. uma pessoa religiosa
- B. uma pessoa não religiosa
- C. um ateu convicto
- O. ?

33. O que pensa que se procura fundamentalmente na religião: (assinale apenas uma frase de A a E)

- A. uma forma de amar e servir a Deus
- B. a satisfação daquilo que se considera uma necessidade espiritual própria de todos os indivíduos
- C. uma resposta aos problemas morais e familiares
- D. uma fuga à resolução dos problemas graves da vida
- E. a salvação da alma
- O. ?

41. O que desejaria que o progresso tornasse possível no ano 2010 (escolha 2 frases)

- A. tornar possível a cura de doenças graves como o cancro, SIDA, hepatite, etc
- B. tornar possível que o mundo se organize de tal maneira que desapareçam as guerras e os exércitos
- C. decidir com antecedência o tempo (meteorológico) que vai fazer
- D. provar se há ou não vida noutros planetas
- E. tornar possível o fim da fome e da pobreza
- F. tornar possível a efectiva igualdade de direitos entre povos e raças
- G. existência de um idioma universal
- H. tornar possível um combate eficiente à poluição
- O. ?

42. Acha que as pessoas como você podem contribuir em alguma coisa para influenciarem o progresso ?

- A. sim
- B. talvez
- C. não
- O. ?

43. Tente imaginar-se no Ano 2010. Na sua ideia as pessoas serão:

- A. mais felizes que hoje
- B. menos felizes que hoje
- C. semelhantes a hoje
- O. ?

44. Por quais dos seguintes aspectos da vida se interessa você verdadeiramente ? (escolha três)

- A. ciências e tecnologias
- B. política nacional
- C. desporto
- D. grandes problemas da sociedade (por exemplo: direitos do homem, pobreza, igualdade entre sexos.)
- E. artes e espectáculos (teatro, cinema, música, etc.)
- F. como vivem os outros povos nos outros países da Europa
- G. a vida das regiões, as línguas e a cultura regional
- H. o meio ambiente, a protecção da natureza, a ecologia
- I. o terceiro mundo, os problemas de subdesenvolvimento
- J. a vida política internacional
- L. religião
- O. ?

45. A propósito de democracia, qual o sistema político para que se deveriam orientar as nações.

- A. sistema de partido único
- B. sistema de vários partidos
- O. ?

46. Na sua opinião, quem tem uma visão mais realista do mundo actual, é...

- A. a geração com menos de 20 anos
- B. a geração dos 20-25 anos
- C. a geração dos 25-30 anos
- D. a geração dos que têm entre 30 e 40 anos
- E. a geração dos que têm entre 40 e 50 anos
- F. a geração que tem mais de 50 anos
- O. ?

47. Respondeu a este questionário:

- A. com total sinceridade
- B. com alguma sinceridade
- C. sem sinceridade
- O. ?

25. Qual a sua situação financeira:

1. tem ordenado fixo
2. faz alguns trabalhos que lhe rendem dinheiro
3. recebe uma mesada (quantia fixa) dada por pais ou outros
4. recebe bolsa de estudo de um organismo oficial ou particular
5. não recebe nenhuma quantia fixa para fazer face a despesas próprias
- O. ?

26. Com quem viveu a maior parte da sua infância (até aos 10 anos de idade):

1. com os pais (com ou sem outras pessoas)
2. com outros familiares (sem os pais)
3. em internato
- O. ?

Nas cinco perguntas que se seguem, pretendemos que classifique a posição da sua família de origem (pais).

Refira-se nas cinco perguntas à pessoa (pai ou mãe) que exerce (exerceu no caso de ter morrido) a profissão de nível mais elevado.

27. Profissão

1. quadro superior da Administração Pública ou privada; Especialistas das profissões científicas ou técnicas, liberais ou similares; proprietário agrícola de grandes dimensões.
2. empregado de escritório em posição de chefia; operário altamente qualificado; trabalhador especializado; rendeiro de propriedade agrícola de que não é proprietário; proprietário agrícola de propriedade de dimensão média empregando outros trabalhadores.
3. profissional artista trabalhando por conta própria em oficina de dimensões reduzidas; agricultor proprietário de exploração de dimensão familiar.
4. empregado de escritório; operário; funcionário (subordinados em geral); trabalhador agrícola por conta de outrem
5. pessoal auxiliar; ajudante; jornaleiro

28. Nível de instrução

1. diploma de ensino universitário ou equivalente (curso superior)
2. diploma de curso técnico ou profissional (curso médio)
3. diploma de ensino secundário, liceal, comercial ou industrial
4. ensino primário completo
5. ensino primário incompleto ou nulo
- O. ?

29. Fontes de rendimento

1. vive principalmente de rendimentos de bens que possui ou do rendimento da actividade liberal exercida
2. vive principalmente de vencimento mensal tipo funcionário
3. vive de vencimento mensal de pessoas com quem vive: não tem rendimentos próprios
4. vive principalmente de salários irregulares, remuneração semanal; à tarefa ou à hora
5. é principalmente sustentado pela segurança social (pensões de reforma, invalidez, etc.)
- O. ?

30. Conforto do alojamento

1. casas ou andares luxuosos e muito grandes oferecendo aos seus moradores o máximo de conforto
2. categoria intermédia: casas ou andares que, sem serem tão luxuosos como os da categoria precedente, são, não obstante, espaçosos e confortáveis
3. casas ou andares modestos, bem construídos e em razoável estado de conservação, bem iluminados e arejados, com cozinha e casa de banho (ex: Bairro Camarário)
4. categoria intermédia entre 3 a 5 (casa em bom estado de conservação mas sem quarto de banho dentro da casa, ou de construção clandestina)
5. Alojamentos impróprios para uma vida decente, choças, barracas ou andares desprovidos de todo o conforto, ventilação, iluminação ou também aqueles onde moram demasiadas pessoas em promiscuidade, nomeadamente qualquer habitação em que o quarto de banho não sirva só o agregado familiar
- O. ?